

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO TRABALHO E EDUCAÇÃO**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS TEMPOS DA BARBÁRIE:
A LUTA DOS ESTUDANTES DA UECE EM DEFESA DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Raquel Dias Araujo

Fortaleza, setembro de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO TRABALHO E EDUCAÇÃO**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS TEMPOS DA BARBÁRIE:
A LUTA DOS ESTUDANTES DA UECE EM DEFESA DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora, sob a orientação da professora PhD. Susana Vasconcelos Jimenez, e co-orientação do professor Doutor Manoel Fernandes de Sousa Neto.

Fortaleza, setembro de 2006

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS TEMPOS DA BARBÁRIE:
A LUTA DOS ESTUDANTES DA UECE EM DEFESA
DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Tese de Doutorado apresentada por

RAQUEL DIAS ARAUJO

BANCA EXAMINADORA

Professora Susana Vasconcelos Jimenez, PhD. – Orientadora

Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, Dr. – Co-orientador

Professora Bernadete de Souza Porto, Dra.

Professor Paulo Sérgio Tumolo, Dr.

Professor Luís Távora Furtado Ribeiro, Dr.

Fortaleza, setembro de 2006

Aos meus filhinhos, Gabriel e Alessa, que chegaram durante o percurso desse trabalho, preenchendo minha vida de alegria [e de sufoco!] e tornando a minha existência mais plena de sentido.

Aos jovens e corajosos lutadores, em especial, aqueles que fizeram a história do movimento estudantil da UECE, com os quais compartilhei e compartilho a defesa de uma educação pública e gratuita para os trabalhadores.

Agradeço à professora Susana Jimenez, minha mestra, mais que uma orientadora, uma amiga e conselheira, uma guerreira.

Agradeço ao professor Manoel Fernandes, antes de tudo, um companheiro de luta, com o qual partilhei, no movimento estudantil, a defesa da Universidade Pública e Gratuita.

Agradeço ao IMO, espaço privilegiado de discussão e reflexão sobre os problemas que afligem hoje a Universidade Pública.

Agradeço a todos que contribuíram para a feitura desse trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
I - GÊNESE E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	24
1.1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO OBJETO DE ESTUDO: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA	24
1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS LUTAS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS	37
1.3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CEARÁ	73
II – AS LUTAS DOS UNIVERSITÁRIOS CONTRA A DESTRUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	87
2.1. O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NOS ANOS 1990	87
2.2. LIMITES E POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES	121
III - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NÃO É COISA DO PASSADO: OS ESTUDANTES DA UECE E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	128
3.1. A UECE E A POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR DO “GOVERNO DAS MUDANÇAS”	128
3.2. A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UECE NA GREVE GERAL DE 2005	133
3.3. O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UECE: BREVE RESGATE HISTÓRICO	148
3.4. O CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UECE	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
DOCUMENTOS CONSULTADOS	
ANEXOS	270

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AJR – Aliança da Juventude Revolucionária

ANDES-SN – Associação Nacional dos docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AP – Ação Popular

APROMICE – Associação dos Professores dos Municípios do Interior do Ceará

BP CHOQUE – Batalhão de Choque da Polícia Militar

CA – Centro Acadêmico

CACB – Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua

CALOL – Centro Acadêmico Lauro de Oliveira Lima

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBDU – Confederação Brasileira dos Desportos Universitários

CD – Conselho Diretor

CEB – Casa do Estudante do Brasil

CEC – Centro Estudantal Cearense

CECITEC – Centro de Ciências e Tecnologia do Ceará

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CES/CNE – Câmara do Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação

CESA/UECE – Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará

CESC – Centro de Estudantes Secundários do Estado do Ceará

CEU – Clube dos Estudantes Universitários

CGH/UNAM – Conselho Geral de Greve da Universidade Nacional Autônoma do México

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CH/UECE – Centro de Humanidade da Universidade Estadual do Ceará

CLEC – Centro Liceal de Educação e Cultura
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base
CONLUTE – Coordenação Nacional de Lutas Estudantis
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CONSU/CONSUNI – Conselho Universitário
CONUNE – Congresso da União Nacional dos Estudantes
CORETUR – Conselho de Representantes de Turma
COTAM – Comando Tático Motorizado
CPB – Confederação dos Professores do Brasil
CPC – Centro de Cultura Popular
CREDOC – Crédito Educativo
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CS – Convergência Socialista
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DECON – Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DS – Democracia Socialista
DUE – Diretório Universitário dos Estudantes
EEEPE – Encontro Estadual dos Estudantes de Pedagogia
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ENEPE – Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia
ENOEPE – Encontro Nordestino dos Estudantes de Pedagogia
EREPE – Encontro Regional dos Estudantes de Pedagogia
FACED/UFC – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará
FACEDI – Faculdade de Educação de Itapipoca
FAEC – Faculdade de Educação de Crateús

FAFIDAM – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos

FASUBRA – Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FECLESC – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central

FECLEI – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu

FFPP – Faculdade de Formação de Professores de Petrolina

FIES – Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNFI – Faculdade Nacional de Filosofia

FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento e manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

FUNECE – Fundação Universidade Estadual do Ceará

FUNEDUCE – Fundação Educacional do Estado do Ceará

GAP – Grupo de Ação Popular

GATE – Grupo de Ações Táticas Especiais

GED – Gratificação de Estímulo à Docência

GIS – Grupo de Independentes Socialistas

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IEPRO – Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IMO/UECE – Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIP – Jornal Independente da Pedagogia

JUC – Juventude Universitária Católica

LBI – Liga Bolchevique Internacionalista

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LSN – Lei de Segurança Nacional

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Medida Provisória

NEPP – Núcleo de Estudos Político e Pedagógicos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrata Social

PEDI – Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo

PFL – Partido da Frente Liberal

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PLP – Partido da Libertação Proletária

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Parceria Público-Privado

PRONEX – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSD – Partido Social Democrático

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

RU – Restaurante Universitário

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará

SINDUECE – Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará

SINTECE – Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará

SUS – Sistema Único de Saúde

TPOR – Tendência por um Partido Operário Revolucionário

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCES – União Cearense dos Estudantes Secundários
UDE – União Democrática Cearense
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEE – União Estadual dos Estudantes
UEVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFIR – Unidade Fiscal de Referência
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJS – União da Juventude Comunista
UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP – Universidade de Campinas
UNIFOR – Universidade de Fortaleza
UNIP – Universidade Paulista
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

A pesquisa insere-se no Núcleo Trabalho e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e no Grupo de Pesquisa *Trabalho, Educação e Luta de Classes* do Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará – IMO/UECE. Assumiu como objetivo central investigar o papel histórico desempenhado pelo movimento estudantil quanto à defesa da universidade pública, explicitando os principais determinantes econômicos e político-ideológicos do processo de privatização/mercantilização da educação superior, nas duas últimas décadas, e seus rebatimentos sobre a organização e a luta dos estudantes. Nesse sentido, elegeu como objeto específico de análise o movimento estudantil da UECE, pondo em foco o lugar ocupado pelo Centro Acadêmico – CA – de Pedagogia, nesse contexto. Buscou-se, nesse trabalho, empreender uma análise crítica, à luz do referencial materialista histórico dialético, acerca da problemática da Universidade Pública no quadro da mais profunda crise do sistema do capital, e do papel do movimento estudantil no contexto da luta de classes. Para tanto, utilizou-se de uma ampla revisão da literatura, mediante pesquisa bibliográfica; de análise de um expressivo conjunto de documentos, incluindo-se, fotografias; e de entrevistas abertas e semi-estruturadas junto a líderes e ex-líderes estudantis. A pesquisa resgata a trajetória histórica do movimento estudantil da UECE, destacando as lutas desempenhadas em defesa do caráter público da universidade, tanto no que se refere àquelas encampadas pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE, ao longo de suas quinze gestões, quanto àquelas implementadas pelo CA de Pedagogia, no decorrer das suas dezenove gestões, reafirmando, com base, nos dados levantados, que o *movimento estudantil não é coisa do passado*, haja vista o seu ressurgimento após quase dez anos de refluxo, através da deflagração de uma greve geral inédita na história da UECE, em 2005, que uniu movimento estudantil e sindical em prol da universidade pública.

ABSTRACT

The research was developed within the Work and Education Section of the Graduate Program in Education of Federal University of Ceará (UFC), being, furthermore, associated to the investigative program of the Work, Education and Class Struggle Research Group of the Labor Movement Studies and Research Institute of Ceará State University (IMO/UECE). It intended to investigate the historical role performed by the student movement in defense of the public university, attempting, at the same time, to point out the main factors which account for the privatization and commercialization of higher education in the last two decades, as well as the responses given by the student movement in general to such problem. The specific locus of the research was Ceará State University (UECE), and more particularly, its Pedagogy Course. The study was based upon the Marxist theoretical and methodological perspective, thus, attempting to establish the relationships between the public university tragedy and the deep, structural crisis of capital; as well as, to analyze the student movement in the context of class struggle. A thorough review of literature; an analysis of a consistent amount of documents; and open or/and semi-structured interviews applied to a number of current and former student leaders were the data collection procedures. The study drew an historical overview of UECE student movement, with greater emphasis put upon the actions undertaken in defense of public university, under the leadership of the Students Central Organization (DCE), throughout its fifteen administrative turns, and those put into effect by the Pedagogic Academic Center (CA), in the course of its nineteen turns. The results of the study indicate that *the student movement is not a thing of the past*. In fact, it was brought back to life, in 2005, after nearly ten years of reflux, through a general strike, which was yet to take place at UECE, and was able to unite students and labor unions in favor of the continued existence of public university.

INTRODUÇÃO: a trajetória da pesquisadora em busca de seu objeto

Ao companheiro de riscos, ao da vitória, devo uma canção de canto novo, uma bandeira comum que voe com a história. Devo uma canção ao impossível, à mulher, à estrela, ao sonho que nos lança. Devo uma canção ao indescritível, como uma vela inflamada em ventos de esperança...

Sílvio Rodriguez

O movimento estudantil não é coisa do passado!

É o que podemos constatar com a ocorrência de uma greve geral na Universidade Estadual do Ceará – UECE, entre os dias 11 de maio e 07 de julho de 2005. Esse caso é de se ressaltar, considerando-se seu caráter inédito na história da Instituição: pela primeira vez e por um período longo – cerca de dois meses, estudantes e professores da Capital e das faculdades do Interior se mobilizaram em defesa da universidade pública, na forma de uma greve.

Segundo constam nos documentos produzidos pelo Comando de Greve e conforme o depoimento dos membros que o compôs, entrevistados por nós, o movimento grevista teria sido motivado pelas péssimas condições de trabalho, de ensino, de pesquisa e de extensão e pela carência de professores, principalmente nas unidades do Interior, revelando uma situação de total destruição da Universidade.

Tomamos como ponto de partida de análise para a compreensão das transformações que se operam, hoje, no campo educacional, e das exigências postas pelo processo de reestruturação do capital à educação dos trabalhadores, o entendimento de que o capitalismo enfrenta, no atual momento, uma “crise de reprodução do sistema”, ou conforme Coggiola (1996), uma **crise institucional** ou **crise de ordem mundial**, de caráter destrutivo, que se manifesta na articulação

entre o espetacular desenvolvimento científico-tecnológico e a destruição/exploração cada vez maior da força de trabalho, que se traduz no aumento do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho. Nas palavras de Mészáros (2003), estaríamos vivendo em **tempo de barbárie**, que, para a universidade significa o avanço do projeto de privatização e de todas as suas mazelas.

Nesse sentido, a privatização da educação superior pública é acompanhada, com a mesma intensidade, e facilitada pela mercantilização, mediante a criação de Instituições de Ensino Superior – IES – privadas. O êxito dessa proposta de cunho abertamente neoliberal depende, em certa medida, da imobilização dos setores organizados da comunidade universitária que lutam para manter o caráter público da universidade, em especial, o movimento estudantil, o qual tem se constituído, ao longo de sua história, num dos maiores questionadores da estrutura burocrática e elitista da universidade brasileira.

É nesse contexto de crise do capital, marcado pela redução de custos com as políticas sociais, mediante a descentralização (desresponsabilização), a privatização e a focalização, dentre outras reformas que são implementadas com o intuito de reconstituir a taxa de lucros perdida com a crise, portanto, que se situa a crise educacional e, particularmente, da educação superior.

A intenção central da pesquisa é investigar o papel histórico desempenhado pelo movimento estudantil quanto à defesa da universidade pública, explicitando os principais determinantes econômicos e político-ideológicos do processo de privatização/mercantilização da educação superior, nas duas últimas décadas, e seus rebatimentos sobre a organização e a luta dos estudantes.

Nesse sentido, elegemos como objeto específico de análise o movimento estudantil – ME da UECE, trazendo à tona elementos fundamentais para a discussão, sem, no entanto, a pretensão de esgotá-los. Para tanto, assumimos como objetivos específicos da pesquisa: expor os elementos fundamentais quanto

ao papel historicamente desempenhado pelo movimento estudantil, no contexto da luta de classes, quanto à defesa da universidade pública; explicitar os principais determinantes econômicos e político-ideológicos do processo de privatização/mercantilização da educação superior nas duas últimas décadas e seus rebatimentos sobre a organização estudantil que se expressam no movimento de ascensão e refluxo das lutas dos estudantes; historicizar o movimento estudantil da UECE, destacando as principais lutas empreendidas em defesa da universidade pública, bem como, os eixos político-ideológicos orientadores da ação; situar historicamente o CA de Pedagogia, no contexto geral do ME da UECE, avaliando o lugar que este ocupa e qualificando as posições assumidas e as lutas encampadas em defesa da universidade pública.

Buscamos analisar o problema à luz do referencial marxista, o qual funda-se na relação recíproca entre singularidade e totalidade, sendo, assim, o **metro crítico** para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; colocando-os no máximo nível de consciência, “com o único objetivo de poder captar todo o ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele” (LUKÁCS, 1979, p. 27).

Como bem explicita nosso autor húngaro (1979, p. 24) a respeito do método de Marx,

A economia marxiana está penetrada por um espírito científico que jamais renuncia a essa consciência e visão crítica em sentido ontológico; ao contrário, na verificação de todo fato, de toda conexão, emprega-as como metro crítico permanentemente operante ... trata-se aqui, portanto, de uma cientificidade que não perde jamais a ligação com a atitude ontologicamente espontânea da vida cotidiana; ao contrário, o que faz é depurá-la e desenvolvê-la continuamente a nível crítico, elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de qualquer ciência.

Assim, o referencial concreto-ontico/materialista histórico dialético se apresenta como possibilidade de construção do conhecimento e de intervenção na realidade, como instrumento da práxis social, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação.

Nesse sentido, a sua escolha, dentre tantas alternativas, justifica-se pelo seu caráter de criticidade, radicalidade e de totalidade, permitindo-nos uma apreensão radical da realidade na sua materialidade e historicidade, possibilitando-nos identificar as infinitas interconexões existentes entre a particularidade do nosso objeto de estudo – o movimento estudantil da UECE - e o contexto no qual se insere.

Essa investigação visa dar continuidade à linha de pesquisa iniciada no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - FACED/UFC e que tem como eixo a discussão sobre “a organização e a luta coletiva dos trabalhadores”. No Mestrado, analisamos o movimento sindical e, neste trabalho, enfocamos o movimento estudantil nas suas articulações com a luta organizada da classe trabalhadora.

Desenvolvemos no Mestrado, sob a orientação da Professora Susana Jimenez, uma pesquisa que teve como objeto de estudo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará - SINDIUTE, buscando compreender o papel que este tem cumprido ao longo de sua história na organização e luta da categoria, avaliando, ainda, os limites e as possibilidades de firmar-se enquanto oposição concreta à orientação política dominante no seio da Central Única dos Trabalhadores - CUT/Ce. Nesse sentido, a escolha do SINDIUTE como estudo de caso deveu-se, particularmente, ao fato de este congregar trabalhadores em educação e, especialmente, por apresentar-se como um dos “focos de oposição” à estratégia de participação, de parceria, de gestão compartilhada, de aposta na propalada conquista da cidadania, hegemônica hoje no meio sindical, apostando em contrário, no caminho do enfrentamento, da luta, da mobilização.¹

¹ Vale registrar que os resultados de nosso estudo indicaram que, se, por um lado, o Sindiute, na sua curta história, realizou ações de combate, de enfrentamento direto com o Estado burguês, baseada no modelo do sindicalismo combativo, em defesa da educação pública e dos direitos e conquistas dos trabalhadores em educação, por outro, no que se refere às concepções que orientam a prática cotidiana da luta sindical, esse Sindicato vem incorporando, em suas análises sobre a crise do capitalismo e do “socialismo”, sobre o “fim do trabalho”, dentre outras questões, posições, a nosso ver, particularmente problemáticas e contraditórias. (ARAUJO, 2000).

No processo da pesquisa, aproximamo-nos do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO, o qual tem, através do grupo de pesquisa *Trabalho, Educação e Luta de Classes*, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, desenvolvido uma série de trabalhos investigativos no campo da organização e formação sindical cutista, sob a coordenação da Professora Susana Jimenez.

Dessa aproximação, resultou a participação em diversas atividades promovidas e/ou coordenadas pelo IMO, tais como: pesquisas, cursos de formação política e sindical, grupos de estudo etc.

Nesse sentido, o curso de mestrado, assim como a experiência de investigação, de estudo coletivo e de formação no referido Instituto, possibilitou-nos compreender os elementos essenciais da unidade entre o conhecimento acadêmico e a luta organizada dos trabalhadores e estudantes, indicando, ainda, o horizonte de nossos estudos de doutoramento, através do qual ampliamos a incursão no universo multifacetado das relações entre trabalho, educação e a luta organizada da classe trabalhadora.

Esta compreensão associada à preocupação e ao descontentamento, como sujeitos históricos partícipes do processo de transformação social, com os rumos que têm tomado os movimentos organizados da classe trabalhadora e da juventude, instigou-nos a discutir uma problemática que nos incomoda e nos angustia há muito tempo: o papel do movimento estudantil frente à destruição/privatização da universidade pública.

Antes de mais nada, importa esclarecer que a escolha do referido objeto – **o movimento estudantil** – não significa que estamos atribuindo a ele uma primazia no confronto da luta de classes, mas, sim, o reconhecimento de sua importância e de seu papel nesse contexto, uma vez que ele também se expressa em função do antagonismo principal que medeia as relações sociais no âmbito da sociabilidade capitalista – o conflito entre capital e trabalho.

Além do mais, vale enfatizar que, na perspectiva histórico-dialética, como bem explicou Engels (1997, p. 18) referindo-se à “grande lei da marcha da história” descoberta por Marx,

... todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente ...

A vinculação com tal temática ainda está relacionada à nossa história de efetivo engajamento no movimento estudantil, no período de 1989 a 1995, na Universidade Estadual do Ceará - UECE à frente do Centro Acadêmico de Pedagogia – CA de Pedagogia, das Executivas Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia e do Diretório Central dos Estudantes – DCE. (ANEXO 1).

Em janeiro de 1995, concluímos o curso de pedagogia, encerrando, dessa maneira, nossa trajetória de militância estudantil.

Destarte, o interesse investigativo sobre essa temática é resultado de desdobramentos da nossa trajetória pessoal-profissional e político-partidária. E, como tal, decorre do desejo de contribuir teórica e praticamente com a luta em defesa da educação pública e gratuita a serviço da classe trabalhadora, no horizonte do projeto de emancipação humana do domínio do capital.

O estudo sobre a temática do movimento estudantil e da luta em defesa da universidade pública justifica-se por algumas razões particulares, a saber, a escassez de fontes bibliográficas a respeito do assunto; a ausência de registro acerca da história do movimento estudantil, após a década de 1980, no Brasil, e pós - década de 1960, no caso do Ceará; com particular destaque para o quase absoluto descaso histórico acerca do movimento estudantil da UECE. Além do que, a importância de se contar a história dos processos de resistência, em

especial, contra destruição da universidade pública e gratuita, a nosso ver, já justificaria a realização da pesquisa.

É importante esclarecer, portanto, que a história do movimento estudantil no Brasil até meados da década de 1980, ou seja, coincidindo com o fim do regime militar, constitui objeto de estudo de vários pesquisadores, que a contam a partir de diversos aspectos, da resistência à ditadura, da atuação política da União Nacional dos Estudantes – UNE, da produção cultural do movimento etc., revelando um período de grande ascensão do movimento estudantil, o qual comparece no cenário político brasileiro como um movimento de vanguarda, um dos principais focos de oposição aos governos militares.

A partir da década de 1980, essa história vai deixando de ser contada sistematicamente. Esse apagamento da sua história, pós-ditadura, leva-nos a refletir a respeito dos seus significados. Por que a história do movimento deixa de ser contada, após a década de 1980, ou seja, depois dos seus anos gloriosos? Por que os pesquisadores abandonam esse objeto de estudo? Até que ponto essa ausência de historiografia escrita se articularia com o recuo do ME que, após a década de 1980, cede lugar aos chamados novos movimentos sociais?²

Após a década de 1980, a história do ME brasileiro é marcada por fluxos e refluxos, com lutas mais ou menos isoladas, não-sistemáticas, como pudemos constatar nas raras referências documentais localizadas. Nas décadas de 1990 e 2000, o ME, tampouco se expressou significativamente, revelando seu potencial de mobilização em alguns momentos específicos da história do país, como, por exemplo, nas manifestações pelo “Fora Collor”, em 1992.

² De acordo com Gonçalves (2006), baseada em Gohn (1997, pp. 121-28), “os NMS surgiram na Europa, nos anos 1960, visando a afastar teorias baseadas na lógica racional que tratavam de movimentos sociais como negócios, cálculos estratégicos etc. Autores, como Touraine, Offe, Laclan, Mouffe, Melluci, dentre outros, passam, então a destacar em seus estudos categorias, como: cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. O marxismo não é visto, por esses autores, como uma teoria capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea”.

Em se tratando da história do movimento estudantil no Brasil, podemos dizer que ela é contada oficialmente até o final da ditadura militar, conforme indica a literatura revisada por nós. A partir daí, o movimento estudantil sai de cena, como um protagonista das lutas, e a sua história é esquecida, sendo registrada de forma descontínua pelos seus dirigentes e entidades, nos documentos produzidos pelo próprio movimento, isto é, nos panfletos, jornais, teses, programa de chapas etc. São nesses documentos que nos referenciamos para irmos preenchendo as lacunas na sua história, tomando como foco de análise, como já mencionamos, o ME da UECE.

Em relação aos trabalhos revisados que versam sobre o ME no Ceará, a saber, o de Ramalho (2002), *Foi assim! O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968*; e o de Freitas (2001), *Nós, os estudantes: breve história dos universitários cearenses na década de 60*, vale destacar dois aspectos importantes que marcam essas obras e que estão relacionados com o que vimos dizendo até aqui. Em primeiro lugar, ambos enfocam, do ponto de vista das lutas realizadas na universidade, apenas aquelas que se desenvolveram no âmbito da UFC, não tratando do ME da UECE, nosso objeto específico de estudo; em segundo, enquanto o trabalho de Ramalho relata a trajetória do ME cearense no período compreendido entre 1928 e 1968, o de Freitas enfoca, exclusivamente, a década de 1960, o que explica a não referência ao ME da UECE, uma vez que esta fora fundada somente em 1975. Portanto, há uma ausência absoluta de bibliografia que compreenda a história do ME no Ceará após esse período, da década de 1970 em diante, restando-nos, na presente investigação, lançar mão do mesmo recurso utilizado para a recomposição da história do ME no Brasil.

Vale salientar, outrossim, que o trabalho de Santos (2002), *O Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE na luta em defesa da educação pública*, é a única referência localizada sobre o ME na UECE. Em se tratando de uma pesquisa sobre o CA de Pedagogia, gestado no grupo de pesquisa *Trabalho, Educação e Luta de Classes*, abrigado no IMO, a sua monografia guarda semelhanças com o nosso estudo. É importante lembrar, também, que, por

ocasião de sua elaboração, tivemos a oportunidade de colaborar com algumas sugestões a respeito dos possíveis caminhos e procedimentos a serem utilizados na coleta de dados. Essa colaboração nos oportunizou uma primeira aproximação com os dados de nossa própria pesquisa. Assim, tomamos o referido trabalho como ponto de partida de nosso levantamento empírico, cabendo-nos, ainda, aprofundar o estudo da temática em questão, mediante rigorosa pesquisa bibliográfica e documental, bem como através de entrevistas às lideranças estudantis.

É importante registrar, ainda, que, após a realização da revisão da literatura constante nesse trabalho, tomamos conhecimento da existência de uma monografia de graduação, cujo título aproxima-se do nosso estudo, a saber, *Movimento estudantil e a luta pela universidade pública: conformismo e resistência na prática política dos estudantes*, de autoria de Ponte (2005), na qual, a autora faz uma breve referência ao movimento estudantil da UECE.

Em se tratando do conjunto das obras revisadas sobre a temática do movimento estudantil, vale ressaltar, observamos que os autores não assumem como preocupação, ou não se trata do objetivo da obra em questão, o tratamento da tensão existente entre a luta em defesa da democracia *versus* a luta em defesa do socialismo, tomada como projeto societário, associado à luta em defesa da educação / universidade pública e gratuita. Compreendemos que essa bandeira histórica do ME e do movimento operário e sindical – a defesa da educação pública e gratuita – só poderá ser conquistada plenamente nos marcos de uma sociabilidade para além do capital. Isso não significa, é importante deixarmos claro, a negação da importância e do lugar da luta democrática no seio dos movimentos dos trabalhadores, mas o reconhecimento de seus limites.³

³ A respeito da discussão em torno dos limites e das possibilidades da luta democrática, Tonet (1997, p. 39) nos oferece uma importante contribuição para o entendimento dessa categoria – democracia – na sua relação com a luta pelo socialismo. A título de ilustração, vale a pena citar um pequeno trecho da obra sugerida, na qual o autor explica que a liberdade, sob a forma democrática, “por mais ampliada que seja, sempre terá um limite inultrapassável, constituído por algo que procedeu do homem, mas se tornou estranho a ele, o capital”.

Nesse sentido, a nossa pesquisa se reveste de grande importância, considerando-se, por um lado, a ausência quase completa de produções sobre o ME da UECE, bem como abrangendo o período posterior à década de 1970, no caso do Ceará, no qual a Universidade Estadual consolida-se como importante instituição superior do nosso Estado e, por outro, a insuficiência de teorização a respeito do papel do ME no contexto da luta de classes, a partir da discussão sobre os eixos político-ideológicos orientadores da luta assumidos por este, ao longo de sua história.

Tudo isso nos faz crer que esse trabalho poderá se constituir numa contribuição valorosa ao ME, no sentido de pontuar alguns elementos fundamentais que constituem as particularidades desse movimento e de trazer à tona, de modo mais particular, o registro da luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública. Além disso, acreditamos que retomar a história da luta contra o processo de privatização implica, até certo ponto, em contribuir para a luta contra a destruição da universidade pública.

Perseguindo os objetivos da pesquisa, optamos pela realização de pesquisa bibliográfica, de entrevistas e de pesquisa documental, como procedimentos metodológicos de coleta de dados. Recorreremos, ainda, as fotografias, considerando-se a sua importância como um recurso de registro visual que amplia o conhecimento do objeto, o qual possibilita a recuperação de um momento ou situação vivenciada que jamais se repetirá. Como diz Barthes (1984, p. 13), “O que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”.

As fotografias que ilustram esse trabalho retratam apenas os acontecimentos do movimento grevista de 2005 e foram produzidas, em parte, pela própria autora, e, em parte, pelo ex-diretor do CA de Pedagogia, gestão 2004 - 2005, **Thiago Alves Moreira Nascimento**.

Em face do objeto específico de nossa investigação, a pesquisa bibliográfica incidiu sobre as obras que tratam da luta estudantil, no Brasil e no

Ceará, bem como, do atual processo de privatização/mercantilização da educação superior, na tentativa de explicitar os seus determinantes.

Portanto, iniciamos a nossa empreitada pelo levantamento da literatura sobre o assunto em questão. Em relação à historicização do movimento estudantil, localizamos duas obras que versam a respeito do movimento estudantil no Ceará, anteriormente mencionadas, a saber: *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*, de autoria de Ramalho (2002); e *Nós, os estudantes: breve história da vida dos estudantes universitários cearenses na década de 60*, de autoria de Freitas (2001). Em relação ao movimento estudantil no Brasil, é importante destacar uma obra de referência sobre a temática, de autoria de Poerner (1995), intitulada *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, publicada pela primeira vez em 1968. É importante esclarecer, também, que este livro foi um dos primeiros vinte a serem oficialmente proibidos no Brasil, após a edição do AI - 5. Destacam-se, também, os trabalhos de Fávero (1995), intitulado *UNE em tempos de conservadorismo*, e de Sanfelice (1968), com o título *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. Estes últimos, diferentemente do trabalho de Poerner, versam, especificamente, sobre a atuação da UNE, tanto no aspecto político quanto no cultural. Sobre o movimento estudantil da UECE merecem destaque a monografia de graduação de Maia (2002), *O Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE na luta em defesa da educação pública*, que conta a história dessa entidade, também objeto de análise de nossa pesquisa, e a monografia de graduação de Ponte (2005), *Movimento estudantil e a luta pela universidade pública: conformismo e resistência na prática política dos estudantes*, a qual, como já assinalamos, faz breve referência ao ME da UECE, destacando, em particular, as mobilizações estudantis no âmbito dessa IES contrárias à atual reforma universitária do governo Lula.

Além dessas, localizamos e revisamos, ainda, as obras de Albuquerque (1977), intitulado *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*; de Coimbra (1981), com o título *Estudantes e ideologia no Brasil*; e de Dirceu e Palmeira (1998), denominado *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por*

seus líderes. É importante registrar, também, a obra organizada por Garcia e Vieira (1999), intitulada *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha*. Esta última referência bibliográfica, embora não ponha em foco o movimento estudantil, oferece ao leitor elementos teóricos para análise acerca dos acontecimentos que marcaram o ano de 1968 nos países referidos no título e que, sem sombra de dúvida, tiveram reflexos importantes sobre o movimento estudantil no Brasil e no mundo.

É importante esclarecer que, em face da natureza e do objeto de estudo dessas obras, não nos foi possível incorporar em nosso trabalho as reflexões e as informações produzidas por seus autores.

Em se tratando da problemática da mercantilização / privatização da educação superior no cenário da crise estrutural do capital, vale destacar as contribuições de Mészáros (2003), em *Século XXI: socialismo ou barbárie?*, de Antunes (1995a, 1999), em *Adeus ao trabalho?* e em *Os sentidos do trabalho*; de Coggiola (1996), em *Neoliberalismo ou crise do capital?*; e de Teixeira (1994, 1995), em *Marx e as transformações no mundo do trabalho* e em *Pensando com Marx*, para a explicitação da natureza da crise atual e dos seus desdobramentos sobre todas as esferas da vida social; de Neves (2002, 2004), expressas nas obras *O empresariamento da educação*, para o entendimento dos dispositivos legais que viabilizam esse processo de destruição da universidade pública, e *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*, para a compreensão acerca do significado da reforma universitária implementada pelo referido governo; de Leher (2001, 2003), em *Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas* e em *Reforma universitária: retorno do protagonismo do Banco Mundial*, para desnudar o processo de reforma da educação superior no Brasil, pondo em evidência, particularmente, as intencionalidades do Banco Mundial em relação a esse nível de ensino. De suma importância para se compreender as devidas relações entre a crise mundial do capital e a crise da universidade pública, revisamos as obras *Universidade e ciência na crise global* e *Governo Lula: da esperança à realidade*, ambas de

Coggiola (2001, 2004a). Por fim, destacamos as reflexões desenvolvidas por Jimenez (2003) em torno da mercantilização da educação expressa na seguinte produção: *Sociedade sem universidades*.

Consultamos, ainda, como fonte complementar de dados, alguns *sites* da internet, os quais são referidos na bibliografia do trabalho.

Em se tratando da pesquisa documental, vale informar que os documentos analisados são de cinco ordens: 1) documentos oficiais do ME da UECE, isto é, aqueles produzidos pelas entidades estudantis – Centros Acadêmicos e DCE, que incluem boletins, jornais, teses de congressos, convocatórias e atas de reunião e eleição, cartazes, *folders* e panfletos diversos; 2) documentos produzidos pelas correntes políticas com inserção no ME da UECE, que incluem as teses apresentadas aos Congressos dos Estudantes da UECE e os programas das chapas que pleitearam a direção do DCE e do CA de Pedagogia, ao longo da sua história; 3) documentos produzidos por entidades estudantis externas ao ME da UECE, nacionais e locais, tais como, UNE, Coordenação Nacional de Lutas Estudantis – CONLUTE e DCE da UFC; 4) documentos produzidos por entidades sindicais, nacionais e locais, tais como, Coordenação nacional de Lutas – CONLUTAS, CUT/CE, Sindicatos dos Docentes da UECE – SINDUECE; 5) jornais escritos, de circulação nacional e local. No primeiro caso, consultamos, eventualmente, o Jornal Opinião Socialista; no segundo, consultamos os jornais O Povo e Diário do Nordeste, no que se refere às notícias produzidas sobre as manifestações estudantis ocorridas na UECE no ano de 2003 e sobre a greve geral de 2005 na UECE.

Os documentos analisados, à exceção dos jornais referidos no item cinco e daqueles referentes à greve geral de 2005, foram resgatados dos arquivos de documentos do CA de Pedagogia e do CA de Serviço Social da UECE.

A decisão de iniciar o estudo exploratório pelo arquivo do CA de Pedagogia deveu-se a três fatores: primeiramente, porque, tendo feito parte dessa entidade, conhecemos muitos desses documentos, alguns dos quais foram,

mesmo, produzidos por nós, pois, conforme já foi salientado, estivemos a frente do CA por três gestões. Em segundo lugar, porque essa entidade dispõe, embora desorganizadamente, de um número considerável de documentos produzidos tanto pelo do ME de Pedagogia, como pelo ME em geral (DCE e outras entidades); em terceiro, porque adotamos como objetivo específico de nosso trabalho, destacar as lutas encampadas por esta entidade em defesa da universidade pública, as quais, quase sempre, são registradas nos órgãos informativos do CA.

Encerrada a pesquisa exploratória junto ao CA de Pedagogia, recorremos ao arquivo do CA de Serviço Social, que dispõe de um rico acervo de documentos que datam desde as origens do movimento estudantil da UECE.

Objetivamos resgatar, em ambos os arquivos, documentos que se referiam à história da entidade geral e, mais especificamente, aqueles que registravam as lutas implementadas pelo movimento estudantil em geral e pelo CA de Pedagogia em favor da universidade pública.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas buscando alcançar dois objetivos: 1) buscar informações junto às lideranças estudantis que militaram/militam no ME da UECE, no sentido de preencher lacunas na história dessa entidade, com ênfase nas lutas em defesa da universidade pública; e 2) e, num caso mais específico, explicitar as razões e os motivos, bem como, os resultados da greve geral de 2005. (ANEXO 2).

Visando a alcançar o primeiro objetivo, realizamos entrevista aberta junto a cinco ex-líderes estudantis que compuseram a diretoria e Comissão Gestora do DCE, em diferentes momentos, a saber, **José Gerardo Vasconcelos**, ex-diretor do DCE, na primeira gestão, no período de 1983-4; **José Mário Sobrinho Coelho**, ex-diretor do DCE, na gestão 1999-00; **Adriana Sousa Almeida**, ex-diretora do DCE, na gestão 1997-8; **Ailton Claécio Lopes Dantas**, ex-diretor do DCE, no período de 1999-01; **Reinald Fontenele Mapurunga**, ex-membro da Comissão Gestora do DCE, no período de 1991-2; e a duas ex-líderes estudantis

que estiveram a frente de entidades de base, a saber, **Fernanda da Silva Guimarães**, ex-diretora do CA de História, no período de 1995 a 1998, compreendendo três gestões; e de **Rebeca Baia Sindeaux**, ex-diretora do CA de Pedagogia, na gestão 2004 – 05.

A escolha desses sujeitos deveu-se, no caso dos cinco primeiros (ex-diretores e ex-membro da Comissão Gestora do DCE), ao fato de estarem a frente do DCE em períodos os quais não dispúnhamos de dados acerca da história da entidade, ou seja, o início da década de 1980, quando surge o Diretório e o final da década de 1990, quando já não mais militávamos no ME da UECE. Em se tratando especificamente da ex-diretora do CA de História, a escolha deveu-se ao fato de este ter constituído o Comando de Greve do movimento grevista de 1996, sobre o qual não localizamos qualquer referência documental. Por fim, a escolha do último sujeito justifica-se pela sua participação de destaque à frente CA de Pedagogia durante o período da realização da nossa pesquisa e pelo contato constante que mantínhamos no interior do IMO.

No que tange ao segundo objetivo, realizamos entrevistas semi-estruturadas junto a sete representantes do Comando de Greve do movimento grevista de 2005, sendo seis estudantes, a saber, **Rebeca Baia Sindeaux**, ex-diretora do CA de Pedagogia, gestão 2004 –2005; **Natália Nale Almeida Brito**, diretora do CA de Pedagogia, atual gestão; **Roberta Menezes Sousa**, diretora do CA de Serviço Social, atual gestão e ex-diretora do DCE, gestão 2003 – 2004; **Thiago Silva Alves**, estudante do curso de geografia e militante do PSTU; **Joyce Nunes de Sousa**, estudante do curso de pedagogia; e uma professora, **Regina Coeli Queiroz Fraga**, da Faculdade de Educação de Crateús, argüindo, especificamente, a respeito dos motivos, dos ensinamentos e das conquistas da referida mobilização.

Os sujeitos que participaram dessa modalidade de entrevista foram escolhidos aleatoriamente, observando-se apenas a vinculação com o Comando de Greve e a disponibilidade para ser entrevistado naquele momento, durante a realização da assembléia geral, realizada no dia 05 de julho de 2005, que definiu

pelo fim da greve. Vale explicar que os sete entrevistados referidos acima, dentre vários que foram abordados, não apresentaram nenhum tipo de resistência diante da nossa abordagem.

Os entrevistados, em ambos os casos, forneceram-nos informações acerca de acontecimentos específicos que marcaram a história do ME da UECE e dos quais foram protagonistas.

O trabalho está organizado em três capítulos.

Os dois primeiros capítulos representam um esforço de reconstituição da história do ME, utilizando-se, portanto, uma forma mais descritiva. No capítulo primeiro, **Gênese e trajetória do movimento estudantil**, apresentamos, no tópico 1.1., uma breve apreciação sobre a literatura revisada em torno do objeto de estudo, destacando as obras, os respectivos autores e as suas contribuições para uma maior compreensão acerca da temática em foco. Nos tópicos 1.2. e 1.3., respectivamente, expomos os elementos de contextualização da história do ME no Brasil e no Ceará. No capítulo segundo, **As lutas dos universitários contra a destruição do ensino superior público**, discutimos, no item 2.1., o fenômeno da mercantilização da universidade brasileira, a partir dos anos 1990, situando-o no contexto de crise estrutural do capital, e, no item 2.2., versamos sobre o papel historicamente desempenhado pelo ME em defesa da educação pública, refletindo sobre os limites e possibilidades desse movimento no contexto das lutas sociais.

O terceiro capítulo, **O movimento estudantil não é coisa do passado: os estudantes da UECE e a defesa da universidade pública**, constitui o fulcro do trabalho, estando organizado de modo a centrar a exposição na tese de que, nos *tempos de barbárie*, o movimento estudantil continua vivo. No tópico 3.1., empreendemos uma análise acerca da política do ensino superior do “Governo das Mudanças” e seus rebatimentos sobre o processo de mercantilização / privatização da UECE. No ponto 3.2., pomos em evidência, particularmente, a greve geral da UECE, ocorrida em 2005, chamando a atenção para os motivos que a desencadearam, bem como, para os seus ensinamentos e resultados. No

tópico 3.3., resgatamos a trajetória histórica do ME da UECE, desde o processo de criação do DCE, iniciado no começo da década de 1980 até os dias atuais. Por fim, no item 3.4., situamos o CA de Pedagogia no contexto geral do ME da UECE, analisando o lugar que este tem ocupado e o papel que tem desempenhado na luta em defesa da universidade pública.

1 – GÊNESE E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

1.1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO OBJETO DE ESTUDO: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Esse tópico do trabalho traz uma apresentação sucinta do conteúdo de seis produções acerca da temática do movimento estudantil. A primeira, de Artur José Poerner (1995), *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, a mais completa, aborda a trajetória do ME no Brasil, dos tempos coloniais às mobilizações pelo Fora Collor, na década de 1990; a segunda, de Maria de Lourdes de A. Fávero (1995), intitulado *UNE em tempos de conservadorismo*, versa, especificamente, sobre a atuação da UNE durante o período ditatorial; a terceira, de José Luis Sanfelice (1986), com o título *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*, faz um exame rigoroso da produção teórica da UNE, durante a década de 1960, destacando a sua atuação perante o golpe de 1964; a quarta, de autoria de Braúlio Eduardo Pessoa Ramalho (2002), *Foi Assim! O movimento estudantil no Ceará (1928 - 1968)*, trata da luta dos estudantes cearenses, no período que compreende os anos de 1928 a 1968; a quinta, de Mariano Freitas (2001), *Nós, os estudantes: breve história da vida dos universitários cearenses na década de 60*, relata alguns fatos históricos importantes, nos quais se envolveram os universitários cearenses, na década de 1960; a sexta, de Laura Karine Maia dos Santos (2002), *O Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE na luta em defesa da educação pública*, resgata a história dessa entidade estudantil, de sua fundação ao ano de 2002, destacando-se a luta em defesa da universidade pública.

Em relação ao movimento estudantil no Brasil, conforme já indicamos, destaca-se a obra de Artur José Poerner (1995), publicada pela primeira vez em 1968, e, atualmente, esgotada. Esse trabalho pode ser considerado, sem sombra de dúvida, uma obra de referência sobre a história do movimento estudantil brasileiro da colônia aos “nossos terríveis dias”. A relevância da obra explica-se, nas palavras de Houaiss (1995, p. 25-6), na sua apresentação de 1968,

... precisamente porque é um balanço da história - que ainda não fora escrita em sua inteiridade – do movimento estudantil brasileiro ... Essa história era anedoticamente referida aqui e ali no passado, mas não pensada ainda em seus estágios sucessivos, em suas sucessivas estruturas, em correlação com a história geral do país.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira parte, denominada **Antes da UNE**, o autor apresenta um balanço do movimento estudantil brasileiro da Colônia à Segunda República, distribuído em cinco capítulos. Na segunda parte, intitulada **A Partir da UNE**, compreendendo nove capítulos, Poerner traça a trajetória da entidade, desde a fundação (1937) à sua reconstrução (1979), destacando a realização dos seus congressos (1º ao 31º CONUNE), bem como as suas principais lutas. Enfatiza, também, a repressão desencadeada contra o movimento estudantil pelo regime militar e a resistência estudantil à ditadura. Finaliza, pondo em evidência a mobilização pela destituição do Presidente Fernando Collor de Mello. O livro traz em anexo um **documentário**, contendo sete textos, a saber: “A ‘Primavera de Sangue’”; “À Mocidade do Brasil e das Américas”; “Carta-Resposta da Associação Mundial dos Estudantes à Mensagem da UNE em Prol da Paz e da Neutralidade”; “Galeria dos Batalhadores da UNE”; “Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil”; “Convênio MEC-USAID de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior”; “Carta-Aberta à População”. Além da bibliografia, constam, ainda, do livro, 16 páginas com fotografias relacionadas ao movimento estudantil.

No capítulo I, **O estudante no Brasil Colônia**, destacam-se duas importantes lutas estudantis: em 1710, a luta contra a invasão francesa ao Rio de Janeiro, comandada por Jean François Duclerc, esta, segundo Poerner, a primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira; em 1789, a participação dos estudantes na Inconfidência Mineira. No capítulo II, **O estudante no Brasil Império**, põe em relevo as seguintes manifestações estudantis: o engajamento dos estudantes universitários na Campanha Abolicionista e na Proclamação da República; participações menos expressivas na Revolução Farroupilha, em 1835, no Rio Grande do Sul e na Sabinada, em 1837, na Bahia; participação dos estudantes na Revolta do Vintém. O autor chama a atenção para o surgimento de

uma poesia engajada, nesse período, com destaque para Fagundes Varela, Castro Alves, Álvares de Azevedo, dentre outros; no capítulo III, **A rebelião da juventude militar**, o autor destaca as lutas que envolveram a juventude militar na Primeira República, principalmente, os protestos contra as atrocidades cometidas contra Canudos e a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922; no capítulo IV, **O estudante na Primeira República**, mereceram a atenção do autor a Campanha Civilista, tendo à frente Rui Barbosa, com o apoio dos estudantes e a Campanha Nacionalista, liderada por Olavo Bilac; finalizando a primeira parte, o capítulo V, **O estudante na Segunda República**, aborda a participação dos estudantes no Movimento Constitucionalista de São Paulo, em 1932 e o apoio à candidatura de José Américo à presidência da república, em 1937.

O capítulo VI, **A fundação, instalação e consolidação da UNE**, abrindo a segunda parte do livro, como o próprio título sugere, destaca o nascimento da entidade, em 11 de agosto de 1937, no 1º Conselho Nacional de Estudantes, no Rio de Janeiro, seu reconhecimento oficial e formal, em 22 de dezembro de 1938, no 2º Conselho Nacional de Estudantes e o processo de consolidação, que vai de 1937 a 1942, segundo Poerner, a 1ª fase da UNE; no capítulo VII, **A UNE no combate ao eixo e ao Estado Novo**, enfatiza a 2ª fase da história da entidade, de 1942 a 1945, destacando aquela que seria uma das primeiras grandes passeatas estudantis, 04 de julho de 1942, de combate ao eixo, a ocupação, em agosto de 1942, do Clube Germânia, o qual viria a ser a sede da UNE, as manifestações contra o Estado Novo, que culminaram na morte do estudante Demócrito de Souza Filho, em 05 de março de 1945; o capítulo VIII, **A UNE na Quarta República**, trata da 3ª fase da UNE, compreendendo os anos de 1947 a 1949, denominada por Poerner de “fase de hegemonia do Partido Socialista”, destacando-se a Campanha “O Petróleo é Nosso”, em 1947; da 4ª fase - a do domínio direitista - que vai de 1950 a 1956; da 5ª fase - a da recuperação política da entidade - abrangendo os anos de 1956 a 1960; da 6ª fase - a da ascensão católica no movimento estudantil - de 1961 a 1964, com ênfase para os 1º, 2º e 3º Seminários Nacionais de Reforma Universitária, respectivamente, em 1961 (Salvador), 1962 (Curitiba) e 1963 (Belo Horizonte) e para a greve de 1/3, em

1962; no capítulo IX, **FNFI, escalão avançado dos estudantes**, o autor trata das mobilizações estudantis na Faculdade Nacional de Filosofia, considerada por este “uma espécie de escalão avançado do movimento estudantil como um todo”; o capítulo X, **O regime contra os estudantes**, é dedicado à história da repressão ao movimento estudantil, no período que sucedeu o golpe de 1964, enfatizando-se a invasão da Universidade de Brasília, em 1964, as conseqüências da Lei Suplicy de Lacerda (n.º 4.464/64) sobre o ME e os acordos MEC-USAID; o capítulo XI, **A rebelião dos jovens contra a ditadura**, por sua vez, destaca a luta dos estudantes contra a ditadura, sob a intervenção do Presidente-Ditador Marechal Humberto Castelo Branco, no período de 1964 a 1967; o capítulo XII, **A radicalização do processo no Governo Costa e Silva**, põe em discussão a realização do 29º CONUNE, em meio ao terror repressivo, em 1967, e o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, que se tornou símbolo da luta contra a repressão, em 1968; no capítulo XIII, **O poder jovem em armas**, enfoca as manifestações estudantis ocorridas no ano de 1968, considerado um ano “profícuo intelectual e culturalmente”, o terror instaurado com o AI-5 e a participação dos estudantes na luta armada, sob a forma de guerrilha urbana; para finalizar, no capítulo XIV, **A reconstrução da UNE**, o autor trata do processo de reconstrução da UNE, culminado em 1979, bem como do movimento pelo destituição do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1992.

A obra de Maria de Lourdes de A. Fávero (1995, p. 12) assume como objetivo

resgatar um momento historicamente situado e datado ... [que] diz respeito à relação dos estudantes com a reforma da universidade, implantada oficialmente a partir de 1968, ...a forma ou formas como os estudantes pretenderam dela participar, e também a maneira como os estudantes foram coagidos e postos à margem das decisões pertinentes a seus próprios destinos.

Perseguindo o objetivo proposto, a autora divide o livro em seis partes. A primeira, **A história dos protestos**, resgata as raízes do movimento estudantil anterior a 1958, destacando, num primeiro momento, sinteticamente, as manifestações estudantis ocorridas entre 1700 e 1937, as quais, observa a autora,

processam-se de forma dispersa e ocasional. Num segundo momento, destaca o processo de criação da UNE, entre os anos de 1937 e 1938, chamando a atenção para o caráter das lutas estudantis após a sua fundação, que indicava o esforço de integração dos estudantes, através da sua entidade, às lutas trabalhistas e nacionalistas. A segunda, **As lutas pela reforma**, retrata as interferências estudantis no processo da reforma universitária, decorridas, nas décadas de 1950 e 1960, materializadas, principalmente, na Campanha pela escola pública, no final dos anos 1950, na realização do 1º Seminário de Reforma de Ensino, em 1957 e do 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, em 1960. A terceira, **A UNE e os Seminários Nacionais de Reforma Universitária**, analisa a efetiva participação estudantil no processo de reforma universitária, consubstanciada na realização pela UNE de três seminários nacionais para discutir e elaborar teoricamente sobre a problemática da universidade e apresentar alternativas. A quarta, **O autoritarismo pós-64 e a radicalização do processo**, focaliza a repressão ao movimento estudantil, iniciada logo após a instauração do golpe militar de 1964, tendo como primeira medida a invasão e a destruição da sede da UNE. A autora elenca algumas amostras da repressão policial contra os estudantes, no dia 01 de abril de 1964, a saber: dois estudantes mortos pelo Exército no Recife; soldados da Polícia entrando em choque com estudantes, resultando em sete feridos e um morto, no Rio de Janeiro; uma passeata dissolvida por tropas do Exército, em Brasília, dentre outros exemplos. Há destaque, ainda nesse capítulo, para o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março de 1968, bem como para o “Massacre da Praia Vermelha”, em 20 de junho do mesmo ano, quando da realização de uma assembléia geral dos estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no prédio da Praia Vermelha. Nessa ocasião, conta a autora, “os estudantes são encurralados, espancados e efetuam-se centenas de prisões” (1995, p. 56). Na quinta parte, **Enfrentamentos: Lei Suplicy e acordos MEC-USAID**, revela-se, nas palavras da autora (1995, p. 13), “o nível de repressão atingido pelo governo, ao tentar anular qualquer interferência estranha e contrária ao seu projeto de sociedade dependente capitalista”. Nesse capítulo, a

autora discute, particularmente, como o sugere o título, os reflexos da Lei Suplicy sobre a (des)organização estudantil, as interferências dos organismos internacionais na política educacional brasileira, evidenciadas nos acordos estabelecidos entre o MEC e a USAID, bem como os enfrentamentos dos estudantes ao processo repressivo, tais como, a realização de uma greve e de um plebiscito contra a Lei Suplicy, em 1965. No sexto capítulo, **Chegando ao termo**, a autora retoma momentos importantes do ME brasileiro e finaliza reafirmando o intuito do estudo, qual seja “interpretar os movimento hegemônicos e contra-hegemônicos no âmbito do mundo acadêmico”, o que significa, também, a seu ver, um “processo de interpretação” e de “reconstrução” (1995, p. 75).

A obra de José Luis Sanfelice (1986) examina a produção teórica da UNE, durante a década de 1960, atentando principalmente para a atuação da entidade perante o golpe de 1964.

Conforme esclarece o autor a respeito dos objetivos do trabalho, o que se quis revelar foi “o caráter de liderança que a entidade necessariamente desempenhou, face à conjuntura política, no movimento estudantil mais combativo da época” (1986, p. 12).

O livro divide-se em três partes. A primeira, composta por apenas um capítulo – **A Une do pré-64** – destaca a participação da UNE nos acontecimentos políticos que marcaram o período que antecedeu o golpe, destacando-se o apoio manifestado ao empossamento do governo João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da república; a realização dos três Seminários de Reforma Universitária, em 1960, 1961 e 1963, respectivamente, e a greve de 1/3, que consistiu na defesa da participação dos estudantes nos órgãos colegiados, na proporção de 1/3, ou seja, participação paritária.

A segunda parte compõe-se de quatro capítulos (capítulos 2, 3, 4 e 5 do livro). O capítulo dois, denominado **Consolidação do movimento de 64**, dá atenção especial à invasão por tropas militares à Universidade de Brasília – UnB, em 09 de abril de 1964, que resultou na prisão de doze professores e na

interdição de seus gabinetes, ações estas seguidas da intervenção do governo federal naquela Universidade, no dia 13 de abril do mesmo ano; à reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Estudantes, realizada nos dias 24 e 25 de junho de 1964, que elegeu uma diretoria provisória para a UNE, que teria, entre outros objetivos, “derrubar, através do Congresso, o projeto Suplicy” (1986, p. 73); aos reflexos da Lei Suplicy de Lacerda sobre o movimento estudantil; ao Simpósio sobre a Reforma da Educação, organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES-GB, instituição envolvida no golpe de 1964; aos primeiros passos do movimento estudantil após o golpe, destacando as mobilizações contrárias à Lei Suplicy, dentre elas, a realização de um plebiscito nacional, a greve geral estudantil deflagrada na UnB, em outubro de 1965, a greve dos estudantes da USP contra o aumento do preço das refeições no restaurante do Conjunto Residencial da USP, a realização do 27º Congresso da UNE, em julho de 1965. No terceiro capítulo, **Reações e resistências ao movimento de 64**, destacam-se as mobilizações ocorridas no ano de 1966, em particular, aquelas contrárias à Lei Suplicy e ao acordo MEC-USAID, que se espalharam por todo o país, assim como, contra a repressão policial ao movimento estudantil, em especial, a greve geral de setembro de 1966, e o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, no dia 22 do mesmo mês. Além das mobilizações, o autor põe em relevo a realização do 28º Congresso da UNE, em 28 de julho de 1966, que, embora proibido e reprimido, constituiu um importante momento na rearticulação da luta dos estudantes. No capítulo quatro, **O movimento de 64 e o movimento estudantil radicalizados**, o autor põe em evidência a contribuição da Revista *Revisão* – publicada pelo Grêmio de Filosofia da USP – para a formação política do movimento estudantil. Destacam-se duas edições da Revista, a de março e a de maio de 1967. A primeira, destinada aos calouros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, faz esclarecimentos acerca do movimento estudantil universitário; a segunda contém uma publicação da UNE, intitulada “Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro”, na qual a entidade oferece ao leitor uma visão abrangente sobre a situação da universidade e do papel do ME face à ditadura militar, reafirmando a luta pela gratuidade do ensino,

como uma das suas bandeiras históricas. Ainda nesse capítulo, o autor faz referência ao 29º Congresso da UNE, ocorrido em agosto de 1967, em Valinhos. O capítulo cinco, **Ano de 1968: o ápice do confronto**, é dedicado aos acontecimentos que marcaram o referido ano, tais como: a manifestação de 1º de abril, considerado o maior movimento de protesto contra o regime realizado até aquela época, em decorrência do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto; as “Passeatas dos Cem Mil”, ocorridas em várias partes do país; a resistência à terceira invasão por tropas militares à UnB, dentre outras. De outro lado, o recrudescimento da repressão, expresso no AI-5, causando a desarticulação da UNE e o recuo do ME, a partir de 1969.

Por fim, na **Conclusão: o confronto entre governos do movimento de 64 e a UNE, apesar de tudo, era secundário**, o autor reafirma que o golpe de 1964 visava ao alcance do “pleno funcionamento da economia associada ao capital externo” (1986, p. 161), e, para isso, seria necessário atingir duramente os sindicatos trabalhistas e as Ligas Camponesas. Nesse contexto, as universidades e o movimento estudantil que delas emergiam constituíam-se em entraves para a ditadura executar o seu projeto. Por isso, constata o autor, o movimento estudantil, liderado pela UNE, na lógica do governo militar, estava a “merecer e receber a repressão” (1986, p. 164).

A obra de Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho (2002) aborda, com exclusividade, a história do movimento estudantil cearense, no período referido no seu título.

Trata-se de uma pesquisa mais descritiva do que analítica, visando à reconstituição da história do ME cearense, no período de 1928 a 1968, destacando a gênese, a evolução e as lutas das diversas entidades estudantis existentes nesse ínterim.

O livro está dividido em quatro capítulos. No primeiro, **Formação e consolidação do movimento estudantil (ME) no Ceará**, o autor apresenta a gênese, a evolução e as lutas do movimento estudantil cearense, decorridas entre

o final dos anos 1920 e o final dos anos 1950. Destacam-se, nesse período, o aparecimento das primeiras entidades estudantis cearenses, secundaristas e universitárias, como, por exemplo, os grêmios, o Centro Estudantil Cearense - CEC, a União Cearense dos Estudantes Secundários - UCES, o Centro Liceal de Educação e Cultura - CLEC, a União Estadual dos Estudantes - UEE, o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua da Faculdade de Direito - CACB, o Diretório Central dos Estudantes - DCE da UFC, dentre outras. No segundo, **O ME na fase anterior ao golpe**, aborda a década de 1960 em sua fase anterior ao golpe militar, descrevendo a atuação e o papel desempenhado no ME pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Ação Católica Brasileira, em especial, nas suas vertentes estudantis: a Juventude Estudantil Católica – JEC e a Juventude Universitária Católica – JUC. É enfocada, ainda, a proposta política e cultural do Centro Popular de Cultura da UNE, além da luta nacional e local dos universitários, pela Reforma Universitária; no terceiro, **O ME na fase posterior ao golpe**, enfoca a repressão desencadeada, nos dois primeiros anos da ditadura militar, sobre o ME, indicando, ainda, a emergência das tendências políticas de esquerda no ME cearense; o quarto capítulo, **Questões fundamentais**, por sua vez, discute três questões, apontadas, pelo autor, como sendo aquelas que despontaram como fundamentais no período de 1964-68, no interior do ME, a saber, a moral, a cultural e a hegemonia. Por fim, o autor apresenta suas considerações finais, chamando a atenção, especialmente, para a importância do surgimento do Partido Comunista do Brasil – PCdoB no ME cearense, destacando-se a sua atuação e o seu processo de hegemonização. Constam, também, do livro três documentos, os quais encontram-se em anexo: Diário do movimento estudantil cearense - do golpe ao AI-5 (1964-1968); 1968 - Das chamadas do Majestic à escuridão do AI-5; Entrevistas. Além da bibliografia, o autor acrescentou 112 páginas de iconografia.

O trabalho de Mariano Freitas (2001) oferece um conjunto de “historietas” que relatam fatos acerca da vida dos estudantes cearenses, na década de 1960. Não se constitui, portanto, num trabalho de pesquisa de caráter científico-acadêmico, revelando “... apenas relâmpagos da memória” (2001, p. 06), nas palavras do próprio autor.

O livro é composto de 62 pequenas histórias, das quais o próprio autor é protagonista ou participante/coadjuvante. Dentre as 62, há destaque para o movimento dos excedentes do curso de medicina da UFC (estudantes que foram aprovados no vestibular, mas que não conseguiram ingressar na universidade por insuficiência de vagas), em 1964, dirigido pela UEE; para a greve nacional de 1/3, encampada pela UNE, em defesa da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos decisórios da universidade, em 1962; para o congresso clandestino da UNE, em 1967, em Valinhos/SP e o de 1968, Ibiúna/SP, o qual fora duramente reprimido; para a Marcha dos Cem Mil, em 1968, no Rio de Janeiro, contra a ditadura militar, destacando as suas repercussões no ME em Fortaleza, com uma mobilização que reuniu cerca de 20.000 estudantes.

O autor põe em relevo, também, sua militância na Ação Popular – AP, chamando a atenção para o papel do movimento estudantil na luta pela transformação da sociedade. Sobre essa questão, o Freitas (2001, p. 49) afirma que a AP

... entendia e incentivava que a parcela conscientizada da sociedade tinha a obrigação de imiscuir-se e participar das lutas das camadas sociais mais exploradas, conscientizá-las para assumir seu papel revolucionário ... O movimento estudantil era apenas a iniciação, funcionava como um estágio para o militante se temperar na luta ...

Sob o título **Ação Popular se mobiliza**, o autor destaca o papel dessa organização na reestruturação da UEE no estado do Ceará, o que significou uma tomada de fôlego do movimento estudantil, o qual conseguiu se rearticular "... como única força viva de oposição à ditadura" (2001, p. 59), capaz, também, de "... denunciar [o] entreguismo econômico e cultural do governo brasileiro" (2001, p. 60).

A monografia de graduação do curso de pedagogia, de Laura Karine Maia dos Santos (2002) versa sobre a história da luta da referida entidade em defesa da educação pública, ao longo dos seus 20 anos de existência (1982-2002).

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, vinculada ao grupo de pesquisa *Trabalho, Educação e Luta de Classes*, do Instituto de Estudos e

Pesquisas do Movimento Operário - IMO, do qual a autora foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq.

É importante destacar que o envolvimento da autora com o tema decorre do seu engajamento na luta estudantil, como diretora do CA, no período 2001-2002 - gestão *Por Um Ser Humano*.

O trabalho divide-se em três partes. Na primeira, **Elementos para a contextualização do objeto de estudo**, a autora traça uma análise das transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho, nas últimas décadas, as implicações sobre a educação e, em particular, sobre a educação de nível superior, chamando a atenção para o papel desempenhado pelo movimento estudantil, em particular, na luta pela Reforma Universitária, na época da ditadura militar. Santos toma como referência de análise para tratar da problemática da universidade, inserida no contexto sócio-econômico e político mais amplo, as reflexões desenvolvidas por Antunes (1995a, 1999), Coggiola (2001), Chaui (2001) e Jimenez e Rocha (2001); sobre a UECE, especificamente, consulta Morais (2000); e, particularmente, para situar historicamente o ME, apóia-se, por excelência, em Sanfelice (1986). Na segunda, **A história do Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE – 1982 a 2002**, relata a história da entidade desde o processo de fundação (1982) ao ano de realização da pesquisa, contabilizando nesses 20 anos, 18 gestões, com destaque para as principais atividades realizadas em cada gestão, em especial, a Semana de Educação. A autora organizou a trajetória do CA de Pedagogia, dividindo-a em três fases: a primeira, correspondendo aos quatro primeiros anos da entidade (1982 a 1986); a segunda, compreendendo o período de dez anos (1987 a 1997); a terceira, datando do final de 1998, com a reabertura do CA, depois de um ano de portas fechadas, até 2002. Na terceira parte, a autora retoma o objetivo da pesquisa, qual seja, “investigar o papel que o movimento estudantil de Pedagogia da UECE desempenhou, ao longo de seus 20 anos de história (1981/82-2002), em defesa da educação pública e gratuita” (2002, p. 82), e, à guisa de conclusão, nas **Considerações finais**, destaca os principais eixos que marcaram a história do CA

de Pedagogia, a saber: a defesa da universidade pública e gratuita; o não pagamento das taxas; a gratuidade do RU; autonomia e democracia universitária; eleições diretas e paritárias para reitor; monitorias para as disciplinas do curso de pedagogia; concurso para professores (2002, p. 83). Acrescenta, logo em seguida, que a defesa da *educação pública* atravessou toda a história do CA, “sendo mais evidente no período que corresponde aos anos de 1987 a 1997” (2002, p. 83). A autora finaliza, levantando alguns questionamentos, dentre os quais, destaca-se aquele que dizem respeito às possibilidades do ME de Pedagogia ultrapassar à atual fase, segundo a autora, marcada por uma característica “menos combativa”.

Para finalizar, é importante efetuarmos, brevemente, algumas considerações críticas quanto ao alcance e aos limites da produção teórica dos autores revisados que tratam da temática do ME no Brasil.

A obra de Poerner (1995) – a de maior referência no campo da historiografia do ME brasileiro, apresenta, a nosso ver, alguns problemas no que se refere aos recortes históricos. Em primeiro lugar, a trajetória histórica do ME no Brasil é traçada, pelo autor, a partir da historiografia oficial – período colonial, imperial e republicano, situada, portanto, linearmente. Nesse sentido, o autor desconsidera os aspectos peculiares à história do próprio ME, os quais, por sua vez, vinculam-se às mudanças na base econômica, social e política do país. Em segundo lugar, o autor põe a ênfase no surgimento da UNE como marco da história do ME, dividindo-a, inclusive, em dois momentos - antes e depois da UNE, mas não o relaciona, explicitamente, com o surgimento das universidades no Brasil. Outrossim, consideramos esse fato responsável, em boa medida, pelo reconhecimento por parte dos estudantes da necessidade de criação de uma entidade de âmbito nacional que assumisse a tarefa de centralização/unificação das lutas.

As obras de Fávero (1994) e Sanfelice (1986), da mesma maneira, contam a história do ME no Brasil, durante a vigência do regime militar, a partir da atuação da UNE, a qual, portanto, é tomada como marco histórico e referência da

resistência estudantil nesse período. Ambas as obras se balizam, sobremaneira, na trajetória traçada por Poerner (1995).

Em se tratando do conjunto das obras, identificamos que estas não tratam com exatidão dos documentos produzidos pelo próprio ME, desconsiderando aspectos importantes/relevantes dessa história, tais como, os temas dos congressos, o número de participantes, o nome dos participantes e organizadores, as decisões e os encaminhamentos tomados etc.

Consideramos lícito ressaltar, ainda, a respeito do processo de reconstrução da UNE, cuja culminância se deu no Congresso da Entidade, em 1979, na cidade de Salvador, que os autores negligenciaram a discussão sobre o papel fundamental que as Executivas de Curso desempenharam nesse processo, as quais procuraram ocupar o vazio político que se formou após a desestruturação da UNE. Face ao caráter dos debates que permeavam os encontros de área/curso, que, para o regime militar, pareciam ser meramente acadêmicos, tornou-se possível às Executivas assumirem uma função política de destaque no que se refere à organização e à luta estudantil durante o fase de clandestinidade da UNE.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS LUTAS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS

Poerner (1995), em sua obra *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, divide a história do movimento estudantil brasileiro em dois momentos: antes da UNE e depois da UNE. O primeiro, caracterizado pela fragmentação, isolamento e descontinuidade das lutas, compreende o período que vai desde os tempos coloniais até a fundação da UNE, em 1937. O segundo, por sua vez, inicia-se com a criação da referida entidade e perdura até os dias atuais. Conforme esclarece Poerner, esse segundo momento é marcado pela centralização das lutas estudantis. Nas suas palavras (1995, p. 51),

O movimento estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. Tal como o entendemos e conhecemos hoje, esse movimento existe somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança aquilo que o movimento operário brasileiro só obteve - ainda assim de maneira muito precária - durante um curto período do governo João Goulart, com o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), a centralização.

A nosso ver, as lutas estudantis que marcaram o período referido não constituem propriamente um **movimento**, haja vista a descontinuidade de tais lutas e a ausência de um **eixo** bem definido em torno do qual os estudantes pudessem unificar e centralizar as suas ações. Isto está relacionado, em parte, ao atraso, em relação às nações desenvolvidas, no processo de fundação das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil, que data do século XIX, primeiramente, como instituições isoladas. As universidades, fundadas no tripé ensino-pesquisa-extensão, surgiram apenas a partir da década de 1920 do século XX – é o caso da Universidade do Rio de Janeiro (1920), da Universidade de Minas Gerais (1927) e da Universidade de São Paulo (1934), por exemplo. Por outro lado, explica-se pelo de fato de o processo de industrialização e inserção, subordinada, do país no sistema mundial do capital, ter-se iniciado apenas por volta da década de 1930.

Não é de se estranhar, pois, que a UNE tenha sido criada somente em 1937, uma vez que, até então, as universidades praticamente inexisteram e o modelo econômico baseado na agropecuária não demandava formação escolar nem de nível básico, quanto mais de nível superior.

Retomando o percurso histórico traçado por Poerner, observa-se que, no período colonial da história do Brasil, destacaram-se lutas de caráter mais geral, não havendo, portanto, registro de lutas que envolvessem, especificamente, a defesa da educação pública. O autor põe em evidência duas importantes lutas estudantis, a saber, a primeira, em 1710, contra a invasão francesa ao Rio de Janeiro, comandada por Jean François Duclerc. De acordo com o mesmo autor, esta teria sido a primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira; a segunda, em 1789, envolveu a participação dos estudantes na Inconfidência Mineira.

Merece destaque, no período imperial, o surgimento das primeiras faculdades brasileiras, em Olinda e em São Paulo. De acordo com Poerner (1995), esse fato contribuiu para o engajamento dos filhos da oligarquia paulista e do latifúndio açucareiro pernambucano nas campanhas estudantis em favor da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Segundo ele (1995, p. 61), "... são justamente essas campanhas que dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil brasileiro".

Além dessas manifestações, registra-se, também, o envolvimento estudantil, em menor escala, na Revolução Farroupilha, em 1935, no Rio Grande do Sul e na Sabinada, em 1837, na Bahia. As lutas estudantis, de caráter nacionalista e constitucionalista, segundo caracterização de Poerner (1995, p. 61), "... se dirigiam, de início, contra o lusitanismo e absolutismo do Imperador Pedro I, até que este abdicasse do trono, em 7 de abril de 1831".

No período que compreende os anos de 1840 a 1860, as manifestações estudantis cedem lugar às manifestações literárias e artísticas, as quais reuniram Fagundes Varela, Castro Alves e Álvares de Azevedo, dentre outros, na faculdade

paulista. Com a “retirada temporária da política” do movimento estudantil, a poesia passou a ser o centro das atenções dos estudantes. Com o crescimento do ideal abolicionista, a poesia vai mudando o seu conteúdo e torna-se “socialmente participante”, tendo a frente Castro Alves e Tobias Barreto. Segundo Poerner (1995, p. 63), “A poesia social devolveu, numa seqüência lógica, os estudantes à política, na qual passaria, daí em diante, a assumir posições cada vez mais divergentes das que defendia o governo [D. Pedro II]”.

No final do período imperial, ainda destaca-se a participação dos estudantes num dos primeiros movimentos de massa do Brasil, a Revolta do Vintém, deflagrado contra o Imperador, depois que este aumentou um vintém nos preços das passagens dos bondes.

Na Primeira República, mereceram a atenção de Poerner os protestos estudantis contra as atrocidades cometidas contra Canudos e as manifestações contra a *Light* (Empresa de distribuição de energia elétrica); a Campanha Civilista, comandada por Rui Barbosa e a Campanha Nacionalista, liderada por Olavo Bilac.

Em relação à indignação dos acadêmicos de Direito da Bahia com o desfecho do episódio de Canudos, vale destacar que as manifestações tomaram a forma de documento escrito dirigido à população brasileira, o qual, segundo informa Poerner (1995, p. 72), teria sido “um dos primeiros manifestos estudantis da nossa história”. Vejamos alguns trechos, a título de ilustração, do referido manifesto:

Os signatários da presente publicação, alunos da Faculdade de Direito da Bahia, tendo até agora esperado em balde que alguma voz se levantasse para vingar o direito, a lei e o futuro da República, conculcados e comprometidos no cruel massacre que ... foi exercido sobre prisioneiros indefesos e manietados em Canudos e até em Queimadas ... - vêm declarar perante os seus compatriotas - que consideram um crime a jugulação dos míseros conselheiristas aprisionados, e francamente o reprovam e o condenam, como uma aberração monstruosa ... seria uma vergonha sintomática de maiores aviltamentos para o futuro, se a consciência nacional, acobardada, emudecesse diante dos responsáveis pelos trucidamentos de Canudos e Queimadas ... (POMBO *apud* POERNER, 1995, p. 73).

Sobre as manifestações estudantis contra a *Light*, conta Poerner (1995) que estas eram praticamente rotineiras, não trazendo elementos de novidade, ocorrendo em várias épocas no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Destaca, no entanto, a participação dos estudantes no protesto popular contra o aumento dos preços das passagens dos bondes, nos dias 17, 18 e 19 de junho de 1901, sendo reprimidos pela polícia.

É importante frisar que os primeiros anos da república foram marcados por uma profunda calma estudantil, seguidos de uma participação tímida dos estudantes nos assuntos políticos do país. Na avaliação de Poerner (1995, p. 79), a debilidade da luta estudantil, desse período, caracterizada pela dispersão, deveu-se à “... falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de plataformas de luta que a motivasse ...”. Essa “pasmaceira geral” foi interrompida por uma tragédia que teve como resultado a morte de dois estudantes, em 22 de setembro de 1909.

Poerner (1995) relata que, em setembro de 1909, os estudantes realizaram uma passeata comemorativa ao início da primavera, a qual foi duramente reprimida pela Brigada Policial. Para protestar contra os abusos cometidos pela polícia, os estudantes se dirigiram ao General Souza Aguiar, que se recusou a recebê-los, gerando um protesto estudantil, marcado pelo enterro simbólico do comandante da Brigada. O resultado do protesto foi muito pior do que a repressão que o motivou: dois estudantes mortos e numerosos feridos. Este trágico episódio ficou conhecido como a “primavera de sangue”.

A “primavera de sangue”, segundo Poerner (1995), precedeu a fase mais intensa da Campanha Civilista, que se desenvolveu de 03 de outubro de 1909 a 01 de março de 1910. De acordo com esse mesmo autor (1995, p. 92), a partir desse momento, “... a juventude universitária se congrega, num crescendo de empolgação, em torno do homem que encarnava a ‘luta do futuro’ [Rui Barbosa], não lhe poupando manifestações de carinho e entusiasmo ...”. No entanto, conforme esclarece Poerner (1995, p. 93), a participação dos estudantes na Campanha Civilista representou apenas uma sacudida na “pasmaceira” de então,

uma vez que “... não havia, ainda, uma organização que desse um caráter de permanência à militância política dos estudantes”.

Sanfelice (1986, p. 11) registra a ocorrência, nessa época, do 1º Congresso Nacional dos Estudantes, em 1910, do qual se tem publicado, segundo informa, uma *Polyanthea Comemorativa*.

Em 1917, surgiu a Liga Nacionalista, fundada, entre outros, pelo poeta Olavo Bilac. Segundo nos informa Poerner (1995), a campanha pelo serviço militar obrigatório, tendo à frente o referido poeta, contribuiu para o despertar da juventude, que se encontrava adormecida. Dentre as atividades realizadas pela Liga, destacam-se a participação na política acadêmica; o engajamento na melhoria do nível de instrução popular; a campanha eleitoral de 1918 para o preenchimento da vaga deixada por Carlos de Campos no Senado Estadual paulista, a qual introduziu, no Brasil, as caravanas políticas e as passeatas urbanas; a luta contra a gripe “espanhola”, em outubro de 1918; a participação na campanha eleitoral presidencial, apoiando a candidatura de Rui Barbosa contra o candidato governista, Epitácio Pessoa.

Com a vitória de Epitácio Pessoa para a presidência da república, a atuação política estudantil entrou em refluxo, não obstante, a revolta dos cadetes de Realengo, em apoio aos rebelados do Forte de Copacabana, em 1922. No quadriênio de Artur Bernardes, o movimento estudantil sofre violento declive, caracterizado pelo “silêncio total da juventude” (1995, p. 103) que, na avaliação de Poerner, parecia esperar o final da República Velha.

Na Segunda República, Poerner (1995) enfatiza a participação dos estudantes no Movimento Constitucionalista de São Paulo, em 1932, e o apoio à candidatura de José Américo à presidência da república, em 1937.

A respeito do Movimento Constitucionalista, Poerner (1995) assevera que este teria acentuado a dissociação operário-estudantil já verificada por ocasião das greves de julho de 1917 deflagradas pelos trabalhadores paulistas, nas quais

os estudantes assumiram posição de resistência às lutas operárias, chegando ao ponto de se oferecerem para substituir os motorneiros grevistas, quando da paralisação de 70 mil trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores não participaram do Movimento Constitucionalista, considerado reacionário pela opinião pública.

Em 1937, surge a Frente Democrática da Mocidade, entidade de caráter antifascista que, na análise de Poerner (1995, p. 119), "... não deixa de se revestir de uma certa importância na história da participação política estudantil ...". Esta entidade teve vida efêmera, destinada, especificamente, a organizar o apoio dos estudantes à candidatura de José Américo à presidência da república. O golpe de 10 de novembro de 1937, que inaugurou o Estado Novo, cancelou as eleições e pôs fim à entidade.

Vale destacar, ainda, o fato mais importante, na avaliação de Poerner (1995), que marcou o final da Segunda República: o nascimento da União Nacional dos Estudantes, em 11 de agosto de 1937, no 1º Conselho Nacional de Estudantes, no Rio de Janeiro, contando com a participação de representantes oriundos dos estados de São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais e do estado sede do evento, segundo informa Fávero (1995, p. 17). Importa informar que Fávero (1995) não faz nenhuma referência que pudesse identificar tais representantes.

Seu reconhecimento oficial e formal ocorreu em 22 de dezembro de 1938, no 2º Conselho (Congresso) Nacional de Estudantes, do qual participaram cerca de 80 associações universitárias e secundárias. De acordo com Fávero (1995, p. 18), o 2º Conselho, diferentemente, do que o antecedeu, foi marcado "por seu caráter político", demonstrado na preocupação por parte dos estudantes presentes em relação aos problemas nacionais, tais como: a questão do analfabetismo, do ensino rural e da implantação da siderúrgica nacional. Os temas referidos revelam, ainda, as questões em torno das quais se centrava a atenção da sociedade naquele momento.

Ainda segundo a autora (1995, p. 18), esse Congresso constitui um marco histórico para o movimento estudantil brasileiro, pois “nele fica demonstrada a necessidade e a urgência de ser criada oficialmente uma entidade nacional, congregando os estudantes universitários”.

O processo de consolidação da UNE se estendeu até 1942, já em pleno Estado Novo, encerrando o que Poerner (1995) denomina de primeira fase da UNE.

As entidades estudantis universitárias que existiram antes da criação da UNE caracterizavam-se pela transitoriedade e regionalidade, vícios que, na avaliação de Poerner (1995, p. 124), “... minaram todas as tentativas de dar organicidade ao movimento estudantil ...”. Nesse sentido, a criação da UNE, a seu ver, “... representa, sem sombra de dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa história ...” (POERNER, 1995, p. 123).

Conforme anunciamos acima, a criação da UNE está estreitamente ligada ao surgimento das primeiras universidades no Brasil, o que, por sua vez, relaciona-se ao processo de industrialização, de formação de uma nova elite urbana e de mão de obra qualificada demandados pelo sistema capitalista brasileiro em vias de consolidação.

Levando-se em conta essa relação, podemos asseverar que a história do ME brasileiro – tomando-se a criação da UNE como marco, poderia ser dividido em dois grandes momentos: 1) do nascimento da UNE à década de 1960-70 – período, este, caracterizado pela existência de um capitalismo ainda incipiente, que se constituía sob a base de uma sociedade agrário-latifundiária, com a presença de uma classe trabalhadora marcadamente camponesa. Sendo assim, explica-se porque, durante esse período, a UNE e o ME liderado por esta, estiveram mais próximos do movimento camponês, como por exemplo, das Ligas Camponesas, bem como, o papel de vanguarda que esta assumiu; 2) da década de 1970-80 em diante – marcado pela existência de um sistema capitalista consolidado e de uma classe trabalhadora de base operária-industrial, que

começava se organizar, de forma mais autônoma e independente, em sindicatos. Datam dessa época, por exemplo, a criação da CUT e do Partido dos Trabalhadores – PT, como veremos a seguir. Nesse segundo momento, a UNE e o ME sob sua liderança, aproximam-se mais das lutas do movimento operário-sindical, perdendo, para estes, o papel de vanguarda e assumindo, por sua vez, uma função secundária no processo mais amplo de transformação da sociedade.

Retornando à história da UNE, Poerner (1995) põe em destaque as principais realizações da primeira diretoria da entidade, que teve como presidente o gaúcho Valdir Ramos Borges. Dentre elas, podem ser citadas, o apoio à campanha dos estudantes do Paraná contra o aumento das taxas e matrículas; a campanha pela reforma da Portaria 142, que exigia o sigilo das notas no decorrer do ano letivo; e a campanha pela “Nacionalização do Ensino”. À parte dessas realizações, o maior problema que acompanhou a primeira gestão consistiu no agravamento da crise entre a UNE e a Casa do Estudante do Brasil - CEB, motivada pela disputa em torno da hegemonia no ME, culminando com o violento despejo da UNE das dependências da CEB.

É importante frisar que a UNE unificara, nos seus primeiros anos de existência, o movimento estudantil brasileiro. Em 1940, já contava com 114 organizações representativas oficiais, 44 culturais e 13 assistenciais, além de sete Federações Esportivas, quatro Uniões Femininas, seis Centros Estudantis e as Uniões Estaduais recém-criadas (POERNER, 1995, pp. 145-6).

Ainda durante o Estado Novo, a UNE vai se destacar, juntamente com o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil (UFRJ), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a Confederação Brasileira dos Desportos Universitários - CBDU, os diretórios e os centros acadêmicos das faculdades, pela realização daquela que seria uma das primeiras grandes passeatas estudantis, em 04 de julho de 1942, no Rio de Janeiro, reunindo cerca de mil estudantes, no sentido de pressionar o governo a tomar a decisão de fazer o Brasil ingressar na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, dando início à campanha contra o Eixo, que se desenvolveu de 1942 a 1945. Com essa

mobilização, “... os estudantes assumiam, publicamente, a posição de vanguardeiros das manifestações de rua e dos movimentos de massa antifascistas ...”, cabendo, portanto, a eles, “... o mérito de terem deflagrado, corajosamente, as lutas contra as forças alienígenas infiltradas no país, denunciando-as, publicamente, e conseguindo contê-las com seu clamor ...” (POERNER, 1995, pp. 152-3). É importante lembrar que, na Segunda Guerra, se por um lado, os Aliados assumiam uma posição antifascista, por outro, constituíam forças abertamente pró-imperialistas.

Outra importante luta encampada pela UNE, nesse período, foi a luta pela conquista de uma sede permanente para a entidade. Em agosto de 1942, com o fechamento do Clube Germânia, dentre outros clubes e agremiações de origem alemã, italiana e japonesa, por decisão das autoridades brasileiras, a UNE, o DCE da Universidade do Brasil e a CBDU solicitaram ao Presidente Getúlio Vargas a cessão da sede do referido clube para instalarem, ali, as respectivas entidades. A petição foi levada diretamente ao chefe do governo pelos representantes das entidades mencionadas, merecendo daquele um despacho favorável. No entanto, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que havia ficado responsável pela regularização da entrega do prédio, expressou dúvidas quanto à viabilidade dessa concessão, o que motivou a ocupação, no dia 18 de agosto de 1942, da sede do Clube por parte dos estudantes, os quais se limitaram a comunicar ao ministro a decisão de permanecerem no prédio, ante o despacho presidencial. Assim, a UNE passa a ter uma sede definitiva, no prédio da Praia do Flamengo.

As manifestações contra o Estado Novo culminaram na morte do estudante Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, em 05 de março de 1945, quando da realização de um comício pró-candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes e contra a intervenção federal em Pernambuco, com a nomeação de Etelvino Lins, na Praça da Liberdade, no Recife. A morte do estudante levantou milhares de vozes em todo o país contra o Estado Novo. No dia 08 de março do mesmo ano, a UNE realizou um novo comício, este, abertamente de oposição ao Estado Novo, nas escadarias do

Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O comício reuniu estudantes, políticos e trabalhadores. Encerra-se, aqui, de acordo com Poerner (1995, p. 147), a segunda fase da UNE, considerada por muitos como “os melhores tempos da UNE”.

Em 1947, de acordo com Poerner (1995), iniciar-se-ia a terceira fase da UNE, compreendendo os anos de 1947 a 1949, denominada por ele de “fase de hegemonia do Partido Socialista”, destacando-se a Campanha “O Petróleo é Nosso”, em 1947, um dos maiores movimentos de opinião pública já registrados na história do Brasil; e a realização do 12º Congresso da UNE – CONUNE, em 1949, um dos mais famosos da história da entidade. Conta Poerner (1995) que os estudantes “reacionários” compareceram ao congresso dispostos a vencê-lo, mesmo que para isso fosse necessário usar a força. No entanto, mais uma vez foi eleito um socialista para a presidência da UNE, Rogê Ferreira, o qual renunciou ao cargo antes do término de seu mandato, assumindo, assim, em seu lugar José Frejat. É importante destacar que as resoluções do 12º CONUNE constituíram, durante muitos anos, o “programa fundamental da UNE”, constando dele, inclusive, uma das maiores conquistas da fase de hegemonia socialista: a gratuidade do ensino universitário.

Terminada essa fase, inicia-se a “do domínio direitista”, na classificação de Poerner (1995), sob a hegemonia da União Democrática Nacional – UDN, que vai de 1950 a 1956. Poerner (1995) observa que a ascensão da direita da UNE coincidiu com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro. Essa fase é marcada pelo decréscimo na participação política estudantil, acompanhado pelo surgimento do “peleguismo” universitário.

Esse período foi intercalado por uma gestão progressista, sob a liderança de Cunha Neto, na qual realizou-se, em março de 1955, o “Mês de Reafirmação Democrática”, alusivo ao transcurso de uma década do assassinato do estudante pernambucano Demócrito de Souza Filho. No congresso da UNE de 1955, o setor reacionário, com o apoio governista (Presidente Café Filho), mediante a cessão de aviões da Força Aérea Brasileira para o deslocamento dos delegados ao congresso, logrou, novamente, vitória, elegendo Paulo Egydio para a presidência

da entidade. Em julho de 1956, a ala progressista retoma a direção da UNE, após ter conquistado enorme prestígio junto ao estudantado devido a campanha, que paralisou o Rio, nos dias 30 e 31 de maio de 1956, contra o aumento, de um para dois cruzeiros, no preço da passagem dos bondes. Termina, assim, a fase “policia da UNE”, nas palavras de Poerner (1995, p. 172).

O período de 1956 a 1960, denominado por Poerner (1995) de fase da “recuperação política da entidade” - UNE, seria a sua 5ª fase. Segundo Poerner (1995), da greve contra o aumento da passagem dos bondes que rendeu ao grupo progressista a presidência da UNE, a maior experiência colhida foi a solidariedade dos sindicatos operários em relação à UNE, com o aparecimento da União Operária-Estudantil Contra a Carestia. Conforme relata Poerner (1995, p. 173), José Batista de Oliveira Júnior, como presidente da UNE (1956-1957) “... promoveu um amplo movimento de politização estudantil, abalando, assim, o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia, no que diz respeito a esse aspecto ...”.

Corroborando com essa análise, Sanfelice (1986, p. 17) afirma que esse período reflete “... uma politização maior do movimento estudantil ... com uma atuação mais intensa nos acontecimentos da vida nacional ...”.

Dentre as atividades desenvolvidas pela UNE, neste período, destacam-se a realização do 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, em Salvador, em maio de 1960, e também o engajamento da entidade na Campanha em Defesa da Escola Pública, motivado pelas discussões acerca da elaboração e aprovação da nossa primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (SANFELICE, 1986, p. 17).

Em 1961, com a vitória do estudante Aldo Arantes para a presidência da UNE, seguida pelas gestões de Vinícius Caldeira Brandt e José Serra, e com o crescente predomínio da Ação Popular no movimento estudantil, inicia-se a sexta fase da entidade, na classificação de Poerner, a da “ascensão católica no movimento estudantil” – que perdura até 1964. De acordo com Lima & Arantes

(*apud* SANFELICE, 1986, p. 61), a UNE, a partir dessa gestão e em decorrência dos acontecimentos políticos que se delinearam no país, “... passou a ser chamada de entidade comunista, célula vermelha ou de organização subjugada. A acusação partia de setores da Igreja Católica, de parte da imprensa burguesa e de políticos de direita”. Destacam-se como realizações desse período os 1º, 2º e 3º Seminários Nacionais de Reforma Universitária, respectivamente, em 1961, (Salvador), em 1962 (Curitiba), e em 1963 (Belo Horizonte); a criação dos Centros de Cultura Popular – CPC da UNE, em 1961; e a greve de 1/3, em 1962.

É importante destacar, também, o apoio da UNE à posse de João Goulart, então vice-presidente, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Por ocasião da renúncia, os militares tentaram impedir que o vice assumisse a presidência, argumentando que seria um risco ter um presidente que apoiava as manifestações grevistas e demonstrava simpatia aos regimes comunistas. Sanfelice (1986, p. 19) informa que a UNE decretou uma greve geral dos estudantes e deslocou a sua diretoria para o Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista⁴. Vale dizer, ainda, que, com a ascensão de João Goulart à presidência, a UNE manifestou-se favorável às reformas de base proclamadas pelo presidente. A UNE “desejava e achava necessário que as reformas efetivamente se viabilizassem. A própria Reforma Universitária passou a ser entendida como uma Reforma de Base indispensável ...” (SANFELICE, 1986, p. 23).

Do 1º Seminário de Reforma Universitária, resultou um importante documento programático do movimento estudantil, a “Declaração da Bahia”, contendo três títulos básicos: 1) A realidade brasileira; 2) A universidade no Brasil; 3) A reforma universitária. Quanto ao segundo item, o documento declara que “A universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a universidade se situa em seu topo” (*apud* POERNER, 1995, p. 178). No item que trata da reforma universitária, denuncia o papel da universidade

⁴ A tentativa de impedimento da posse do vice-presidente deparou-se com resistências lideradas pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que, com o apoio das emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, constituiu a “Rede da Legalidade”.

enquanto "... uma das peças de sustentação do *status quo* e um obstáculo ao projeto histórico brasileiro" (POERNER, 1995, p. 179) e propõe:

1) a luta pela democratização do ensino, com acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas faculdades de Direito) e de mestres-de-obras (nas faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a um atuação política em defesa dos interesses operários (apud POERNER, 1995, p. 179).

Do 2º Seminário de Reforma Universitária, realizado em março de 1962, em Curitiba, resultou, como era de se esperar, um novo documento, denominado "Carta do Paraná", contendo três tópicos: 1) Fundamentação teórica da reforma universitária; 2) Análise crítica da universidade brasileira; 3) Síntese final: Esquema tático de luta pela reforma universitária. Esse seminário objetivava o aprofundamento das discussões do anterior, buscando a perspectiva tática que lhe faltava. Nesse sentido, a maior inovação do documento foi, de fato, o terceiro item, mediante a "polêmica", na avaliação de Poerner (1995), inclusão da reforma universitária entre as reformas de base do governo João Goulart.

Sanfelice (1986, p. 39) informa que a revista da UNE, tratando das discussões ensejadas no referido Seminário em torno da reforma universitária, afirma que "... os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira ...".

Em um documento-estudo da UNE, publicado nos fins de 1963, a entidade avalia que o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária teria conseguido

... desenvolver um pensamento ao mesmo tempo crítico e criador ... aprofundou-se e alargou-se a crítica à universidade brasileira, mas, concomitantemente, procurou-se determinar medidas concretas, capazes de dar início ao processo de transformação estrutural da nossa universidade. Delineou-se um projeto de reforma e traçou-se a tática de luta (SANFELICE, 1986, p. 44).

O 3º Seminário de Reforma Universitária, realizado em Belo Horizonte, em 1963, por sua vez, manteve, em linhas gerais, o esquema tático aprovado na

“Carta do Paraná”, tentando aproximar a Reforma Universitária cada vez mais das reformas de base. Essa tentativa seria demarcada pela elaboração

... de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos à democratização da universidade e associasse a luta do movimento estudantil às lutas pelos principais projetos de Reformas de base e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela Reforma Universitária (UNE *apud* SANFELICE, 1986, p. 46).

O Centro Popular de Cultura da UNE (CPC) – órgão cultural da entidade, outra importante realização desse período, conforme anunciamos, surge em dezembro de 1961. A UNE, através desse órgão organiza *tournées* pelas capitais do país, com o objetivo de “... divulgar e implementar as propostas do CPC” (RAMALHO, 2002, pp. 116-8). Essas *tournées* ficaram conhecidas como “UNE-Volantes”. Ramalho (2002) conta que, por duas vezes, as UNE-Volantes estiveram no Ceará. A primeira, no período de 19 a 24 de abril de 1962 e, a segunda, no período de 10 a 14 de maio de 1963. Em dezembro desse mesmo ano, é realizado em Fortaleza o 1º Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, promovido pelo CPC.

Sobre a relação da UNE com o CPC, esclarece Ramalho (2002, p. 115), a partir de Berlinck, que enquanto a primeira estava sob o comando da AP, o segundo sempre funcionou sob o controle do Partido Comunista.

Em junho de 1962, em decorrência das discussões realizadas no 2º Seminário de Reforma Universitária, a UNE, sob a gestão de Aldo Arantes, realizou um greve histórica que conseguiu paralisar a maior parte das 40 universidades brasileiras à época: a greve de 1/3. A exigência de participação, com direito a voto, nos órgãos colegiados de administração da universidade, na proporção de 1/3, representava uma ação concreta do esquema tático de luta pela reforma universitária. Os estudantes fixaram o dia 1º de junho de 1962 como prazo para o cumprimento dessa exigência, caso contrário haveria uma greve geral estudantil. Como a exigência não fora atendida, a UNE decretou uma greve geral nacional, marcada por grandes manifestações públicas, entre elas, a ocupação, pelos universitários do Rio, do Ministério da Educação.

O 25º CONUNE, realizado em meio ao movimento grevista, além de eleger o novo presidente da entidade – Vinícius Caldeira Brandt – decidiu unanimemente pelo prosseguimento da greve, apesar de decorrido mais de um mês de mobilização. Os desgastes que os desdobramentos da greve estavam acarretando para as lideranças estudantis levaram a UNE à suspensão do movimento, em meados de agosto, após 82 dias de greve. Segundo Poerner (1995, p. 184), apesar de a greve não ter alcançado seus objetivos imediatos, “... contribuiu, sem dúvida, para aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da universidade no Brasil”. Vale apontar como resultado parcial da greve a adoção no Paraná da proporcionalidade de um terço de representação estudantil nos seus órgãos colegiados.

A luta pela participação de um terço nos órgãos de decisão da universidade significou, na avaliação de Sanfelice (1986, p. 44), “... uma tentativa de colocar um instrumento de decisão nas mãos do movimento estudantil e no interior da própria estrutura administrativa das universidades”. A UNE, por sua vez, avaliou que a greve teria sido “... um passo importante do movimento universitário, porque demonstrou a unidade e a coesão dos estudantes”. Porém, destacou com mais contundência os aspectos negativos do movimento grevista, pois, ao final da greve, o ME teria sido “... arrastado a uma crise sem precedentes, que o colocou ante uma necessidade inadiável: fazer uma revisão profunda de todos os seus instrumentos de luta e uma explicitação clara de seus objetivos” (UNE *apud* SANFELICE, 1986, p. 45).

Em relação ao 25º CONUNE, citado anteriormente, é importante dizer que este, de acordo com Sanfelice (1986, p. 61), constituiu o marco da “absoluta hegemonia de uma frente das forças de esquerda do movimento estudantil”, a saber, Ação Popular, Juventude Comunista e Política Operária, além de estudantes considerados independentes.

A partir do golpe militar, em 1º de abril de 1964, a história do movimento estudantil brasileiro e da União nacional dos Estudantes confunde-se com “... a

história da repressão às liberdades ...” (POERNER, 1995, p. 203). O eixo de ação da UNE vai deslocar-se do plano da luta específica – a reforma universitária – para o envolvimento na ação política mais geral no seio das lutas sociais contra a ditadura militar.

A sétima fase da UNE, a da repressão e da rebelião dos estudantes contra a ditadura, foi dividida por Poerner (1995), em vários momentos: 1) do golpe de 1964 a 1966, ou seja, dos primeiros anos da ditadura, sob a intervenção do Marechal Humberto Castelo Branco, período no qual destacam-se, por um lado, a invasão da Universidade de Brasília, em 1964, as conseqüências da Lei Suplicy de Lacerda (n.º 4.464/64) sobre o ME e os acordos MEC-USAID; e por outro, a luta dos estudantes contra a ditadura, tais como, a realização do plebiscito nacional contra a Lei Suplicy, a realização dos 27º e 28º CONUNEs, respectivamente, em São Paulo (1965) e em Belo Horizonte (1966), as manifestações de setembro de 1966 (o mês heróico); 2) de setembro de 1966 a meados de 1968, período marcado pela radicalização do processo repressivo, com a ascensão de Costa e Silva à presidência da república, em 1967, e pelo descenso do movimento estudantil, destacando-se a realização do 29º CONUNE, em 1967 e a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março de 1968; 3) de março de 1968, com a retomada das lutas estudantis movidas pelo sentimento de protesto contra a morte do estudante, constituindo-se “... um marco na história brasileira contemporânea” (POERNER, 1995, p. 289) a dezembro do mesmo ano, com a edição do AI-5. Nesse período, é relevante, o início da luta armada, ou seja, as chamadas guerrilhas urbanas; 4) de dezembro de 1968, com o endurecimento do regime, até março de 1977, com a volta dos estudantes às ruas, numa passeata que reuniu de três a quatro mil estudantes, em São Paulo; 5) de março de 1977 à derrubada da ditadura em 1984, com destaque para o processo de reconstrução da UNE.

Diante da possibilidade do golpe, a UNE decretou greve geral dos estudantes em todo o território nacional. Em nota expedida e assinada pelo presidente da entidade, José Serra, denunciava-se o golpe e identificava-se os

elementos da “reação” – Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga e Ildo Meneghetti. No entanto, é sabido, que a resistência da UNE não evitou o golpe e nem tampouco a destituição do governo Goulart.

Nos primeiros dias de abril de 1964, os militares golpistas desencadearam um processo repressivo que ficou conhecido como “Operação Limpeza”, que, de acordo com Sanfelice (1986, p. 161), “inspirou um conjunto amplo de ações ... [destinado] a ativar forças repressivas e a dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e sociais”. Nesse sentido, atingiria duramente o seu alvo principal: os sindicatos trabalhistas e as Ligas Camponesas. O autor (1986, p. 163) informa, ainda, que, durante o primeiro ano do regime militar, a “Operação Limpeza” afastou membros de 452 sindicatos, de 43 federações e de três confederações. Três outros sindicatos sofreram intervenção branca, com afastamento de líderes eleitos; um sindicato foi extinto e uma eleição foi cancelada.⁵

Nesse contexto, a repressão atingiria, também, a universidade, a UNE e o movimento estudantil liderado por ela. As universidades, na ótica da ditadura, precisavam ser invadidas e depuradas dos indivíduos ou das posições contrárias ao seu poder. Sanfelice (1986, p. 162) explica que o governo compreendia que as universidades “apresentavam potencialmente a possibilidade de serem subsidiadoras de propostas vinculadas ao modelo nacional-desenvolvimentista, através de sua produção intelectual”. No entanto, o movimento estudantil, que se encontrava, naquele momento, mais mobilizado do que os outros setores da comunidade universitária, constituía-se no grande entrave para a concretização desse objetivo. A UNE e o movimento estudantil, sob sua orientação, representava, então, o principal foco de resistência política e de mobilização no interior da universidade e fora dela.

De acordo com o ministro Flávio Suplicy de Lacerda, em comum acordo com a opinião do então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o maior

⁵ De acordo com Sanfelice (1986, p. 163), explicado em nota de rodapé, “em 1964, existiam sete confederações, 107 federações e 1948 Sindicatos de Trabalhadores Urbanos”.

risco que se colocava para a sociedade brasileira era a revolução comunista, a qual estaria sendo gerida dentro da universidade. Segundo suas palavras (*apud* SANFELICE, 1986, p. 75),

A revolução comunista só se fará pela Universidade inautêntica. Os comunistas têm bem ciência desta meridiana evidência, e sabem melhor ainda do que nós que há dois meios infalíveis, que se empregam em separado ou em conjunto, para fazer surgir da Universidade o Estado comunista: a massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime.

E continua (1986, p. 76), ratificando que “a revolução comunista só poderá partir da Universidade inorgânica”. O presidente Humberto Castelo Branco (*apud* SANFELICE, 1986, p. 8), por sua vez, é enfático ao afirmar que no movimento estudantil encontram-se “setores vinculados à subversão. [Cumprindo] localizá-los e detê-los” .

Como consequência da rebeldia do movimento estudantil que não se curvou ao controle, à repressão, desacatando o autoritarismo dos generais, a UNE teve sua sede depredada e incendiada e a Universidade de Brasília foi invadida por forças policiais, pelo menos três vezes. Esse segundo fato, quando da primeira invasão, em 09 de abril de 1964, foi relatado pela imprensa da seguinte maneira:

Quatrocentos soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, fortemente armados, sob o comando do Sr. Dutra Lacerda, superintendente da Polícia Metropolitana, cercaram a Universidade de Brasília, prendendo em massa, professores e estudantes. O reitor em exercício, professor Almir de Castro, reuniu em seu gabinete todos os procurados. Em seguida, mandou frei Mateus acompanhá-los. O professor e arquiteto Oscar Niemeyer era o número um da lista dos procurados pela polícia. Não estava em Brasília. Onze professores foram presos. O número de estudantes, todos eles ligados aos diretórios acadêmicos, não foi revelado. Os presos foram levados para o Teatro Nacional com sentinela à vista. Foram tomados depoimentos até alta madrugada. Alguns foram soltos, mas não se revelou a lista. Todas as dependências da universidade foram vasculhadas. A biblioteca interditada até o professor Alberto Deodato fazer vistoria. Um livro de Diderot foi confiscado (Última Hora *apud* POERNER, 1995, pp. 207-8).

Fávero (1995, p. 48) cita alguns exemplos da repressão policial contra os estudantes, logo no primeiro dia da instauração da ditadura militar, em 1º de abril de 1964:

dois estudantes são mortos por soldados do Exército em Recife; em Belo Horizonte, o DCE e a UNE são fechados; no Rio, soldados da Polícia entram em choque com estudantes nas proximidades da Faculdade Nacional de Direito, resultando sete feridos e um morto; em Brasília, passeata é dissolvida por tropas do Exército.

Poerner (1995) relata que no primeiro semestre de 1965, o reitor-interventor Zeferino Vaz da Universidade de Brasília toma a decisão de contratar, para lecionar Filosofia, o professor Ernani Maria Fiori, o qual era considerado “suspeito” pelo regime. Diante de sua decisão, o Serviço Nacional de Informações exigiu uma retratação do reitor-interventor, que decidiu pela demissão do referido professor. Esse fato gerou uma greve estudantil de protesto às pressões militares contra a autonomia universitária. O reitor-interventor aguardou o período de recesso escolar para demiti-lo. No segundo semestre do mesmo ano, eclodiu mais uma greve estudantil contra a demissão do professor Ernani Maria Fiori, o fechamento do restaurante universitário e a ameaça de aumento nos preços das refeições, culminando com a renúncia de Zeferino Vaz. Pouco depois, o novo reitor-interventor Laerte Ramos de Carvalho demitiu o professor Las Casas, que se exilou na França, causando mais uma onda de protestos de professores e alunos, numa greve unificada, exigindo imediatamente sua renúncia. A Universidade foi mais uma vez invadida, inúmeros alunos foram presos e 15 professores demitidos, provocando uma demissão coletiva, num gesto de solidariedade, de mais de 200 professores. Depois de tudo isso, mediante o Ato Institucional n.º 2, a Universidade de Brasília foi fechada e ocupada pela polícia.

Em se tratando da repressão particular aos estudantes e as suas organizações estudantis, em 09 de novembro de 1964, o Marechal Humberto Castelo Branco editou a Lei n.º 4.464⁶, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, a qual visava

⁶ Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, e que “dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências” (SANFELICE, 1986, p. 80).

... especialmente, à extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação (POERNER, 1995, p. 214).

Quanto ao teor da Lei n.º 4.464/64, é importante destacar as medidas previstas no texto em relação ao controle do ME e de suas atividades. De acordo com a Lei,

Fica vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, greves. Determina, também que diretores de faculdades, de escolas e reitores incorrerão em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitirem o não-cumprimento da lei (apud FÁVERO, 1995, p. 60).

Ainda de acordo com a mesma autora (1995, p. 61), o repúdio dos estudantes a essa Lei se apresentou sob dois aspectos:

a) de um lado, a rejeição a esse dispositivo se faz por entender que o mesmo desfigura frontalmente as entidades estudantis, em todos os níveis, criando órgãos contra a vontade manifesta dos universitários, com funcionamento limitado; b) de outro, por se considerar que a lei contraria os princípios básicos do funcionamento de qualquer entidade de representação: direito de autonomia, de organização interna, de livre manifestação de pensamento e de associação.

Nesse sentido, no que se refere à ação efetiva dos estudantes contra a Lei Suplicy, destacam-se a realização de um plebiscito nacional, encaminhado pela UNE, no qual 92,5% dos votantes posicionaram-se contrários à referida Lei, bem como, a decisão aprovada, na plenária final do 27º CONUNE de boicote à Lei, transformando o dia 16 de agosto no Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação – Sr. Suplicy de Lacerda. A campanha contra a referida lei, segundo Poerner (1995, p. 240), “tonificou ... o movimento estudantil”.

Outro mecanismo de controle político-ideológico da educação brasileira por parte do regime militar foram os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States Agency for International Development – USAID, os quais, de acordo com a análise de Poerner (1995, p.

226), representaram “... o ponto culminante da escalada cultural norte-americana em nosso país”.

O clímax dos protestos contra esses acordos se deu em 1967, quando o Ministro da Educação, Tarso Dutra, questionado a respeito do teor dos textos, alegou desconhecê-los, mas comprometendo-se em revê-los, caso fossem inconvenientes aos interesses da educação brasileira. Argüido mais uma vez, em 26 de abril de 1967, ante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ratificou que não os tinha lido ainda, acrescentando que: “... mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico” (Jornal do Brasil *apud* POERNER, 1995, p. 228).

É importante relatar, ainda, nesse período, a realização dos 27º e 28º CONUNE, respectivamente, em São Paulo (1965) e em Belo Horizonte (1966). O primeiro, contou com a participação de 313 das 450 representações acadêmicas existentes no país e elegeu para a presidência da entidade o estudante paulista Antônio Xavier. O segundo, realizado num momento de ascensão das lutas – iniciado com uma passeata em Belo Horizonte, na primeira quinzena de março de 1966, duramente reprimida pela polícia e que motivou várias mobilizações de solidariedade em outros estados – foi considerado ilegal pelo secretário de Segurança de Minas, onde ocorreria o congresso, e legal, obviamente, pelos seus organizadores. Estes burlaram a repressão e, “... entre duas missas, num dos salões do porão da igreja de São Francisco, convento dos Padres Franciscanos”, realizaram o 28º CONUNE.

Para finalizar esse período – do golpe a setembro de 1966 – não poderíamos deixar de nos referirmos às manifestações do “heróico” mês de setembro de 1966. De acordo com Poerner (1995), a suspensão das aulas na Faculdade Nacional de Direito, a prisão de 178 estudantes paulistas durante congresso clandestino realizado pela UNE-UEE em São Bernardo do Campo, as greves de São Paulo e do Rio e as passeatas de protesto em Minas Gerais constituíram o pontapé inicial do processo que fez do mês de setembro de 1966,

“um dos meses mais intensos, agitados e heróicos da história do movimento estudantil brasileiro” (1995, pp. 251-2).

Segundo Poerner (1995), tudo teria iniciado no dia 14 de setembro de 1966, quando os estudantes da Faculdade Nacional de Odontologia entraram em greve de protesto. Estavam diante da Faculdade Nacional de Filosofia – FNF, pichando na calçada a frase “Viva a Liberdade”, quando chegaram os policiais do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS e prenderam dois alunos, gerando uma reação dos demais manifestantes que tentaram impedir a prisão dos colegas, bloqueando a saída dos carros. No tumulto, mais um estudante foi preso. O batalhão de choque foi solicitado e quando se aproximava do local os estudantes sentaram-se no chão e passaram a gritar as palavras de ordem: “Viva a liberdade” e “Abaixo a ditadura”.

No mesmo dia, conta Poerner (1995), que a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro mandou fechar todas as suas dependências, numa tentativa de impedir uma grandiosa manifestação convocada pela UNE.

De acordo com o relato de Poerner (1995), no dia 18 de setembro de 1966, antecedendo o dia Nacional de Luta contra a Ditadura, este convocado para o dia 22, a UNE decretou uma greve geral em todo o país, a qual perduraria até a madrugada do dia 23, com o “Massacre da Praia Vermelha”, quando o movimento já se encontrava esvaziado. Desde a véspera do massacre, após a realização de uma passeata que teve como palavra de ordem central “Povo organizado derruba a ditadura”, cerca de 600 estudantes teriam ficado encurralados por centenas de policiais que facilitou o massacre, iniciado às 3 horas e 45 minutos do dia 23, o qual fora assim descrito pela mãe de uma das moças que se encontrava no local:

... A golpes de aríete, correndo histericamente, chegavam os PM ..., quebraram os portões da FNM e, feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões, invadiram a faculdade ... Vi sair um rapaz todo ensangüentado, debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército, e mais outra desmaiada, e serem carregados para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semimortos, alguns deles muitos jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos

trancos; ... sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de corram vagabundos, covardes, filhos da ... (*apud* POERNER, 1995, p. 254).

No dia 22 de setembro foram registrados protestos em vários pontos do país. Neste dia, o movimento estudantil brasileiro atingiu o seu clímax.

De setembro de 1966 até meados de 1968, o movimento estudantil vai vivenciar um período de descenso das lutas. Segundo Poerner (1995, p. 256), esse refluxo gerou pelo menos três conseqüências sérias: “1) a rearticulação ... de grupelhos direitistas nas universidades; 2) o desinteresse pelas eleições, com grande abstenção no pleito de agosto de 1967; 3) os resultados pouco convincentes do 29º Congresso Nacional dos Estudantes ...”.

Em relação à organização e a realização do Congresso clandestino da UNE, em agosto de 1967, no Convento dos Dominicanos, em Valinhos, interior de São Paulo, com o apoio decisivo dos frades, Poerner (1995, p. 266) destaca três pontos positivos: a) a maior participação de estudantes, com a presença de cerca de 400 delegados; b) a participação de um número maior de escolas e faculdades e, conseqüentemente, de diretórios; c) o fato de os seus organizadores terem conseguido realizá-lo, a despeito da violenta repressão policial.

O congresso elegeu Luis Travassos como novo presidente da entidade e aprovou uma carta política. No que diz respeito à atuação dos estudantes, dizia o documento:

... A tarefa fundamental do movimento estudantil é a luta política, que consiste numa preparação para aliar-se às classes que, historicamente, terão seu papel importante no processo de transformação social. A luta do movimento estudantil é de denúncia da ditadura e do imperialismo, sendo além disso, uma luta concreta e prática contra a intervenção ditatorial e imperialista nas universidades. O ponto principal dessa luta é o acordo MEC-Usaid ... (*apud* POERNER, 1995, p. 268).

O documento preocupava-se de forma acentuada em definir o papel do movimento estudantil e suas relações com a luta mais geral, ao afirmar que

...O movimento estudantil deve se preparar para a aliança com as classes que historicamente têm condições de levar adiante de forma conseqüente, as transformações revolucionárias da sociedade. O movimento estudantil se aproxima da aliança com os operários e camponeses enquanto força auxiliar que luta contra o inimigo comum: o imperialismo e a ditadura, que expressa seus interesses (*apud* SANFELICE, 1986, p. 137).

Finalizando o documento, a UNE apresentava o programa que deveria orientar a nova gestão. Destaquemos o item 3 que resume os principais eixos de luta assumidos pela entidade nesses anos de ditadura:

3 – Luta contra o acordo MEC-USAID, a reforma universitária da ditadura, privatização das universidades, transformação em fundações, entrega do ensino ao controle de capitais estrangeiros. Denunciar todas essas medidas de adequação da Universidade aos interesses do imperialismo e a extinção da gratuidade do ensino. O boicote às medidas concretas de aplicação do acordo MEC-USAID e da reforma da ditadura. Pelo ensino gratuito em todos os níveis (...) (*apud* SANFELICE, 1986, p. 138).

No dia 28 de março de 1968, aconteceria um fato que colocaria fim no período de descenso do movimento estudantil: o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, no restaurante Calabouço. A polícia invadiu, de surpresa, o recinto, onde dezenas de estudantes faziam suas refeições e abriu fogo. A morte de apenas uma pessoa causou até estranheza pela quantidade de marcas de balas nas paredes e pela depredação do local. O General Osvaldo Niemeyer Lisboa, superintendente da Polícia Executiva, explicou a situação com as seguintes palavras: “A polícia estava inferiorizada em potência de fogo” (*apud* POERNER, 1995, p. 269). Poerner (1995, p. 269) rebate ironicamente a explicação, afirmando que “O militar revolucionava toda a teoria sobre armamentos, ao considerar garfos, colheres, bandejas e facas de cozinha armas mais poderosas que revólveres e pistolas calibre 45”.

O corpo de Edson Luis de Lima Souto foi levado para a Assembléia Legislativa, onde foi velado por uma grande multidão de pessoas dentro e fora do prédio. As pessoas que, segundo estimativa do *Correio da Manhã*, somaram centenas de milhares, permaneceram até a manhã do dia seguinte, do onde saíram, seguindo o cortejo em direção ao Cemitério de São João Batista.

Coberto pela Bandeira Nacional, o caixão desceu as escadarias da Assembléia sob os acenos de milhares de lenços brancos. O povo entoava o Hino Nacional. Do alto dos edifícios caíam pétalas de flores e papéis picados ... os gritos mais ouvidos - igualmente inscritos em centenas de faixas - eram “Poderia ser seu filho!”, “Fora assassinos!”, “Brasil, seus filhos morrem por você!” e - os mais constantes de todos - “Abaixo a Ditadura Fascista!” e “Povo Organizado Derruba a Ditadura!” ...

Quando o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior da necrópole ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: “Neste luto, começou a luta!” ... (POERNER, 1995, p. 271).

Segundo Poerner (1995), esta seria até então a maior manifestação popular de protesto pós-golpe, seguida de dezenas de outras mobilizações em vários pontos do país, culminadas no dia 1º de abril - quarto aniversário do golpe, com uma grande movimento de protesto no Rio de Janeiro, duramente reprimido pela polícia, deixando um saldo de duas mortes, 60 populares e 39 policiais feridos, 321 presos e a ocupação da cidade por tropas federais, do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Outras manifestações se sucederam, ao longo do ano de 1968, destacando-se como as mais importantes, na avaliação de Poerner (1995, p. 290), as realizadas no Rio de Janeiro, em 26 de junho e 4 de julho, conhecidas como as “Passeatas dos Cem Mil”, porque ambas reuniram mais de cem mil manifestantes.

Fávero (1995, p. 56) salienta que, ao longo do ano de 1968, “o movimento estudantil é bastante castigado pela repressão violenta em todo o país”. Nesse contexto, cita como exemplos a repressão contra os estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por ocasião da realização de uma assembléia geral, durante a qual foram “encurralados, espancados e [presos]” e a invasão à UnB, em uma operação policial que envolveu 30 carros da Polícia Civil, duas companhias de Polícia Militar, agentes do DOPS e do Serviço Nacional de Informações e mais 13 Choques da Polícia do Exército, resultando no espancamento a alunos, professores e parlamentares.

Edson Luis não foi a primeira nem a última vítima da repressão no período que abrange os anos da ditadura no nosso país, mas, sua morte, sem dúvida,

desencadeou no Brasil o "... processo de liberalização que em 1968 sacudiu tantos outros países...", tornando-o um ano "... intelectual e culturalmente, ...profícuo nos principais setores da vida nacional ..." (POERNER, 1995, pp. 290-1).

A partir do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, no Estado de São Paulo, em outubro de 1968, o movimento estudantil vai enfrentar um longo período de refluxo, intensificado com a edição do AI-5, em dezembro do mesmo ano, considerado o mais drástico de todos, pois fechou o Congresso nacional e suspendeu, por tempo indeterminado, o *habeas corpus*.

O lugar escolhido para a realização do Congresso da UNE, Ibiúna, uma pequena cidade do interior paulista, revelou-se, de imediato, impróprio, uma vez que cerca de mil estudantes se dirigiram a um só tempo para a referida cidade, chamando a atenção não só da população local como, também, das autoridades policial-militares. No dia 14 de outubro, os 920 delegados foram cercados e presos, dentre eles, as principais lideranças estudantis à época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean-Marc Charles Frederic Von der Weid.

A UNE chegaria em 1969 sem presidente, uma vez que o congresso de Ibiúna tinha sido interrompido logo no seu início e Luis Travassos encontrava-se preso. A solução encontrada, já que a entidade estava atuando na clandestinidade, era a realização de minicongressos ou congressinhos regionais para eleger o colegiado que elegeria a nova diretoria. Três chapas que concorreram: a de Jean Marc, indicada por Travassos e constituída por seis militantes da AP e quatro do PCB; a de José Dirceu, uma frente anti-AP de dissidências, apoiada por Vladimir Palmeira; e a de Marcos Medeiros, integrada pelo PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). No congresso ampliado, realizado no início de abril, num sítio do sopé da pedra da Gávea, no Rio, após apurados os votos, apresentou-se esse resultado: Jean-Marc obteve 378 votos; Dirceu, 371; e Medeiros, 29. Entre os vice-presidentes eleitos, estavam: Honestino Monteiro Guimarães; José Genoino Neto; Helenira Rezende; Gildo Macedo Lacerda; Humberto Câmara; Ronald Rocha e José Carlos da Matta Machado.

Essa diretoria seria completa e violentamente reprimida pelo aparato militar, de acordo com o relato de Poerner (1995, pp. 300-1).

... Jean-Marc: preso em Ibiúna, conseguiu evitar o recambiamento para o Rio, onde já havia sido condenado a dois anos de prisão, declarando-se membro da delegação do Paraná; na viagem a Curitiba, aproveitou-se de um cochilo dos agentes para fugir do ônibus ... mas foi novamente apanhado, já eleito presidente, em setembro de 1969, e mantido preso até ser banido do país, em janeiro de 1971, em troca da libertação do embaixador suíço. ... Honestino, ... condenado a 25 pela participação nas lutas estudantis de 1968 e ameaçado de morte pelos serviços de segurança militar desde 1971, foi preso no Rio, em outubro de 1973, e visto pela última vez na Oban ..., em abril de 1974. Genoíno e Helenira se entregaram, de corpo e alma, à experiência guerrilheira do Araguaia, onde ele foi preso e ela morta em combate. Gildo e José Carlos, presos na Bahia em 1973, teriam sido mortos “em tiroteio”, segundo a repressão. Humberto é um dos 144 desaparecidos da relação do Comitê Brasileiro pela Anistia; e Ronald foi preso no Rio, em 1972, e cumpriu pena.

Com o terror instaurado com o AI-5 e a falta de perspectivas de participação política, a tese da luta armada contra o regime encontrou terreno fértil. Dessa forma,

... a luta armada, sob a forma de guerrilha urbana, foi uma consequência natural e óbvia do AI-5 ... única forma de participação política que o regime militar lhes deixara [aos estudantes]. E o único caminho que eles acreditavam poder conduzi-los à libertação do povo (POERNER, 1995, p. 297).

O movimento estudantil, após o longo interregno de quase absoluto silêncio entre 1969 e 1979 – embora nesse período tenham surgido algumas ações isoladas, como por exemplo, os atos pelo transcurso do segundo aniversário da morte de Edson Luis de Lima Souto, em 1970; as greves em vários Estados, sobretudo na Bahia e em São Paulo, com destaque para aquela deflagrada na USP, em outubro, após o assassinato, no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-Codi paulista, do professor e jornalista Vladimir Herzog, em 1975 etc. – volta às ruas em 30 março de 1977, numa passeata que reuniu de três a quatro mil estudantes, em São Paulo. Além da luta política contra a ditadura, o movimento acrescentou novas reivindicações à sua plataforma:

mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular ...; a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito ...” (POERNER, 1995, p. 302).

Ainda no ano de 1977, a UNE realizou, em São Paulo, o 1º Congresso Nacional pela Anistia, seguido dos 2º e 3º, respectivamente, em 1978 e 1979.

Em 1978, não ocorreram grandes manifestações, mas as atividades se voltaram para a organização e preparativos para o Congresso de Reconstrução da UNE, no ano que se sucederia.

Em janeiro de 1979, a Comissão Nacional Pró-UNE, integrada por 27 DCEs, realizou a sua oitava reunião, para deliberar acerca dos últimos detalhes da organização do 31º Congresso, o qual foi marcado para os dias 29 e 30 de maio, em Salvador. Antes disso, em 15 de março, a UNE promoveu um Dia de Luto Nacional em protesto contra a posse do General João Baptista Figueiredo na Presidência da República.

Sobre a legalidade da realização do Congresso da UNE, o MEC, por meio de seu ministro da Educação, Eduardo Portela, posicionou-se nos seguintes termos:

Comunico que a reunião da Comissão de Reconstrução da UNE, marcada para os dias 29 e 30 deste mês, em Salvador, é ilegal, não tendo o apoio nem a autorização do Ministério. Solicito a V. Sa. adotar providências preventivas cabíveis” (*apud* POERNER, 1995, p. 309).

Apesar da “não-autorização”, o Congresso foi aberto na manhã do dia 29 de maio, com a participação de mais de cinco mil estudantes. Dentre as diversas propostas aprovadas, o plenário decidiu pela eleição imediata de uma diretoria provisória de entidades, com eleição da diretoria definitiva, por urnas (inédita na trajetória da UNE), no segundo semestre.

Em relação ao plano de lutas que a UNE deveria encaminhar, os delegados aprovaram as seguintes propostas: pela gratuidade do ensino; por mais verbas para a educação; pela defesa da anistia ampla, geral e irrestrita; contra

devastação da Amazônia; por uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática; e pela filiação das entidades de base à UNE.

Na avaliação de Sanfelice (1986, p. 158), contudo, com as condições impostas pela repressão, principalmente, após a edição do AI-5, a UNE já não tinha mais condições de continuar exercendo um papel de vanguarda das lutas, ocasionando, um recuo que durou cerca de uma década.

Na nossa avaliação, conforme destacamos anteriormente, outros fatores contribuíram decisivamente para a secundarização desse papel, como por exemplo, a reorganização da classe trabalhadora – operária-industrial, em organismos classistas autônomos em relação ao Estado.

Com o Congresso de Reconstrução da UNE, termina a fase da clandestinidade, sendo esta, a primeira entidade nacional de massa a se reestruturar, ainda que tenha perdido o papel de vanguarda.

Em outubro de 1979, os estudantes de todo o Brasil, totalizando cerca de 360 mil universitários, elegeram, mediante a primeira eleição direta da história da UNE, o estudante de Comunicação Rui César Costa e Silva, então presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia, para a presidência da entidade.

A partir da década de 1980, com o “fim da ditadura” e com o processo de “re-democratização” do país, o movimento estudantil assume uma feição mais reivindicatória de defesa da continuidade do caráter público da educação e, em particular, da universidade. Assim, as lutas encampadas neste período direcionam-se, mais especificamente, à conquista e à manutenção de bandeiras relacionadas à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para as classes trabalhadoras. No caso do movimento estudantil universitário, a defesa de eleições diretas para reitor, de concurso público para professores efetivos ou, ainda, a luta contra a cobrança de quaisquer taxas na universidade, dentre outras propostas que passam a ocupar destaque nas discussões e mobilizações.

Não é por acaso que se dá essa mudança de eixo do ME, a partir da década de 1980, pois, até então, na ausência de organismos sindicais e partidários que assumissem a retaguarda das lutas, os estudantes constituíam a principal resistência ao regime. Com a criação do PT, em 1980, e da CUT, em 1983, o ME redefine seu papel no contexto da luta de classes e dos movimentos organizados das classes trabalhadoras, assumindo um lugar secundário nas lutas de caráter mais geral, embora mantivesse estreita ligação com os movimentos dos trabalhadores, principalmente, por via da defesa da educação / universidade pública, bandeira que, historicamente, comparece nas pautas dos movimentos estudantil e sindical.

Senão vejamos algumas ilustrações quanto à luta implementada pelo ME universitário em defesa da educação / universidade pública e gratuita, a partir da década de 1980.

Vale destacar, em primeiro lugar, a realização de uma greve nacional geral, em setembro de 1980, promovida pela UNE, com duração de três dias e que paralisou cerca de um milhão de estudantes e professores de 32 instituições do ensino superior, inclusive 20 das 34 universidades federais. A plataforma de luta incluía a defesa de mais verbas para a educação e a luta contra aumentos das anuidades superiores a 35%.

É importante registrar, também, a Campanha “Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos. Dever do Estado”, promovida pela UNE, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, Confederação dos Professores do Brasil – CPB e Associação nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES. A campanha, lançada em 13 de abril de 1982, estava prevista para desenrolar-se até meados de maio, conforme anunciava a Circular da UNE (1982).

Vale destacar, no ano de 1989, a ocorrência de uma greve nacional nas universidades federais, considerada a maior greve dos últimos 20 anos, envolvendo 41 universidades em greve de professores, 39 paralisadas com greve de funcionários e 19 em greve estudantil, envolvendo 300 mil pessoas.

Segundo o Boletim do DCE da UFC, de julho de 1989, as principais causas da greve foram

A deterioração das instalações, as más condições das salas de aula, a falta de professores, bem como a política privacionista do governo, de privilégios à iniciativa privada, em particular aos monopólios do ensino, já exaustivamente denunciada e combatida na Imprensa e nas ruas...

Antecedendo as grandes mobilizações do segundo semestre de 1992, no dia 08 de abril, a UNE convoca, através do seu Boletim Informativo (1992), o Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Universidade Pública e Gratuita e contra o Ensino Pago.

Poerner (1995) destaca que, após as grandes manifestações da década de 1980, tais como, “As Diretas Já!”, o movimento pela anistia, dentre outras, simpáticas à opinião pública, os estudantes retornaram às ruas, em grande estilo, em agosto de 1992, para exigir o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. O movimento começou em Curitiba, em 07 de agosto, coincidindo com a ocupação estudantil da Reitoria da Universidade Católica do Paraná, em protesto contra os aumentos abusivos das mensalidades.

No dia 10, ocorreu passeata “pela ética na política” em Manaus; no dia 11, em São Paulo e, assim, sucessivamente, não houve capital brasileira que não tenham realizado passeatas e manifestações diversas pelo “Fora Collor”. Essas passeatas levaram milhares de pessoas às ruas, culminando com a destituição de Collor da presidência e sua substituição pelo vice, Itamar Franco, em outubro de 1992.

Após essas gigantescas mobilizações, o movimento estudantil inicia um momento de refluxo, realizando, nesse ínterim, em 1993, a última greve estudantil nacional de que se tem notícia, que mobilizou cerca de 20 milhões de estudante em defesa da educação pública e gratuita.

Apesar da substituição do governo Fernando Collor de Melo por Itamar Franco, e, posteriormente, da vitória de Fernando Henrique Cardoso, no pleito eleitoral de 1994, as reformas de caráter neoliberal iniciadas pelo primeiro, não

apenas tiveram continuidade, como, principalmente, intensificaram-se no período que se seguiu a este governo.

Diante das reformas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no dia 11 de agosto de 1995, após 08 meses de seu mandato, a UNE, a UBES e demais entidades estudantis convocaram um Dia Nacional de Mobilização contra os planos neoliberais implementados por este governo. De acordo com o Nexo, órgão informativo da UNE, (1995, p. 02),

Centenas de jovens ocuparam as ruas das principais capitais do país no dia 11 de agosto ... para protestar por melhorias no ensino e exigir que as emendas neoliberais à Constituição propostas pelo governo FHC fossem submetidas a um referendo popular ...

Vale lembrar, ainda, nas décadas de 1980 e 1990, o *Dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito*, realizado periodicamente e aprovado em plenário do Congresso da UNE, sendo considerado um dos eventos de âmbito nacional mais importantes da agenda do ME. Nesse dia, os estudantes de todo o País manifestavam-se, de diversas maneiras, mediante passeatas, atos, audiências públicas etc. em defesa do caráter público e gratuito da educação em todos os níveis. Destarte a importância de tal atividade, esta fora pagada da pauta do ME nacional, tendo-se a notícia de que teria acontecido pela última vez no dia 01 de abril de 1998, através da convocação oficial da UNE (CONVOCATÓRIA DA UNE, 1998).

Abramos um parêntese, aqui, para situar o processo de disputa política em torno da diretoria da UNE, que vai configurar-se a partir da década de 1980, com o retorno dos Congressos da entidade. Em 12 e 13 de novembro de 1980, após a realização do 32º CONUNE, ocorreu a eleição para escolha da nova diretoria da UNE, na qual participaram cerca de 390 mil universitários. Concorreram cinco chapas, dentre as quais, logrou vitória a chapa *Viração*, tendo a frente o estudante alagoano Aldo Rebelo. A partir daí, o PCdoB terá o predomínio na diretoria da UNE até 1987, quando da ascensão do PT.

Em 1987, conforme já salientamos, o PT assume a presidência da entidade, com a eleição do paraense Valmir Santos, da tendência Nova Esquerda. Em 1988, o PT repete a dose, com a eleição do gaúcho Juliano Corbelini, da mesma tendência. No 40º CONUNE, em 1989, na Universidade de Brasília, como pudemos presenciar, o plenário aprovou a proposta de formação de uma diretoria com base na proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa. Dessa forma, o PT elegeu como presidente, o gaúcho Cláudio Langone, mas dividiu os cargos com as chapas concorrentes.

Em 1991, no 41º CONUNE, o PCdoB retoma a presidência, com a eleição da gaúcha Patrícia De Angelis, compondo uma diretoria proporcional, como a que a antecedeu, das mesma forma que seus sucessores. Inicia-se, a partir desse congresso, um período de hegemonia do PCdoB na UNE que perdura até hoje. Em 1992, no 42º CONUNE, o Partido elege Lindberg Farias para a presidência da entidade, o qual se tornará um dos presidentes mais populares da UNE, devido às suas aparições nas manifestações em favor do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. Em 1993, no 43º CONUNE, o PCdoB elege Fernando Gusmão para presidir a entidade, para uma gestão bianual. Nesse congresso, o PCdoB consegue aprovar, em meio a uma disputa acirradíssima, a proposta de realização de congressos bianuais. Portanto, o 44º CONUNE realizou-se somente em 1995, elegendo Orlando Silva Júnior para a presidência. Em 1997, no 45º CONUNE, elege-se presidente da entidade Ricardo Capelli. Em 1999, no 46º CONUNE, Wadson Ribeiro torna-se presidente da UNE. Em 2001, no 47º CONUNE, Felipe Maia consagra-se presidente. Em 2003, no 48º CONUNE, o maior congresso na história da UNE, que reuniu 15 mil estudantes, Gustavo Petta elege-se presidente, sendo, também, o primeiro presidente a reeleger-se na história da entidade. Petta encontra-se, atualmente, à frente da entidade, para dirigi-la no período de 2005-07.⁷ (ANEXO 3).

Alguns indícios revelam que, na década de 1990, ocorreram mudanças na concepção e nas formas de luta do movimento estudantil, provavelmente

⁷ Cf. site da UNE.

decorrentes das mudanças, também processadas, na estratégia e na concepção sindicais, uma vez que as forças políticas hegemônicas no movimento sindical são as mesmas que dirigem as principais entidades estudantis, a saber, Articulação Sindical (PT) e PCdoB.

Tomemos o exemplo da atual Reforma Universitária como ilustração para demonstrarmos como essa mudança de estratégia e concepção, assentada na “participação” e “proposição” se dá no movimento estudantil. Chama-nos a atenção não apenas o espírito da reforma – privatista – do governo Luis Inácio Lula da Silva, mas, sobremaneira, a posição assumida pela UNE, a exemplo da CUT, em relação à reforma sindical e trabalhista, de apoio explícito a essa reforma.

A UNE, juntamente com a UBES, ambas lideradas majoritariamente pelo PCdoB, no dia 09 de julho de 2004, reuniram-se com o ex-ministro da Educação Tarso Genro para apoiar dois pontos da reforma universitária: o PROUNI e o programa de destinação de cotas raciais nas universidades públicas. Sobre o primeiro projeto, afirmam as entidades: “o aumento de vagas públicas nas escolas privadas ampliará, para todos, oriundos do ensino público ou do ensino privado, o acesso à universidade”. Em relação ao segundo ponto, defende “o estabelecimento das cotas, [o qual,] além de uma questão de justiça, será decisivo para o fortalecimento e revigoramento do ensino em todos os níveis” (EBERHARDT, 2004a, p. 08).

Gustavo Petta, presidente reeleito da UNE, no último Congresso da entidade, realizado no dias 1, 2 e 3 de julho de 2005, em Goiânia, por sua vez, assumiu o compromisso de manter o apoio da entidade à reforma da educação superior, apoio este, que, na sua opinião, teria sido fundamental para a sua reeleição. Segundo Petta (2005), o desafio maior da UNE, no próximo período será, portanto, “... continuar influenciando no debate da reforma universitária e

tentar fazer com que as conquistas que estamos conseguindo sejam de fato concretizadas”.⁸

A UNE, além disso, apresentou-se como co-autora do projeto de lei, acompanhando o MEC nas chamadas caravanas que visitaram algumas universidades, com o intuito de propagandear a reforma, revelando uma estratégia política propositiva e de colaboração com o governo.

O apoio da UNE à Reforma Universitária tem sido veementemente contestada por vários setores do movimento estudantil universitário, resultando, inclusive, na criação, em 2004, de um movimento de ruptura com essa entidade, denominado Coordenação Nacional de Lutas Estudantis – CONLUTE, tendo, a sua frente, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU como principal força política.

Os estudantes, contrariando a sua entidade máxima, estão se mobilizando e realizando atos e encontros estaduais em todo o país contra a reforma universitária. Em maio de 2004, realizou-se Encontro Nacional contra a Reforma Universitária, no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de mais ou menos 1.500 estudantes de 17 estados e de 70 universidades, além de 18 escolas de nível médio (EBERHARDT, 2004b, p. 12). Em junho do mesmo ano, mais de 500 estudantes realizaram um ato contra a 1ª Audiência Pública Regional sobre a Reforma Universitária, promovida pelo MEC. Por ocasião do ato, gritavam palavras de ordem com o seguinte teor: “Foi pra lutar que eu vim aqui, contra a reforma do FMI” e “Governo Lula que traição, essa reforma é a privatização (RABELO; VICTOR, 2004). Em setembro de 2004, realizou-se a Plenária Nacional contra a Reforma Universitária, que reuniu 1.200 pessoas. O objetivo da plenária era unificar estudantes, funcionários e docentes contra a reforma. (EBERHARDT, 2004c).

A UNE, numa postura autoritária, desconsiderou todo esse processo de debate e de resistência à atual reforma, que tem se desenvolvido no país, o qual

⁸ Cf. entrevista a Gustavo Petta, no site do MEC: <http://portal.mec.gov.br>.

tem se materializado por meio de reuniões, encontros estaduais e nacionais, plenárias, plebiscitos, abaixo-assinados etc.

Pudemos testemunhar, na nossa trajetória de militância estudantil, o processo de burocratização sofrido pela entidade, levada a cabo pela União da Juventude Socialista – UJS, braço estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no ME, revelando-se no aparelhamento da entidade, no seu distanciamento das lutas e das entidades estudantis de base, no seu imobilismo, apostando, outrossim, na estratégia da negociação compartilhada com os setores governistas⁹.

Portanto, essa posição da UNE reflete, a nosso ver, o processo de atrelamento institucional da entidade aos governos e ao Estado, desde a conquista gradual da hegemonia do PCdoB na UNE, a partir do 41º Congresso da União Nacional dos Estudantes – CONUNE, em 1991.

1.3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CEARÁ

Em 1903, é fundada a primeira unidade de ensino superior no Ceará – a Faculdade de Direito. No biênio 1926-27, surge o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua – CACB, do Curso de Direito, tendo na presidência Olinto Oliveira (RAMALHO, 2002, p.55). Consta que essa é a primeira entidade estudantil universitária no Ceará.

Segundo Ramalho (2002, p. 58), o CACB, ao longo de sua história, teria participado ou sido protagonista de inúmeros acontecimentos de caráter artístico, cultural e político do Estado, sendo, pois, “... parte ativa nas campanhas, empreendimentos e lutas do movimento estudantil ...”. Exemplo do engajamento dessa entidade em movimentos sociais é a sua participação na greve dos empregados e operários da *Light* (empresa de distribuição de energia), em agosto de 1929.

No dia 10 de maio de 1926, foi fundado o Grêmio de Ensaios Literários dos Estudantes Fenixtas, mais tarde denominado Grêmio dos Estudantes Fenixtas, “... destacando-se por seu denodo na condução dos movimentos reivindicatórios dos estudantes de comércio ...” (RAMALHO, 2002, p. 59). Destacam-se, também, os grêmios Joaquim Nogueira do Ginásio Municipal e o Professor Joaquim Alves do Colégio São João (RAMALHO, 2002, p. 63).

No entanto, a origem oficial do movimento estudantil no Ceará será registrada apenas em 11 de agosto de 1931, data da criação do Centro Estudantil Cearense – CEC, a qual foi “... a primeira entidade a ter como escopo congregar e representar a totalidade dos estudantes cearenses” (RAMALHO, 2002, p. 19).

⁹ O PCdoB não apenas apoiou como compôs o chamado Governo de Unidade Nacional de Itamar Franco (1992-4), assim como, atualmente, compõe a base governista do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Destacam-se como realizações importantes do CEC: a redução nos preços das entradas nos cinemas Luz e Paroquial, nos da Empresa Ribeiro (às segundas, quartas e sextas); redução de preço de 10 a 15% nas livrarias Humberto e Moraes, em 1931; em março de 1933, a fundação da Casa do Estudante Pobre; em 1933, a fundação da Polícia Estudantil; em 1934, a instalação do Museu do Estudante (RAMALHO, 2002, pp. 21-30).

Em 1935, o CEC encaminha a luta pelo abatimento de 50% para os estudantes no preço das passagens dos bondes. Relata Ramalho (2002, p. 34) que

... o Centro Estudantil realizou uma reunião, presidida por Francisco Arruda, em que este teria afirmado: ‘ - Só se ganha isso com violência. Sem violência não iremos conseguir o abatimento’. Nesse encontro ficou acertado que os estudantes deveriam, em grandes grupos, se distribuir pelas várias linhas de bonde para, numa hora determinada, dar início a um quebra-quebra. Assim foi feito.

O CEC, de acordo com Ramalho (2002, p. 41), teria exercido o papel “... de agente unificador dos estudantes cearenses, incentivando a criação e mantendo relações de coordenação e apoio com dezenas de entidades estudantis espalhadas em várias regiões do Estado”.

Para Arruda, citado por Ramalho (2002, p. 46), o período iniciado pela criação do CEC até meados da década de 50 no Ceará, teria sido, talvez, “a fase mais rica do movimento estudantil”.

... o ME cearense tinha organização, tinha estrutura, tinha prestígio e tinha força. ... a única força na fase da ditadura getuliana a ser temida pelo interventor cearense Menezes Pimentel, a única força a fazer frente à repressão policial Especial ...

Em 21 de abril de 1935, surge outra entidade estudantil “... que iria se transformar na maior agremiação representativa de uma única instituição de ensino ...” (RAMALHO, 2002, p. 60), o Centro Liceal de Educação e Cultura – CLEC, o qual era “... herdeiro do Clube Liceal de Estudos, agremiação que, nas primeiras décadas do século, desenvolveu atividades literárias e realizou alguns

movimentos em defesa dos interesses dos discentes do Liceu do Ceará” (RAMALHO, 2002, p. 64).

O CLEC, como assevera Pontes (*apud* RAMALHO, 2002, pp. 64-5),

... sempre teve uma ação destacada. E, praticamente comandava o movimento estudantil em Fortaleza. Até mesmo com intensidade maior do que a política realizada na Universidade. O CLEC era quem mobilizava a cidade em termos de manifestações políticas. Não apenas as que eram de interesse direto dos estudantes, como por exemplo, aumento de passagem de ônibus e outras coisas dessa espécie, pela própria qualidade do ensino público, pela ampliação do número de vagas para estudantes, mas os problemas também de ordem política institucional eram discutidos e eram atacados pelo pessoal do Liceu.

Outra entidade estudantil que surge por volta de 1935 foi a União Democrática Cearense – UDE, que nasce sob a inspiração da Aliança Nacional Libertadora e vinculada ao Partido Comunista. Logo entra em refluxo, permanecendo inativa ao longo do Estado Novo. Porém, conforme salienta Ramalho (2002, p. 69), em 1942, quando começam as primeiras mobilizações contra o nazi-fascismo, a UDE ressurgiu.

Na década de 1940, surge a União Cearense dos Estudantes Secundários – UCES, após a realização de um congresso estudantil, com a participação de alunos do Liceu e da Fenix Caixerai. Esse congresso (realizado no prédio da Fenix) elegeu a primeira diretoria da UCES, composta de estudantes das duas instituições (RAMALHO, 2002, p. 73).

Eusélio Oliveira (*apud* RAMALHO, 2002, pp. 73-4), comparando a atuação do CEC e da UCES, revela que o primeiro

... tinha respaldo e recebia ajuda do governo; tinha um poder de mobilização e repressão através da Polícia Estudantil; tinha a Casa do Estudante e as escolas centristas, tinha uma organização e estrutura fascistóide. Então, a atuação da UCES não podia ter a mesma dimensão da que tinha o CEC. A UCES não tinha patrimônio, estava voltada para a luta de massa, para a tarefa de mobilizar e agitar. Promovia passeatas contra o aumento de passagens, contra a política desenvolvida pelo Ministério da Educação e contra as atividades pelegas e elitistas do CEC.

Segundo Ramalho (2002, p. 74), o silêncio da imprensa em relação ao desempenho da UCES se devia ao fato de sua atuação ser agressiva e incômoda para o “*status quo*”.

Conta Ramalho (2002, p. 78) que, em 06 de dezembro de 1942, é eleita a primeira diretoria da UEE do Ceará, a qual toma posse no dia 13 do mesmo mês, data que passa a ser considerada como de fundação da entidade. O autor chama a atenção para o fato de a UEE – Ceará ter-se antecipado, pelo menos em 13 anos a recomendação ministerial que propunha a criação dessas entidades. Segundo ele (2002, p. 79), a UEE – Ceará, ao contrário de sua congênere do RN, “nasceu sob o influxo político da esquerda”.

É importante destacar que, em 1944, é aventada, pela primeira vez, a possibilidade da criação de uma universidade no Ceará. De 1944 a 1954, data de sua fundação, esta será uma das principais lutas na pauta do ME.

De acordo com o relato de Ramalho (2002, p. 89), em 1948, o Governador Faustino de Albuquerque declarou seu objetivo de criar, durante seu governo, uma Universidade Estadual. Assim é que o Professor Antônio Martins Filho promoveu os primeiros contatos junto ao Ministério da Educação e Saúde, tendo obtido aprovação para o plano, apresentando ao Governador um anteprojeto de lei analisado e aprovado pelas autoridades educacionais.

Entretanto, um fato ocorrido em março de 1949, vai atrasar em algumas décadas o sonho de criação de uma Universidade Estadual, direcionando os esforços dos estudantes então para a consecução de uma Universidade Federal. Ramalho (2002, p. 90) conta que

Na passeata dos calouros ... alguns acadêmicos de Direito deram vazão à sua criatividade cantando uma paródia da música ‘Chiquita Bacana Lá da Martinica’ ... A burlesca imitação provocou o riso dos transeuntes e pessoas que assistiam ao desfile ... Interpretando o fato como desrespeito à autoridade, a polícia ... interveio espancando os estudantes. O fato mobilizou a categoria que, através de suas entidades representativas (CEC, UEE, CACB), resolveu realizar uma ‘passeata do silêncio’, como forma de protesto. Ficou acordado que a manifestação sairia da Faculdade de Direito. O Governador proibiu o ato público. O fato

não foi levado em consideração pelos estudantes que continuaram os preparativos para a passeata. Na data aprazada, a Praça Clóvis Beviláqua ... amanheceu cercada por forças policiais ... a Congregação da Faculdade resolve remeter ao Governador Faustino de Albuquerque um telegrama de protesto ...

Finalmente, em 30 de setembro de 1953, o Presidente Getúlio Vargas envia ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 391/53, com o projeto de lei e demais documentos referentes à criação da Universidade do Ceará. Em 16 de dezembro de 1954, o Presidente Café Filho sanciona a Lei n.º 2373 criando a Universidade do Ceará, depois Universidade Federal do Ceará (RAMALHO, 2002, pp. 93-4).

Merece destaque, também em 1949, a mobilização dos estudantes pelo abatimento das passagens dos ônibus, os quais substituíram os bondes que haviam sido retirados de circulação. Os estudantes utilizaram, novamente, o recurso do “quebra-quebra”, mas a questão acabou sendo resolvida pelas vias legais, através da Lei Municipal n.º 134, de 13 de maio de 1950, que em seu artigo 2º assegurava que:

As referidas empresas (de auto-ônibus) obrigatoriamente concederão um abatimento de 50% sobre os preços de suas passagens aos estudantes matriculados nos cursos primários, secundários, 1º e 2º ciclos, comercial e superior, benefício que ao ser prestado ficará o beneficiado, quando desuniformizado, obrigado a exibir qualquer documento de identidade escolar correspondente ao ano'. Dessa forma, Fortaleza tornou-se uma das primeiras capitais brasileiras a oferecer tal abatimento (RAMALHO, 2002, pp. 44-5).

Outra importante mobilização estudantil, no início da década de 1950, que mereceu a atenção do autor foi a luta pela meia-entrada nos cinemas, quando da fundação da rede Cinemar (cines Toaçu, Samburá e Jangada). Ramalho (2002, p. 44) relata que, às vésperas do Dia do Estudante, o CEC imprimiu e distribuiu milhares de boletins com o seguinte texto: “A Cinemar, em homenagem ao Dia do Estudante, promove às x horas do próximo dia 11 de agosto, no Cine Jangada, a exibição de filme y, com entrada franca aos estudantes alencarinos”. Foi um episódio muito interessante e criativo. No dia e hora marcados, conta que numeroso grupo de estudantes reuniu-se às portas do Cine Jangada. Como este continuava com as portas cerradas, houve um início de quebra-quebra sufocado

pela polícia. O fato teve grande repercussão, culminando no abatimento de 50% aos estudantes nas casas exibidoras da Cinemar.

Do final da década de 1950 até o período anterior ao golpe de 1964, Ramalho (2002, p. 63) destaca que

... as associações estudantis de feição literária seriam, gradativamente, substituídos por grêmios estudantis representativos dos diversos estabelecimentos de ensino. Capitaneados pelo Liceu, avançariam das reivindicações específicas ao nível de colégio para o engajamento na luta mais geral da transformação estrutural da sociedade brasileira ...

Em dezembro de 1968, Com a edição do Ato Institucional n.º 5, os grêmios estudantis seriam substituídos pelos Centros Cívicos.

Em 10 de maio de 1956, de acordo com o relato de Ramalho (2002, p. 95), realiza-se uma reunião, da qual participaram dois representantes de cada faculdade da Universidade do Ceará, que criou o DUE – Diretório Universitário dos Estudantes. Nesta reunião, ainda fora escolhida uma diretoria provisória: presidente – Jáder de Figueiredo Correia (dirigente do CACB); secretário – César Aziz Ary; tesoureiro – Raimundo Carlos Rebouças. Essa diretoria provisória atuou até 14 de dezembro de 1956, quando foi realizada uma eleição para a escolha da diretoria da entidade, agora já denominada DCE.

Conforme destaca Ramalho (2002, pp. 98-9), da sua fundação ao golpe de 1964, o DUE, em termos de atuação política, é ofuscado pela UEE. Porém, de 1966 à promulgação do AI-5, passa a assumir de forma mais direta suas funções.

Em novembro de 1958, é constituída a Aliança Operário-Estudantil. Da declaração de princípios da referida Aliança, destacam-se:

Apoiar movimentos que visam o engrandecimento da Petrobrás e dos principais recursos econômicos do país; recusar a intervenção descabida dos trustes internacionais, bem como de seus agentes brasileiros; lutar pela elaboração de um plano capaz de deter a espiral inflacionária e de solucionar os problemas sócio-econômicos do povo brasileiro (RAMALHO, 2002, p. 85).

No final do ano de 1959, a UEE desenvolveu a chamada Operação Vela, em decorrência do racionamento de energia elétrica decretada pela Serviluz

(companhia municipal responsável pelo fornecimento), que deixou vários bairros às escuras. Os universitários se sentiram prejudicados com o racionamento, pois fora iniciado próximo ao período de provas finais. Em protesto, a UEE programou a “passeata das mil velas” (RAMALHO, 2002, p. 87).

Na década de 1960, a UEE desempenhou importante papel no decorrer da Campanha da Legalidade. Teve importante participação na greve de 1/3, também. (RAMALHO, 2002, p. 87).

De 1958 a 1964, ou seja, da instituição da Aliança até o golpe, a UEE realizou, na avaliação de Ramalho (2002, p. 86) “um trabalho comum, sério e profícuo, com os sindicatos trabalhistas”.

Em 1963, acontece o Congresso da Unificação da UCES e do CEC, as quais passam a constituir o CESC - Centro dos Estudantes Secundários do Estado do Ceará (RAMALHO, 2002, p. 32).

É importante abrimos um parêntese para destacarmos dois acontecimentos que, segundo Freitas (2001, p. 52), tiveram desdobramentos sobre o movimento estudantil, a saber, a divisão do Partido Comunista: em PCdoB e Partido Comunista Brasileiro – PCB; e a fundação da Ação Popular – a AP.

No Ceará, no período anterior ao golpe, o PCB seria, praticamente, a única corrente de esquerda com intervenção no movimento sindical. De acordo com Ramalho (2002, p. 104), “... sua força hegemônica seria incontestável”. No ME secundarista do Ceará, o PCB detinha, também, a hegemonia, com atuação no Liceu e em outros colégios.

Em 1961, após a realização do V Congresso do PCB – em 1960, cem militantes e dirigentes dissidentes publicam a “Carta dos 100”, a qual se contrapõe às resoluções do Congresso e exige a convocação de um Congresso extraordinário (RAMALHO, 2002, p. 149).

Em Janeiro de 1962, o Comitê Central do PCB formaliza a expulsão do grupo liderado por João Amazonas, Maurício Grabóis e Pedro Pomar. Os expulsos não admitem a legalidade do ato e realizam, em fevereiro do mesmo ano, a Conferência Nacional Extraordinária, na qual surge ou reorganiza-se o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, alinhado ao Partido Comunista – PC Chinês. No Ceará, o PCdoB surge em 1965. No biênio 67-68, será hegemônico no ME universitário do Ceará (RAMALHO, 2002, p. 158).

Em princípios de 1962, segundo Ramalho, realiza-se uma reunião em São Paulo cujos participantes se autodenominam Grupo de Ação Popular – GAP e aprovam um documento intitulado “Estatuto Ideológico”. Em meados do mesmo ano, acontece uma segunda reunião de fundação da AP, na qual delibera-se acerca do nome definitivo da organização – Ação Popular (AP). Em fevereiro de 1963¹⁰, realiza-se o 1º Congresso ou Congresso de Fundação da AP, em Salvador. No Ceará, no período pré-64, a AP passou por uma fase de lenta estruturação.

Freitas (2001, pp. 59-60) destaca o papel da Ação Popular na reestruturação da UEE no estado do Ceará, o que significou uma tomada de fôlego do movimento estudantil, o qual conseguiu se rearticular “... como única força viva de oposição à ditadura”, capaz, também, de “... denunciar [o] entreguismo econômico e cultural do governo brasileiro”.

Na análise da AP, o golpe militar no Brasil, seria,

... parte de uma estratégia continental para conter a organização das massas exploradas na América Latina e, que, portanto, a sua reversão se daria somente se todo continente se conflagrasse em luta pela emancipação política ... O combate deveria prosseguir até a derrota final das forças dominantes e exploradas da sociedade ... A Ação Popular apontava para a Luta Armada (FREITAS, 2001, p. 50).

¹⁰ De acordo com Sanfelice (1986), o 1º Congresso ou Congresso de Fundação da AP teria ocorrido em março de 1963 e não em fevereiro.

Nesse sentido, a AP concebia a participação estudantil nos movimentos pela transformação da sociedade como um “... estágio para o militante se temperar na luta ...” (FREITAS, 2001, p. 49).

Em relação à concepção de movimento estudantil da AP, expressa em seu documento de fundação, revela-se um entendimento das organizações estudantis como “órgãos de pressão e agitação política” (LIMA *apud* SANFELICE, 1986, p. 62).

Quanto às lutas realizadas, nesse período, vale destacar, uma importante mobilização travada pelo ME universitário cearense, em 1962, seguindo a orientação do 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE: a defesa da participação dos estudantes nos órgãos colegiados da universidade numa proporção de 1/3. Em maio de 1962, o DCE encaminha um memorial ao Conselho Universitário, defendendo a participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos de decisão da universidade, estabelecendo o dia 21 como prazo final para o recebimento de uma resposta. Na noite do dia 21, o DCE declara greve geral, com ocupação de faculdades e escolas, antecipando em dez dias a greve nacional anunciada pela UNE, para ser iniciada em 1º de junho.

Conforme esclarece Ramalho (2002, p. 86), nos primeiros dias da greve, é realizada passeata pelas ruas centrais da cidade. Participaram dessa atividade, além de secundaristas e universitários, bancários, ferroviários, marítimos e portuários. No dia 25 de maio, o Conselho Universitário, analisando que não havia mais condições de continuidade de seus trabalhos, decide pelo fechamento da Reitoria. À noite, os universitários promovem show na Concha Acústica. No dia 1º de junho, é decretada a greve nacional. No Ceará, o comando grevista intensifica as atividades. O Comando Central da Greve realiza, nos primeiros dias de julho, o Congresso da Participação. No decorrer da greve, alguns professores da Escola de Agronomia ocuparam, de madrugada, as dependências daquela unidade da Universidade do Ceará, objetivando o retorno às aulas. No dia 27 de julho, o Exército, por solicitação da Reitoria, ocupa a Reitoria. O Comando Central da

Greve instala-se na Praça Clóvis Beviláqua. É convocada uma assembléia geral que decide pela continuação da greve. Contudo, nos primeiros dias de agosto, o movimento tendia a esvaziar-se. Em algumas unidades, os concludentes faziam pressão para o retorno às aulas. Finalmente, após uma semana de negociações, depois de 86 dias, a greve terminou.

Segundo Mendes Jr. (*apud* RAMALHO, 2002, p. 127),

... o saldo do movimento não pode ser considerado de todo negativo, mesmo porque “a greve trouxe para o âmbito dos problemas nacionais a questão da Universidade, até então restrita mais a discussões acadêmicas, intramuros da instituição. Por fim, o grau de consciência política do estudante brasileiro aumentou razoavelmente com a sua participação no movimento paredista”.

No mesmo sentido aponta a análise de Freitas (2001, p. 52), ao se referir à greve. Segundo ele,

A Universidade Brasileira era muito fechada. Os seus órgãos colegiados, como conselhos departamentais, congregações das faculdades e os próprios conselhos universitários não comportavam uma representação estudantil capaz de se fazer ouvir com suas reivindicações e idéias ... O movimento teve uma aceitação muito grande no meio universitário, o que revelava um alto grau de politização dos estudantes ...

De acordo com Freitas (2001, pp. 31-2), outra mobilização estudantil que merece nota, na década de 1960, é o movimento dos excedentes (estudantes que foram aprovados no vestibular, mas que não conseguiram ingressar na universidade porque não havia vaga), ocorrida em 1964. O movimento era dirigido pela UEE (tendo a sua frente o PCdoB e a JUC), com apoio da UNE, o qual logrou êxito, com a assinatura de um decreto presidencial, assinado pelo então Presidente da República João Goulart, dobrando o número de vagas para o curso de medicina nas universidades federais em todo o país.

Relata Ramalho (2002, p. 130) que, em abril de 1964, após a realização de uma passeata, estudantes são cercados pelo Exército na Escola de Odontologia. O presidente do DCE, Walton Miranda, renuncia. Logo após, o universitário Sérgio Moreira Duque, na função de presidente do DCE, toma

assento, como conselheiro, no Conselho Universitário (CONSUNI). Em inquérito instalado na UFC, 48 estudantes são indiciados por “atividades subversivas”.

Em 1965, segundo informa Ramalho (2002, p. 132) durante a passeata dos calouros, dezenas de universitários desfilam com esparadrapo na boca.

Nos primeiros meses de 1965, a AP participa ativamente das mobilizações contra o pagamento das anuidades na universidade e, seguindo a orientação da nacional, adota como sua grande bandeira de luta será o boicote à Lei Suplicy. Nesse ano, também se empenha na reestruturação da UEE.

Fávero (1995, p. 49), ao relatar os processos de resistência estudantil contra os Acordos MEC-USAID em diversos Estados do Brasil, registra, no Estado do Ceará, a ocorrência de uma greve de protesto, em maio de 1967.

Freitas (2001, p. 152) destaca a “Marcha dos Cem Mil”, em junho de 1968, no Rio de Janeiro, organizada pela UNE e pelo movimento estudantil. Segundo o seu relato, participaram da passeata trabalhadores e intelectuais dos mais diversos extratos sociais e estudantes. Diante do movimento, “A ditadura tremeu ... No dia seguinte, em várias capitais do Brasil, repetiu-se a mesma onda libertária. O movimento estudantil mostrava seu poder de articulação”.

Conta, também, que, aqui em Fortaleza, o feito se repetiu. Os estudantes se reuniram no Clube dos Estudantes Universitários – CEU e partiram em passeata em direção ao centro da cidade. “Cerca de 20.000 participantes extravasavam o seu grito por liberdade e dignidade de vida ...” (FREITAS, 2001, p. 153).

A partir do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, conforme já destacamos no item anterior, em 1968, o movimento estudantil vai enfrentar um longo período de refluxo, intensificado com a edição do AI-5, em dezembro do mesmo ano.

No plano local, o ME vai retornar à cena política praticamente na década de 1980.

Segundo relata o Jornal do DCE da UFC, gestão 81/82, no dia 18 de março de 1982, Dia Nacional de Luta, os estudantes da referida instituição realizaram uma grande agitação em toda a universidade, pondo em julgamento a Portaria Ministerial n.º 3/82 – o chamado Pacote do MEC, que estabelece a divisão dos estudantes entre “carentes” e “não-carentes” e os valores das mensalidades a serem pagos, respectivamente, por estes. Na manifestação ocorrida no campus do Benfica, os estudantes tomaram as ruas, pararam o trânsito e queimaram o “Pacote do MEC”, na Avenida da Universidade.

Dando prosseguimento à luta contra o “Pacote do MEC”, os estudantes da UFC realizaram uma assembléia geral, no dia 24 de março, com a presença de 2.500 estudantes, na qual foi aprovada a deflagração da greve geral estudantil pela revogação da Portaria Ministerial n.º 3/82. O Jornal informa que o Ceará era o oitavo estado a entrar em greve. Ao tomar essa decisão, os estudantes confirmavam que estavam “conscientes e dispostos a lutar em defesa do ENSINO PÚBLICO E GRATUITO”.

Na avaliação do DCE da UFC (1982), a maior vitória teria sido

a elevação do nível de mobilização, organização e conscientização dos estudantes, nunca obtida depois de 1969, o que significa que hoje ... [os estudantes estão] melhor preparados para o combate à política de privatização do ensino.

As vitórias obtidas, embora parciais, na análise da entidade (1982),

representam, sem dúvida, um grande avanço no combate à implantação do ensino pago. Essas conquistas, no entanto, só foram possíveis devido ao amplo movimento e à grande disposição de luta demonstrada pelos estudantes da UFC durante todo o processo.

O mesmo Jornal noticia a realização da Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito, no ano de 1982, promovida pela ANDES, UNE, CPB e UBES. No Ceará, o Conselho Estadual de Entidades, que reúne todas as entidades estudantis do estado, reunido no dia 17 de março, discutiu e aprovou uma programação de participação na Campanha, a qual teria início com o lançamento público, no dia 07 de maio, através da realização de uma passeata e de um ato-

show na praça José de Alencar. Outro ponto alto da programação seria o Seminário Estadual pelo Ensino Público e Gratuito, nos dias 15 e 16 de maio, com a participação de Lauro de Oliveira Lima.

O informe sobre a referida Campanha finaliza, afirmando que seria fundamental que a Campanha assumisse “um caráter de massa”, levada à população: aos sindicatos, às entidades democráticas, aos partidos políticos etc., para que todos se engajem “na luta que não é só dos estudantes, mas de todo o povo brasileiro”.

Segundo informa o Jornal do DCE, de setembro de 1984, este ano teria sido marcado por “importantes momentos em defesa da Universidade Pública e Gratuita”.

Em relação à portaria do MEC, que previa o corte das verbas para os restaurantes universitários das universidades federais, o movimento estudantil respondeu com uma greve nacional, na qual o Ceará saiu na frente. O movimento iniciado em março, durou 31 dias. As vitórias, embora parciais, foram consideradas importantes. No caso do Ceará, os estudantes conseguiram dobrar o número de refeições no restaurante universitário e reduzir o preço, bem como conquistar a reabertura do RU para o jantar.

O Jornal faz referência, também, à greve nacional que mobilizou 35 mil professores, 45 mil funcionários e 10 mil médicos-residentes, representando “uma viva denúncia da situação de falência da Universidade Brasileira”.

Na avaliação do DCE da UFC, o mais significativo da greve foi a unificação de todas as categorias que compõem a universidade.

O Jornal refere-se, ainda, ao Dia Nacional de Luta, 28 de março de 1984, véspera do aniversário do golpe militar. O eixo do movimento foi a homenagem aos mortos e desaparecidos dos últimos 20 anos (1964 – 84) e a reafirmação do compromisso com a liberdade, as eleições diretas e com o fim do regime militar.

O Boletim do DCE da UFC, n.º 03 (1989), informa que, em maio de 1989, os funcionários e professores da referida instituição deflagraram greve, seguidos dos estudantes, colocando o movimento em sintonia com a mobilização nacional.

Na década de 1990, no decurso histórico do ME cearense, destacam-se as mobilizações estudantis em torno da Campanha pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo.

Nos anos que se seguiram, são dignos de nota apenas as manifestações em defesa da manutenção da meia-passagem nos transportes coletivos e/ou em favor do passe livre, encabeçadas pelo ME secundarista.

2 – A LUTA DOS UNIVERSITÁRIOS CONTRA A DESTRUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

2.1. O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NOS ANOS 1990

Conforme anunciamos na introdução desse trabalho, tomamos como ponto de partida de análise para a compreensão das mudanças que têm se processado no âmbito da educação superior brasileira, o entendimento de que estamos diante de uma crise de caráter destrutivo e estrutural do sistema do capital, a qual se desdobra, das mais diversas maneiras, sobre todos os setores da vida social. Interessa-nos, particularmente, compreender os seus desdobramentos sobre a educação superior, explicitando o caráter das reformas educacionais realizadas nesse nível de ensino, a partir dos anos 1990, idealizadas pelos organismos internacionais, em especial, pelo Banco Mundial.

Nesse sentido, contamos com as contribuições de Mézáros (2003), Antunes (1995a, 1995b e 1999), Coggiola (1996 e 2001), Katz (1995), Teixeira (1995 e 1996), dentre outros autores contemporâneos, que assentam suas considerações nas análises que Marx empreendeu sobre a lógica de funcionamento e acumulação da sociedade capitalista, anunciando, no entanto, os elementos essenciais da crise contemporânea do capital; e de Neves e Fernandes (2002), Neves (2002), Lima (2002), Davies (2002), Sguissardi (2001), Leher (2001 e 2003), Frigotto (1996), Jimenez (2003), dentre outros, para a compreensão da crise educacional e do fenômeno particular da mercantilização da educação superior.

Essa crise seria, no entendimento desses teóricos, resultante da contradição cada vez mais acirrada entre capital e trabalho no movimento da luta de classes, ou melhor, entre o desenvolvimento das forças produtivas que o homem implementa e as relações de produção impostas pelo capital que impedem a emancipação humana. Esse antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, o qual assume sempre e necessariamente a forma de "... subordinação estrutural e

hierárquica do trabalho ao capital ...” (MÉSZÁROS, 2003, p. 19), no evoluir histórico, tem gerado sucessivas crises desse modo de produção, criando sempre novas formas de auto valorizar-se: revolução industrial, taylorismo, fordismo, “acumulação flexível”. Conforme salienta Katz (1995, p. 11), “o processo de trabalho constitui o fundamento último de toda mudança tecnológica”.

A atual crise do capital, iniciada por volta das décadas de 1960 e 1970, tendo como estopim a quadruplicação do preço do petróleo (1973), revelou, naquele momento, tanto os limites do modelo de organização, concentração e desenvolvimento do capital, fundado no Estado do Bem-Estar Social e/ou assistencialista e no fordismo/taylorismo, como do sistema sócio-metabólico do capital na sua totalidade. A crise dos anos 1970 caracterizou-se pela superprodução de mercadorias e capitais em detrimento da capacidade humana de consumo, devido à pauperização e à exclusão crescentes de uma parcela cada vez mais significativa da população do mercado consumidor.

Conforme explica Antunes (1999, pp. 29-30), os traços mais evidentes dessa crise foram

... 1) a queda da taxa de lucro ...; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção ... dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava ...; 3) a hipertrofia da esfera financeira ...; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do welfare state ou do ‘Estado do bem-estar social’ e dos seus mecanismos de funcionamento ... 6) o incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho ...

Coloca-se para o capitalismo a necessidade de destruir/barrar, em parte, esse desenvolvimento que cria um excedente cada vez maior de mercadorias, pois este é, nas palavras de Coggiola (1996, p. 196),

... o método fundamental do capitalismo para sair da sua crise e reconstituir suas margens de lucro: **a destruição do potencial produtivo historicamente criado pela sociedade, que torna evidente o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e as relações de produção vigentes** [Grifos nossos].

Ao contrário do que apregoa a ideologia neoliberal em relação ao recuo das fronteiras do Estado, o sistema do capital, na fase atual de crise estrutural, não pode prescindir da forte ajuda que recebe do Estado, contudo, destaca Mézáros (2003, pp. 30-1),

... estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a insuficiência crônica de ajuda externa referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer. Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa ajuda externa, sob condições em que os defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela.

A crise atinge, ao mesmo tempo, as esferas econômica e política.¹¹ Com efeito, na análise de Coggiola (1996, p. 199),

A imbricação estreita de crise econômica e política e a profundidade inédita de ambas leva o capitalismo atual a uma **crise institucional** (ou **crise da ordem mundial**) em que se verifica a erosão de todo o sistema econômico e político mundial pacientemente construído no pós-guerra ... [Grifos nossos].

Em resposta à crise, numa tentativa desesperada de superá-la, o capital lança mão de uma série de mecanismos que se coadunam na direção da recomposição dos lucros. No mundo do trabalho, ou da materialidade da classe trabalhadora, o capital intervém com um processo de reestruturação da produção, caracterizado pela introdução de novas tecnologias associada a novas formas de organização do trabalho, reduzindo-se o trabalho manual direto, com a conseqüente diminuição do tempo físico de trabalho na produção e ampliação do trabalho intelectualizado. Paralelamente a isso, no mundo da subjetividade, ou da consciência da classe trabalhadora, concorrendo para justificar (positivamente) tais mudanças como inevitáveis e necessárias, ganham corpo as teses que

¹¹ Alguns dados sobre a economia mundial podem nos confirmar esta tendência de crise. Segundo Mézáros (2003, p. 74), "... nossas condições estão hoje piores do que em qualquer outra época anterior, mesmo num país de capitalismo avançado como a Grã-Bretanha, onde – de acordo com as estatísticas mais recentes – *uma em cada três crianças* vive abaixo da linha de pobreza, e seu número *se multiplicou por três* ao longo dos últimos vinte anos. E que ninguém tenha ilusões sobre os efeitos da crise estrutural do capital até mesmo no país mais rico, os Estados Unidos, pois também lá as condições se deterioraram muito ao longo das duas últimas décadas. De acordo com um relatório recente do Escritório de Orçamento do Congresso ... *o 1% mais rico* da população ganha tanto quanto os *cem milhões mais pobres* (ou seja, quase 40%). E, significativamente, esse número assustador *dobrou desde 1977*, quando a renda do 1% mais rico era equivalente a 'somente' *49 milhões* dos mais pobres, ou seja, menos de 20% da população".

assinalam o fim da história, do trabalho, do socialismo, da luta de classes etc., e afirmam, em contrapartida, as teses relativas à vitória e à eternização do capitalismo, como sistema político-econômico perfeito; à sociedade do conhecimento e à panacéia educacional, ao cotidiano como único objeto cognoscível.

Essas mudanças, nas palavras de Coggiola (1996, p. 125), devem ser vistas

no quadro da crise histórica mais profunda do capitalismo, como uma tentativa extrema de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, ou seja, por meio do aumento da exploração do proletariado.

Em particular, as teses que têm afirmado o “fim do trabalho” ou que o trabalho está em crise partem do pressuposto de que mudanças significativas na produção e nas relações de trabalho, tais como o aumento crescente do capital constante em detrimento do capital variável, apontam para o desaparecimento das relações capitalistas e para a perda da centralidade do trabalho abstrato, que cria valores de troca, bem como do trabalho concreto como elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza.

Em direção oposta, defende Coggiola (1996, p. 125) que, no quadro capitalista, “... as novas tecnologias não sinalizam a tendência para o ‘fim da sociedade do trabalho’, mas a tendência para a super exploração da classe operária”. Antunes (1999, p. 214), por sua vez, corroborando com essa análise, afirma que

Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, e tampouco a redução do trabalho manual direto e ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor

É verdade que transformações relevantes se fizeram na composição da classe trabalhadora, no seu modo de pensar e nas relações de produção e

trabalho. Podemos afirmar, ainda com Antunes (1995a, p. 42), que há um “processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexidade da classe trabalhadora”. Isto não implica, no entanto, o fim da exploração do trabalho e da mais-valia, mas, sim, na análise de Teixeira (1995, p. 34), que “o segredo da produção da mais-valia está mais velado ainda porque agora ele se desenvolve sob a ilusão de uma sociedade de vendedores de trabalho materializado”.

As tendências em curso no mundo do trabalho expressam mudanças técnicas e de gestão da mão-de-obra de grande impacto no ordenamento da vida produtiva, mas que não permitem concluir-se pela perda da centralidade do trabalho abstrato no universo da sociabilidade contemporânea. Ao contrário, o trabalho humano permanece, hoje, o substrato do mais valor, portanto, o fundamento dessa sociabilidade. Muito menos ainda podemos afirmar que dessas transformações decorre o fim do trabalho concreto, como atividade útil, necessária à existência do homem. Outrossim, como bem apreendeu e explicitou Marx (1996, p. 50),

o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

A questão essencial que se apresenta, aqui, em se tratando desse debate, é a definição sobre a natureza da crise “da sociedade do trabalho”. Antunes (1999, p. 215) coloca no centro da discussão a seguinte questão: “a sociedade contemporânea é ou não é predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias?”. Posto isto, enfatiza que se a resposta for afirmativa, “... a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto” (Idem, ibidem).

Nesse sentido, a eliminação de uma parcela maior de mão-de-obra da produção não se oporia à exploração, como propugnam os defensores do fim do trabalho, mas a complementar, intensificando a exploração do capital sobre o trabalho, à medida que aumenta o contingente de trabalhadores desempregados ou

sub-empregados. Já dizia Marx (*Apud* COGGIOLA, 1996, p. 132), em *O Capital*, que

a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção a sua intensidade e extensão, **uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital**, isto é, uma população operária remanescente ou excedente” [grifos nossos].

A desocupação, expressa no aumento do desemprego, não é uma exclusividade do capitalismo contemporâneo, como muitos pensam, é uma característica que acompanha o capitalismo desde os seus primórdios. A crise atual a acentuou, revelando novas contradições e, mais do que nunca, os limites históricos do modo de produção capitalista. Alguns dados se tornam importantes para mostrar a clarividência dessa situação atual: o desemprego está estimado em mais de 800 milhões de pessoas. Nos países adiantados, o desemprego ultrapassa os 40 milhões de pessoas. No Brasil, registram-se 62 milhões de pobres e indigentes (COGGIOLA, 1996, pp. 132-4).

Muito embora esse quadro alarmante revele uma situação de crise mundial, não podemos concluir, *a priori*, que esta crise de caráter estrutural, venha redundar na revolução socialista, pois isto dependeria, em última instância, da iniciativa revolucionária do proletariado.

Nem tão pouco podemos apostar que a crise apontaria para a instauração de “um novo capitalismo” ou um capitalismo de “novo tipo”, uma vez que, como explica Coggiola (1996, p. 200),

... O destino da crise capitalista não se decide nos laboratórios de hardware mas no cenário da luta de classes mundial. É completamente falso supor que o par neoliberalismo/novas tecnologias levaria automaticamente para um “novo capitalismo”, que já não mais operaria através da proletarização (...) mas da exclusão (...).

Referindo-se mais uma vez à crise mundial do capital, Coggiola (1996, p. 202) destaca que,

Não existe uma ordenada ofensiva econômica, política e ideológica, neoliberal, que expressaria o surgimento de um 'novo' (e irresistível) capitalismo, contra o qual só poderíamos opor um programa mínimo ("democracia"), mas um conjunto de políticas mais ou menos empíricas destinadas a descarregar a mais profunda crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores. Políticas que expressam a própria crise institucional do sistema capitalista, e contra as quais devemos defender não apenas os direitos sociais e políticos adquiridos, mas a perspectiva e o programa da revolução socialista, como única alternativa realista e viável contra a catástrofe social provocada cotidianamente pelo domínio do capital.

Esse quadro de crise que jogou todo o mundo capitalista numa profunda recessão deu espaço para que as idéias ditas "neoliberais" começassem a ganhar força. Segundo Hayek (*Apud* ANDERSON, 1996), a origem dessa crise se localizaria no poder "excessivo" e "nefasto" dos sindicatos e do movimento operário, de maneira geral, os quais, mediante a pressão reivindicatória sobre os salários e as políticas sociais, conseguiram desestabilizar as bases de acumulação capitalista, que tem no Estado seu principal pilar.

A ação "neoliberal" atingiria, portanto, dois alvos concomitantemente: o Estado e os sindicatos/movimento operário. Era preciso conter os gastos com as políticas sociais e, ao mesmo tempo, imobilizar a ação sindical, criando altas taxas de desemprego (exército de reserva operário). De acordo com Coggiola (2001, p. 42),

as políticas ditas "neoliberais", especialmente aquelas destinadas a varrer conquistas históricas dos trabalhadores (reajuste automático dos salários, estabilidade no emprego, educação laica e gratuita, acesso e até exigência de um serviço público em geral, etc.) constituem claramente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores.

O primeiro país da América Latina a experimentar esse modelo de forma sistemática foi o Chile, sob a ditadura de Pinochet que "começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego passivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos" (ANDERSON, 1996, p. 19).

O Brasil só aderiu a essa onda "neoliberal" a partir dos anos 1990, quando Fernando Collor de Mello assumiu a presidência e adotou uma postura

abertamente “neoliberal” de acordo com as exigências dos novos “senhores do mundo”¹² (FMI, BIR, Banco Mundial etc.) e do Consenso de Washington¹³, posteriormente, com Fernando Henrique Cardoso.

A crítica mais acerba dos chamados “neoliberais” iniciou-se pelo ataque ao Estado do Bem-Estar Social, e a defesa do Estado mínimo, que é o nódulo essencial dessa ideologia, o qual reduz os gastos com as políticas sociais (educação, saúde, previdência etc.), numa tentativa de manter o financiamento da acumulação do capital, através do fundo público, associada a uma onda frenética de privatizações dos serviços públicos. Tudo isso com o objetivo deliberado de maximizar a acumulação do capital, através da esfera privada do Estado.

Sinteticamente, podemos apontar como idéias básicas do “neoliberalismo” e que estão imbricadas com todas essas mudanças no campo do trabalho, as seguintes: defesa da maximização da liberdade individual (entendida como liberdade de escolha); primazia do mercado sobre o Estado; primazia do individual sobre o coletivo; e a defesa do “Estado mínimo”, com redução dos gastos com as políticas sociais.

Partindo desses preceitos, os “neoliberais” propõem um conjunto de reformas sociais, das quais Draibe (1993, p. 97) resume como sendo as mais importantes: a descentralização, a privatização e a focalização dos programas sociais:

Descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes, esses parecem ser os vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo, principalmente quando suas recomendações se dirigem a países latino-americanos em processos de ajustamentos econômicos.

¹² Expressão utilizada por Frigotto (1996).

¹³ Em 1989, representantes do governo dos Estados Unidos e de países da América Latina, América Central e Caribe, reunidos em Washington, elaboraram um conjunto de dez medidas para controlar a inflação e reestruturar o Estado, as quais tornaram-se conhecidas sob a denominação de *Consenso de Washington*, a saber: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatização, abertura comercial, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira, desregulamentação, reestruturação do sistema previdenciário, investimentos em infra-estrutura básica e fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas (PILETTI, 1996, pp. 411-2).

Situando a descentralização no quadro das reformas sociais neoliberais, ela é concebida como um “modo de aumentar a eficiência e eficácia dos gastos (...), com a possibilidade de interação, no nível local, dos recursos públicos e os não-governamentais para o financiamento das atividades sociais” (DRAIBE, 1993, p. 97).

Nesse sentido, é com o intuito de reduzir gastos e descentralizar a responsabilidade com as políticas sociais que o Estado faz um apelo aos estados e municípios, à população, à comunidade e à sociedade civil que assumam um ônus que não é seu, ou melhor dizendo, que já é pago por estas através dos impostos destinados a esses serviços. São exemplos desse tipo de descentralização, a Municipalização da Educação, o Sistema Único de Saúde (SUS), a previdência privada etc.

Segundo Silva (1995, p. 15), um dos elementos centrais da retórica neoliberal é “... a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos...”, ou seja, a aferição que se faz ao mercado como lugar “perfeito” para a constituição das relações sociais.

Na mesma direção aponta a análise de Teixeira (1996)¹⁴, ao destacar que os pressupostos éticos que estariam implícitos na teoria neoliberal a partir desses conceitos corroboram para afirmação do mercado / a troca de mercadorias como elemento constituidor dos indivíduos, fundamento mesmo da sociabilidade, pois se todo e qualquer indivíduo só é considerado na condição de proprietário de mercadorias, esta qualidade transformaria todos os membros da sociedade em pessoas “iguais” e “livres”. Assim, o princípio da equivalência se transforma em fundamento que legitima a própria existência da sociedade produtora de mercadorias.

¹⁴ Cf. discussão que Teixeira faz acerca dos pressupostos éticos do neoliberalismo em TEIXEIRA, F. J. S. *Neoliberalismo em debate*, In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. Pp. 227-9.

Portanto, é nesse cenário de crise, caracterizado pela redução de custos com as políticas sociais, mediante a descentralização (desresponsabilização), a privatização, a focalização, dentre outras reformas que são implementadas com o intuito de reconstituir a taxa de lucros perdida com a crise, que devemos olhar para as transformações que têm se efetivado na educação de nível superior.

Em se tratando, especificamente, da educação de nível superior, podemos apontar juntamente com Coggiola (2001, p. 131) que

a [sua] transformação crescente ... num negócio, a piora da qualidade, o menor e cada vez mais excludente atendimento da demanda social, a “subordinação do trabalho docente à lógica do capital”, configuram um **processo objetivo de destruição da universidade**, como parte do retrocesso social **provocado pela crise (excesso) do capital**: a superabundância da riqueza capitalista provoca, contraditoriamente, a miséria social e cultural [grifos nossos].

De acordo com Sguissardi (2001, p. 08), as transformações pelas quais passa a educação superior no Brasil decorrem, antes de tudo,

das mudanças na produção, da crise do Estado do bem-estar e do Estado desenvolvimentista, e, em especial, das soluções para a crise que o pensamento único propõe e veicula em seus poderosos meios de persuasão. A estratégia de convencimento é hoje de todos conhecida: o espantinho do déficit público; a reforma gerencial do Estado¹⁵; a privatização dos serviços públicos (antes direitos da cidadania); a tese de que as taxas de retorno social do ensino básico seriam maiores do que as do ensino superior; a tese de que ensino superior se identificaria mais como um bem privado do que como um bem público.

¹⁵ De acordo com Segundo (2005), “Bresser Pereira realizou a reforma administrativa do Estado brasileiro quando assumiu, em 1995, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), no governo Fernando Henrique Cardoso. Apresentava como hipótese para a crise do capitalismo, nos anos 1980/90, o modo de intervenção do Estado social que havia provocado uma administração burocrática e ineficiente do Estado. Assim sendo, a reforma administrativa do Estado seria indispensável para a consolidação da estabilização do crescimento sustentável da economia no Brasil. A proposta de Bresser Pereira (1995) apresenta-se como objetivo uma reforma gerencial do Estado, no sentido de assegurar o caráter democrático da administração pública e garantir a implantação de um serviço público com orientação para atender o **cidadão-usuário ou cidadão – cliente**, mediante uma administração transparente com prestação de contas, atuação fiscalizadora e a utilização de mecanismos de controle social ou de participação cidadã. Em suma, a mudança do Estado brasileiro para um modelo gerencial de funcionamento não é apenas de cunho administrativo, mas ideológico e político, em que prevalece a lógica neoliberal como solução para a chamada ‘crise fiscal do Estado’. Com o discurso de promover a correção das desigualdades sociais e regionais, a reforma administrativa gerencial do Estado oferece para sanear os problemas de governabilidade dos recursos considerados escassos, a aplicabilidade de regras empresariais de racionalidade, eficiência, agilidade e flexibilidade”.

Dessa forma, as exigências que se colocam hoje ao ensino superior em decorrência da crise do capital, consoantes com o discurso do déficit público e da eficiência do privado, são muitas, interessando-nos, especificamente, compreender como se dá o processo de mercantilização / privatização desse nível de ensino. Para tanto, revela-se de fundamental importância, para nós, a tarefa de situar a gênese histórica desse movimento de transformação da educação superior em mercadoria. Abramos, então, um parêntese para efetuarmos esse breve recorte histórico.

Há indícios de que esse processo tenha se revelado com mais vigor nos tempos da ditadura militar, por volta da década de 1970, sob o ideário do desenvolvimentismo associado à teoria do capital humano, no contexto do *milagre econômico*.

Trindade (2001, p. 26) informa-nos que, no Brasil, a criação e a expansão de um sistema nacional de universidades públicas deu-se tardiamente entre 1930 e 1970, observando-se, a partir daí “uma expansão espetacular das instituições privadas do ensino superior que inverte a relação entre a matrícula pública/privada”. Aponta o autor (2001, p. 30) que a matrícula no setor privado passa de 40%, em 1960, para 63% das matrículas em 1980 e a partir de 1994 atinge 65%, ficando, em consequência, o setor público reduzido a 35% dos estudantes.

Como é possível observar, o processo de privatização da educação superior nos anos 1960 se manifesta ainda de forma incipiente, sendo intensificado, entretanto, a partir dos anos 1970, quando o percentual de matrículas no setor privado já superava 30%, representando, portanto, um crescimento de quase cinco vezes em uma década, conforme anuncia Trindade (2001, p. 28).

Retomando a teoria do capital humano, é importante ressaltar que, nessa perspectiva, a educação subordina-se mais diretamente ao receituário do economicismo e do tecnicismo, submetendo, ainda, “o conjunto dos processos

educativos escolares ao imediatismo da formação técnico-profissional restrita” (FRIGOTTO, 1996, p. 55).

Frigotto (1996, p. 41) explica que a idéia-chave da teoria do capital humano é

... é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

Essa discussão remete-nos, necessariamente, aos famosos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil – MEC e a United States Agency for International Development – USAID – Acordos MEC-USAID, os quais são eivados pela ideologia do capital humano, concebendo a educação como produtora de capacidade de trabalho, isto é, como fator de produção. Nesse sentido, as orientações que perpassam esses acordos corroboram para a difusão da idéia de que a educação, em particular, das classes trabalhadoras, deveria assumir como finalidade mais imediata habilitar “técnica, social e ideologicamente para o trabalho” (FRIGOTTO, 1996, p. 26).

Vejamos como esse economicismo e tecnicismo estão presentes nos objetivos traçados pela USAID para o campo educacional:

1. Estabelecer uma relação de **eficácia** entre recursos aplicados e **produtividade** do sistema escolar;
2. Atuar sobre o processo escolar em nível do **microsistema**, no sentido de “se melhorarem” conteúdos, métodos e técnicas de ensino;
3. Atuar diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma “**função mais eficaz para o desenvolvimento**”;
4. Modernizar os meios de comunicação de massas, com vistas à melhoria da “informação nos domínios da educação extra-escolar”;
5. Reforçar o ensino superior, “**com vista ao desenvolvimento nacional**”. (*Apud* ROMANELLI, 1997, p. 210). (Grifos nossos).

Poerner (1995, p. 227) nos informa que, entre o MEC e a USAID, foram firmados cerca de 20 acordos, dos quais, dois abrangiam, especificamente, o ensino superior, um no plano administrativo e o outro, no plano didático-

educacional. Esse último, assinado em 23 de junho de 1965, referia-se à reforma universitária, consolidada em 1968, por meio da Lei n.º 5.540.

Segundo Poerner (1995), o mais famoso acordo MEC-USAID seguiu a orientação de um documento elaborado em 1958, pelo professor Rudolph P. Atcon, intitulado “Anteprojetos de Concentração da Política Norte-americana na América Latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica”. Após ter o título modificado para *The Latin American University*, passou a ser adotado como orientação oficial da USAID no campo educacional na América Latina.

É possível identificar explicitamente, nesse documento, as intenções que, hoje, orientam as proposições dos organismos internacionais quanto à privatização / mercantilização da educação superior. Para a consecução de tal objetivo, a USAID apontava a necessidade de

... transformação da universidade estatal numa fundação privada; ... eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial; ... colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos ... (Apud POERNER, 1995, p. 221) (Grifos nossos).

Para completar o quadro, o próprio Professor Rudolph Atcon foi indicado para constituir o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, na condição de secretário-executivo, respondendo diretamente pela aplicação dos acordos na esfera do ensino superior.

Sobre a transformação das universidades públicas em fundações de caráter privado, verificou-se, nos anos que se seguiram à reforma, uma tendência crescente à sua implementação. A UECE, por exemplo, passa a ser Fundação Universidade Estadual do Ceará – Funece, a partir de 18 de maio de 1979, através da Lei n.º 10.262.

Em relação à cobrança de taxas e anuidades aos alunos, o então presidente Humberto Castelo Branco, pronunciou-se a favor de tal medida,

entoando um discurso em total sintonia com as diretrizes traçadas pelos organismos internacionais, quando de sua visita a Santa Maria (RS), em 1966.

Dessa forma, o Presidente indica que os “jovens universitários” poderiam empreender um esforço no sentido de contribuir

... **com o pagamento de anuidades**, para a educação de pelo menos dois alunos do ensino médio, na qual a despesa por estudante é anualmente equivalente a cerca de 10% do dispêndio do aluno de ensino superior (...) (Apud Fávero, 1995, p. 65). (Grifos nossos).

Em visita à Universidade do Ceará – UFC, em 1964, o Presidente, também, insistiu na orientação preconizada na própria LDB – Lei n.º 4.264/61, e reafirmada pela USAID, da “formação de fundações e autarquias para atender ao ensino superior” (Apud SANFELICE, 1986, p. 74).

A UNE, em documento datado de maio de 1967, intitulado “Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro”, publicado na Revista *Revisão*, órgão do Grêmio de Filosofia da USP, denuncia a tentativa de privatização da universidade pública, por meio da intervenção norte-americana na política educacional brasileira, a exemplo dos acordos MEC-USAID, os quais visavam a transformação da universidade em fundações de caráter privado. No documento constava, ainda, um “Programa Mínimo”, em torno do qual, a UNE deveria pautar as suas lutas. Vale conferir alguns pontos desse programa:

I) Denúncia do acordo MEC-USAID, do plano Atcon e de todos os instrumentos de infiltração no sistema de ensino. A luta contra esses instrumentos da ditadura e do imperialismo não deve ter um simples caráter de denúncia, mas deverá, inclusive, materializar-se no boicote a sua aplicação, e manifestações contra organismos implicados e contra o pessoal técnico estrangeiro encarregado de sua efetivação.

(...)

III) Luta pela gratuidade de ensino em todos os níveis – tendo em vista o fato de através dela levantarmos pontos comuns de reivindicações com as classes trabalhadoras. Esse aspecto está incluído dentro da necessidade de projeção dos movimentos para as ruas.

(...)

VI) (...) O Movimento Estudantil brasileiro liderado pela UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE – assume hoje o compromisso de lutar pela libertação do país incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua a perspectiva das classes trabalhadoras (*Apud* SANFELICE, 1986, p. 134).

É importante abriremos um parêntese, aqui, para situarmos as diferenças existentes entre as posições assumidas pela UNE em relação à reforma universitária de 1968 e à atual reforma, evidenciando posturas explicitamente antagônicas.

Em relação à primeira, a UNE, naquele momento, posicionou-se firmemente contrária àquela reforma, expressando uma postura de negação e combate ao seu conteúdo, rejeitando, inclusive, a convocação do governo militar para participar da comissão responsável pela elaboração da proposta de reforma, que se concretizou através da Lei n.º 5.540/68.

Em se tratando da segunda, a UNE assumiu uma postura de adesão absoluta e incondicional ao seu texto, como veremos mais a frente.

Buscaremos explicitar, agora, como esse processo de privatização da universidade pública vem se configurando no momento atual.

Na análise de Trindade (2001, p. 26), os dois traços dominantes na evolução da educação superior na América Latina, na segunda metade do século XX, seriam a “... *massificação e [a] privatização*. O primeiro se traduz no rápido crescimento da matrícula no ensino superior, e o segundo, na tendência generalizada de expansão das instituições privadas”.

Ilustremos a situação da universidade pública brasileira na atualidade com alguns dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep): menos de 20% das vagas de graduação existentes no país estão nas universidades públicas; a quantidade de vagas oferecidas em todo o território nacional já corresponde a 86% do número de concludentes do ensino médio, mas apenas 17% são gratuitas; o número de vagas oferecidas nos vestibulares no Brasil cresceu mais de 200%, nos últimos anos, passando de 517

mil em 1991 para 1,6 milhão em 2002. Destas, 83% são oferecidas pelas instituições privadas e apenas 17% pelas públicas (*Apud* COGGIOLA, 2004a, pp.140-1). Em 1998, 62% dos estudantes estavam matriculados em IES particulares, contabilizando 764 instituições particulares, sendo apenas 76 universidades (*Apud* LEHER, 2001, p. 152). Esses dados revelam, portanto, um processo acelerado de mercantilização do ensino e, ao mesmo tempo, de asfixiamento do ensino público.

Apenas a título de ilustração, vale informar, por exemplo, que a tradicional Universidade de São Paulo – USP, contando com 35.600 estudantes matriculados, perdeu seu posto de maior universidade brasileira para uma instituição privada – a Universidade Paulista – UNIP, com 44.500 estudantes, segundo nos conta Trindade (2001, p. 31).

Coggiola (2001, p. 10) explica que a privatização é uma das principais reformas sociais da agenda dos “neoliberais”, a qual deve ser entendida no quadro de mais profunda crise do capital. Nesse contexto, a privatização assume formas brutais. Referindo-se, especialmente, à situação da universidade pública, afirma ele que a privatização se apresenta mediante “... o argumento cínico da ‘captação de recursos’ que caracteriza a privatização branca das maiores universidades públicas, [como também, através da] privatização por decreto nos elos mais fracos da corrente (Tocantins, Bahia)”.

A privatização pode ocorrer, portanto, através de: a) transferência para a propriedade privada de estabelecimentos públicos (a privatização propriamente dita); b) cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (privatização implícita); c) reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (privatização por atribuição); d) financiamento público do consumo de serviços privados etc.

É importante frisar que estas três últimas formas de privatização pintam o quadro de destruição/desmantelamento da educação superior pública no nosso

país, corroborado, por outro lado, pela mercantilização explícita do saber. O financiamento público do consumo de serviços privados (item d), por exemplo, constitui-se o corolário da privatização implícita (item b) e da privatização por atribuição (item c). Coggiola (2001, p. 142), ao discutir as formas políticas e econômicas da “privatização branca” das universidades públicas, destaca entre as primeiras

... as propostas que têm como objetivo diminuir o tempo das graduações, simplificar os cursos, instituir opções mais rápidas e fáceis de formação superior, medidas que visam desonerar o poder público de suas responsabilidades e aumentar ainda mais o leque de ofertas facilitadoras por parte do ensino privado superior.

Em relação às formas econômicas, o autor (2001, p. 142) salienta o papel que cumprem as “fundações” que, a seu ver, “... visam promover negócios, ou simplesmente negociatas ... usando recursos públicos para fins privados, sem o ônus do risco capitalista”.

De acordo com Leher (2001, p. 152), o crescimento acentuado das matrículas nas IES privadas (62%), torna o ensino superior brasileiro o mais privatizado da América Latina, contra 10% na Bolívia, 16% na Argentina e 17% no México.

Dentre as medidas que objetivam impulsionar a mercantilização e a privatização por dentro das universidades públicas brasileiras, destaca-se, paradoxalmente, a política de autonomia universitária, pois, como nos explica Leher (2001, p. 153)

... Para introduzir sua política, de autonomia, o governo teve de operar uma contradição: negar a autonomia universitária constitucionalmente estabelecida (art. 207) por meio de sua resignificação: autonomia diante do Estado para interagir livremente com o mercado.

Essa proposta de autonomia universitária baseia-se na assertiva do Banco Mundial, conforme esclarece Leher (2001, p. 155), de que

o modelo europeu de universidade – **estatal, autônoma, pública, gratuita e baseada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** – não é compatível com a América Latina (Grifos nossos).

O documento *La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*, de autoria do Banco Mundial (1995), defende que

uma maior autonomia institucional é a chave do êxito da reforma do ensino estatal em nível superior, especificamente a fim de diversificar e usar os recursos mais eficientemente (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 69).¹⁶

O referido documento, como explica Lima (2002, pp. 47-8), apresenta quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe, a saber: 1) a diversificação das instituições de ensino superior; 2) a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas; 3) a redefinição das funções do Estado; 4) a implantação de uma política de qualificação do ensino superior, concebida a partir do eficiente atendimento aos setores privados.

O BM é enfático quanto à liberação de financiamento somente para aqueles países que se comprometerem em promover uma maior diversificação institucional e uma base de recursos mais diversificada, por exemplo, estabelecendo ou aumentando a participação dos estudantes no custeio de sua educação.

De acordo com o documento do Banco Mundial (1995, p. 44),

os governos podem mobilizar um maior volume de fundos privados de várias maneiras: mediante a participação dos estudantes nos gastos, a arrecadação de fundos de ex-alunos e fontes externas e a realização de outras atividades que gerem ingressos.¹⁷

Em se tratando da diversificação das instituições de ensino superior, pudemos verificar, com base no exame do documento *La Educación Superior em los países em desarrollo: peligros y promesas*, também de autoria do Banco Mundial (2000), que a proposta de criação de IES mais adequadas ao mercado e

¹⁶ “Una mayor autonomía institucional es la clave del éxito de la reforma de la enseñanza estatal de nivel superior, especialmente a fin de diversificar y usar los recursos más eficientemente” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 69).

¹⁷ “Los gobiernos pueden movilizar un mayor volumen de fondos privados de varias maneras: mediante la participación de los estudiantes en los gastos, la recaudación de fondos de ex alumnos y fuentes externas y la realización de otras actividades que generan ingresos” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 44).

aos diversos segmentos sociais advém diretamente do Banco. Assim, propõe a classificação das IES em:

universidades com núcleos de excelência, para formar as classes superiores e prestar serviços tecnológicos e políticos ao mercado; **universidades de ensino**, para formar profissionais liberais e técnicos, basicamente provenientes das classes médias; **centros universitários e faculdades isoladas**, para formar profissionais de pouca especialização, provenientes das classes média baixa e média; e **escolas profissionalizantes** para egressos do ensino médio ou fundamental vindos das classes subalternas (BM, p. 13, apud Leher, 2001, p. 164) (Grifos nossos).

O Estado brasileiro vem adotando duas estratégias concomitantes de privatização desse nível de ensino, em consonância com as diretrizes traçadas pelos organismos multilaterais, em especial pelo Banco Mundial, conforme diagnosticam Neves e Fernandes (2002, p. 29): a) a transformação da educação pública em educação pública não-estatal e b) o estímulo ao empresariamento do ensino.

Corroborando com esta análise, afirma Lima (2002, p. 47) que esse processo de privatização tem se dado, mediante a) a expansão de instituições privadas (através da liberalização dos serviços educacionais e b) o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para a contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infraestrutura das instituições, entre outros mecanismos.

Apontam na mesma direção as reflexões de Davies (2002, p. 175), ao destacar que as principais medidas de privatização do ensino superior, a seu ver, seriam a não-expansão das IES estatais para atender à demanda e o financiamento público às IES privadas.

Jimenez (2003, p. 01), ao discutir acerca dos programas de bolsas destinados a alunos carentes, a exemplo do Programa Bolsa-Universidade, chama a atenção para o fato de que se os recursos injetados na iniciativa privada fossem endereçados ao seu “destinatário natural” – a universidade pública, poderiam ser

revertidos na ampliação significativa das suas vagas. A estudiosa destaca, ainda, que, além do favorecimento explícito do mercado do ensino superior, o referido programa contribui para o aumento do desemprego e da precarização do trabalho do professor, ao instituir o trabalho voluntário como forma de pagamento do financiamento. Nas suas palavras,

... Como se não bastasse o fato de favorecer o mercado do ensino superior, o programa bolsa-universidade exibe uma deformidade “extra”, capaz de levar ao delírio os neoliberais de todas as cepas.

Ora, ao contrário dos demais programas que prevêem posterior reembolso, aqui estipula-se o serviço comunitário em escolas públicas, como forma de pagamento ...

Assim, os beneficiários da bolsa-universidade estarão, involuntariamente, contribuindo para o agravamento do desemprego no seu próprio campo de trabalho, substituindo nas escolas públicas, professores condignamente contratados, além de, em tese, plenamente capacitados para o mister de ensinar!

A análise da autora acima citada reforça as teses esboçadas pelos estudiosos, dentre eles, Coggiola (2004a; 2004b; 2004c), Leher (2001; 2003), Neves (2002), Lima (2002; 2004), Davies (2002), que ressaltam de forma contundente a relação umbilical entre a não expansão da rede pública de ensino superior e o empresariamento crescente desse nível.

Em relação à destinação de recursos públicos às instituições de ensino superior privadas, é importante destacar a posição defendida pela União Nacional dos Estudantes acerca do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que substituiu o crédito educativo (Ceduc) através da Medida Provisória – MP n.º 1.827, de 27/5/1999, reeditada 25 vezes até se transformar na Lei n.º 10.260, de 12/7/2001. Nas palavras do então secretário geral, Sósthene Macedo, a UNE está

brigando para maiores verbas para o Fies, antigo Ceduc, na tentativa de garantir ao aluno carente o acesso à educação. Para a UNE, qualquer ajuda no sentido de se preservar a filantropia para as ‘verdadeiras instituições filantrópicas’ e o incentivo ao aperfeiçoamento do programa Fies é de grande valia (*Apud Davies, 2002, p. 174*).

Vale observar que a posição assumida pela entidade máxima dos estudantes universitários revela uma contradição no que diz respeito à luta histórica do ME – defesa da universidade pública e gratuita, a qual não se soma com a defesa do crédito educativo/Fies, que significa nada mais, nada menos, conforme denuncia os referidos autores, uma das principais medidas de privatização da educação superior.

Na consecução dessa política privatista da educação superior, o Estado vem implementando algumas medidas, tais como:

a redução do financiamento público, a não realização de concursos públicos para as vagas criadas pelos processos de aposentadoria 'induzida', a contratação precária de professores substitutos, o congelamento dos salários, a introdução de mecanismos de controle da produtividade dos docentes através, entre outros, da Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente (GED), a cobrança sempre mais alta de taxas escolares até a cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação lato sensu, a prestação de serviços via fundações (Neves; Fernandes, 2002, pp. 29-30).

Do ponto vista da legislação, a privatização do ensino superior se apoia, fundamentalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), no Decreto n.º 2.306 (antes Decreto n.º 2.207), de agosto de 1997, e no Decreto n.º 3.860, de julho de 2001.

De acordo com Neves (2002), os Artigos 7º, 20 e 44 da nova LDB revelam a linha privatista dessa lei em relação à educação superior. O Art. 20 da nova LDB, por exemplo, define três dos quatro tipos de instituições privadas de ensino, enquadrando-as nas categorias de: particulares em sentido estrito (as empresas educacionais), comunitárias, confessionais e filantrópicas. No entanto, as definições não são claras. Na opinião de Neves (2002, pp. 139-40), talvez,

... essa imprecisão seja um motivo para que parte significativa das instituições de ensino superior consideradas sem fins lucrativos se autodenominem, simultaneamente, de comunitárias, confessionais e filantrópicas

contribuindo, assim, para que grandes empresas de ensino superior, por serem julgadas filantrópicas, continuem a receber subsídios públicos.

O Decreto n.º 2.306, por sua vez, normatiza a fragmentação da organização acadêmica do ensino superior, consoante com que estabelece o Artigo 44 da LDB. Esse decreto determinou que as instituições desse nível passassem a ser organizadas academicamente em cinco tipos de instituições: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores, dos quais somente as universidades continuariam a manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo. Mais uma vez, Neves (2002, p. 141) destaca que

... A educação como um negócio, hoje tão incentivada pelos organismos internacionais e por nossos governantes e intelectuais orgânicos da burguesia, tem neste texto de lei sua expressão definitiva.

Já o Decreto n.º 3.860, de 9/7/2001, dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências, reforçando as mesmas orientações políticas do anterior.

Outro reforço à política de privatização desse nível de ensino, ainda de acordo com Neves e Fernandes (2002), tem sido a difusão da “ideologia da escolarização como panacéia”, ou seja, a ideologia da necessária ampliação da formação escolar/profissional, como condição garantidora de empregabilidade. E o que vem a indicar isso, se não um discurso governamental que tenta justificar a causa primeira do desemprego na desqualificação do trabalhador, na sua incapacidade individual de se adequar às novas exigências de um “mercado em mutação”, que está assimilando novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra? O trabalhador passa do papel de vítima ao de culpado por sua incompetência, pobreza, desqualificação, ou seja, por sua “desempregabilidade”. Nesse sentido, parcela significativa da população apostando nesse mecanismo de salvação de seus empregos tem buscado ampliar seus conhecimentos e formação, uma vez que “ quanto mais capacitado o trabalhador, maiores as suas chances de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho ...” (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 33). Vale destacar, ainda, que esse discurso – da necessária qualificação para o acesso ao emprego – tem constituído o mote da abertura do mercado do ensino superior.

Concomitantemente ao processo de privatização da educação superior, o Estado, também, passou a agir de maneira focalizada, incidindo suas ações, especificamente, sobre a universalização do ensino fundamental, a ampliação do ensino médio e a expansão dos programas de educação profissional, passando a compreender a educação superior como uma atividade não-exclusiva do Estado, conforme estabelece o *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado* (1995). Dessa forma, os trabalhadores, encantados com o canto da sereia da qualificação profissional, apressam-se em custear seus próprios estudos na rede privada, a qual oferece cursos de rápida certificação a um preço “razoável”, já que as vagas disponíveis no ensino público são insuficientes para o atendimento da demanda criada pelo próprio mercado.

Portanto, a tendência presente no campo da educação de nível superior, que se aprofundou nos anos “neoliberais”, tem sido a desresponsabilização do Estado com esse nível, delegando-o ao empresariado do ensino, ao mesmo tempo em que assume, de vez, a responsabilidade de garantir os lucros das instituições privadas no âmbito da educação, mediante isenção fiscal, transferência de recursos públicos para as IES particulares por meio de programas de bolsa destinado a alunos carentes, dentre outras iniciativas.

O discurso dos organismos internacionais acerca do financiamento público da educação superior ressalta que ao ensino superior é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica.

Na realidade, pode-se aduzir que o ensino superior não deveria ter mais direitos a utilizar os recursos fiscais disponíveis para a educação em muitos dos países em desenvolvimento, em especial aqueles que ainda não alcançaram acesso, equidade e qualidade adequados aos níveis primário e secundário (BM *apud* Lima, 2002, p. 47).

Segundo denuncia Jimenez (2003, p. 01), tal discurso constitui-se numa “retórica estreita e míope”, haja vista que a tão propalada defesa da prioridade do investimento na educação básica não corresponda, efetivamente, à decisão, por exemplo, do então presidente Fernando Henrique Cardoso de vetar a elevação da meta para 7% do PIB com gastos relativos à educação ao final dos 10 anos do

PNE. A esse respeito, é importante desnudar o verdadeiro destino dos recursos do governo federal “economizados” com a educação superior pública.

... O que ironicamente se constata é que, longe de **economizar** aos cofres públicos preciosas divisas relativas à universidade, a fim de, conforme se alega, garantir um aporte adequado de recursos para a educação básica, o Estado continua assumindo pesados compromissos com a educação superior do país, no caso, apadrinhando empresas privadas (com o nobre propósito, conforme o cínico argumento utilizado, de abrir as portas do ensino superior à população carente impedida de tomar assento nos bancos elitizados da universidade pública).

Nesse sentido, a participação dos setores privados na prestação de educação superior é apoiada pelos organismos internacionais, em especial pelo BM, o que *aumentaria o número efetivo de vagas* como também *melhoraria a qualidade*.

Segundo Sguissardi (2001, p. 08), o êxito ou não das propostas dos organismos internacionais - da *Universidade Mundial do Banco Mundial* - nos países da periferia se deve a diversas circunstâncias, dentre as quais, destacam-se: 1) a maior ou menor resistência das respectivas sociedades civis, organizações científico-acadêmicas e instituições universitárias; e 2) a estrutura e conjuntura econômico-políticas vividas pelos diferentes países por ocasião da implantação desse modelo.

No mesmo sentido aponta a avaliação de Coggiola (2001, p. 126), que lista um conjunto de políticas governamentais que visam derrubar a resistência à destruição da universidade pública. São elas:

a) Pulverização da legislação a respeito, para evitar um enfrentamento global; b) Promoção da concorrência individualista em todos os níveis: Enem¹⁸, vestibular, Exame Nacional de Cursos Superiores (“Provão”), GED (Gratificação de Estímulo à Docência) nas universidades federais, “ilhas de excelência” (ou “Pronex”), que promovem a concorrência entre alunos, professores, departamentos, faculdades e universidades, e destroem a universidade como corpo unificado destinado a atender necessidades sociais e nacionais (e, de passagem, favorecem as práticas paternalistas e os “toma-lá-dá-cá” de todo tipo); c) Anulação da autonomia de todas as instituições, submetidas a um conjunto cada vez maior de normas burocráticas e entes fiscalizadores situados por cima delas.

¹⁸ Exame Nacional do Ensino Médio.

O processo de reforma da educação superior, posta em andamento pelo atual Governo Federal, não pode ser compreendido senão no contexto do conjunto de reformas – neoliberais – empreendidas pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, as quais encontram-se em sintonia com as diretrizes traçadas pelos organismos internacionais e amplamente discutidas nesse trabalho.

A referida reforma teve início com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – que elaborou o Documento “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira”, em outubro de 2003.¹⁹ Esse documento tornou-se o texto-base da reforma, o qual contém as principais proposições para a reestruturação da educação superior. Em maio de 2005, foi aprovada uma segunda versão do projeto de lei da reforma da educação superior, ratificando os pontos principais constantes no texto original.

A primeira versão do documento do GTI assumiu como objetivo central

... sugerir idéias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira, para fazer dela um instrumento decisivo da construção do Brasil, ao longo do século XXI” (GTI, 2003, p. 01).

O referido documento é composto de quatro partes. A primeira apresenta as propostas emergenciais para enfrentar a crise das universidades federais. A segunda ressalta a necessidade da implantação da autonomia universitária. A terceira aponta as linhas de ação no tocante à complementação de recursos. A quarta indica as etapas do processo de reforma. Contém, ainda, um anexo, intitulado “Alternativas de financiamento”.

Destacaremos alguns pontos do documento que revelam a afinidade das proposições governamentais com aquelas traçadas pelo BM nos dois documentos referidos aqui. O item que ilustra melhor essa aproximação de idéias, a nosso ver,

¹⁹ Documento gerado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado por Decreto de 20 de outubro de 2003, composto por membros da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Educação.

é aquele relativo à autonomia universitária. Nesse tópico, o texto é transparente ao identificar a crise das universidades com a rigidez das leis que “impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento”. Nesse sentido, defende como uma ação emergencial a “imediata garantia de autonomia às universidades” (GTI, 2003, pp. 8-9).

O GTI compreende a autonomia universitária em três aspectos: autonomia didático-científica, autonomia administrativa e autonomia de gestão financeira e patrimonial. Com relação a essa última dimensão da autonomia, o documento explica que as universidades federais teriam acrescidos aos seus recursos previstos no orçamento do ano em andamento, os recursos do Programa Emergencial e os provenientes do Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo – Pedi, além daqueles que poderiam ser captados livremente, tanto no setor público quanto no setor privado (GTI, 2003, p. 10).

O documento aponta, ainda, que as chamadas “fundações de apoio” assumiram uma função importante, a partir dos anos 1980, na garantia dessa autonomia, as quais teriam sido criadas com o fito de contornar a “falta de autonomia legal”, funcionando como captadoras de recursos junto aos setores privados. Por isso, na realidade atual, conforme o documento chama a atenção, “não é possível prescindir das fundações, que têm um grande papel a cumprir no funcionamento autônomo das universidades federais ...” (GTI, 2003, p. 10).

Em relação ao Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo, o documento explica que o MEC se propõe a “assegurar um fluxo regular adicional de recursos para aquelas instituições universitárias que aceitam aderir [ao Pacto] ...” (GTI, 2003, p. 111). O Pacto contemplará as universidades públicas, comunitárias e particulares. O MEC pagará àquelas IES que aderirem ao Pacto, “um valor mensal por aluno, a título de taxa escolar, ao longo do período correspondente à sua formação, e um valor adicional no momento em que concluir o curso” (GTI, 2003, p. 12). Como ação inclusiva, destaca-se, no interior do Pacto, o Programa Universidade para Todos – o PROUNI.

Esse programa – o PROUNI – é considerado o carro-chefe da reforma. Vale dizer que, segundo entendimento do Ministério da Educação – MEC, a realização desse Programa se justificaria face à existência de uma demanda para o ingresso na universidade, que teria dobrado, entre 1998 e 2002, de 5,7 milhões para 9,8 milhões. Nesse mesmo período, as instituições de ensino superior privadas teriam tido uma expansão espetacular, apresentando, no entanto, 37% de vagas ociosas. Nesse sentido, o governo buscando estimular as referidas instituições a destinarem “gratuitamente” 10% de suas vagas para estudantes de baixa renda, propôs como contrapartida a isenção de impostos federais a quem aderisse ao PROUNI, o que, em última instância, significa recurso não arrecadado (diga-se de passagem, um percentual em torno de R\$ 1 bilhão, de acordo com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES) e, portanto, não disponível para investimento nos serviços públicos, em particular, na universidade pública.

Na avaliação de Coggiola (2004b, pp. 04-05),

O Prouni destina-se a financiar, com recursos públicos, as universidades privadas, sob a alegação de compras de “vagas ociosas”, destinadas a alunos carentes, negros e ex-presidiários. A isenção fiscal prevista nesse projeto é superior ao investimento do governo federal com as Universidades Federais ... A proposta do “Universidade para Todos” cria um mercado cativo para o setor privado, subvencionado pelo Estado, agravando os problemas crônicos.

Na mesma direção, aponta a análise do Andes-SN (2004, p. 55) sobre o PROUNI, quando reconhece que “a encomenda de vagas ‘públicas’ nas instituições privadas é um passo imensurável no apagamento da fronteira entre o público e o privado”.

A segunda versão do anteprojeto de reforma universitária, aprovada em maio de 2005, conforme dissemos, ratifica o conteúdo exposto no documento elaborado pelo GTI. De acordo com o Informativo do MEC, edição extra, de julho de 2005, essa nova versão condensaria cinco reivindicações dos setores organizados da comunidade universitária relativas à educação superior. São eles:

PRIMEIRA – o anteprojeto explicita que a Educação não é uma mercadoria, mas um bem público que consolida um novo modelo de desenvolvimento para o País.

SEGUNDA – a Reforma está sendo construída democraticamente, ampliando o debate para fora dos muros da Universidade e acolhendo sugestões da Academia e da sociedade civil.

TERCEIRA – diante dos desafios da sociedade do conhecimento, a Universidade brasileira é desafiada a liderar a consolidação do projeto de Nação.

QUARTA – a Reforma cria um marco regulatório preciso para o setor privado, privilegiando a qualidade e retomando o papel regulador do Estado.

QUINTA – consolida a gratuidade do Ensino Superior nas instituições federais, aportando mais recursos e garantindo a sua autonomia e expansão. (MEC, 2005, p. 01).

Em face do nosso objeto de estudo, interessa-nos comentar a respeito das primeira, quarta e quinta reivindicações. Sobre a primeira e a quarta, que relacionam-se com a problemática da mercantilização do ensino superior, é importante destacar as medidas previstas pelo MEC/Governo em relação a esses dois pontos. Segundo o referido Informativo, o anteprojeto reafirma

a importância de se preservar a função social do ensino superior. Isso significa que a expansão do ensino superior poderá ocorrer, desde que vinculada ao interesse público (MEC, 2005, p. 04).

Para tanto, o MEC reabriu, no dia 03 de janeiro do corrente ano, o credenciamento de IES e a autorização de novos cursos, bem como editou uma Portaria que prioriza o funcionamento de novas instituições, considerando “as necessidades de desenvolvimento regional”.

O governo entende que a expansão do ensino superior, dada através do crescimento da presença do setor privado nesse nível de ensino, constitua um fator de preservação da função social do ensino superior (a qual não se explicita), desde que esta expansão, ou, a nosso ver, mercantilização, atenda ao “interesse público”. Convém, pois, argüirmos acerca do significado de tal expressão. Em que consistiria esse “interesse público”? Quem seria esse público?

Como uma das medidas reguladoras da iniciativa privada por parte do Estado, o governo prevê a ampliação do período para a divulgação do valor de suas mensalidades – de 45 para 120 dias. Na avaliação do MEC (2005, p. 04), a reforma, ao estabelecer medidas desse tipo estaria tornando “mais rigorosos os critérios de controle de instituições que tenham esse caráter [privado] ...”. Em nenhum momento, o Governo coloca sob discussão o valor das mensalidades ou a possibilidade de estas serem definidas pelo Estado. O “controle rigoroso” do Estado vai até onde a iniciativa privada permite a interferência, ou seja, na divulgação e não no estabelecimento do valor. Nesse sentido, falar em **estatização** do ensino superior, seria uma aberração ou uma abstração, uma vez que, para o governo, estatizar significaria comprar vagas nas IES privadas com recursos públicos, a exemplo do PROUNI.

Em relação ao quinto ponto, que trata da gratuidade do ensino nas Universidades Federais, é importante esclarecer que, dentre as medidas que prevêem a *manutenção* do caráter gratuito da Universidade, o governo acena com a possibilidade de aumento das vagas, fundamentalmente, mediante a *expansão do ensino à distância*; de contratação de docentes para as IFES, por via da *contratação de recém-doutores e aposentados excelentes*, admitidos como bolsistas; de incremento da autonomia financeira da universidade, implicando na *aumento da capacidade da instituição em captar recursos*, através das parcerias público-privado (PPP). Como é possível pensar na **consolidação da gratuidade da educação superior**, admitindo e incentivando, inclusive, a existência de uma rede privada de ensino superior? Ou ainda, injetando (os escassos) recursos públicos destinados à universidade pública na iniciativa privada, mediante a compra de vagas nessas instituições?

Como crer na seriedade dessa proposição se, apenas em 2003, segundo informa Jimenez (2003, p. 01), o governo previu que agraciaria as empresas de ensino superior com, nada menos que 576 mil alunos, através de programas de financiamento? Diante do exposto, a autora considera que seria uma ingenuidade “indagar por que tão vultosos recursos extraviaram-se do endereço da

universidade pública, um destinatário, por assim dizer, natural, das verbas alocadas para o ensino superior do país”.

Vê-se que a essência da reforma é a defesa da **universidade pública não estatal**, que implica, em última instância, no fim da gratuidade do ensino superior. De acordo com Buarque (*Apud* LIMA, 2004, p. 34),

... esta universidade sustentável, pública, mas não necessariamente estatal, deveria 'ser aberta à possibilidade de receber recursos de setores privados que desejem investir em instituições, sejam elas privadas ou estatais; e tanto as instituições privadas quanto as públicas devem estar estruturadas de modo a servir aos interesses públicos, sem torná-las prisioneiras dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários'.

Defender o caráter essencialmente público da universidade e seu não atrelamento aos interesses imediatos do mercado (públicos?) significa, a seu ver, torná-la *prisioneira dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários*.

Após as reflexões ensaiadas aqui acerca do processo de reforma universitária, podemos afirmar juntamente com Coggiola (2004c, p. 02), que as reformas – universitária, previdenciária, trabalhista, sindical etc., implementadas pelo governo brasileiro, assim como aquelas desenvolvidas nas universidades da periferia do capitalismo,

... são, de fato, inspiradas pelo Banco Mundial, o FMI, o neoliberalismo, o centro-esquerda adaptadas ao capital, a OMC, o diabo que seja, mas têm um fundamento básico, a lógica crescentemente destrutiva e reacionária do capital, à escala “global” ...

Para finalizar, vale, ainda, destacar que o capital não pode prescindir da destruição dos movimentos organizados dos trabalhadores e da juventude trabalhadora para obter o êxito das suas propostas. Com relação ao movimento sindical brasileiro, vejamos como este tem sido afetado pelo processo de reestruturação produtiva e político-ideológica posto em andamento pelo capital como resposta a sua crise e como tem reagido ou aderido a ele.

Compartilhamos aqui com a análise que Boito Jr. (1999) e Antunes (1995b) fazem do movimento sindical nas duas últimas décadas. Segundo Boito Jr., na década de 1980, a estratégia e a concepção sindicais baseavam-se, fundamentalmente, na compreensão de que as lutas econômicas em defesa dos salários, contra o arrocho, por melhores condições de trabalho etc., embora representassem importantes momentos da luta política e de aprendizado dos trabalhadores, não se esgotavam nelas mesmas, ou seja, apontavam para "...uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro" (1999, p. 132), o que caracterizava o **sindicalismo combativo**. Antunes (1995b, p. 11), corroborando com esta análise, afirma que naquele período, o movimento sindical foi marcado por momentos de apogeu, caracterizando-se pela retomada das ações grevistas, explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento da CUT etc.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, ocorreram mudanças importantes no cenário nacional e internacional, que contribuíram para o advento de uma atmosfera desfavorável ao movimento sindical. Os elementos que caracterizaram essa conjuntura podem ser resumidos em cinco acontecimentos de grande relevância política: a nível internacional, a desintegração da União Soviética e do bloco dos países sob sua hegemonia, identificada, por alguns, como o fim do socialismo; a nível nacional, a eleição de 1989, que levou a plataforma neoliberal ao poder, com a vitória de Fernando Collor de Mello; crescimento dos partidos de direita, redução dos de centro e estagnação dos de esquerda, representados no Congresso Nacional; a política recessiva de 1990 a 1992; a rearticulação do sindicalismo pelego, em torno da Força Sindical.

Essas mudanças trouxeram questões inéditas para o conjunto dos trabalhadores e seus organismos sindicais, refletindo-se também no modo de pensar e agir destes, que teve como consequência uma reviravolta na estratégia e concepção da Central, a partir do seu 4^o Congresso, em 1991. No fundamental,

o que muda na ação política da CUT, sob essa nova estratégia é o abandono do confronto com o modelo econômico brasileiro.

De acordo com essa nova estratégia da CUT, denominada de **sindicalismo propositivo**, a ação sindical passaria a ser centrada prioritariamente nas proposições de “ ‘alternativas concretas’ para todos os problemas importantes da política nacional” (BOITO JR., 1999, p. 142) e não o confronto com esta política. Assim, optam-se por ações táticas, mediadoras, para se alcançar esse objetivo, quais sejam, a participação, a negociação e a gestão compartilhada (câmaras setoriais, conselhos tripartites etc.).

Dentre os problemas importantes, o que mais mobiliza esforços do movimento sindical, na atualidade, é a qualificação/requalificação profissional do trabalhador. Na avaliação da CUT, a formação profissional implementada pelo Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do comércio – SENAC, Serviço Social da Indústria – SESI etc.) não corresponderia aos interesses dos trabalhadores, uma vez que não estaria associada à formação do cidadão. Nesse sentido, a CUT (1999, p. 20) propõe uma formação profissional “diferenciada” com o objetivo de possibilitar

aos trabalhadores um maior controle do processo produtivo e um maior poder de intervenção junto à sociedade e na gestão das políticas públicas; ou seja, que qualifique os trabalhadores para uma intervenção propositiva, buscando o redirecionamento do papel do Estado no sentido do desenvolvimento solidário e sustentável, assim como o fortalecimento da cidadania.

Assim, a formação, ou melhor dizendo, a qualificação/requalificação profissional passa a ser o principal catalisador das discussões e preocupações da maioria das entidades sindicais no atual momento. Os sindicatos tornaram-se, rapidamente, “caça níqueis do FAT” (Fundo de Amparo ao Trabalhador), adotando uma política de “entregar os anéis para não perder os dedos”, numa clara estratégia de recuo em relação a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto da política neoliberal, firmando-se uma proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental.

Essa estratégia propositiva, na análise de Boito Jr. (1999, p. 142), levou a Central "... a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder".

Essa estratégia conciliatória, na nossa avaliação, aprofundou-se no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, expressa no apoio irrestrito e incondicional da CUT ao governo e suas reformas claramente neoliberais (reforma da previdência, reforma universitária, reforma sindical, reforma trabalhista, dentre outras).

A reforma sindical, por exemplo, que encontra-se em andamento, antecipa a reforma trabalhista, ao estabelecer os "princípios" das negociações entre sindicatos e patrões, o que significa que os acordos estabelecidos entre trabalhadores e empregadores prevalecem sobre a legislação, resgatando a idéia de se modificar a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. Além disso, o Projeto de Lei da Reforma Sindical, elaborado pelo governo, empresários, Força Sindical e CUT, restringe o direito de greve dos trabalhadores, proibindo piquetes e comissões de convencimento; ameaça criminalizar as ações do movimento sindical; garante ao empregador, durante a greve, o direito de substituir os trabalhadores grevistas por outros, mediante contratação temporária, ou seja, institucionaliza os "fura-greve".

Diante do imobilismo da CUT e de seu atrelamento ao governo, surgem os primeiros movimentos de ruptura com a Central, que resultou na criação da Conlutas – Coordenação Nacional de Lutas, que reúne setores da esquerda descontentes com os rumos que a entidade vem tomando nos últimos anos.

Por fim, podemos afirmar que quanto mais se aprofunda a crise do capital, maiores são os seus desdobramentos sobre a universidade pública, exigindo-se desta uma série de reformas visando a um maior ajuste do conhecimento científico aos interesses mercadológicos. Para tanto, como vimos, torna-se imprescindível ao capital e seus representantes o controle cada vez mais rígido dos movimentos

de resistência que se processam no interior da universidade para se alcançar tal objetivo.

No próximo tópico desse trabalho, debruçamo-nos, particularmente, sobre o papel desempenhado pelo movimento estudantil em defesa da educação pública e, em específico, da universidade pública, destacando alguns exemplos de luta e mobilização no cenário internacional e nacional.

2.2. LIMITES E POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES

As reflexões trazidas à tona, aqui, acerca das características e das peculiaridades que marcam o movimento estudantil, diferenciando-o, por exemplo, do movimento sindical, correspondem, em certa medida, ao conteúdo das discussões encetadas no seio do ME da UECE, no período de nossa militância.

A primeira questão, que se apresentava como um verdadeiro imbróglio para nós, jovens estudantes, dizia respeito ao papel que o ME deveria cumprir no contexto das lutas sociais. E a segunda, decorrente, até certo ponto, da primeira, relacionava-se com a particularidade de sua composição.

Até que ponto o ME poderia cumprir o papel de um movimento em prol da transformação da sociedade, que tomasse como horizonte a luta pelo socialismo, se tal organismo, em tese, não tomaria como eixo a condição de classe, não se estruturando, portanto, diretamente, em torno da luta entre as classes sociais, uma vez que o agrupamento “estudantes” não se caracteriza enquanto classe social, sendo os mesmos pertencentes, no caso dos universitários, em sua grande maioria, às camadas médias da sociedade. Nesse sentido, quais seriam os limites e o alcance das lutas estudantis?

Além disso, os estudantes não tendo peso no processo produtivo, diferentemente dos trabalhadores operários, a durabilidade de suas lutas e a obtenção de conquistas mais substanciais apresentavam possibilidades remotas, se essas lutas não estivessem aliadas às lutas do movimento operário e sindical.

O reconhecimento dessas particularidades é fundamental para a compreensão do grau de complexidade e importância do papel que o ME tem cumprindo, ao longo da história. Vale destacar que nossa preocupação consiste em situar o movimento estudantil no contexto da luta de classes, explicitando a sua relevância, e não o contrário, uma vez que, conforme salienta Sanfelice (1986,

p. 16), "... ele se expressa também em função desse antagonismo principal [capital *versus* trabalho] e está em composição com o mesmo".

Nesse sentido, nosso intuito é discutir a amplitude e os limites do movimento estudantil, compreendendo seu papel histórico como um movimento inserido no seio das lutas de classes e em imbricação com elas.

A UNE, ao tratar do papel do ME no contexto dos "países subdesenvolvidos", em documento datado de 1967 (*Apud* SANFELICE, 1986, pp. 132-3), admite que este teria uma "força auxiliar na luta antiimperialista". Este reconhecimento decorreria da análise de que os estudantes, enquanto agrupamento social, "... por sua própria situação na pirâmide social, não estando ligados diretamente ao processo produtivo ... são incapazes de contestar globalmente o regime", sendo necessária, portanto, "uma aliança efetiva com os trabalhadores, concretizando a aliança operário-estudantil-camponesa".

Ao referir-se, especificamente à situação brasileira, a UNE avaliava que o ME desempenhava um papel de destaque no cenário da luta de classe, pois, naquele momento, sob os auspícios do regime militar, o ME, sob a direção da UNE, "através da agitação, da denúncia e da resistência à 'ditadura' ..." (*Apud* SANFELICE, 1986, p. 133), cumpriria esse papel.

Poerner (1995, p. 37), por sua vez, ao discutir a natureza e as motivações do movimento estudantil, questiona: por que os estudantes protestam? Na sua opinião, os estudantes brasileiros sempre protestaram por "coisas palpáveis e concretas", sendo movidos

... por algo mais do que o simples espírito anarquista ... [por] uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro ...

Na mesma direção aponta a reflexão de Houais (1995, p. 31), ao afirmar que "... as 'agitações' estudantis não são mero capricho ou fantasia de contaminados por 'idéias', mas profundamente motivadas".

Segundo ele (1995, p. 31), as “agitações” derivam:

1) do sacrifício ingente de poderem ingressar em centros de estudo; 2) do desencanto trágico quanto à qualidade (a quantidade já era uma fraude) do estudo nesses centros; 3) do seu esforço por qualificar, nesses centros, o estudo, através de pedidos e reclamações insuladas da problemática geral do país; 4) da impotência de o conseguirem, porque essa má qualificação não é um dado isolável do contexto social; 5) da lenta aquisição da certeza de que a qualificação e a quantificação do dado particular – estudo e ensino – terão que ser função e efeito de igual processo no todo social; 6) da tentativa de mostrá-lo aos antiestudantes e fazê-los compreender; e 7) da resposta deles recebida, o tratamento policial marginalizante, acompanhada de opções aristocratizantes do ensino ...²⁰.

Referindo-se ao processo de “politização” do estudante, Poerner (1995) explica, ainda, como se daria a passagem da decepção à revolta, diante da falência da universidade brasileira. Diríamos, concordando com o autor, que a participação no movimento estudantil nos abre a possibilidade de instrumentalização teórico-política para enxergar e compreender o mundo com outros olhos, para além da situação de caos em que se encontra a educação pública – a motivação imediata da luta estudantil – e dos seus determinantes estruturais. Segundo o mesmo autor (1995, p. 38),

... a decepção universitária cede lugar à revolta, quando o estudante logrado constata que não existe, na atual situação brasileira, nem mecânico com boa vontade suficiente para desenguiçar o seu calhambeque, quanto mais oficina disposta a transformá-lo num carro novo. Da busca que empreende, então, para encontrar o responsável pelo enguiço da universidade e conseqüente frustração do seu estudo, o universitário volta com seu vocabulário acrescido por uma nova palavra: **estrutura** ... a crise da universidade brasileira é decorrência da estrutura arcaica vigente no país. Precisamos renovar a estrutura para que a universidade também se renove ... (Grifo nosso).

²⁰ É importante esclarecer que a referida citação consta da apresentação do livro de Poerner (1995), *O Poder Jovem*, datada de 1968, e que, portanto, refere-se à conjuntura político-social ditatorial, na qual a luta dos estudantes, não só em defesa da educação pública, mas, significativamente, contra o próprio regime, revestia-se de fundamental importância no contexto das lutas sociais. Nesse sentido, vale, ainda dizer, que os “antiestudantes”, aos quais o autor se refere seriam os governos militares, que respondiam com ações policiais às reivindicações estudantis.

Com o espírito esperançoso nos resultados futuros da luta estudantil presente, o autor prossegue, ressaltando os ensinamentos que resultariam desse processo.

A partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira atual. Apreendida nas ruas, essa matéria faz parte de um curso não-oficial muito mais amplo, que poderia ser chamado de politização e liderança e que terá, certamente, reflexos decisivos na história futura do Brasil (Idem, ibidem).

Para finalizar essa discussão, vale a pena, ainda, destacar a posição de França e Sousa Neto (2002, pp. 17-18) acerca da importância da participação no movimento estudantil para a formação politico-ideológica do estudante. As palavras dos autores na citação que se segue refletem, inclusive, a compreensão adquirida por estes, na experiência prática da militância estudantil.

... participar do movimento estudantil implica em assumir uma certa autonomia, a tomar posição crítica com relação à instituição escolar e seus muitos mecanismos. A primeira fronteira que se rompe, portanto, é a da própria sala de aula ... E as fronteiras físicas da universidade em que estudamos também se rompem ... E as fronteiras que se acaba de romper são também ideológicas - rompe-se com as cercas de muitos preconceitos pequeno-burgueses - aprende-se assim, já em princípio, que as saídas individuais não são saídas, mas adequações e que elas, em definitivo, não resolvem nem os problemas pessoais mais imediatos, dirá os problemas históricos e sociais mais graves. Por isso, rompe-se a fronteira do imediato ...

Isto posto, vejamos, então, algumas ilustrações exemplares quanto à luta desempenhada pelo movimento estudantil em defesa da universidade pública, nos anos 1990 – 2000, em âmbito internacional, nacional e local.

Vale destacar, no contexto da América Latina, exemplos de como o da luta dos estudantes da Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM, ocorrida entre 1999 e 2000, em defesa da universidade pública e gratuita, desencadeada pela aprovação do novo Regulamento Geral de Pagamentos. Os estudantes, através de suas organizações e com o apoio de professores e funcionários, iniciaram uma greve que conseguiu mobilizar por 285 dias uma universidade que tem 13 faculdades, 25 institutos de pesquisa, 7 escolas periféricas, 14 carreiras de

bacharelado e um centro cultural universitário, mais de 260 mil estudantes, 30 mil professores e 25 mil funcionários (PARRAS, 2000, p. 89).

Segundo Retama (2000, p. 79), dirigente da Juventude Socialista do Partido Operário Socialista e membro do Conselho Geral de Greve - CGH, “A greve da Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM – foi uma das mais importantes mobilizações populares da América Latina nos últimos anos”, constituindo-se num exemplo “... que busca arrebatá-lo, em todos os países, o direito dos trabalhadores e jovens a educar-se em universidades públicas e gratuitas”.

Podemos citar, ainda, alguns casos nacionais e locais, tais como, a luta dos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina – FFPP e da Universidade Estadual do Ceará – UECE, dentre outros, nas décadas de 1990/2000.

Na UFMG, no ano de 2002, os estudantes realizaram um movimento de boicote às taxas, recusando-se, inclusive a pagar a taxa de matrícula no valor de R\$ 130,00. A reitoria da Universidade, em represália, resolveu expulsar 06 estudantes da Faculdade de Educação que haviam participado desse episódio. Segundo informa o Boletim Especial do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (2002, p. 04), este movimento não teria sido “... motivado somente por uma necessidade econômica, [mas, significava] ..., principalmente, uma luta política contra a privatização”.

Na FFPP, a situação não foi muito diferente. De acordo com o Boletim Especial do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (2002, p. 04), no início do segundo semestre de 2002, a direção da universidade cobrava uma taxa de matrícula no valor de R\$ 30,00 e uma mensalidade no valor de R\$ 26,00. O movimento estudantil organizou um boicote à taxa, contando com a adesão de cerca de 65% dos estudantes que não pagaram a mensalidade. Em resposta, a direção da faculdade suspendeu o salário dos professores substitutos, sob o argumento de que estes seriam pagos com o dinheiro proveniente das

mensalidades, ocasionando uma nova manifestação estudantil em protesto a essa decisão.

Na década de 1990, destacaram-se duas greves estudantis realizadas na UECE, em 1993 e em 1996, ambas em defesa do caráter público da universidade. A primeira, segundo informa o Boletim do CA de Pedagogia / UECE (1993), em outubro de 1993, com duração de uma semana, combateu, especificamente, as taxas cobradas na universidade por diversos serviços prestados aos alunos. A greve conseguiu a anulação de todas as taxas, à exceção da taxa do Restaurante Universitário – RU, negociada ao valor da meia-passagem de ônibus. A segunda, em maio de 1996, com duração de aproximadamente duas semanas, contou com o apoio dos professores e teve como principal reivindicação a realização de concurso para contratação de professores efetivos.²¹ Trataremos com maiores detalhes a respeito dessas greves mais adiante, no capítulo três desse trabalho.

Em 2005, pela primeira vez na história da UECE, estudantes e professores da capital e do Interior realizam uma greve geral, exigindo-se, como reivindicação principal a realização de concurso público para contratação de professores efetivos, como veremos a seguir, no capítulo três.

Além desses exemplos, vale destacar, também, a luta dos estudantes, ao longo do ano de 2004, contra a atual reforma universitária, apesar do apoio explícito da UNE a essa reforma, como já dissemos. Nesse caso, é importante registrar a ocorrência de três greves estudantis, no ano de 2004, as quais incorporaram nas suas pautas de reivindicação a luta contra a reforma universitária: greve dos estudantes da universidade Federal da Paraíba, deflagrada no dia 21 de julho (ROMERO, 2004); greve dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, iniciada no dia 15 de julho (Opinião Socialista, 2004); greve das universidades paulistas (USP, Universidade de Campinas –

²¹ Esta última informação foi concedida, em conversa informal, na sede do PSTU, no dia 29 de janeiro de 2005, por Fernanda Guimarães, então diretora do CA de História – gestão Reviravolta e membro da comissão de greve.

Unicamp e Universidade Estadual de São Paulo – Unesp), que mobilizou toda a comunidade universitária (GALVÃO, 2004).²²

Retomando as questões levantadas acerca dos desafios que estão postos para o ME no momento atual, marcado pelo ataque mais feroz à universidade pública, e das possibilidades da retomada da luta, de forma mais efetiva e sistemática, em defesa da manutenção do caráter público dessa instituição, assumido como um dos principais eixos políticos do movimento, o qual poderia, inclusive, unificar a luta de estudantes e trabalhadores, podemos concluir que, apesar da disposição de luta dos estudantes demonstrada nos exemplos citados, a política de contenção das lutas e de colaboração de classes das direções majoritárias, a frente da entidade máxima dos estudantes universitários – a UNE – contribui, sobremaneira, para a desmobilização e fragmentação das lutas.

Por outro lado, esses exemplos revelam-nos que há “focos de resistência” à tentativa deliberada de transformar a universidade em negócio, indicando, outrossim, que uma nova perspectiva de organização e de luta poderá ser gestada por tais resistências.

²² Em meio à greve que já durava mais de 40 dias, foi realizado o II Encontro de Universidades Públicas Paulistas, que aprovou as seguintes resoluções: - Abaixo a política econômica do governo Lula; - Contra reforma universitária; - Nem a UNE e nem a UEE falam em nosso nome; - Por uma coordenação estadual aberta formada por CA's, DCE's e comitês contra a reforma universitária para dar continuidade à luta; - Reafirmar a importância de iniciativas como o Encontro Nacional contra a Reforma Universitária no Rio de Janeiro. (GALVÃO, 2004).

3 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL NÃO É COISA DO PASSADO: OS ESTUDANTES DA UECE E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

3. 1. A UECE E A POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR DO “GOVERNO DAS MUDANÇAS”

Em 1992, o Professor Paulo Jorge de Melo Filho – Paulo Petrola – toma posse como reitor indicado da UECE, dando início a um processo de reestruturação da Universidade, mediante a implementação do Projeto Nova UECE, com o qual fora eleito reitor. O referido projeto visava à inserção dessa instituição no Sistema de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Estado, o que significou nas palavras de Moraes (2000, p. 18), “ ... o desencadeamento de um processo de ajuste dessa universidade ao ideário empresarial que inspira o *governo das mudanças ...*”.

A consequência da implantação do Sistema de Ciência e Tecnologia – C & T – do Estado para a UECE seria, na análise de Moraes (2000, p. 165),

... sua transformação numa universidade de resultados a serviço do mercado, ou seja, implementar-se-ia, na Universidade Estadual do Ceará, a lógica privatizante que vem invadindo o espaço público do Ceará, sob os auspícios do projeto desenvolvimentista do grupo de empresários instalado no poder estadual.

Essa expectativa em relação à UECE é verificada na fala do então senador Beni Veras, quando defende

... Uma universidade suficiente para contemplar o mercado de trabalho. Uma universidade que atenda o mercado de trabalho do Ceará ... conveniada com empresas locais. Melhor do que está formando em certas carreiras, sem muita justificativa e que não dão retorno ... (*apud* MORAIS, 2000, p. 79).

Nesse sentido, para sanar tal “distorção”, o Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo do Estado, em 29 de novembro de 1991, para analisar a situação das universidades públicas estaduais do Ceará, sugere que a universidade assumira o desafio da profissionalização não-universitária, mediante as seguintes propostas:

a) conceber cursos profissionalizantes de boa qualidade adequados às necessidades do mercado de trabalho, em níveis compatíveis com a escolaridade dos candidatos; b) conceber cursos profissionalizantes pós-secundários para jovens que concluíram o 2º grau e não ingressaram na universidade. Cursos dessa natureza podem, inclusive, permitir acesso a pessoas cuja maturidade tenha uma certa equivalência à escolaridade do 2º grau (GT *apud* MORAIS, 2000, p. 93).

A autora (2000) aponta como indício desse ajuste da UECE aos imperativos privatizantes do mercado a política de contratação de professores, baseada na utilização de mão-de obra precária, na figura do professor substituto, bolsista – da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – Funcap – e visitante para suprir a carência dos departamentos, diante dos inúmeros docentes que entravam em processo de aposentadoria. O professor visitante deveria ser contratado para prestar serviços relevantes à universidade, na área da pesquisa e da pós-graduação, no entanto, observou-se, na gestão do Professor Paulo de Melo Jorge Filho, a contratação de professores visitantes para ministrar aulas nos cursos de graduação.

Morais (2000, p. 21) acrescenta que vislumbra, nos anos que se seguiriam à realização de sua pesquisa, indícios de que, “ ... dependendo da correlação de forças, a modernização preconizada pelos arautos da privatização poderá descaracterizar o ensino superior estadual como serviço público”. Um dos possíveis desdobramentos desse processo, na análise da autora, seria a adoção de valores inerentes à empresa privada na condução da UECE, podendo ocorrer a cobrança de mensalidades nos cursos de graduação e pós-graduação. Portanto, a implementação do Projeto Nova UECE, a partir da década de 1990, na visão de Moraes (2000, p. 109), significa “ ... um atrelamento decisivo da UECE aos interesses do mercado”.

De fato, a preocupação assumida pela autora revelou-se real e concreta, nos anos que se seguiram a sua pesquisa, à medida que o processo de mercantilização e de privatização dos espaços da Universidade se agudizou celeremente. Como exemplos dessa situação, podemos citar a criação do Instituto

de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE – IEPRO, em 1995²³; a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos²⁴ – especialização e mestrados profissionais; a oferta de cursos seqüenciais pagos, oferecidos, inclusive, em parceria com o IEPRO²⁵; a cobrança de taxas aos estudantes de graduação (expedição de segunda via de diploma, readmissão após abandono, transferência de IES, mudança de curso e ingresso de graduado em curso de graduação)²⁶ (ANEXOS 4 e 5) e de pós-graduação (inscrição para seleção de curso de especialização, inscrição para seleção de curso de mestrado e doutorado, matrícula semestral em curso de mestrado acadêmico e doutorado, expedição de primeira e segunda via de certificado de curso de especialização, expedição de primeira e segunda via de diploma de curso de mestrado, expedição de primeira e

²³ “... o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará – IEPRO é uma sociedade civil sem fins lucrativos, cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento técnico-científico das instituições públicas e privadas do Ceará e da região ...” (Panfleto de apresentação do IEPRO, intitulado “IEPRO: o desenvolvimento passa por aqui”. Fortaleza, 2005).

²⁴ A Resolução do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior (CNE/CES), n.º 1, de 3 de abril de 2001, em seu artigo 6º, delibera que os cursos de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos por instituições de ensino superior ou por instituições credenciadas, independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Na análise de Silva (2005, p. 58), “esse artigo flexibiliza a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* para instituições não-universitárias ... estando liberada a porta de entrada para fundações, institutos, consultorias e demais empresas, geralmente, da iniciativa privada, que buscam ganhos no (super)mercado da educação superior”.

²⁵ Todos os cursos de pós-graduação pagos oferecidos pela UECE são realizados em parceria com o IEPRO, uma vez que, em última instância, quem aprova a planilha de custo é referido Instituto. No momento, estão em andamento os seguintes cursos de especialização: curso de especialização em saúde do idoso; curso de especialização em gestão estratégica nas organizações do terceiros setor; curso de especialização em gestão de saneamento básico e recursos naturais; curso de especialização em ensino de química; curso de especialização em ensino de física; curso de especialização em metodologia do ensino da geografia; curso de especialização em tecnologia de extração e beneficiamento de rochas ornamentais; curso de especialização em engenharia ambiental. (Disponível em: www.iepro.org.br/cursos_especializacao). Segundo nos informou o Setor de Contratos do IEPRO, o valor da taxa de inscrição é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o valor da mensalidade varia entre R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (Informação concedida por telefone no dia 18 de outubro de 2005).

²⁶ Atualmente, são cobradas essas cinco taxas, mediante resolução do Conselho Diretor – CD, no caso das duas primeiras taxas (Resolução N.º 199/99-CD, de 02 de setembro de 1999) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, no caso das três últimas (Resolução N.º 2806-CEPE, de 11 de abril de 2005) (Cf. Anexo 4 – Resolução N.º 199/99-CD e Anexo 5 – Resolução N.º 2806-CEPE). No entanto, vale esclarecer que até 1993 eram cobradas taxas diversas, tais como: por trancamento de disciplina, por solicitação de segunda via de histórico, por matrícula em disciplina com mais de uma reprovação por abandono, por matrícula por disciplinas não concluídas no semestre anterior, dentre outras, quando, através de uma greve estudantil, os estudantes impediram a cobrança de todas as taxas na Universidade, à exceção da taxa do Restaurante Universitário.

segunda via de diploma de curso de doutorado, validação de título de pós-graduação obtido no exterior e expedição de segunda via de declaração e de histórico escolar) (ANEXO 6) pelos serviços prestados.

Esse processo de “privatização por dentro” da UECE é contundentemente denunciado por Silva (2005), em sua dissertação de mestrado, intitulada “O caminho *lato sensu* da precarização do trabalho docente universitário na Uece”.

Silva (2005) desenvolveu uma análise crítica sobre a precarização do trabalho docente, tomando como base os cursos de pós-graduação – pagos – nos quais esses profissionais ministram aula. De acordo com os dados catalogados pelo autor, entre os anos de 1988 e 1994, os cursos de especialização eram oferecidos gratuitamente pela UECE, particularmente aos docentes das diversas IES, que possuíam apenas formação a nível de graduação, mediante convênio firmado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Após essa experiência, a UECE expandiu, em escala crescente, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, os quais passaram a ser, exclusivamente, pagos pelos alunos (SILVA, 2005, pp. 63-4).

De acordo com Silva (2005, p. 68), no intervalo de 25 anos – 1979²⁷ a 2004 – a UECE ofertou um total de 527 cursos de pós-graduação *lato sensu*. O autor elaborou uma tabela com intervalos de cinco anos, dispondo os dados da seguinte maneira: 1979 – 1984, 9 cursos; 1984 – 1989, 32 cursos; 1989 – 1994, 87 cursos; 1994 – 1999, 109 cursos; 1999 – 2004, 290 cursos. Como evidencia o estudo em foco, a evolução no crescimento da oferta de cursos saltou de 9 para 290, ou seja, um incremento de mais de 3.000%; podendo-se, ainda, observar na tabela que, no último quinquênio (1999 – 2004), foram oferecidos 55% do total de cursos de pós-graduação *lato sensu* realizados pela Universidade, ao longo dos 25 anos.

²⁷ O primeiro curso de pós-graduação da UECE ocorreu no ano de 1979, na categoria aperfeiçoamento (SILVA, 2005, p. 68).

A pesquisa de Silva (2005) revelou, em primeiro lugar, que o processo de privatização das IES públicas e o processo de precarização do trabalho docente universitário andam de mãos dadas, ganhando novo impulso com a legalização da oferta de cursos *lato sensu* pagos. Na avaliação do autor, estes cursos “agem, em ambos os processos, como catalisadores”; em segundo lugar, observando-se, especificamente, o caso da UECE, atesta que a oferta de cursos *lato sensu* “constituem o caminho encontrado para chegar-se seguramente à precarização do trabalho docente universitário como também contribuir para a acentuação do processo de privatização da Instituição” (SILVA, 2005, p. 88).

Podemos asseverar, com base nos dados coletados, que a implementação do projeto de modernização do Ceará do Governo do Estado no que tange ao papel destinado à UECE significou o aprofundamento do seu processo de privatização.

3. 2. A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UECE NA GREVE GERAL DE 2005



Figura 1 – Cartaz da greve geral da UECE - 2005

Esse tópico do trabalho toma como objetivo relatar os acontecimentos concernentes à greve geral da UECE, ocorrida em 2005, buscando evidenciar, a partir desse movimento, tomado, aqui, como de partida de nossa análise, o modo de ser do movimento estudantil da UECE no que tange às lutas em defesa da universidade pública.

O ME da UECE ressurgiu das cinzas, após as grandes mobilizações da década de 1990, marcada por três greves estudantis, ocupações de reitoria, enterros simbólicos de reitores, passeatas etc., como veremos no próximo ponto. O DCE encontrava-se fechado, sem diretoria, sob a coordenação de uma comissão gestora há pelo menos um ano, não registrando-se, também, nesse período, nenhuma mobilização digna de nota. Uma greve de tal envergadura sinaliza, no mínimo, que o **ME da UECE não é coisa passado**. Daí a sua importância histórica nesse contexto de destruição da universidade pública, revelada no profundo agravamento das condições de trabalho e de ensino, na

precarização do trabalho docente, na falta de professores, notadamente nas unidades do Interior. Essa situação teria sido, nas palavras dos protagonistas do movimento grevista, a motivação para o início da greve.

Essa mobilização é de se ressaltar – com particularidade – haja vista seu caráter inédito na história da Instituição: pela primeira vez e por um período longo, estudantes e professores da Capital e das unidades do Interior se mobilizaram em defesa da universidade pública, na forma de uma greve. Digno de nota, ainda, nesse movimento teria sido o fato de ter-se iniciado pelo Interior e se expandido para a Capital, bem como, a ação conjunta desenvolvida entre as entidades estudantis e o Sindicato dos Professores da UECE, representado pela Seção Sindical dos ANDES-SN dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará - SINDIUECE.

Referida greve, com duração de aproximadamente dois meses, iniciou-se no dia 11 de maio de 2005, com a deliberação dos estudantes em assembléia, sendo endossada, posteriormente, no dia 16 de maio, na assembléia dos professores, e encerrando-se no dia 07 de julho.



Foto 1 - Assembléia que deliberou o início da greve – 11/05/2005

Vale informar que os estudantes e professores da Faculdade de Educação de Itapipoca – FACEDI já se encontravam em greve desde 16 de março de 2005 devido à aguda falta de professores e de infra-estrutura adequada para o seu pleno funcionamento. As outras unidades do Interior, como, a Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM (Limoeiro), a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC (Quixadá) também já se encontravam mobilizadas.

O SINDUECE, em nota oficial, “Em defesa da UECE: toda solidariedade à paralisação das unidades do interior” (2005), explica os motivos que justificam a paralisação das atividades. Vale conferir alguns trechos:

Já há alguns anos, a UECE vem vivenciando um processo de redução relativa e absoluta de seus quadros docentes. Como é sabido, nossa Universidade ampliou consideravelmente seu atendimento à sociedade cearense, com aumento permanente do número de matrículas, com o surgimento de novos cursos de graduação, com o alargamento da atividade de pesquisa e pós-graduação e com a inserção da instituição em grande número de programas especiais de formação.

Contraditoriamente, sofremos, neste período, uma erosão no número de professores, bem como um avanço nos processos de flexibilização e precarização do trabalho docente. Assim, conforme o Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da UECE, somos hoje 976 docentes, dos quais, 149 substitutos com contrato de trabalho temporário (1 ano, renovável por mais 1) e 10 visitantes.

A situação acima descrita pelo Sindicato (2005) caracteriza, a seu ver, “um processo mais amplo de sucateamento da universidade pública cearense por parte dos seguidos governos do PSDB ...”.

Esse processo de destruição da universidade pública, em especial da UECE, pode ser verificado, ainda segundo o Sindicato (2005), na redução do orçamento das instituições universitárias; na imposição de salários indignos a seus docentes e servidores; no incentivo à privatização da universidade, mediante cobrança de taxas aos alunos e criação das “fundações de apoio”; na precarização do trabalho docente etc.

Essa situação da UECE não constitui uma particularidade, ao contrário, reflete a política educacional implementada, nos últimos anos, pelos governos estadual e federal, assentada no privilegiamento da iniciativa privada e no aprofundamento do processo de privatização da universidade pública.

Segundo depoimento de Fraga (2005), membro do comando de greve, a FAEC (Crateús), da qual é professora, “vive em estado de condições precárias”, o que motiva uma luta diária por “melhores condições de trabalho”.

A nota do Comando de Greve, de 03 de junho de 2005, dirigida aos vestibulandos 2005.2, esclarece os motivos da greve, enfatizando que “atualmente a UECE (Capital e Interior) está passando pela maior crise da sua história”, e, por isso, “pela primeira vez estudantes e professores tiveram que recorrer a uma GREVE GERAL para evitar que a nossa Universidade entrasse em colapso”. O documento denuncia a política do governo estadual, a qual encontra-se em sintonia com a política educacional do governo federal que visa à destruição das universidades públicas, afirmando que

Essa realidade é fruto da política educacional do Governo Lúcio Alcântara, que visa o sucateamento e privatização das Universidades Públicas Estaduais (UECE, URCA E UVA), legitimando a política do Governo Lula para a implementação da Reforma Universitária, cujo objetivo é privatizar as Universidades Federais.

A CUT posicionou-se favoravelmente à greve, prestando aos estudantes e professores da UECE “total solidariedade”, pois, segundo destaca na nota “A agonia da Universidade” (2005), a “defesa da educação pública, gratuita e de qualidade é uma das bandeiras históricas do movimento sindical”. Nesse sentido, a Central denuncia o descaso das autoridades em relação à UECE, revelado nas suas péssimas condições de funcionamento, descritas assim:

Salas de aula que não oferecem a mínima condição de conforto. Falta segurança no Campus da Capital e os do interior estão completamente abandonados. A situação da Uece é precária. Os laboratórios sucateados, falta água encanada, luz, papel higiênico e até mesmo pincel para os professores darem aula.

Apesar do apoio formal da CUT ao movimento grevista da UECE, vale lembrar o apoio orgânico da Central ao governo federal e a sua política educacional, tomada como orientação nacional, a qual seria responsável pela situação de caos em que se encontra a universidade pública, em particular, a UECE, à medida que desvia recursos públicos para as instituições privadas, mediante a compra de vagas, ao mesmo tempo que sugere que as IES públicas captem recursos junto às empresas e outras instituições em nome de uma suposta autonomia.

O PSTU, através de uma nota intitulada “Quem são eles, quem eles pensam que são?” (2005), também, pronunciou-se a favor da greve, explicitando que a “UECE atravessa uma das crises mais graves de sua história”, resultante do modelo de Educação Superior do Cambé: “autoritário, privatista e decadente”.

Não poderíamos deixar de fazer menção, ainda, ao apoio efetivo prestado pelo IMO, através da contribuição de seus professores colaboradores e alunos bolsistas que participaram cotidianamente da construção da greve.²⁸

O Jornal O Povo, do dia 12 de maio de 2005, noticiou o início da greve com a manchete “SEM AULAS: estudantes e professores iniciam greve”. A matéria traz uma cobertura completa sobre as atividades do dia anterior, quando a greve fora deflagrada:

²⁸ Podemos destacar a presença dos professores colaboradores do IMO em algumas atividades da greve apenas para ilustrar: em primeiro lugar, destaca-se a presença cotidiana dos professores e bolsistas do IMO nas atividades do comando de greve; em segundo lugar, nas diversas palestras realizadas, tais como, no dia 12 de maio, a participação da autora da tese na palestra: Reforma Universitária do governo Lula (Nota do Comando de Greve, de 19 de maio de 2005); no dia 30 de maio, a participação de professores do IMO na palestra: Movimento operário e sindicalismo no Brasil (*Folder* “programação da greve”); no dia 02 de junho, a participação da professora Elvira Sá de Moraes na palestra: Autonomia universitária (*Folder* “programação da greve”); no dia 23 de junho, a participação da professora Susana Jimenez na palestra: Reforma universitária do governo Lula; no dia 27 de junho, novamente, a participação da autora da tese na palestra: Movimento sindical no Brasil e as reformas neoliberais (*Folder* “programação da greve”), dentre outras contribuições.

Desde às 7 da manhã, o movimento nos corredores do Campus do Itaperi já demonstrava que o dia seria intenso. Estudantes pintavam faixas de protesto e retiravam as carteiras das salas de aula, que foram postas sob as sombras das árvores, onde a greve foi definida. As portas das salas do campus foram fechadas e não houve aulas. O movimento também paralisou o trânsito na avenida Paranjana por alguns minutos da manhã ... Alunos representantes das cinco unidades da Uece no interior do estado, que já estavam paradas desde o mês passado, vieram para a Capital reforçar o movimento (O POVO, 2005a).



Foto 2 – Atividade do primeiro dia de greve – 11/05/2005



Foto 3 – Atividade do primeiro dia de greve – 11/05/2005

De acordo com Wellington Júnior (*Apud* O POVO, 2005a), estudante do curso de filosofia e membro da Comissão Gestora do DCE da UECE, os estudantes decidiram entrar em greve por tempo indeterminado porque todos “os problemas [da Universidade] somados geram o caos no ensino”. Ele cita alguns desses problemas:

A unidade de Crateús, por exemplo, só tem um professor para dois cursos (biologia e química). Já o Centro de Humanidades da capital tem 12 turmas sem professores. Não há infra-estrutura, nem segurança no campus”.

Já no Centro de Ciências e Tecnologia do Ceará – CECITEC, no Município de Tauá, segundo relata Gonçalves (*Apud* O POVO, 2005a), estudante do curso de Ciências Biológicas, há falta de professores nos cursos de biologia e química e, além disso, o Centro (CECITEC) funciona num galpão, há dez anos. Diante disso, questiona: “Como é que fica a qualidade de ensino?”.

O Jornal O Povo, do dia 17 de maio de 2005, anuncia a decisão tomada em assembléia, no dia anterior, pelos professores de adesão à greve. O Jornal abre a matéria com a manchete “GREVE: Uece: professores pedem reajuste de 9,4%” (O POVO, 2005b).

Na avaliação de Bentes (*Apud* O POVO, 2005b), membro do Comando de Greve, a adesão dos professores reforça o movimento.

Segundo Alves (2005), membro do comando de greve, a greve faz-se necessária porque, hoje, mais do que nunca, é preciso “defender a universidade pública contra os plano neoliberais, que vêm do governo federal, e, também, dos ataques do imperialismo”.

Na mesma direção aponta o depoimento de Brito (2005), diretora do CA de Pedagogia e membro do comando de greve. Segundo ela, a greve deve fortalecer o “movimento em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática”.

Souza (2005), diretora do CA de serviço social, membro da comissão gestora do DCE e do comando de greve, afirma que a necessidade da greve era premente devido aos vários problemas enfrentados pela Universidade, tais como: “a falta de professores, de concurso público para professores efetivos, de infraestrutura e de uma real política de assistência estudantil na UECE”, dentre outros.

Destacam-se na Pauta de Reivindicações (COMANDO DE GREVE, 2005) aspectos como concurso imediato para professor efetivo na Capital e no Interior; melhores condições de trabalho; reajuste salarial emergencial de 9,4% e a negociação de um plano de reposição de perdas salariais referentes ao período de 1994 a 2002 que correspondem a 71,9%, dentre outros. Consta, ainda, na pauta política do movimento o repúdio à reforma universitária do Governo Lula/Tarso Genro. (ANEXO 7).



Foto 4 – Faixa contendo um dos eixos políticos da greve – Contra a Reforma Universitária

Em relação à reivindicação de realização de concurso para contratação de professores efetivos, vale informar que o Comando de Greve reuniu-se pelo menos três vezes, segundo consta na Nota Oficial do Comando de Greve, de 10 de junho de 2005, com a grande maioria dos coordenadores de cursos de graduação, com a Pró-Reitoria de Graduação e com a Pró-Reitoria de Planejamento com o objetivo de levantar a demanda de professores efetivos para

o período de 2005 a 2006. Esse trabalho resultou na seguinte planilha apresentada pelo Comando: para 2005, seria necessária a contratação de 60 professores efetivos para suprir a carência na Capital e 67 no Interior; para 2006, seria necessária a contratação de 87 para a Capital e 33 para o Interior.

De acordo com o Comando de Greve, ainda na mesma nota (2005), os resultados encontrados, que sinalizam para a necessidade de contratação de 253 professores para 2005 e 2006

vem revelar que os números que vinham sendo divulgados na imprensa, pelo comando de greve, ao longo deste trabalho não eram “fantasiosos”, como declarou aos jornais, de forma desreitada à comunidade ueceana, o Senhor Secretário Hélio Barros.

É importante registrar, também, que a greve não ficou restrita aos muros da Universidade, realizando-se, em diversos momentos, atividades dirigidas ao público em geral. Nesse caso, podemos citar o protesto realizado na Praça do Ferreira, no dia 26 de maio de 2005. Segundo noticiou o Jornal O Povo, do mesmo dia (*on line*), a manifestação foi “marcada pelo bom humor”, incluindo, a encenação de uma peça, a distribuição de um panfleto com uma história em quadrinhos sobre a situação da UECE e um jogo de futebol que contrapunha, ficticiamente, o time do governo e o time dos grevistas. (O POVO, 2005c).

Vale registrar, também, a manifestação na Avenida Washington Soares, no dia 01 de junho de 2005. Segundo informa o Jornal O Povo, do dia 02 de junho (2005d), os estudantes e os professores grevistas interromperam o tráfego nos dois sentidos da Avenida e seguiram em passeata até o Palácio Iracema, com o intuito de negociar a pauta de reivindicações com o governo Lúcio Alcântara, que não se encontrava no local. Uma comissão de estudantes e professores foi recebida pelo Secretário da Ciência e Tecnologia do Estado, Hélio Barros.

Após 35 dias de greve, os estudantes, com o apoio de alguns professores, ocuparam a reitoria, no dia 15 de junho, com o objetivo de pressionar o reitor para que se iniciasse o processo de negociação, visto que até aquele momento não havia sido acenada qualquer possibilidade de negociação. Passados seis dias da

ocupação, no dia 21 de junho, a reitoria respondeu com a única arma de que dispunha para pôr fim ao movimento: a repressão. Cerca de 40 soldados do Batalhão de Choque e do Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE – da Polícia Militar, fortemente armados, efetuaram a desocupação da reitoria, impedindo que os grevistas permanecessem no interior da universidade.

Impende chamar a atenção para o fato de que o aparente poderio da reitoria ao chamar o Batalhão de Choque para conter o movimento e expulsar estudantes e professores das ante-salas da reitoria revela, na verdade, fraqueza e subalternidade frente ao Governo do Estado.

Esse fatídico dia foi descrito em nota do Comando de Greve, intitulada “Para além do campus” (2005), da seguinte maneira:

O campus do Itaperi foi invadido por PMs fortemente armados que, além de rasgarem cartazes e faixas afixadas, obrigaram jovens estudantes e professores a se retirarem do prédio onde fica a Reitoria. Além disso, fomos obrigados a deixar os muros e a calçada do campus, num flagrante desrespeito à ordem judicial que falava em desocupar as dependências da Administração Superior da Universidade. Não bastasse isso, numa atitude autoritária, digna dos piores anos da ditadura militar, estudantes e professores foram escoltados até o canteiro central da avenida Paranjana.

Os professores da UECE, por meio de sua assembléia, no dia 22 de junho de 2005, um dia após o ocorrido, posicionaram-se veementemente contrários aos atos de violência cometidos contra os grevistas, expressando a sua indignação numa moção de repúdio, nos seguintes termos:

A assembléia da SINDUECE-SSIND repudia esta ação injustificada, brutal, oposta à autonomia universitária, bem como responsabiliza a Reitoria e o Governo do Estado pela mesma. Repudiamos, outrossim, a tentativa da Reitoria de criminalizar professores e estudantes e, por meio destes, o próprio movimento de greve (SINDUECE, 2005).

O CA de Serviço Social, por meio de uma moção de repúdio (2005), demonstrou sua indignação com a expulsão dos grevistas tanto do prédio da reitoria como do interior da Universidade. Vejamos o que diz o documento a respeito desse episódio:

Repudiamos a ação autoritária exercida pelo Reitor Jader Onofre e o Governo do Estado, que em momento algum se dispõem a dialogar com o movimento grevista, fazendo com que as negociações permanecessem não avançando, por dois motivos:

Primeiro: O dispositivo utilizado, tropas de Elite da Polícia Militar do Ceará, com o BPCHOQUE, GATE e COTAM, que são chamados para o enfrentamento com o crime organizado ou criminosos de alta periculosidade e não para desocupação de áreas ou prédios públicos, muito menos para estudantes e professores (as) que não demonstraram perigo, nem estavam armados.

O tratamento e o armamento utilizado por estas unidades são vetados para uso urbano devido o elevado poder de letalidade, caracterizando o **exercício arbitrário da própria razão**.

Segundo: A ordem judicial determinava apenas a desocupação do prédio da administração da FUNECE, e não dos campus do Itaperi; o escurraçamento (sic) dos grevistas da área física do campus constitui assim **Abuso de Autoridade**, porque foi além do que determinava a ordem judicial.

Destarte, ao invés do arrefecimento da luta diante da repressão, a resposta do movimento se deu em sentido oposto: a continuidade da mobilização. Os estudantes, expulsos da universidade, acamparam em frente ao Campus, mantendo-se firmes, dia e noite, contando com o importante apoio da comunidade da Serrinha, dentre outros.

Após dois meses de greve, a assembléia da comunidade universitária, realizada no dia 07 de julho, deliberou, em meio às disputas políticas acirradíssimas em torno do futuro da greve, pela sua “suspensão e instauração de estado de greve”. A decisão, tomada em assembléia, revelou posições divergentes quanto às táticas mais adequadas ao desenvolvimento do movimento grevista.

De um lado, figuravam aqueles, a maior parte constituída por professores, que compreendiam que o movimento não possuía mais capacidade de mobilização, após dois meses de greve, e, que, portanto, dever-se-ia encerrar antes que se esvaziasse mais ainda, uma vez que algumas reivindicações já haviam sido conquistadas, como por exemplo, a realização de concurso para contratação de 310 professores efetivos.

De outro, estavam aqueles, a maior parte composta por estudantes, que ainda acreditavam na capacidade de mobilização do movimento grevista, apesar do reconhecimento de que não seria fácil manter o mesmo ritmo da mobilização, durante o mês de férias escolares, mas, no entanto, defendiam a continuidade da greve até, pelo menos, a realização da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, depositando aí a esperança na possibilidade de oxigenação da greve. Além do mais, argumentavam que muitas das reivindicações não haviam sido atendidas, como a questão da reposição salarial dos professores, que só seria discutida, nos termos colocados pelo Governador Lúcio Alcântara, com a suspensão da greve.

O descontentamento com o fim da greve pode ser observado claramente no depoimento de Fraga (2005), quando diz que, a seu ver,

A greve morreu, acabou antes da hora. Eu acho que ela [a greve] tinha mais uns dias de fôlego, para nós compreendermos o que, de fato, estava acontecendo com a nossa mesa de negociação, que foi uma mesa muito fechada, muito intranquã. Essa intranquã, na minha opinião, vinha de uma articulação, muito bem montada, entre o governo do Estado, a administração da UECE e o próprio poder judiciário que insistia na ilegalidade da greve ... a greve acabou com uma insatisfação muito grande no movimento estudantil ... Por outro lado [o dos professores] ... o ponto central que nos unia era a questão salarial e ela não foi tocada durante a greve, sendo discutida apenas na penúltima assembléia, de uma forma muito precária, e, depois, calou-se em relação a isso porque o próprio reitor não aceitou ser o intermediário entre nós e o governador, o qual disse que só negociaria salário com o fim da greve ...

Apesar dessa insatisfação notória da professora Fraga (2005), vale destacar que a mesma considerou um “ganho social significativo” a garantia de realização de concurso público para contratação de professores efetivos, uma das principais reivindicações do movimento de greve.

Corroborando com a avaliação da professora acima referida, Souza (2005), membro do comando de greve, diz-se “bastante chateada” com o desfecho da greve. Num acesso de raiva, chegou a confessar que até gostaria que “o reitor aparecesse ali, na janela dele, e aplaudisse o fim da greve”, pois, na sua opinião,

não seria nada interessante sair da greve sem a assinatura do reitor no documento de negociação, no caso específico dessa greve.

Porém, sob outro aspecto, Souza (2005) considerou positiva a greve porque teria conseguido mostrar que “o movimento estudantil, que muitos diziam que tinha morrido, e o movimento dos professores, que diziam que não existia, conseguiram realizar essa greve, fazer com ele acontecesse”.

Na nossa avaliação, a decisão pelo fim da greve significou um recuo diante da grande disposição de luta demonstrada, principalmente, pelos estudantes nos momentos mais críticos da greve, tais como, o início do movimento grevista, marcado pela resistência de parte do corpo discente e docente e, principalmente, dos cursos de pós-graduação pagos, o enfrentamento do processo de desocupação da reitoria com o uso excessivo da violência, a manutenção do acampamento na parte externa do campus, durante mais ou menos 15 dias, sob condições precárias.

Há de se questionar se a continuidade da greve, mesmo diante do cansaço e do desgaste sofrido, via de regra observado em qualquer movimento grevista que perdura dois meses, não seria “um mal menor” em comparação com o que possa ter significado, no nível das consciências e da organização coletiva dos professores e estudantes, a decisão que pôs fim ao movimento.

Lênin (1979, p. 10), explicando as posições assumidas por Marx em relação ao Levante do proletariado francês, em 1871, dizia que

a derrota da ação revolucionária representava ... mal menor em comparação com o que teria representado a renúncia às posições já conquistadas, a capitulação sem luta: esta capitulação teria desmoralizado o proletariado e diminuído sua combatividade.

Do ponto de vista da organização e da conscientização dos estudantes e professores envolvidos diretamente no movimento, pode-se dizer que, apesar das contingências e dos recuos, principalmente, a nosso ver, expresso no fim da greve, essa forma de luta revela-se num instrumento de grande poder educativo para as massas, pois uma greve pode ensinar aos trabalhadores e, nesse caso,

aos estudantes, a compreenderem onde repousa a sua força, a pensarem não apenas em si e nos seus companheiros mais próximos, mas, sobretudo, em toda a sua classe, a unirem-se, fazendo-os perceber que somente unidos podem agüentar a luta contra os seus inimigos. Por fim, a greve abre os olhos dos trabalhadores e dos estudantes quanto ao governo e às leis.

Vale a pena conferir uma belíssima passagem do texto de Lênin “Sobre as greves” (1979, pp. 43-4), no qual explica acerca dos ensinamentos da greve, da “grande influência moral das greves” sobre aqueles que dela participam.

Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações. Toda greve acarreta ao operário grande número de privações, e além disso tão terríveis que só podem comparar com as calamidades da guerra: fome na família, perda do salário, freqüentes detenções, expulsão da cidade em que residia e onde trabalhava. E apesar de todas essas calamidades, os operários desprezam os que se afastam de seus companheiros e entram em conchavos com o patrão. Malgrado as calamidades da greve, os operários das fábricas próximas sentem entusiasmo sempre que vêem que seus companheiros iniciaram a luta.

Sobre as lições da greve, Alves (2005), membro do comando de greve, ressaltou que a greve revelou “a necessidade dos estudantes se organizarem cada vez mais para poder derrotar seus inimigos ... e de sua luta estar colada ao movimento dos trabalhadores”.

Como desdobramento do movimento, garantiu-se a realização de concurso público para contratação de professores efetivos para o Interior e Capital, conforme já destacamos, dentre outras negociações.

Esse exemplo de espírito de luta, manifestado principalmente pelos estudantes se sobressai no marasmo geral que predomina o âmbito do movimento sindical e, em específico, do ME, marcado pela fragmentação das mobilizações e pelo não-comprometimento das direções e entidades com as causas históricas dos estudantes.

Essa disposição de luta é saudada pela CONLUTE (2005) ao afirmar que, hoje, “os estudantes da UECE estão protagonizando uma das principais lutas que estão em curso no Brasil”, devendo, pois, “ser um exemplo a ser seguido por todos os lutadores que defendem uma universidade pública, gratuita e de qualidade”.

3. 3. O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UECE: BREVE RESGATE HISTÓRICO

Esse tópico tem como objetivo precípua resgatar os elementos fundamentais da trajetória do ME da UECE, tomando como base o exame dos documentos produzidos pelas entidades estudantis dessa Instituição. Esta vem se constituindo numa tarefa árdua, por vários motivos, valendo ressaltar, em primeiro lugar, ser esta a primeira vez que tal história estará sendo contada. Além disso, três outras dificuldades têm sido confrontadas, a saber: 1) o DCE, entidade geral representativa dos estudantes dessa universidade, não possui nenhum tipo de arquivo; 2) os documentos resgatados nos arquivos dos CAs de Pedagogia e Serviço Social, em parte produzidos por essas entidades e, em parte, pelo DCE, não estão datados, em sua grande maioria; e 3) o registro da história do ME da UECE está marcado por apagamentos relativos a diversos períodos.

Contextualizando o nascimento do DCE da UECE

A Universidade Estadual do Ceará foi criada em 1975, por meio da Resolução n.º 02, de 15 de março, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE – e homologada pelo Decreto n.º 11.233, de 10 de maio de 1977, incorporando-se as unidades de ensino superior existentes à época, mantidas pelo poder estadual, a saber, Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola do Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia do Ceará e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, além da Televisão Educativa. Em 1979, foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE, através da Lei n.º 10.262.²⁹

²⁹ www.uece.gov.br.

No início da década de 1980, após cinco anos da sua fundação oficial, ainda sob a vigência da ditadura militar, um grupo de alunos oriundos dos diversos cursos da Universidade organiza-se com o objetivo de criar uma entidade geral representativa dos estudantes da UECE.

No contexto geral, conforme salientamos no tópico que trata da história do movimento estudantil no Brasil, o ME vai estar passando por um momento de particular gravidade, marcado por uma maior represão às organizações e lutas estudantis, inaugurado em 1968, com a edição do AI-5, que perdurará até o final da década de 1970, quando acontece o Congresso de Reconstrução da UNE, em 1979, apontando a possibilidade de revigoramento das lutas estudantis.

É importante abriremos um parêntese para situar a realidade político-social cearense nesse período, no intuito de esboçarmos uma compreensão acerca do papel que a UECE cumpriria no processo de formação das elites, uma vez que os governos militares concebiam as universidades, como bem lembra Sanfelice (1986, p. 162), como “subsidiadoras de propostas vinculadas ao modelo nacional-desenvolvimentista ...”.

Quando da fundação da UECE, o Ceará encontrava-se sob o governo do Coronel José Aauto Bezerra de Menezes (1975-8), filiado à antiga União Democrática Nacional - UDN. Aauto Bezerra, juntamente com Virgílio Távora e César Cals Filho formaram a *política dos coronéis*.³⁰ De acordo com Mota (*Apud* PARENTE, 2004, p. 403), “Essa política tinha duas táticas: a) união na cúpula e b) divisão nas base. Com isso não sobrava espaço para o MDB [Movimento Democrático Brasileiro] ou o surgimento de novas lideranças”.

Em 1974, ocorre a sucessão governamental, cedendo lugar ao Coronel Aauto Bezerra, da antiga União Democrática Nacional – UDN, mesmo partido de Virgílio Távora. O domínio político da família Bezerra estava consolidado, nessa

³⁰ A “política dos coronéis” caracteriza-se pela forte presença dos militares/coronéis na condução da política cearense, no período compreendido entre os anos de 1945 e 1986. O período a que nos referimos nesse trabalho diz respeito aos anos de 1971 a 1986, marcado pelos mandatos de César

época, e, segundo informa Parente (2004, p. 404), “em todas as eleições os irmãos Bezerra foram eleitos como os mais votados do Estado”.

Com o fim do mandato de Adauto Bezerra, em 1978, Virgílio Távora, ligado ao Partido Democrata Social – PDS, antiga Arena, retorna ao Governo do Estado³¹, para o mandato de 1979 a 1982, como uma escolha pessoal do então Presidente Ernesto Geisel, segundo nos informa Parente (2004, p. 404). O projeto maior assumido por Virgílio Távora era “transformar o Ceará no terceiro pólo industrial do Nordeste” (Parente, 2004, p. 405).

O mesmo autor (2004) relata que, nesse período sucessório, ocorre a primeira crise do “acordo dos coronéis”, revelando sua maior fragilidade, “a falta de fidelidade das bases”, que não resistira ao processo de abertura do regime, que se baseava, principalmente, na realização de eleições diretas. Para ele (2004, p. 405), ademais, essa crise “era apenas um sinal de que o acordo só duraria dentro das regras da eleição indireta, isto é, com a força dos militares no poder”.

Dessa crise, resultou o fim do acordo dos coronéis, em 1985, coincidindo com o fim do regime militar. Parente (2004, p. 406) conta-nos que o PDS dividiu-se em três partidos: Virgílio Távora assumiu a legenda do PDS (Partido Democrata Social), Adauto Bezerra liderou o PFL (Partido da Frente Liberal) e César Cals permaneceu inicialmente no PDS, mas posteriormente liderou o PSD (Partido Social Democrático). Na sucessão de Virgílio Távora, mediante a primeira eleição direta para o governo, após 20 anos de ditadura militar, a crise se agudizou, pois todas as facções políticas compreendiam a importância dessa eleição para a sua sobrevivência. Nesse pleito, conforme relata Parente (2004, p. 407), ainda ocorreu a intervenção do então Presidente João Baptista Figueiredo, culminando na elaboração de um documento, que ficou conhecido como o Acordo de Brasília. Pelo Acordo, Gonzaga Mota, com apoio de Virgílio Távora, seria candidato a governador; o vice-governador seria indicado por Adauto Bezerra,

Cals Filho (1971-4), Adauto Bezerra (1975-8), Virgílio Távora (1979-82) e Gonzaga Mota (1983-6) à frente do Governo do Estado do Ceará.

³¹ Seu primeiro mandato foi entre 1962 e 1966.

sendo ele o próprio candidato; Virgílio Távora seria senador e César Cals indicaria o prefeito de Fortaleza. Para cada grupo, ainda conforme o Acordo, caberia o percentual de 33,3% dos recursos públicos.

Parente (2004, p. 407) expressa-se nos seguintes termos sobre o Acordo de Brasília: “Termina assim de forma melancólica, e mesmo dramática, um novo acordo, agora o Acordo de Brasília, um pacto das elites para dar sobrevida à política dos coronéis, que se iniciou com o governo de César Cals”.

É nesse contexto político, marcado pelo conservadorismo, tradicionalismo e clientelismo, que caracterizava a política dos coronéis – o coronelismo – que nasce a UECE como uma instituição universitária e, emergindo desse processo, a necessidade de uma organização mais efetiva e sistemática dos estudantes dessa IES, dando início, assim, ao processo de criação do DCE, através da constituição de uma Comissão Pró-Diretório.

A existência da Comissão Pró-DCE (ou Pró-Diretório) e sua atuação são noticiadas em alguns documentos, datados de 1980 a 1982, produzidos pela própria Comissão.³² A nota “Assalto na UECE”, de fevereiro de 1980, assinada pela Comissão, por exemplo, denuncia a cobrança de taxas na universidade, que, a seu ver, seria facilitada pela inexistência de uma entidade que organizasse a luta estudantil. Nesse sentido, faz um chamado aos estudantes para criarem comissões Pró-CAs e participarem da Comissão Pró-Diretório. Nesse sentido, a Comissão convoca os estudantes para comparecerem a uma assembléia que ocorreria no dia 26 de março de 1980 para discutir e deliberar acerca desse assunto. O documento defende, ao fim, a “construção das entidades estudantis [na UECE]”, o “congelamento das taxas e anuidades” e o “ensino público e gratuito”.

³² Além dos documentos citados, foram localizados, ainda, outros sem data, mas assinados pela Comissão Pró – DCE. Vale destacar: nota “Aos estudantes da UECE”; nota “Vitória dos estudantes: RU reabre dia 15, sem aumento”.

Outra nota, intitulada “Os estudantes entram em greve contra o ensino pago”, de 1982, também assinada pela Comissão Pró – Diretório Central da UECE, noticia a respeito da greve estudantil que acontecia, naquele momento, em várias universidades do País, dentre elas, a UFC que, segundo o documento, teria deflagrado a greve com a ocupação da reitoria após várias discussões e assembléias. A comissão afirma o seu apoio a todos os estudantes em greve, principalmente, os da UFC, e conclama a diretoria da UNE a “unificar a luta nacionalmente pelo ensino público e gratuito”.

Vale destacar que, no âmbito da UFC, segundo informa Ramalho (2002, p. 55-9), já existia o DCE, fundado em dezembro de 1957, além de alguns centros acadêmicos, tais como, o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, o primeiro a ser criado naquela IES, entre 1926 e 1927, e o Diretório Acadêmico XIII de Maio, da Faculdade de Medicina, os quais se alternaram na direção do DCE, durante os seus primeiros anos.

No caso da UECE, durante esse período que antecedeu a fundação do DCE, foram criadas algumas entidades de base, representativas do movimento estudantil daquela IES, a saber, CA de Geografia³³, CA de História³⁴ e CA de Pedagogia³⁵, dentre as que localizamos através de registro documental.

Durante aproximadamente três anos, a denominada Comissão Pró – DCE realizou reuniões e discussões com a finalidade de construir a referida entidade. No ano de 1983, a chapa “Construção”, composta por alunos dos cursos de História (Pedro Ivo e Ilma), Serviço social (Rosa), o extinto curso de Estudos Sociais (Marcelo), Filosofia (Edelberto e Gerardo Vasconcelos), Pedagogia (Sérgio e Tânia), Letras (George Hamilton), Música (Ricardo) e Veterinária (Bosco),

³³ Ata da reunião da Comissão Pró-CA de Pedagogia, de 24 de outubro de 1981.

³⁴ Ata da reunião da Comissão Pró-CA de Pedagogia, de 08 de novembro de 1981.

³⁵ Ata de apuração da eleição para a escolha da primeira diretoria do CA de Pedagogia, de 15 de abril de 1982.

pleiteia, pela primeira vez, a direção do DCE da UECE, sendo vitoriosa para a gestão 1983-4 (PROGRAMA DA CHAPA, 1983) (ANEXO 8)³⁶.

No seu Programa (1983), a chapa apontava a tarefa que se colocava urgente para os estudantes da UECE, naquele momento: “fazer da UECE uma universidade autônoma e democrática e barrar o plano de metas e estratégias da reitoria que visa a privatização da universidade”.

Segundo relata o Jornal do DCE – UECE (1984) (ANEXO 9), no ano de 1983, a greve dos professores e a construção da entidade geral dos estudantes foram o resultado de “... todo um processo de discussão e mobilizações ...”. Vale ressaltar que a entidade nasce em meio à luta em defesa da democracia em todos os níveis, que consistia, em linhas gerais, naquele momento, em pôr abaixo a ditadura militar e conquistar eleições diretas para presidente da república. No âmbito da universidade, a luta principal se dava em torno da defesa do caráter público e gratuito da universidade e contra todas as formas de privatização que se davam no seu interior acoplada à defesa da democracia, assumida como horizonte da luta estudantil.

O ME da UECE a partir da criação do DCE

A primeira gestão do DCE – UECE – 1983-4, de acordo com o Jornal da Entidade (1984), era composta por Ricardo Pinto, Gerardo Vasconcelos, Pedro Ivo e Marcelo Marques, dentre outros não citados.

O Jornal do DCE – UECE (1984), o único documento relativo a essa gestão localizado durante a pesquisa exploratória no arquivo do CA de Serviço Social, traz em seu bojo, como temas centrais, a discussão sobre a problemática do ensino público e gratuito alertando para os perigos decorrentes da implantação do ensino pago na universidade; e a discussão sobre a autonomia e a democracia

³⁶ Os nomes dos componentes da chapa são citados conforme constam no Programa da chapa (1983).

universitárias, situada a partir do processo de escolha dos dirigentes da universidade. O Jornal, no seu editorial, faz uma rápida análise da conjuntura nacional, destacando que, naquele momento, o capitalismo enfrentava a maior crise de sua história. Na parte dedicada à arte e à cultura, o documento oferece ao leitor uma reflexão crítica acerca da Indústria da Seca.

Vale frisar que o referido Jornal (1984) expressa claramente a posição da entidade quanto à defesa do ensino público e gratuito, denunciando, por outro lado, as "... várias tentativas de privatização do ensino", que se desenvolvem, particularmente, nas universidades. Dentre essas tentativas, o documento cita os acordos MEC-USAID, já referidos anteriormente; a reforma universitária de 1968, consolidada na Lei 5.540/68; o projeto MEC-CRUB, elaborado pelo MEC em conjunto com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o qual prevê cobranças de taxas e sobre-taxas aos estudantes; os pacotes econômicos do governo (João Baptista de Oliveria Figueiredo) e o corte drástico de verbas para a educação.

Ao referir-se à situação da UECE, especificamente, o documento (1984) destaca a luta pela autonomia e democracia da universidade, apontando como exemplo de autoritarismo no seu interior, o processo de escolha para reitor, através do qual os estudantes teriam direito de participar apenas com dez representantes no Colégio Eleitoral, composto por 49 membros, que elabora a lista sêxtupla com os nomes dos reitoráveis, que seria enviada ao governador para escolha, em última instância. Em contraposição a esse processo que, segundo o documento, "é uma vergonhosa farsa", o DCE propõe "eleições diretas e paritárias".

É importante destacar, ainda, que, na análise do DCE, a crise pela qual passa a universidade, caracterizada pelas tentativas de privatização, está vinculada à crise da ordem econômica e social. Portanto, conclui o documento (1984) que a construção de uma "universidade voltada para os reais interesses do povo", só poderá acontecer acompanhada da "transformação da estrutura social, política e econômica [a] que estamos submetidos".

Em 1984, ocorre eleição para renovação da diretoria do DCE, para a gestão 1984-5. O grupo de estudantes que compunha a primeira diretoria da entidade, ligado a três correntes políticas, o Partido Revolucionário Comunista – PRC, a Caminhando – corrente interna do PT e o Prestismo, permaneceu na direção da entidade por um período de um ano, conforme informou Vasconcelos (2005).

O único registro documental referente a essa gestão (1984-5) localizado por nós diz respeito à realização do I Congresso dos Estudantes da UECE, ocorrido em 1985, segundo consta nas Teses do DCE ao referido Congresso.

Segundo Vasconcelos (2005), em 1985, a diretoria é substituída por outro grupo político, composto de militantes ligados ao PCdoB.

Em relação a essa gestão (1985-6), presidida por Homero Magalhães Arruda, localizamos apenas dois documentos, ambos convocando o Conselho de Entidades para reunião, nos dias 09 de julho e 16 de setembro, respectivamente, para tratar de assuntos referentes ao movimento estudantil, tais como, a realização do Conselho Nacional de Entidades de Base – CONEB³⁷ e da calourada³⁸, bem como, a discussão sobre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Em agosto de 1985, acontece uma greve dos professores e funcionários da UECE, a qual contou com o apoio dos estudantes, segundo noticia o documento elaborado pelo Comando de Greve, intitulado “Boletim da Greve”, de 26 de agosto de 1985. De acordo com esse documento, um dos motivos de preocupação dos professores é “a crise porque passa a universidade [a UECE]”, descrita nos seguintes termos:

Esta instituição é carente de recursos materiais que fornecem a estrutura básica para o seu funcionamento. Torna-se urgente, portanto, que seja, devidamente, ampliada a verba que V. Exa. [Governador Luis Gonzaga da Fonseca Mota] destinou a esta instituição.

³⁷ Reunião nacional das entidades de base (centros acadêmicos), convocada pela União Nacional dos Estudantes.

³⁸ Evento festivo dirigido aos calouros no início de cada semestre letivo.

Não temos notícia de eleição nos anos que se seguem – 1986 a 1987. No entanto, há registro da realização do II Congresso dos Estudantes da UECE, nos dias 19 a 21 de junho de 1987, segundo informam as Teses do DCE ao referido Congresso e o Edital de eleição para escolha dos delegados, indicando que durante esse período a entidade encontrava-se funcionando.

Há outros documentos que comprovam as atividades realizadas pela entidade no período de 1986-87. Tratam-se de três ofícios circulares assinados pelo DCE, convocando reunião do Conselho de Entidades. De acordo com os ofícios n.º 001/87, 002/87 e 14/87, o DCE, então presidido por Paulo Jorge Ferreira, teria convocado três Conselhos de Entidades, no ano de 1987, a saber, no dia 25 de fevereiro, para tratar das eleições para reitor; no dia 16 de março, para discutir a situação do restaurante universitário; e, no dia 10 de julho, para discutir o aumento do valor das taxas na UECE. Este último justificava-se assim:

Tendo em vista os últimos aumentos das taxas implementados pelo Reitor [Cláudio Régis de Lima Quixadá]³⁹ – medida essa que coloca bem claro o seu compromisso com o Governo Tasso Jereissati, que não repassa verba para a UECE desde setembro de 1985 e, reproduzindo o projeto da ‘Nova’ República para a educação, pretende privatizar a Universidade ... (DCE/UECE, 1987).

Vale destacar, ainda, a existência de uma nota divulgada pelo DCE, dirigida ao “Sr. Ministro” (sic), de 02 de fevereiro de 1987, que denuncia a situação da UECE, descrita assim:

... o ensino é quase totalmente verbal, não encontrando amparo suficiente na pesquisa e na extensão. A infra-estrutura necessária para o cumprimento desses objetivos é deficitária, as bibliotecas são desatualizadas e os laboratórios existentes sofrem uma grande carência de material.

A referida nota, ao final, contém as reivindicações do ME: “mais verbas para a UECE”, “autonomia e democracia”, “eleições diretas para reitor” e o “fim das taxas e das sobretaxas”, dentre outras.

³⁹ Reitor da UECE durante os anos de 1984 a 1988.

Não constam, nos documentos analisados, informações acerca de eleição para renovação da diretoria para a gestão 1987-8, que deveria ter ocorrido no final de 1987. No entanto, de acordo com o Ofício Circular n.º 16/87, de 28/10/87, do DCE, dirigido às entidades de base – CAs – nos dias 13 e 14 de novembro de 1987, ocorreria o II Conselho de Base da UECE, na Faculdade Dom Aureliano Matos, no Município de Limoeiro, no qual se discutiria, dentre outros temas, a avaliação da gestão do DCE – 1986-7, indicando que a mesma teria chegado ao seu termo.

Na mesma direção, aponta o Relatório das atividades realizadas pela gestão “Que fazer” do CA de Pedagogia, quando informa que, no dia 19 de março de 1988, o Conselho Estadual de Entidades da UECE teria discutido as eleições para o DCE, dentre outros pontos, revelando que, até aquele momento, não havia sido renovada a diretoria da entidade, para a gestão 1987-8. Porém, o mesmo Relatório noticia que, nos dias 14 e 15 de junho de 1988, ocorreria a eleição para renovação da diretoria do DCE, dando início à gestão 1988-9. Para além disso, não há registro da (s) chapa (s) que concorreu/concorreram ao pleito.

Em se tratando dessa gestão, localizamos apenas uma referência documental, dando notícia da realização de um Conselho Estadual de Entidades da UECE, no dia 24 de junho de 1988 (Relatório das atividades realizadas pela gestão “Que fazer” do CA de Pedagogia).

Podemos concluir, com base nas informações constantes nos documentos, que, se a gestão que a antecedeu – 1986-7 – realizou o II Congresso dos Estudantes da UECE e a que a sucedeu – 1989-90 – realizou o IV Congresso dos Estudantes da UECE, essa gestão – 1987-8 – teria sido responsável pelo acontecimento do III Congresso.

Em 1989, ocorreu eleição para renovação da diretoria do DCE, dando vitória à chapa “Venceremos”, composta de militantes do extinto Partido da Libertação Proletária - PLP e presidida por Cibele Gadelha Bernardino, estudante do Curso de Letras.

Sob essa gestão, realizou-se o IV Congresso dos Estudantes da UECE, entre os dias 13 e 15 de setembro de 1990, com o slogan “universidade pública de qualidade: um dever que o governo não cumpre”, conforme consta no cartaz e no *folder* do evento (DCE/UECE, 1990).

De acordo com o Relatório da reunião do CA de Pedagogia/UECE, do dia 22 de novembro de 1990, realizou-se a eleição para renovação da diretoria do DCE, nos dias 13 e 14 de novembro de 1990, concorrendo duas chapas: “Revertério” e “Resistir na luta”. A primeira era composta por militantes e simpatizantes do PCdoB e a segunda por militantes e simpatizantes do PLP, da Convergência Socialista – CS e da Democracia Socialista – DS, ambas correntes internas do PT. Esta logrou vitória, garantindo a presidência a Euclides de Agrela Braga Neto, estudante de filosofia e militante da CS.

Durante essa gestão, ocorreu uma mobilização muito significativa na história do movimento estudantil da UECE: a primeira greve estudantil dessa universidade, o que se deu durante a gestão de Perípedes Franklin Maia Chaves à frente da reitoria.

Tudo começou no dia 14 de março de 1991, quando o movimento estudantil, sob a direção do DCE, realizou um ato de repúdio à “falsa” inauguração da primeira etapa do Campus do Itaperi. Por ocasião da manifestação, participaram cerca de 200 estudantes, portando faixas e cartazes, gritando palavras de ordem: “Ô, ô, ô , diretas para reitor!”; “Não, não à privatização!”; “A universidade é para os trabalhadores!”.

O DCE/UECE, através do seu Boletim Informativo – DCE Informa, de março de 1991, avaliou que a referida inauguração

... foi uma completa mentira e significou mais uma tentativa de enganar o POVO e os TRABALHADORES do NOSSO ESTADO, mostrando uma universidade modelo e bem assistida pelo governo, quando o que existe na verdade é o corte de verbas, as taxas e o ataque à democracia..

Sobre a manifestação, o DCE/UECE (1991) avaliou que esta “... foi vitoriosa, pois conseguimos [os manifestantes] mostrar nosso descontentamento com a universidade sucateada e a falta de democracia”.

A reitoria reagiu, convocando uma reunião do Conselho Universitário – CONSU – para discutir a participação dos estudantes nesse episódio, com o intuito de punir aqueles identificados como “cabeças” do movimento. No dia 25 de março de 1991, ocorreu a reunião do CONSU para ouvir o depoimento dos alunos envolvidos; no dia 27 de março, houve o julgamento dos estudantes, os quais foram punidos com uma suspensão de cinco dias.⁴⁰

Sobre a punição dos estudantes, a nota divulgada pelo DCE, intitulada “Abaixo a ditadura da reitoria! Greve geral contra as punições!”, de abril de 1991, denunciou tal atitude, afirmando que

... essa punição não é algo isolado. Ela é parte do ataque à democracia e do processo de privatização da Universidade. Hoje são 7 suspensos por 5 dias. Amanhã poderá ser qualquer um que se mobilize novamente contra as mentiras dos governos Collor e Ciro e lute em defesa da Universidade.

O movimento estudantil se organizou e se mobilizou, respondendo com uma greve de cinco dias – de 01 a 05 de abril de 1991. O DCE/UECE, no DCE Informa, de maio de 1991, avaliou que a greve “... significou uma grande vitória, pois ... [conseguiu mostrar] para os trabalhadores e estudantes do nosso Estado qual a verdadeira situação do ensino superior e em particular da UECE”. Acrescenta que a greve “... significou apenas o início de uma grande batalha que se seguirá durante todo o ano”, enfatizando que a “melhor arma” dos estudantes contra o sucateamento e a privatização é a luta.

Podemos asseverar, com base nos dados coletados e apresentados aqui, que a causa principal que motivou a mobilização estudantil, tanto no primeiro como no segundo momento, foi a situação de sucateamento da universidade e o

⁴⁰ Alunos suspensos: Euclides de Agrela Braga Neto; Hugo Estênio Rodrigues Bezerra; Antônio Augusto Nascimento Taveira; Péricles Afonso Montezuma Júnior; João Osmar Pessoa de Melo; João Bosco Ribeiro e Marcelo Barbosa Bezerra.

processo acelerado de implantação do ensino pago no seu interior, revelados no corte de verbas, na cobrança de taxas aos estudantes e na falta de democracia e autonomia internas, evidenciada, particularmente, na forma de escolha dos dirigentes da Instituição. Vale frisar, ainda, a compreensão adquirida pelos estudantes de que o único instrumento de que dispunham para impedir o processo de sucateamento e de privatização da universidade é a “luta”.

No final de 1991, deveria ser renovada a diretoria, no entanto, não ocorreu eleição, iniciando-se uma gestão provisória coordenada por uma Comissão Gestora⁴¹, com a finalidade de encaminhar as atividades cotidianas da entidade e convocar a eleição. Esta comissão permaneceu à frente do DCE por um período de cerca de um ano.

Antecipando-se à eleição para a renovação da diretoria do DCE, realizou-se, no período de 9 a 12 de abril de 1992, o V Congresso dos Estudantes da UECE, segundo noticiou o Informativo do CA de Filosofia/UECE (1992).

No mesmo ano, ocorreu a eleição para a renovação da diretoria para a gestão 1992-3. A eleição, disputadíssima, envolveu e confrontou três chapas: a do PT (com apoio da Convergência Socialista - CS), “Alguma coisa está fora da ordem”, liderada por Andréa Saraiva Martins – estudante do curso de Serviço Social; a da Causa Operária/Aliança da Juventude Revolucionária – AJR, “Avançar na luta”, liderada pela autora da presente tese – então estudante do curso de Pedagogia; e a do PCdoB, “Pro que der e vier”, liderada por Sérgio Fonteles – estudante do curso de Nutrição. Após a eleição, compôs-se uma diretoria proporcional, com a participação das três chapas que concorreram ao pleito, na seguinte ordem: PCdoB, em primeiro lugar; PT, em segundo lugar; AJR, em terceiro lugar. Nessa contabilidade dos cargos, coube-nos a posição de secretária geral do DCE .

⁴¹ Participamos como membro da Comissão Gestora do DCE/UECE.

A chapa “Pro que der e vier”, do PCdoB, renunciou em peso aos cargos após um episódio, ocorrido no dia 04 de maio de 1993, na sede do MEC, quando, em meio a um tumulto, diretores ligados a essa corrente agrediram diretores do DCE de outras correntes. Em Carta Aberta aos Estudantes, a diretoria do DCE da UECE (1993) explica o que teria ocasionado a renúncia da chapa vitoriosa na eleição, nos seguintes termos:

O Diretório Central dos Estudantes da UECE, através da sua diretoria, vem tornar público o seu posicionamento frente à renúncia da chapa “PRO QUE DER E VIER” ... Para o esclarecimento dos estudantes e uma firme posição frente a esses acontecimentos, é necessário uma reflexão dos fatos.

A chapa “PRO QUE DER E VIER” (PCdoB e o grupo GIS)⁴² saiu das eleições ocorridas em novembro de 92, como vencedora ... Porém, a responsabilidade que as urnas lhes atribuíram não se concretizou porque irresponsavelmente nunca assumiram suas funções, uma vez que jogou todo o peso do trabalho para o restante da diretoria.

Isso é comprovado quando os que hoje, dois meses antes das eleições para a entidade, formalizaram a sua renúncia, demonstrando uma clara manobra eleitoral oportunista.

... [os componentes dessa chapa] são os maiores culpados pelas tentativas de desmantelamento da entidade, marcada pela ausência da maioria dos diretores dessa chapa, notadamente, do ex-“presidente” Sérgio Fonteles; pelo uso da violência e arbitrariedade contra o restante da diretoria, na passeata do dia 04 de maio, culminando na punição do principal envolvido, Heráclito Câmara (diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão – PRO QUE DER E VIER – leia-se: PCdoB) ...

As disputas que envolviam as três forças políticas se davam não apenas no campo tático, ou seja, dos encaminhamentos propriamente ditos, mas, e principalmente, no que diz respeito às concepções e estratégias do ME. Ainda assim, o ME da UECE, nesse período, experimentou uma relativa ascensão, tendo sido marcado por grandes e importantes mobilizações: ocupação da reitoria, ocupação do RU, enterros simbólicos do reitor, passeatas ao Cambéba, dentre outras, inserindo-se, ainda, em manifestações de caráter nacional, como o Movimento Fora Collor.

⁴² Grupo de Independentes Socialistas.

O ano de 1993 é marcado por contundentes denúncias contra o processo de privatização da universidade, expresso, principalmente, na cobrança de taxas aos estudantes.

O 1º Informativo do DCE/ UECE, de 1993, comunica que, no dia 28 de janeiro do corrente ano, o reitor da UECE, Paulo de Melo Jorge Filho (Professor Petrola), assinou a resolução n.º 178/93 (*ad referendum* no Conselho Departamental) elevando o valor das taxas e criando mais duas – matrícula em disciplina com mais de uma reprovação por abandono e matrícula por disciplinas não concluídas no semestre anterior.

O documento informa que o DCE opõe-se à cobrança das taxas e que, em audiência com o reitor, conseguiu revogar as duas novas taxas.

A nota intitulada “Pagar ou não pagar: eis a privatização”, de 1993, assinada pelo DCE e CAs, expõe o processo de privatização que avança através da cobrança das taxas na UECE. Repudia, particularmente, a resolução n.º 178/93 e defende o fim de todas as taxas e o ensino público, gratuito e de qualidade.

O DCE Informa III, de 1993, ratifica a posição da entidade em relação à resolução n.º 178/93 e opõe-se, ainda, ao decreto lei n.º 179/93, que determina a cobrança das taxas em UFIR.⁴³ A entidade convida os estudantes a se mobilizarem, participando de uma “Campanha pelo fim das taxas na universidade”, que teria a seguinte programação: a realização de um ato show, no dia 09 de junho de 1993; de assembleias setoriais, realizadas pelos centros acadêmicos, entre os dias 14 e 15 de junho do mesmo ano; culminando com a realização de uma assembleia geral, no dia 16 de junho. Por fim, conclama, também, os estudantes a ajudarem o DCE a defender a “Universidade Pública e Gratuita”.

Digno de nota, ainda nessa gestão, como desdobramento dessas denúncias, foi a greve estudantil contra as taxas na UECE, em outubro de 1993, sob a coordenação do DCE. O movimento teve duração de uma semana e

⁴³ Unidade Fiscal de Referência.

alcançou importantes vitórias, tais como: suspensão de todas as taxas, tais como, taxa por trancamento de disciplina, por solicitação de segunda via de histórico, por matrícula em disciplina com mais de uma reprovação por abandono, por matrícula por disciplinas não concluídas no semestre anterior, por expedição de segunda via de diploma, por readmissão após abandono, por transferência de IES, por mudança de curso, por ingresso de graduado em curso de graduação, inclusive da multa cobrada na biblioteca pelo atraso na devolução dos livros, à exceção da taxa do RU, negociada ao valor da meia-passagem de ônibus. (ANEXO 10).

É importante informar que a suspensão das referidas taxas mantém-se, em parte, até o momento atual, com o retorno da cobrança de algumas dessas, a saber, da multa da biblioteca, cobrado, hoje, o valor de R\$ 0,30 por dia/livro, taxa por expedição de segunda via de diploma, por readmissão após abandono, por transferência de IES, por mudança de curso e por ingresso de graduado em curso de graduação, as quais foram restabelecidas por meio de Resoluções do CEPE e do CD. (ANEXOS 4 e 5). Convém lembrar, ainda, que outras taxas são cobradas, no âmbito da pós-graduação *lato sensu*. (ANEXO 6).

A gestão que deveria findar em 1993 estendeu-se por mais um ano, até novembro de 1994, quando ocorreu a eleição. Um dos fatores que teria inviabilizado a convocação de eleição ainda em 1993 seria, na avaliação de alguns diretores, conforme lembramos do conteúdo das discussões travadas no interior da entidade acerca do seu adiamento ou não, o desgaste sofrido com a realização da greve.

Assim, antecipando-se à convocação da eleição para escolha da nova diretoria e com o objetivo de deliberar a respeito desse assunto, dentre outros, a gestão em vigor realiza o VI Congresso dos Estudantes da UECE, em maio de 1994.⁴⁴

⁴⁴ De acordo com o Boletim do CA de Pedagogia, n.º 05, de abril de 1994, o VI Congresso dos Estudantes da UECE aconteceria nos dias 06 a 08 de maio de 1994; segundo a Ata do Conselho de Entidades, de 25 de abril de 1994, seria nos dias 13 a 15 de maio de 1994; e, segundo o Edital de eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia, de 06 de junho de 1994,

Finalmente, após dois anos de mandato, segundo noticia o Informativo da chapa Avançar na Luta (1994), encerra-se a gestão 1992-4, com a eleição da nova diretoria, nos dias 9 e 10 de novembro de 1994, processo no qual se defrontaram cinco chapas: “Avançar na luta”, que obteve o primeiro lugar; “Frutos da crise, sementes da ousadia”, que obteve a segunda posição; “Reviravolta”, que ficou com o terceiro lugar; “Paixão e luta”, que conquistou o quarto lugar, e “Azul”, que ficou com a última posição. Apesar da disputa acirrada pela direção da entidade, a chapa Avançar na Luta, liderada pela corrente Liga bolchevique Internacionalista – LBI, assumiu majoritariamente todos os cargos, diferentemente do que ocorrera na eleição anterior.

Durante essa gestão, destaca-se a luta pela reabertura do RU, em março de 1995, dado que o semestre já havia iniciado e o restaurante permanecia fechado, conforme noticiou a Nota “Em defesa da universidade pública e gratuita”, assinada pelo movimento Reviravolta.

Às vésperas do fim do mandato, no dia 21 de novembro de 1995, ocorreu um Conselho de Entidades, para discutir, basicamente, a realização do VII Congresso dos Estudantes da UECE e das eleições para o DCE, de acordo com a Convocatória da reunião (DCE/UECE, 1995). Apesar dessa iniciativa, a eleição só aconteceria em novembro de 1996, um ano após a reunião do Conselho. Quanto ao VII Congresso, há notícia do seu acontecimento nos dias 29 e 30 de maio de 1996, segundo informou a Tese Remando contra a maré ao referido Congresso (1996).

Dessa forma, o DCE ficou sem diretoria e, portanto, sem funcionar, durante um ano. Apesar disso, conforme relatou Guimarães (2005), em maio de 1996, os estudantes realizaram mais uma greve, com o apoio dos professores, que assumiu como slogan “Movimento em defesa da UECE”, tendo como principal reivindicação a realização de concurso para a contratação de professores efetivos. O movimento grevista durou aproximadamente duas semanas.

aconteceria nos dias 24 a 26 de junho de 1994. O que sabemos, ao certo, é que o Congresso aconteceu, pois dele participamos como delegada.

Segundo nos informou Guimarães (2005), então membro do Comando de Greve, o movimento não teria obtido a vitória desejada, no entanto, resultou na realização de concurso para contratação de professores substitutos.

Conforme já informamos, em novembro de 1996, ocorreu a eleição, na qual concorreram as chapas: “Só a luta conquista”, composta por militantes do movimento Reviravolta/PSTU; “Remando contra a maré”, ligada ao PT e “Corrente Proletária Estudantil”, vinculada à corrente que empresta o nome a chapa.

Antes de encerrar a gestão em foco, realizou-se o VIII Congresso dos Estudantes da UECE, no período de 10 a 12 de outubro de 1997, com o slogan: “Em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos”, segundo consta no Cartaz do evento (DCE/UECE, 1997).

No final do mesmo ano, ocorreu a eleição para escolher a diretoria que assumiria a gestão 1997-8, na qual concorreram as chapas: “Quebrando Amarras”, composta por militantes autodenominados independentes, que elegeu cinco diretores; “Não Vou me Adaptar”, também ligada ao PT, que elegeu quatro diretores; “Reviravolta”, vinculada ao PSTU, que conseguiu eleger cinco diretores e “Corrente Proletária Estudantil”, ligada à Tendência por um Partido Operário Revolucionário – TPOR, elegendo um diretor, segundo informou a nota “Pacote corta mais verbas da educação” (REVIRAVOLTA, 1998).

Destaca-se, durante essa gestão, a realização do “Dia de luta em defesa do ensino público” e, particularmente, da UECE, no dia 13 de maio de 1998, que contou com a participação de cerca de 500 estudantes, segundo notícia nota assinada por várias entidades, intitulada “Mobilização do dia 13: apenas o começo ...” (1998).

Ao apagar das luzes da gestão 1997-8, aconteceu o IX Congresso dos Estudantes da UECE, entre os dias 12 e 13 de dezembro de 1998, que discutiu, dentre vários assuntos relativos à organização estudantil, a eleição para o DCE,

segundo noticiou o panfleto do Movimento Estudantil Libertário (1999).⁴⁵ Apesar disso, conforme noticiou a nota divulgada pelo Movimento Reviravolta (1998), a eleição não se realizou no final de 1998, como era esperado, porque o Conselho de Entidades, reunido no dia 28 de outubro do mesmo ano, teria decidido pela realização do Congresso no ano que se seguia e a realização da eleição para o início de 1999. Sendo assim, a entidade, mais uma vez, permaneceu sem diretoria, sob a coordenação de uma Comissão Gestora, por um período aproximado de um ano, segundo Coelho (2005).

Em setembro de 1999, a Comissão convocou a eleição, dando início ao processo eleitoral, no qual se contrapõem quatro chapas, a saber: “Prá não deixar privatizar”, composta por militantes do movimento Reviravolta/PSTU (PROGRAMA DA CHAPA, 1999), uma chapa ligada ao PT e outra à TPOR, de acordo com Coelho (2005).

Ainda segundo Coelho (2005), a gestão 1999-2001 teria sido proporcional, como a que a antecedeu, composta por membros das quatro chapas que pleitearam a direção da entidade. Informou-nos, também, que a referida gestão se estendeu até 2001 porque não houve eleição no ano anterior.

Tomando como referência os dados levantados pela pesquisa e a nossa inserção na militância estudantil na década de 1990, observamos que a década foi caracterizada, na sua primeira metade (1990-4), por um período de ascensão das lutas, expressa nas grandes mobilizações que se realizaram no interior da Universidade, como, por exemplo, as greves de 1991 e 1993; e na participação efetiva dos militantes estudantis da UECE nas mobilizações externas, tais como, as manifestações em torno da Campanha pelo Fora Collor. Por outro lado, a segunda metade da década de 1990 (1995-9) foi marcada, numa linha crescente, pelo refluxo e pelo desânimo, que coincidiu, inclusive com o clima que se instaurou no ME nacional e movimento sindical após o *impeachment* do Governo Collor. Apesar da greve de 1996, na UECE, as lutas foram se tornando, cada vez

⁴⁵ O Movimento Estudantil Libertário constitui-se de estudantes da UECE autodenominados independentes, ou seja, não vinculados a qualquer agremiação política.

mais, descontínuas e fragmentadas. Esse imobilismo que se abateu sobre o ME da UECE, pode ser constatado na ausência de diretoria à frente do DCE, no período de 1995-6, durante o qual, a entidade permaneceu fechada, e no período 1998-9, durante o qual, esteve sob a coordenação de uma Comissão Gestora. Esse mesmo problema verificou-se, também, na passagem da década, entre 2000-01.

Assim, em 2001, como já foi mencionado, ocorreu a eleição para a escolha da nova diretoria da entidade, da qual participaram três chapas, sobre as quais não identificamos os nomes, porém, segundo nos informou Coelho (2005), uma das chapas era composta por militantes e simpatizantes do PT, outra, por militantes e simpatizantes do PSTU e, uma terceira, ligada ao PCdoB. Ainda segundo Coelho (2005), da mesma forma que a anterior, a gestão se estendeu até 2003 porque em 2002 não houve eleição.

Após dois anos de gestão, em outubro de 2003, renovou-se a diretoria, por meio de eleição, na qual disputaram três chapas, como pudemos verificar nos seus programas: “Quem sabe faz agora – oposição” – composta por militante do Partido Comunista Revolucionário – PCR e independentes; “Lutar quando a regra é ceder – oposição de esquerda e de luta”, composta por militantes do PSTU e simpatizantes; “Todos os nomes”, formada por militantes do PT e simpatizantes. “Quem sabe faz agora” foi a chapa vencedora, tendo direito a sete cargos na diretoria. A chapa “Todos os nomes” foi contemplada, também, com sete cargos e a chapa “Lutar quando a regra é ceder” ficou com apenas um.

A eleição para renovação da diretoria deveria ter se realizado em outubro de 2004, no entanto, isto não se concretizou, ficando o DCE mais uma vez sob a coordenação de uma Comissão Gestora.

Vale destacar que, um dia antes da última eleição, em 06 de outubro de 2003, o ME da UECE realizou um ato de protesto contra a falta de segurança no Campus do Itaperi, após algum tempo sem registrar-se a ocorrência de qualquer tipo de manifestação na universidade. O movimento foi motivado pela notícia de

um estupro cometido contra uma aluna do curso de pedagogia da UECE, conforme foi noticiado no Jornal O Povo (2003b) do dia seguinte. Em protesto, os estudantes, sob a liderança do CA de Pedagogia e de outras entidades de base, bem como, com o apoio das chapas que pleiteavam a direção do DCE, paralisaram as aulas, fecharam os dois sentidos da Avenida Dedé Brasil, em frente ao Campus do Itaperi, e ocuparam a reitoria, exigindo providências contra a falta de segurança no Campus.

No mesmo mês, alguns dias após a eleição, em 22 de outubro, realizou-se outra manifestação, neste caso, contra a situação da UECE na Capital e no Interior. Os estudantes dos cursos da Capital e do Interior se concentraram no Campus do Itaperi, pela manhã, e, no início da tarde, seguiram, em três ônibus, para o Palácio de Iracema, sede do Governo Estadual, com o intuito de entregar a pauta de reivindicações ao Governo, conforme noticiou o Jornal O Povo (2003a, p. 9). A referida pauta era composta de cinco pontos, a saber:

1) manutenção e continuação dos cursos de ciências (Química e Biologia) do Campus da Faec (Crateús); imediata inclusão destes cursos no próximo concurso vestibular (2004.1); 2) reabertura dos Campus avançados de Baturité e Senador Pompeu; transferência dos referidos campus para unidades que possuam condições estruturais (prédio) de habitação; 3) aprovação de eleições diretas para reitor; reitor eleito, reitor empossado; 4) convocação de concurso para professor efetivo; convocação dos professores aprovados no último concurso; 5) convocação de audiência pública, com a presença da sociedade civil, para que seja aprovado o orçamento do Estado para o próximo ano (2004), com a presença do senhor governador para prestar contas e atender às reivindicações das entidades presentes. (PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, 2003).

Estiveram presentes, além dos estudantes do Campus Itaperi e do Centro de Humanidade – CH da UECE, os alunos da Faculdade de Educação de Crateús – FAEC e do Centro de Ciências e Tecnologia do Ceará – CECITEC – Tauá. O movimento iniciou-se com uma concentração em frente ao Bloco I. Posteriormente, concentrou-se em frente ao prédio da Reitoria. Nesse momento, as lideranças fizeram suas intervenções dirigidas à administração superior da Universidade. Em seguida, os estudantes dirigiram-se, em três ônibus, para o

Palácio de Iracema, sendo recebidos, através de uma representação de 10 alunos, pelo Secretário do Governo, Hélio Barros.

Vale conferir trechos do discurso de algumas lideranças que participaram da manifestação. A estudante do curso de pedagogia, Joyce Nunes de Sousa, defendeu que “a universidade [deveria] ser pública, gratuita, democrática e do povo” e, por isso, os estudantes não deveriam aceitar o fechamento dos cursos de química e biologia da FAEC. Como forma de protesto e de ação, propôs a ocupação da reitoria. No mesmo tom, foi o discurso do estudante do curso de geografia Thiago Sival, quando defendeu com firmeza a “Universidade pública, gratuita e de qualidade”.⁴⁶

Abrindo o semestre 2004.1, no dia 16 de março, o movimento estudantil da UECE realizou uma manifestação de protesto contra a falta de professores e contra a Reforma Universitária do Governo Luís Inácio Lula da Silva. Os estudantes saíram em passeata, do Campus do Itaperi até o Terminal Rodoviário da Parangaba, de acordo com Sindeaux (2004).

Em relação à reforma universitária, entre os anos de 2004 e 2005, o movimento estudantil ensaiou algumas iniciativas, tais como, reuniões com as entidades para discutir o assunto, palestras com professores, debates com a participação da CONLUTE e da UNE, a realização de um plebiscito nacional organizado pela CONLUTE dirigido aos estudantes, contendo questões relacionados aos principais pontos da reforma, sobre os quais os estudantes deveriam optar pelo SIM ou pelo NÃO, tais como: 1. O Novo Provão do governo (SINAES)⁴⁷ corta verbas das universidades públicas que forem mal avaliadas, obrigando-as a buscar recursos no mercado através das fundações privadas. Você concorda com isso?; 2. O Prouni (Projeto “Universidade para Todos”) dá isenção fiscal aos donos das faculdades privadas em troca da abertura de vagas, ao invés de ampliar vagas nas universidades públicas. Você concorda com isso?; 3. Você concorda com a Reforma Universitária que o governo Lula está

⁴⁶ Discursos gravados por nós, por ocasião da nossa participação na manifestação.

⁴⁷ Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

implementando?; 4. A União Nacional dos Estudantes (UNE) apoia a Reforma Universitária do governo, ao invés de organizar a luta para barrá-la. Você concorda com isso? (Boletim da CONLUTE, outubro/novembro de 2004).

Em relação a essa última atividade, o plebiscito nacional, vale informar que a realização do mesmo, entre os dias 03 e 12 de novembro de 2004, na UECE, causou uma certa divisão no movimento estudantil dessa IES, contrapondo setores ligados ao PT e grupos de independentes, de um lado, contrários a sua realização, setores ligados ao PSTU e à CONLUTE, de outro, favoráveis ao seu encaminhamento. Segundo nos informou Sindeaux (2005), identificada com o primeiro grupo, a dissidência gerada por ocasião da realização do plebiscito, teria, na sua opinião, duas causas principais, a saber: 1. A forma como teria sido encaminhado, destinando pouco tempo para a divulgação junto aos estudantes; 2. A formulação das perguntas do plebiscito que supostamente induziria à resposta “NÃO” aos itens apresentados. Por conta disso, o primeiro grupo teria se eximido da construção do plebiscito.

Polêmicas à parte, participaram do plebiscito mais de 100 instituições de ensino superior do país, contabilizando um total de 56.127 votantes de 19 Estados da Federação. No caso da UECE, houve uma votação significativa de 1574 estudantes, dos quais, a maioria optou pelo NÃO nas perguntas indicadas. Somando-se aos estudantes da UFC (763), totalizou um número de 2.337 votantes (CONLUTE, 2004). De acordo com o Mapa Nacional de Votação da CONLUTE (2004), o Estado do Ceará teria sido o segundo, dentre os Estados do Nordeste, com a maior participação no plebiscito.⁴⁸

De acordo com Ponte (2005, pp. 33-4), ligada ao segundo grupo, os estudantes que estavam à frente da organização do plebiscito percorreram as salas de aula, em particular as dos cursos de Pedagogia, História, Geografia e

⁴⁸ Paraíba: 263 votantes; Pernambuco: 2.807 votantes; Bahia: 1.858 votantes; Piauí: 1.947 votantes; Maranhão: 922 votantes; Sergipe: 838 votantes. (Mapa Nacional de Votação da CONLUTE, 2004).

Serviço Social⁴⁹, explicando sobre a Reforma Universitária e as suas “implicações negativas”. Na sua opinião, o número de votantes na UECE revela que o objetivo do plebiscito teria sido alcançado: “levar para a sala de aula a discussão sobre a Reforma Universitária”, assim como, atingir “os estudantes de base”.

No ano de 2005, destacam-se duas iniciativas importantes do movimento estudantil da UECE: entre os dias 18 e 20 de março, a realização do XII Congresso dos Estudantes da UECE⁵⁰, aberto a todos os estudantes⁵¹, e entre os dias 11 de maio e 07 de julho, uma greve geral (Capital e Interior) de estudantes e professores, conforme tratamos no item anterior.

Em relação ao XII Congresso, que adotou o tema “Nós não vamos pagar nada”, segundo consta na Ficha de Inscrição do Congresso (2005), destacaram-se as discussões em torno da reforma universitária e da posição assumida pela UNE de apoio explícito e aberto a essa reforma. O Congresso aprovou, inclusive, como parte do processo de ruptura com a UNE, a suspensão do pagamento da anuidade referente à filiação do DCE àquela entidade.

Por fim, vale informar que, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2005, realizou-se, até o presente momento, a última eleição para a renovação da diretoria do DCE. Disputaram, nesse processo, três chapas, a saber, “A Força” (Força de Resistência Contra a Alienação), basicamente constituída de estudantes independentes, embora se tenha notícia que um integrante seja militante do Partido Progressista Socialista – PPS (ANEXO 11); “A Correnteza”, ligada ao PCR (ANEXO 12); e “Consciência para ter Coragem”, representando o Movimento “Transformar o tédio em melodia”, composta por estudantes independentes e ligados ao Partido, Socialismo e Liberdade – PSOL, a qual, logrou vitória. (ANEXO 13).

⁴⁹ Segundo consta na monografia de Ponte (2005, p. 33), um grupo composto por apenas oito estudantes teria organizado o plebiscito na UECE. Daí a priorização de alguns cursos para a realização das discussões.

⁵⁰ É importante informar que não dispomos de dados a respeito da realização dos X e XI Congressos dos Estudantes da UECE.

⁵¹ Participamos desse evento como palestrante, proferindo palestra sobre o tema: “ME: história e concepção”.

Após termos traçado a trajetória histórica do ME da UECE, tendo como referência o DCE, ao longo das suas quinze gestões (1983-2006), intercaladas por três comissões gestoras (1991; 1998; 2004), foi-nos possível resgatar os eixos de luta que orientaram a ação da Entidade nesse percurso, bem como, as formas que as lutas assumiram, os quais podem ser visualizados nos quadros dispostos abaixo.

Quadro 1 – DCE/UECE: suas gestões e principais realizações

PERÍODO	GESTÃO	DIRETORIA ⁵²	FORMA DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA	GRUPOS POLÍTICOS	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
1983-4	1ª gestão	Ricardo Pinto, Gerardo Vasconcelos, Edelberto, Pedro Ivo, Marcelo Marques	Majoritariedade	PRC e Corrente Prestista	-
1984-5	2ª gestão	-	Majoritariedade	PRC e Corrente Prestista	I Congresso dos Estudantes da UECE – 1985
1985-6	3ª gestão	Homero Magalhães Arruda (Presidente)	Majoritariedade	PCdoB	Apoio à greve dos professores e funcionários da UECE – 1985
1986-7	4ª gestão	Paulo Jorge Ferreira (Presidente)	Majoritariedade	-	II Congresso dos Estudantes da UECE – 1987
1988-9	5ª gestão	-	Majoritariedade	-	Conselho Estadual de Entidades – 1988; III Congresso dos Estudantes da UECE
1989-90	6ª gestão	Cibele Gadelha Bernardino (Presidente)	Majoritariedade	PLP	IV Congresso dos Estudantes da UECE – 1990
1990-1	7ª gestão	Euclides de Agrela Braga Neto (Presidente)	Majoritariedade	CS, PLP e PT	1ª greve estudantil da UECE – 1991
1991-2	Comissão Gestora	Raquel Dias Araujo; Antônio Augusto Nascimento Taveira; Reinald Fontenele Mapurunga; João Teles ... ⁵³	-	PLP ...	V Congresso dos Estudantes da UECE – 1992
1992-4	8ª gestão	Sérgio Fonteles (Presidente); Andréia Saraiva (Vice-presidente); Raquel Dias Araujo (Secretária Geral) ...	Proporcionalidade	PCdoB, PT/DS e AJR/CO	2ª greve estudantil da UECE – 1993; VI Congresso dos Estudantes da UECE – 1994
1994-5	9ª gestão	-	Majoritariedade	Avançar na Luta/LBI	Luta pela reabertura do RU – 1995
1995-6	DCE fechado	Sem diretoria	-	-	3ª greve estudantil da UECE – 1996; VII Congresso dos Estudantes da UECE – 1996
1996-7	10ª gestão	Gian Baptista ... ⁵⁴	Proporcionalidade	Reviravolta/PSTU, PT e Corrente Proletária Estudantil/TPOR	VIII Congresso dos Estudantes da UECE – 1997
1997-8	11ª gestão	Adriana de Sousa	Proporcionalidade	Reviravolta/PSTU,	Dia de Luta em

⁵² Os nomes dos componentes das chapas foram transcritos tais quais constam nos documentos consultados. Portanto, alguns encontram-se incompletos, não nos sendo possível identificar em outras fontes os seus signatários.

⁵³ Informação concedida por Reinald Fontenele Mapurunga, ex-membro da Comissão Gestora do DCE (1991-2), mediante entrevista aberta, no dia 28 de junho de 2006.

⁵⁴ Informação concedida por Adriana de Sousa Almeida, ex-diretora do DCE (1997-8), mediante entrevista aberta, no dia 28 de junho de 2006.

PERÍODO	GESTÃO	DIRETORIA ⁵²	FORMA DE COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA	GRUPOS POLÍTICOS	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
		Almeida (Secretária Geral); Mônica Saraiva; Rodrigo Capistrano; Ronivaldo Maia, Sharly Nunes Albuquerque ... ⁵⁵ ;		PT, Quebrando Amarras e Corrente Proletária Estudantil/TPOR	Defesa do Ensino Público e da UECE – 1998; IX Congresso dos Estudantes da UECE – 1998
1998-9	Comissão Gestora	José Mário Sobrinho Coelho ... ⁵⁶	-	-	-
1999-01	12ª gestão	Ailton Claécio Lopes Dantas (Secretário Geral); Walter Feijó; Cíntia Studart; Márcio Caetano; Roberto pinheiro; Daniele Neves; Adriana de Sousa Almeida; José Mário Sobrinho Coelho ... ⁵⁷	Proporcionalidade	Reviravolta/PSTU, PT e Corrente Proletária Estudantil/TPOR	-
2001-3	13ª gestão	Ailton Claécio Lopes Dantas; Márcio Caetano; Gustavo Ramos; Joyce Nunes; Vânia Vasconcelos ... ⁵⁸	Proporcionalidade	Reviravolta/PSTU, PT e PCdoB	Ato de protesto contra a falta de segurança no Campus do Itaperi – 2003
2003-4	14ª gestão	-	Proporcionalidade	Reviravolta/PSTU, PRC e PT	Manifestação contra a situação da UECE na Capital e no Interior – 2003; Manifestação contra a falta de professores na UECE e contra a Reforma Universitária do Governo Lula – 2004
2004-5	Comissão Gestora	-	-	-	XII Congresso dos Estudantes da UECE – 2005; 1ª Greve Geral da UECE (Capital e Interior) – 2005
2005-...	15ª gestão	-	Proporcionalidade	PSOL e PCR	-

⁵⁵ Informação concedida por Adriana de Sousa Alemida, ex-diretora do DCE (1997-8), mediante entrevista aberta, no dia 28 de junho de 2006.

⁵⁶ Informação concedida por José Mário Sobrinho Coelho, ex-membro da Comissão Gestora e ex-diretor do DCE (1998-9; 1999-01), mediante entrevista aberta, no dia 29 de janeiro de 2005.

⁵⁷ Informação concedida por Ailton Claécio Lopes Dantas, ex-diretor do DCE (1999-01), mediante entrevista aberta, no dia 28 de junho de 2006.

⁵⁸ Informação concedida por Ailton Claécio Lopes Dantas, ex-diretor do DCE (1999-01), mediante entrevista aberta, no dia 28 de junho de 2006.

Quadro 2 – DCE/UECE: eixos e formas de luta

GESTÃO	EIXOS DE LUTA	FORMAS DE LUTA	
		FÓRUNS DE ORGANIZAÇÃO DA LUTA	LUTAS PROPRIAMENTE DITAS
1983-4	Defesa do ensino público e gratuito; contra a privatização da universidade; defesa da autonomia e democracia universitárias; defesa de eleições diretas e paritárias para reitor; defesa de uma “Universidade voltada para os reais interesses do povo”	-	-
1984-5	-	I Congresso dos Estudantes da UECE – 1985	-
1985-6	-	02 Conselhos de Entidades – 1985	-
1986-7	Contra a privatização da universidade; defesa de mais verbas para a UECE; defesa de autonomia e democracia universitárias; defesa de eleições diretas para reitor; contra as taxas e sobretaxas na UECE	03 Conselhos de Entidades – 1987; II Congresso dos Estudantes da UECE – 1987	-
1988-9	-	III Congresso dos Estudantes da UECE	-
1989-90	Defesa da universidade pública de qualidade	IV Congresso dos Estudantes da UECE – 1990	-
1990-1	Defesa da democracia universitária; defesa de eleições diretas para reitor; contra a privatização da universidade	-	1ª greve estudantil da UECE – 1991
1991-2	-	V Congresso dos Estudantes da UECE – 1992	-
1992-4	Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; defesa da universidade pública e gratuita; contra a privatização da universidade e a cobrança de taxas	VI Congresso dos Estudantes da UECE – 1994	2ª greve estudantil da UECE – contra as taxas – 1993; Ocupação da reitoria, ocupação do RU, enterros simbólicos do reitor, passeatas ao Cambéa – 1993; Participação nas manifestações pelo “Fora Collor” – 1993
1994-5	-	01 Conselho de Entidades – 1995	Luta pela reabertura do RU – 1995
1995-6	Defesa de concurso público para contratação de professores efetivos	VII Congresso dos Estudantes da UECE – 1996	3ª greve estudantil da UECE – 1996
1996-7	Defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos	VIII Congresso dos Estudantes da UECE – 1997	-
1997-8	-	IX Congresso dos Estudantes da UECE – 1998	Dia de Luta em Defesa do Ensino Público e da UECE – 1998
1998-9	-	-	-
1999-01	-	-	-
2001-03	Defesa de segurança no Campus do Itaperi	-	Ato de protesto contra a falta de segurança no Campus do Itaperi – 2003

GESTÃO	EIXOS DE LUTA	FORMAS DE LUTA	
2003-04	Defesa de eleições diretas para reitor; defesa de concurso público para contratação de professores efetivos; contra a Reforma Universitária do Governo Lula	-	Manifestação contra a situação da UECE na Capital e no Interior – 2003; Manifestação contra a falta de professores na UECE e contra a Reforma Universitária do Governo Lula – 2004
2004-5	Defesa de concurso público para contratação de professores efetivos	XII Congresso dos Estudantes da UECE – 2005	1ª Greve Geral da UECE (Capital e Interior) – 2005
2005-...	-	-	-

3. 4. O CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CONTEXTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UECE

Nesse sub-capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa realizada junto ao arquivo de documentos do CA de Pedagogia da UECE, tomando como amostra os programas das chapas vitoriosas, os documentos dos balanços das gestões, boletins informativos, relatórios de reuniões, panfletos diversos, publicados ao longo das dezenove gestões da entidade. Vale ressaltar que não localizamos os programas das chapas referentes às 3ª, 12ª, 13ª, 16ª, 17ª e 18ª gestões. Procuramos, aqui, evidenciar os eixos político-ideológicos que nortearam as lutas/ações do CA de Pedagogia, presentes nas propostas e nas bandeiras de luta defendidas por cada uma das chapas que estiveram a frente da entidade, bem como tornar conhecidas as formas de luta adotadas pelo CA, ao longo de cada gestão, no sentido de pôr em prática tais eixos.

Vale ressaltar que, em conformidade com o objeto de estudo de nossa pesquisa, interessa-nos, sobretudo, verificar até que ponto a defesa da universidade pública está presente nos discursos e na prática dessa entidade, buscando avaliar o lugar que o Centro Acadêmico de Pedagogia tem ocupado nessa luta, mediante a identificação e a qualificação das posições assumidas e das lutas empreendidas em defesa da universidade pública por essa entidade.

Para tanto, organizamos o texto em três partes. A primeira, “Nota introdutória sobre a história do CA de Pedagogia”, apresenta, em linhas gerais, a trajetória da entidade, situada no contexto geral do ME da UECE; a segunda, “Eixos e formas de luta em disputa: uma análise dos programas das chapas vitoriosas”, destaca as principais propostas presentes nos programas das chapas; na terceira, “Eixos e formas de luta em movimento”, busca verificar até que ponto as propostas foram implementadas na prática.

Nota introdutória sobre a história do CA de Pedagogia⁵⁹

As mobilizações estudantis visando à fundação do Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE iniciaram-se no ano de 1981, com a constituição da Comissão Pró-CA, culminado com a sua fundação em abril de 1982, marcando o início do mandato da primeira gestão à frente do CA – **Conscientização** (1982-3).

Santos (2002, p. 35) informa que a primeira intenção de criar a referida entidade deu-se em consequência da participação dos estudantes da UECE no I Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia – ENEPe, realizado em Salvador, em 1981. Segundo relata, no retorno do evento, os estudantes que haviam lotado dois ônibus para participarem do evento, “... sentiram-se instigados a fazer nascer uma entidade estudantil de pedagogia na Uece”.

A preocupação dos estudantes de pedagogia com a sua organização político-estudantil estava em sintonia com o momento histórico vivido no país, sob os auspícios da ditadura militar. Os anos 1980 são profícuos em mobilização, marcados pela reestruturação da UNE, a partir de seu 31º congresso, em janeiro de 1979; pelo nascimento do PT e da CUT, respectivamente, em 1980 e 1983; pelos movimentos de anistia e de exigência de eleições diretas; pelas greves gerais⁶⁰ etc. Em setembro de 1980, vale lembrar, a UNE realiza uma greve nacional geral, com duração de três dias, que paralisou cerca de um milhão de

⁵⁹ Para uma contextualização mais detalhada sobre a trajetória histórica do CA de Pedagogia da UECE, cf. monografia de Santos (2002), “O Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE na luta em defesa da educação pública”.

⁶⁰ Segundo informa Boito Jr. (1999, p. 133-4), “Ao todo ocorreram quatro greves gerais. A primeira delas, realizada em julho de 1983 ainda sob um governo militar, foi um protesto contra o decreto que alterava a política salarial ... [com] a participação de dois a três milhões de trabalhadores. A segunda greve, realizada em dezembro de 1986, foi um protesto contra o Plano Cruzado II, particularmente contra o fim do congelamento de preços ... [contando com] cerca de dez milhões de grevistas (...). A terceira greve, de agosto de 1987, foi um protesto contra a implantação do Plano Bresser ... contou com a participação de dez milhões de grevistas. (...) quarta greve geral nacional de protesto, realizada em março de 1989. (...) contra um plano de estabilização, o Plano Verão ... a greve de 1989 prolongou a duração do protesto para dois dias (...). O número de grevistas foi o dobro da greve de 1987, chegando a vinte milhões ...”

estudantes em todo o país em defesa de mais verbas para a educação e contra aumentos das anuidades das instituições privadas de ensino superior.

O Centro Acadêmico Lauro de Oliveira Lima de Pedagogia da UECE – CALOL teve a sua frente 19 gestões – entre os anos de 1982 e 2004. Após o término da investigação, tomamos conhecimento da realização da eleição para renovação da diretoria, no início do ano de 2005, na qual concorreu apenas uma chapa, que estará na direção da entidade, no período de 2005-6.

Eixos e formas de luta em disputa: uma análise dos programas das chapas vitoriosas

A chapa **Conscientização** (1982), vitoriosa na primeira eleição para o CA de Pedagogia – 1ª gestão (1982-3) – apresentava, no seu sucinto programa (1982), apenas uma relação de propostas específicas relacionadas ao curso de pedagogia, não trazendo, portanto, nenhuma discussão acerca da importância e do papel da entidade, nem referindo-se às bandeiras de luta em torno das quais o CA deveria se pautar, tais como, a defesa da educação e/ou da universidade pública⁶¹.

O Programa (1982) trazia, portanto, como propostas, a realização de eventos específicos do curso e apoio aos eventos de âmbito estadual e nacional, no intuito de organizar os estudantes e discutir temáticas referentes à educação, tais como, Encontro dos Estudantes de Pedagogia do Ceará, Semana da Pedagogia, organização dos estudantes de pedagogia para participarem do II ENEPe; curso sobre o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire e palestra com Dom Aloisio Lorscheider sobre o tema “Educação e Fraternidade”; a realização de eventos esportivos e artístico-culturais; a elaboração de um boletim informativo do CA, de periodicidade quinzenal; a criação de um grupo de pesquisa universitária; a luta pelo direito dos estudantes de pedagogia de lecionarem no 1º

⁶¹ Essas reflexões foram localizadas em outros documentos, os quais serão referenciados adiante.

grau menor (1ª a 4ª série do ensino fundamental) e pela adoção do sistema de monitoria no curso de pedagogia.

Vale ressaltar que, além dessas propostas, a chapa propunha-se, ainda, “Lutar pela construção de uma escola modelo” e “Realizar colônia de férias para crianças”, sem, no entanto, explicitar as motivações que justificariam a defesa de tais bandeiras ou as intencionalidades que estariam por trás dessas elaborações.

O Programa da chapa **Liberdade e Ação** (1983) – 2ª gestão (1983-4) – trazia as propostas organizadas em duas categorias, específicas e gerais, acompanhadas de um chamado aos estudantes de pedagogia para estes colaborarem com o fortalecimento do CA e participarem ativamente

... no processo de construção de uma Universidade nova que venha atender nossas necessidades básicas como: - Uma educação crítica e real; - Uma Universidade pesquisadora que crie e recrie, não só importe modelos, que monte e desmonte idéias e valores; - Que saia do seu círculo elitista e academicista. E que seu trabalho seja em função da comunidade.

O Programa (1983) destaca que, para alcançar tais objetivos, seria necessário que os estudantes estivessem organizados em suas bases.

Na categoria de propostas específicas, a chapa se propunha a promover seminários e cursos para discutir a problemática do curso e a continuar apoiando e participando dos encontros estaduais e nacionais de base. Nesse sentido, propõe-se a realizar seminários, especificamente, para os estudantes do primeiro semestre, com o objetivo de informá-los sobre o curso, o mercado de trabalho etc.; e, também, para o conjunto dos estudantes, sobre as condições dos estágios e sobre a UECE, juntamente com a comunidade universitária, além da realização de cursos de extensão nas áreas da pré-escola, da educação adultos e outras. Destaca-se, no âmbito da secretaria de divulgação, a proposta de se confeccionar murais por Centro e de se elaborar um boletim mensal, visando manter o estudante de pedagogia informado acerca de realização de cursos e demais acontecimentos sociais. Na área cultural, a chapa propõe a realização de atividades artísticas e culturais, como, exposições de filmes sobre temas sociais e a

implementação do esporte no curso. Para finalizar, a chapa propõe-se, ainda, a lutar pela criação de um sistema de monitoria. Dentro dessa categoria, apenas a proposta de “promover ação dos estudantes de pedagogia junto à comunidade” não ficou clara.

Na categoria das lutas gerais, as propostas referem-se tanto à educação, à universidade pública e à organização estudantil quanto à situação do país. Em se tratando da educação e da universidade pública, a chapa defende o ensino público e gratuito, a autonomia e a democratização da universidade, a participação igualitária na eleição para a escolha do reitor, o envio pelo poder público de mais verbas para a universidade. Posiciona-se, ainda, contra o aumento das semestralidades na UECE e pela abertura do RU à noite. Sobre a organização estudantil, a chapa defende a legalização da UNE e a realização de uma discussão para a “imediate tirada do DCE” (sic) da UECE. Em relação a essa última proposta, vale esclarecer que a chapa estava defendendo a imediata realização de eleição para constituição da diretoria do DCE. O Programa (1983) engrossa o coro da reivindicação popular de eleições diretas para Presidente da República e posiciona-se pela revogação da Lei de Segurança Nacional – LSN. Para finalizar, presta apoio e solidariedade aos movimentos de libertação das massas oprimidas e defende “uma sociedade justa e de verdadeiras liberdades democráticas”.

Conforme já esclarecemos na introdução desse texto, não localizamos o programa da chapa que concorreu à 3ª gestão da entidade. No entanto, mediante a leitura do Edital de convocação de eleição para a escolha dos representantes de turma – CORETUR – (1984) e do Edital de convocação de assembléia para a escolha dos delegados ao 36º CONUNE (1984), pudemos constatar que a referida gestão denominou-se **Avançar** (1984-5), conforme registra os documentos. De acordo com o primeiro documento citado (1984), no seu parágrafo introdutório, o CA de Pedagogia, através dessa diretoria eleita (Avançar), teria como finalidade “... realizar um trabalho participativo onde o conjunto dos estudantes estejam engajados de forma atuante na consignação de seus objetivos”.

A chapa ***Lutar prá transformar*** (1985), que esteve à frente da 4ª gestão do CA (1985-6), apresenta em seu Programa (1985) um rápido balanço sobre a 3ª gestão – “Avançar” (1984-5), denunciando-a pela

... pouca atenção ... no que se refere às lutas; ... o distanciamento, a pouca participação dos colegas junto a nossa entidade; ... a falta de planejamento e controle das atividades, caracterizando-se pelo imediatismo, as convocações vexatórias e o cupulismo; ...

Enfim, enfatiza que o CA “... não vem cumprindo com o seu papel”. Em contraposição, afirma que esta entidade

deve ser o principal instrumento de luta dos estudantes de pedagogia a fim de que sejam resolvidos os ... problemas mais sentidos no curso e que possamos dar nossa parcela de contribuição na solução dos graves problemas que afligem nosso povo (PROGRAMA, 1985).

Para tanto, defende que o CA seja “... mais aberto, democrático e participativo” (PROGRAMA, 1985).

O Programa (1985) ainda traz uma reflexão sobre a Reforma Universitária pretendida pelo Governo José Sarney, afirmando que tal reforma “... jamais criará uma universidade capaz de servir aqueles que lhes sustentam...”, mantendo-se, portanto, como “... um mero aparelho ideológico da classe dominante, produtora de uma mão-de-obra farta, barata e acrítica e de idéias que escamoteiam a realidade da sociedade e suas contradições”. Dessa maneira, a chapa acredita que será um “suicídio ... levar as lutas da universidade para o campo institucional, onde a democracia nunca houve nem haverá enquanto houver uma elite dominadora”.

Após essas reflexões, o Programa (1985) traz um lista de propostas e palavras de ordem, partindo das lutas gerais às específicas, as quais podem ser divididas em três categorias: conjuntura nacional, universidade e movimento estudantil. Sobre a conjuntura nacional, a chapa posiciona-se contra o pacto social e pela oposição ao Governo José Sarney, defendendo, outrossim, o “atendimento das reivindicações políticas, sociais e econômicas do povo [brasileiro] antes da instalação da Constituinte”. Em se tratando da universidade, reivindica a

implementação da Emenda João Calmon⁶² e uma real transformação da universidade; propõe, nesse item, eleições diretas e paritárias para coordenador de curso e para reitor e defende “uma universidade popular – crítica, criadora, democrática, autônoma, pública e gratuita”. Finaliza, defendendo um CA participativo e atuante.

A chapa **Educação e luta** (1986) – 5ª gestão (1986-7) – faz, no seu Programa (1986), um balanço positivo da 4ª gestão – **Lutar prá transformar** (1985-6), ressaltando a sua atuação que, conforme chama a atenção o documento, diante de diversas dificuldades, teria conseguido “... desenvolver um trabalho em defesa dos estudantes, buscando incentivar a participação destes nos rumos tomados pelo mesmo” [pelo CA].

A chapa denuncia a crise da universidade, a qual, conforme destaca, “... se avoluma ano após ano sem que surja uma resolução” (PROGRAMA, 1986). Na análise do grupo que compõe a chapa essa crise não seria apenas “... de cunho financeiro, mas também de princípios e ética” (PROGRAMA, 1986). Em se tratando da situação da UECE, nesse contexto de crise da universidade pública, o documento denuncia o pouco investimento feito pelo governo estadual na UECE, conduzindo-a a uma “... situação de penúria onde as mínimas condições de estudo, pesquisa e extensão são inexistentes ou se existem são insuficientes ...” (PROGRAMA, 1986). O documento (1986) acrescenta que a UECE “... encontra-se combatida em diversos aspectos. Sua estrutura é arcaica e obsoleta ... não oferecendo condições mínimas para um desenvolvimento adequado do estudante”. Outro aspecto essencial, na opinião da chapa, para a manutenção do caráter público da universidade seria a **revogação das taxas** que ora eram impostas aos estudantes. De acordo com o Programa (1986), as lutas deveriam tomar como eixo principal a defesa da democratização da Universidade.

⁶² PEC 24/1983, de 18/03/1983 – estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Cf. www.senado.gov.br.

É importante destacar que a chapa considera fundamental a união entre estudantes e trabalhadores, cabendo ao movimento estudantil o papel de propiciar essa aproximação.

O Programa da chapa (1986) apresenta uma lista de propostas relacionadas à universidade e ao curso de pedagogia, destacando-se a defesa do **ensino público e gratuito**. Em relação à universidade, a chapa propõe a realização de eleições diretas e paritárias em todos os níveis, concurso e reciclagem para os professores, melhoria das instalações da universidade e revogação das taxas. Sobre o curso, defende a sua unificação física (em um único campus), a mudança do currículo, a instalação de uma biblioteca específica do curso de pedagogia. Reivindica, ainda, uma sede para o CA no Centro de Estudos Sociais Aplicados da UECE – CESA.

A chapa **Que fazer** (1987) – 6ª gestão (1987-8) – denuncia, no seu Programa (1987) a situação vexatória da UECE, inclusive do curso de pedagogia. A situação é assim descrita no documento:

O curso de música sem instrumentos, o curso de nutrição desnutrido. Os tetos das salas estão caindo e os pisos salariais dos professores estão rachando. Tudo isso não passa da tragi-comédia que é a nossa Universidade. Mais trágica que cômica, essa situação. O curso de PEDAGOGIA não fica atrás: o curriculum está mais velho do que a própria origem da palavra. A biblioteca, farta em traças e baratas, é inacessível justamente na hora em que os alunos também precisam(...).

Diante disso, a chapa chama a atenção para a importância da organização estudantil, destacando a disposição para a luta do ME da UECE, ao longo dos seus 12 anos ⁶³. Fazendo um balanço das manifestações realizadas, no ano de 1987, pelo ME da UECE, destaca a **manifestação contra a privatização**, no dia 14 de maio; uma passeata contra o “Inimigo Mor” da educação, a qual saiu do CH da UECE em direção à Praça José de Alencar. E, ainda, organizados, DCE e CAs promoveram uma “bela” **manifestação** no Itaperi pelo **“Fim das Taxas, pela Autonomia e Democracia na UECE”**.

⁶³ A data considerada como início do ME da UECE é a de fundação da UECE, em 1975.

Para finalizar o texto que compõe o Programa (1987), a chapa evidencia a opção por um projeto de educação voltada para os interesses da classe trabalhadora. É importante destacarmos, aqui, o trecho na íntegra, no qual a chapa expõe a sua “opção política”:

... vivemos numa sociedade que se aproxima do seu limite suportável, temos uma educação que não queremos e temos uma prática a ser transformada e uma opção política clara de sermos educadores da única classe realmente capaz de revolucionar as relações de exploração e opressão: a classe trabalhadora.

O leque de propostas da chapa inicia-se com as propostas específicas do curso e termina com aquelas relacionadas à universidade. A chapa propõe-se a realizar o 2º congresso dos estudantes de pedagogia, o 2º congresso de poesia, um concurso de monografia sobre educação popular, uma feira de livros, somados pela realização de palestras, seminários (sobre o esporte e sua importância na educação), debates, shows, oficinas e exibição de filmes. É proposta da chapa, também, a elaboração e divulgação de um jornal mensal e um boletim cultural quinzenal. O Programa (1987) destaca, ainda, o apoio ao Projeto Nascente⁶⁴, a luta contra as taxas, a luta pela autonomia e democracia da universidade e a defesa de eleições diretas e paritárias para reitor.

A chapa **Metamorfose** (1988) – 7ª gestão (1988-9) – denuncia o processo de privatização e fechamento da universidade pública, destacando os efeitos desse processo sobre a UECE. De acordo com o Programa (1988), as verbas que deveriam ser destinadas à educação e, particularmente, à universidade pública, são “desviadas” para o pagamento da dívida externa e o modelo atual de universidade é pautado na formação de quadros da elite, corroborando, assim, com “... a manutenção do poder político, econômico e social existente...” e constituindo-se um “instrumento da dominação”. Na esteira desse processo, o Governador do Ceará, Tasso Jereissáti, conforme denuncia a chapa, pretende “...

⁶⁴ O Centro Municipal de Educação e Saúde – Projeto Nascente foi criado em 1993, mediante um convênio firmado entre a Universidade Estadual do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza. Trata-se de uma escola de aplicação teórico-prática dos cursos de licenciatura da UECE, abrigando, em maior número, estagiários/bolsistas do curso de pedagogia.

transformar a Universidade Estadual numa empresa privada, para que assim venha a dar lucros ...” (PROGRAMA, 1988).

O Programa (1988) traz, ainda, uma breve análise da conjuntura nacional, conclamando a união entre trabalhadores e estudantes. De acordo com o documento (1988), todos os setores que ora se encontravam sufocados pela “trágica política econômica desenvolvida no Brasil” – trabalhadores e estudantes – deveriam lutar juntos, pois os mesmos teriam “inimigos comuns”, responsáveis pelo arrocho salarial e corte de verbas para a educação. Por isso, deveriam se unir “contra os interesses dos grandes capitalistas”. O Programa (1988) chama a atenção para os limites da luta institucional, especialmente, a eleitoral, destacando que “... a simples modificação de governos ou leis que nos prejudicam não mudam verdadeiramente a situação de exploração em que vivemos”. Nesse sentido, a organização independente de trabalhadores e estudantes deveria se direcionar, nas palavras da chapa, para a constituição de um “Poder Popular” e de “uma nova sociedade” – “Sociedade essa que os trabalhadores do campo e da cidade tenham o controle das terras, das fábricas e possam, assim, tornar a vida humana mais digna” (PROGRAMA, 1988).

O Programa (1988) elenca um conjunto de propostas, todas relacionadas ao curso de pedagogia, as quais podem ser enquadradas nas mais diversas categorias, tais como, atividades artístico-culturais, político-organizativas, formativas e informativas, esportivas e recreativas etc. Algumas destas exibindo um caráter, até certo ponto, bizarro, como por exemplo, a realização de uma “feira de cacarecos” (venda de objetos usados), vendas de blusas e cartões e a promoção de piqueniques. É interessante notar como as propostas que compõem o Programa (1988) destoam das análises abrangentes e complexas feitas no documento, uma vez que dizem respeito, particularmente, ao curso sem sequer fazer relação com as lutas mais gerais do próprio movimento estudantil da UECE. Senão vejamos: atividades artístico-culturais - realização do II concurso de poesias e de concurso de desenhos; apresentação de cantores da terra e de peças teatrais; exposição de trabalhos artísticos. Atividades formativas e

informativas: divulgação de eventos da UECE e de outras IES, de reuniões da diretoria do CA e da produção científica dos estudantes e professores de pedagogia; circulação do Jornal Independente da Pedagogia – JIP; promoção de debates sobre a educação e a situação sócio-econômica do país, de cursos específicos da área pedagógica, de seminários sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, da V Semana de Educação; formação de grupos de estudos científicos. Atividades político-organizativas – apoio à implementação da monitoria; criação de uma biblioteca específica do curso; participação no Encontro Estadual dos Estudantes de Pedagogia – EEEPe e no ENEPe; fortalecimento do CORETUR; reformulação curricular do curso de pedagogia; incentivo à ligação constante com o conjunto dos estudantes, discutindo suas problemáticas e confecção das carteiras estudantis. Atividades esportivas e recreativas – promoção de interclasses e concursos esportivos etc. (PROGRAMA, 1988).

A chapa ***Estamos na luta*** (1989) – 8ª gestão (1989-90), denuncia, em poucas palavras, no seu Programa (1989), a privatização da universidade, afirmando que “O Estado capitalista burguês vem pouco a pouco privatizando as universidades, alegando que não tem mais como mantê-las em funcionamento...”.

Feitas as devidas considerações, a chapa apresenta as suas propostas, seguindo o mesmo modelo da anterior, acrescentando, ao final, as bandeiras de lutas gerais e específicas. São propostas da chapa, a realização do III concurso de poesias, do I Seminário de Economia Política e da VI Semana de Educação; a participação na organização do EEEPe e do ENEPe; a promoção de seminários, debates, palestras, oficinas pedagógicas e de atividades com a finalidade de arrecadar fundos para o CA; a divulgação das reuniões da diretoria e de eventos do CA, bem como de outras entidades estudantis, além da divulgação da produção científica dos estudantes de pedagogia; a criação do Núcleo de Estudos Políticos e Pedagógicos – NEPP; o fortalecimento do CORETUR e das relações da diretoria com os estudantes de base; a apresentação de peças teatrais; a discussão com a reitoria para prestação de contas sobre o financiamento da

universidade; a manutenção do JIP; a confecção das carteiras estudantis e a realização de uma feira do livro (sic) (PROGRAMA DA CHAPA, 1989).

Dentre as bandeiras de lutas gerais, o Programa (1989) destacou a “reforma agrária com o confisco do latifúndio”, o “não pagamento da dívida externa” e a “socialização dos meios de produção”. Dentre as específicas, figura a luta por concurso público para contratação de professores, pela implantação de monitorias nas diversas disciplinas e a criação de uma biblioteca específica do CA. Esta última, embora elencada como bandeira de luta, a nosso ver, caracteriza-se como uma das propostas a serem realizadas pela entidade.

A chapa ***Quem vem com tudo não cansa*** (1991) – 9ª gestão (1991-2) – elaborou um Texto-base para subsidiar a discussão sobre o programa da chapa, que se daria numa reunião aberta, que se realizou no dia 06 de abril de 1991. O referido texto traz uma análise da conjuntura nacional e uma avaliação da atuação do movimento sindical e estudantil naquele contexto. Em seguida, apresenta algumas bandeiras de lutas gerais que deveriam nortear a elaboração do programa.

De acordo com o Texto-base (1991), passado um ano do Governo Fernando Collor de Melo, já era possível visualizar claramente qual era o conteúdo de sua política, denominada “neo-liberal”, a qual, na análise da chapa, tomava como finalidade última “... reorganizar o capitalismo brasileiro, garantindo ao mesmo tempo os super-lucros da grande burguesia nacional e internacional”. Nesse quadro, as palavras-chave de seus planos seriam “privatização das estatais, internacionalização do mercado, arrocho salarial, recessão e desmonte dos serviços públicos essenciais”. O Texto-base (1991) denuncia, ainda, os efeitos de um ano dessa política “colorida”:

o crescimento da miséria e do desemprego, a queda da produção industrial, a escalada contínua da inflação, a saúde e a educação como nunca antes entregues às traças, tudo isso aliado a um processo concentracionário de renda.

Diante dessa conjuntura, o documento (1991) conclama trabalhadores e estudantes para a luta unitária contra a “política demagógica, autoritária e recessiva desse (des)governo”, afirmando que a “unificação das lutas e a apresentação de um programa anticapitalista para a crise, certamente, poderiam derrotá-la”.

Ademais, a atuação do movimento sindical e do movimento estudantil, naquela conjuntura, na avaliação da chapa, caracterizava-se por uma postura de recuo diante da “ofensiva” do governo, evitando-se, assim, o confronto com aquela política. O Texto-base (1991) cita como exemplos dessa tática de recuo, o cancelamento da greve geral prevista para o dia 12 de junho de 1990, a ida da CUT ao pacto social, o adiamento do 41º Congresso da UNE, dentre outras medidas.

A chapa defende uma mudança radical nos rumos que o movimento sindical e estudantil estavam tomando, os quais não deveriam, na compreensão da chapa, apostar “... em pacto ou entendimento com aqueles que nos massacram”. Ao contrário, diz o Texto-base (1991),

acreditamos, sim, na luta e na unidade entre trabalhadores e estudantes como o único caminho para defender nossas conquistas e direitos e para iniciar a busca de uma nova sociedade, justa e igualitária, democrática e socialista.

É importante destacar, também, a defesa que a chapa “Quem vem com tudo não cansa” faz do socialismo, como modelo societal, num contexto totalmente desfavorável, pois, naquele momento, início da década de 1990 (1991), mudanças importantes se faziam no cenário internacional, tais como, a queda do muro de Berlim, a dissolução da ex-URSS, a vitória do projeto “neoliberal” para a presidência da república, no Brasil, que colocavam em jogo “a crença” na possibilidade da efetivação de um projeto socialista em qualquer parte do mundo,

já que tudo aquilo que se tinha como referência de socialismo estava desmoronando.⁶⁵

Ao final do Texto-base (1991), estavam elencadas as seguintes bandeiras de luta: “Greve geral contra Collor, a recessão, a fome, o desemprego, a miséria e a privatização das estatais”; “Contra o pacto social e qualquer tipo de entendimento com o Governo Collor”; “Contra o imperialismo e o pagamento da dívida externa”; “Reforma agrária com confisco do latifúndio”; “Pela socialização dos meios de produção”.

Em outro documento, elaborado anteriormente, o qual resultara da reunião para a formação da chapa, no dia 02 de março de 1991, algumas propostas mais voltadas para o curso de pedagogia e/ou para a UECE, são elencadas, em forma de rascunho. Em relação ao ME de Pedagogia, a chapa propõe-se a encaminhar a VII Semana de Educação e o próximo EEEPe; a realizar um congresso de estudantes de pedagogia da UECE para discutir o novo programa curricular e a criação da faculdade de educação; a manter os estudos políticos, através do NEPP; a reativar o jornal da pedagogia; a lutar pelo esporte; a realizar concursos culturais e oficinas pedagógicas e a engajar-se no projeto Nascente. Sobre a relação do CA de Pedagogia com o DCE e o conjunto do ME da UECE, a chapa se propõe a mobilizar os estudantes para participarem do movimento estudantil, a encampar as lutas travadas pelo DCE e a lutar contra as taxas. Vale ressaltar, ainda, a proposta de se lutar pela escola pública (RELATÓRIO DA REUNIÃO, 1991).

Numa reunião posterior a essa, realizada no dia 09 de março de 1991, da qual resultou o Programa da chapa (1991), foram discutidos o programa e a composição da chapa. A discussão do programa contemplou os temas “conjuntura

⁶⁵ Grande parte da esquerda brasileira, até o final da década de 1980, quando da derrubada do Muro de Berlim e da dissolução da ex-URSS, tomava a República Soviética como referência e modelo de sociedade socialista, embora, as correntes de origem trotskista, no interior dos movimentos sindical, operário e estudantil, e em disputa com estes, afirmassem, em diferentes versões, a imprecisão dessa caracterização, devido, principalmente, a impossibilidade da construção do socialismo num único país, dentre outras explicações. Cf. Trotsky (2005), Mészáros

nacional”, “universidade” e “movimento estudantil”. Sobre o tema “conjuntura nacional”, foram aprovadas as bandeiras que estão contempladas no texto-base, discutido na reunião do dia 06 de abril de 1991. Sobre a questão da universidade, foram elecandas as seguintes bandeiras: “verbas públicas só para universidades públicas”; “ensino público, gratuito e de qualidade para todos em todos os níveis”; “universidade para os trabalhadores”; “diretas e universais para reitor”; “concurso para professores”; “normas acadêmicas democráticas”. Em relação ao movimento, a chapa defende a “reestruturação do movimento estudantil, organização do estudantes e fortalecimento das entidades estudantis”; a unificação dos “estudantes e trabalhadores nas lutas”; o apoio às “lutas puxadas pelo DCE”. Especificamente em relação à UNE, posiciona-se contra o adiamento do congresso e sua realização de dois em dois anos (bi-anual) (PROGRAMA, 1991).

A chapa ***Um mais um é sempre mais que dois*** (1992) – 10ª gestão (1992-3) – traz, no seu Programa (1992), uma análise sobre a política implementada pelo Governo Fernando Collor de Melo e seus reflexos sobre a universidade pública. De acordo com o documento, o país passa por um momento difícil, o qual reflete a “crise do capitalismo mundial”. Nesse contexto de crise, o referido governo adota a política “neo-liberal ditada pelo FMI”. Trata-se de “... reduzir ao máximo os gastos públicos ... e drenar as verbas para o pagamento da dívida externa ...”, mediante a entrega das estatais ao capital internacional, via privatização.

No quadro da redução de custos, a universidade pública torna-se um importante alvo de ataque dos governos neoliberais, tanto mediante o seu sucateamento e atrelamento cada vez mais explícito à lógica do mercado, como através do favorecimento das instituições de ensino superior privadas. Conforme denuncia o Programa da chapa (1992), o Governo Fernando Collor de Melo, em âmbito federal, e o Governo Ciro Gomes, em âmbito estadual,

(2002; 2003), Antunes (1995; 1999), Coggiola (1996), dentre outros autores que tratam dessa questão.

... tentam de todas as formas transformar a universidade pública em fonte de renda para os tubarões de ensino e em apêndice do sistema produtivo, direcionando o ensino e a pesquisa para os interesses das grandes empresas.

Diante dessa situação, a chapa acredita que

... a luta pela **universidade pública, gratuita, autônoma e de boa qualidade, a serviço dos trabalhadores** não está desvinculada da luta mais geral, da luta pela transformação de toda a sociedade a nível nacional e internacional. (grifos nossos) (PROGRAMA, 1992).

Para tanto, é necessário que o movimento estudantil, nas palavras da chapa, “... opte e assuma o projeto de emancipação do proletariado, que se una na luta dos trabalhadores” (PROGRAMA, 1992).

Após essas considerações, a chapa apresenta como propostas, a maior aproximação da diretoria com a base do CA; a realização de seminário sobre organização curricular, da semana de educação, de seminários de formação política, amplo debate sobre presidencialismo, parlamentarismo e democracia direta e do I Congresso dos Estudantes de Pedagogia da UECE; a luta pela criação da biblioteca específica do curso e atualização e aumento do acervo da biblioteca da UECE, pela conquista de monitoria na pedagogia, pela reciclagem de professores e pela instalação da estatuinte universitária paritária, democrática e soberana; a defesa do RU aberto à noite e sem taxas, de concurso para professores sob o controle da comunidade universitária, de eleições diretas e universais para reitor e diretor de centro e paridade nos órgãos colegiados, de total autonomia universitária, de um projeto de universidade elaborado pela comunidade universitária e a serviço dos trabalhadores (PROGRAMA, 1992).

A chapa assume como bandeiras de luta gerais, as seguintes palavras de ordem: “Fora Collor, pela construção do governo dos trabalhadores”; “Fora daqui a política e os planos do FMI”; “Abaixo a corrupção. Punição aos corruptos”; “Reforma agrária com confisco dos latifúndios sob o controle dos trabalhadores”; “Pela construção da greve geral contra os planos de miséria de Collor e do FMI”; “Todo apoio às lutas dos trabalhadores, contra o arrocho salarial, o desemprego e a recessão”.

A chapa **Avançar na luta** (1993) – 11ª gestão (1993-4) –, no seu Programa (1993), faz uma avaliação da 10ª gestão – **Um mais um é sempre mais que dois** (1992-3), afirmando que esta não teria cumprido o seu papel, a saber, o de “organizar as lutas estudantis para o atendimento das suas reivindicações fundamentais”, mostrando-se, portanto, “incapaz de atender os mínimos interesses do estudantado e até mesmo de cumprir o que havia prometido”.

Complementando a sua avaliação sobre a referida gestão, a chapa abre uma polêmica em torno da realização de um plebiscito encaminhado pela diretoria que se encontrava à frente do CA – gestão **Um mais um é sempre mais que dois**, nas vésperas da eleição, objetivando modificar o estatuto no item que se refere à forma de composição da diretoria (de majoritária para proporcional)⁶⁶. Sobre essa questão, a chapa posiciona-se contrária à realização de tal plebiscito, pois considera-o “ilegal” e “imoral”, tendo sido decidido sem a publicação de um edital de convocação.

A chapa, por outro lado, defende a majoritariedade, alegando que desejam fazer com o CA de Pedagogia o que fizeram com o DCE, ou seja, “um loteamento de partidos políticos”. Na opinião da chapa, a experiência da proporcionalidade no DCE não teria sido benéfica para os estudantes, pois, segundo afirma, “... cada um [partido político] puxa brasa para sua sardinha e nada é feito pelos estudantes”.⁶⁷

Vale destacar, ainda, a denúncia que a chapa faz acerca da situação do curso de pedagogia. Conforme afirma o Programa (1993), o curso de pedagogia

... que já apresentava má qualidade de ensino, falta de professores, falta de orientação acadêmica, precário acervo bibliotecário, currículo desatualizado, falta de perspectiva profissional, ou seja, problemas que

⁶⁶ A majoritariedade e a proporcionalidade dizem respeito à forma de composição da diretoria da entidade. No primeiro caso, assume a diretoria, hegemonicamente, a chapa que obtiver o primeiro lugar. No segundo caso, os cargos são divididos entre as chapas, proporcionalmente ao número de votos obtidos por cada uma.

⁶⁷ A relação entre partido e entidade tem sido, historicamente, uma questão muito problemática e complexa, não nos sendo possível, nos limites desse trabalho, ser discutida por nós.

se agravaram com a negligência do governo do Estado e de seus representantes de plantão na UECE, hoje, é ironicamente qualificado por estes como inútil e oneroso.

Diante disso, a chapa conclama os estudantes e professores de pedagogia a lutarem “pela garantia do ensino público e em defesa da qualificação profissional do pedagogo” (PROGRAMA, 1993).

O Programa da chapa (1993) traz, também, uma lista, contendo propostas específicas para o curso de pedagogia e propostas relativas à universidade. No primeiro caso, propõe: promover seminários temáticos que abordem as grandes questões de pedagogia, como, por exemplo, a reformulação do currículo, ampla discussão para a reformulação do estatuto do CA e a participação do CA no seminário de introdução à universidade e ao curso; organizar a VII Semana de Educação, o EEEPe, o ENEPe e o Encontro Regional dos Estudantes de Pedagogia – EREPe; incentivar o programa de monitoria e a realização de atividades culturais, tais como, calouradas, criação do PedagoBar, oficinas pedagógicas, teatro, coral etc.; realizar uma assembléia geral do curso, com a participação dos professores, estudantes e funcionários; lutar pela criação de uma biblioteca específica com acervo atualizado em quantidade suficiente para o atendimento de todos e pela abertura de cadeiras de férias, no sentido de facilitar o término do curso para os alunos em fase de conclusão; estabelecer um programa de consultas temporárias com urnas em sala de aula; publicar periodicamente um boletim como órgão informativo do CA. No que diz respeito à universidade, o programa (1993) apresenta como propostas lutar por concurso público para contratação de professores controlado pela comunidade universitária, pela reciclagem dos professores, através de cursos permanentes de atualização, pela gestão tripartite nos órgãos administrativos da universidade, por eleições diretas e universais para coordenação e departamentos; por melhor atendimento dos transportes, mais ônibus, mais linhas, em defesa da meia passagem, rumo ao passe livre e pela higiene nos banheiros.

Para finalizar, o Programa (1993) elenca algumas bandeiras de luta com as quais a chapa se compromete, a saber, “o não pagamento da dívida externa”;

“mais verbas para a educação”; “Fora Itamar, sua política collorida e seus planos de privatização”; “Pelo fim de todas as taxas na universidade e do projeto ‘nova UECE’”.

Sobre a chapa vitoriosa à eleição para a 12ª gestão do CA de Pedagogia – **Avançar na luta** (2) (1994-5) – não localizamos o programa com o qual concorreu ao pleito, mas temos registro da festa de posse, no dia 14 de outubro de 1994 (CARTAZ DO EVENTO, 1994).

Em relação à 13ª gestão – **Educação e transformação/Para reconstruir o CA/Reviravolta** (1995-6), a primeira e única proporcional na história da entidade, localizamos apenas a informação a respeito do processo eleitoral, no qual concorreram três chapas referidas acima. De acordo com a Ata de apuração da eleição (1995), a primeira, obteve 170 votos; a segunda, obteve 121 votos, e a terceira, contabilizou 71 votos. As três chapas, na proporção dos votos obtidos, compuseram a diretoria. Não localizamos os programas de nenhuma das chapas ou qualquer outro documento relativo a esse período.

A chapa **Educação e Transformação social** (1996) – 14ª gestão (1996-7) – apresenta como Programa apenas um panfleto, contendo as propostas e as “bandeiras de apoio”.

O Programa (1996) traz propostas específicas para o curso e gerais para a universidade. No primeiro caso, defende a renovação do CORETUR e do centro acadêmico, bem como, a sua reestruturação física; a realização de discussões relativas ao estágio e à formação profissional do pedagogo; a realização da IX Semana de Educação; a não redução de vagas para o curso de pedagogia; a realização freqüente das disciplinas de férias e a reimplantação da monitoria, com remuneração de um (01) salário mínimo. No segundo caso, propõe-se a lutar por um ensino público e gratuito, sem taxas e laico; pela estatização da educação; por uma biblioteca de qualidade que possa suprir todas as necessidades dos estudantes; pela conquista da taxa zero no RU, com qualidade na alimentação; por concurso público para professor efetivo; contra o cartão eletrônico (em

substituição à carteira estudantil) e contra o provão, a PEC-233⁶⁸, a LDB de Darcy Ribeiro e de Cid Sabóia.

Quanto às bandeiras de “apoio”, a chapa posiciona-se pelo “fim do capitalismo” e a favor da “construção do socialismo”; em favor da “ação direta das massas: greve, manifestação e ocupações”; pela “revolução agrária já!” e pelo apoio total ao MST; pela “estratégia do governo operário e camponês”; contra a “farsa das eleições burguesas”; em defesa de “um ensino voltado à produção social”; pelo fim do “Governo FHC, de Tasso e do neo-liberalismo”; pelo “fim das demissões, pela estabilidade do servidor público”; pelo “fim dos assassinatos dos trabalhadores e das chacinas” e em defesa da “punição aos crimes da classe burguesa contra os explorados”; pela instalação dos “tribunais populares”; pela “redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução salarial (implantação da escala móvel das horas de trabalho, em que se divide as horas nacionais trabalhadas entre todos os aptos a trabalhar, de forma que se elimine o desemprego)”; pelo “fim das privatizações” (PROGRAMA, 1996).

A chapa **Novos caminhos** (1998) – 15ª gestão (1998-9) – apresenta como Programa apenas um panfleto, contendo propostas específicas para o curso de pedagogia. São elas: promoção de seminários, cursos e fóruns voltados às questões específicas do curso; incentivo à arte com realização de cursos e oficinas de teatro e dança; promoção de eventos culturais; realização de campanhas de promoção profissional; organização do jornal da pedagogia; reforma urgente da estrutura física do CA; criação da biblioteca do CA.; continuação e inovação da semana da pedagogia; um CA organizado e integrado ao curso; um centro acadêmico político, independente. Vale destacar que, além das propostas referidas, três referem-se à lutas historicamente defendidas pelo movimento estudantil, a saber, a defesa da “universidade pública, gratuita e de

⁶⁸ PEC 233/1995, de 15/10/1995 – modifica o artigo 34 e o Título VIII, Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Dá origem à Emenda Constitucional 14/1996, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef. Cf. www.senado.gov.br.

qualidade”, da “meia passagem ilimitada” e a luta “contra o provão” (PROGRAMA, 1998).

Conforme informamos na introdução do texto, não localizamos no arquivo da entidade os programas das chapas vitoriosas às 16ª, 17ª e 18ª gestões do CA de Pedagogia.

De acordo com Santos (2002, p. 74) a 16ª gestão teria se denominado **Um novo tempo** (1999-2000), sobre a qual não foram localizados quaisquer registros documentais.

Sobre a chapa que esteve à frente da 17ª gestão – **Por um ser humano** (2001-2) e da qual Santos (2002) teria participado, revela a autora (2000, p. 76) que esta enfatizava a “defesa da educação pública, gratuita e de qualidade; da meia passagem estudantil, apontando para a luta em defesa do passe livre; de concurso para professor efetivo”; posicionando-se “contra o “Provão”, o telensino, o tempo de avançar, os ciclos, as salas de aceleração, os cursos aligeirados de formação de professor, o cartão do RU.”. Informa Santos (2002) que o grupo que compunha a diretoria, ao longo da gestão, foi estreitando os laços com o IMO, contribuindo para alargar a compreensão acerca da necessidade de se lutar “contra o capital” e “em defesa do socialismo”.

Localizamos dois *Folders* de eventos relativos a essa gestão. O primeiro refere-se à XIII Semana de Educação, realizada no período de 23 a 26 de outubro de 2001 (*FOLDER*, 2001), e o segundo diz respeito ao I Fórum de discussão dos estudantes de pedagogia da UECE, realizado em abril do mesmo ano (*FOLDER*, 2001).

Em se tratando da chapa que foi vitoriosa para a 18ª gestão, Santos (2000, p. 80) informa que teria se denominado **Emancipação humana como horizonte** (2002-3). Sobre essa gestão, localizamos apenas um Fanzine, denominado “Papel de Budega” (s.d.).

A chapa ***Pela descoisificação do ser humano*** – 19ª gestão (2003-4) – apresentou como Programa apenas um panfleto, contendo propostas e lutas. No primeiro ponto, faz referência ao CORETUR, a grupo de estudo, a círculos de cultura, a seminários e palestras, à formação política e à interação entre os estudantes do curso, sem, no entanto, explicitar os objetivos ou/e metas que pretende alcançar em relação a cada um desses itens. No segundo ponto, posiciona-se em defesa de mais verbas públicas, do fim das taxas, de concurso para professores efetivos e servidores, de segurança no campus e da melhoria da biblioteca. Finaliza, com a palavra de ordem “pela superação da lógica do capital” (PROGRAMA, 2003).

Após termos feito esse apanhado geral das propostas presentes nos programas das chapas vitoriosas, pudemos identificar os principais eixos de luta norteadores da ação política do CA de Pedagogia, os quais podem ser divididos em três grandes categorias, a saber, eixos de lutas gerais (conjuntura internacional e nacional), eixos de lutas específicas (relativas à universidade) e eixos de lutas específicas do curso, sintetizados no quadro 3, considerando-se aqueles com maior número de referências nos documentos:

**Quadro 3– CA DE PEDAGOGIA/UECE:
as chapas vitoriosas e suas propostas**

PERÍODO	NOME DA CHAPA	COMPONENTES ⁶⁹	PROPOSTAS: EIXOS DE LUTAS		
			EIXOS DE LUTAS GERAIS	EIXOS DE LUTAS ESPECÍFICAS (EDUCAÇÃO/UNIVERSIDADE)	EIXOS DE LUTAS ESPECÍFICAS DO CURSO
1982-3	Conscientização	José Sérgio de Freitas; Inês Ângela Oliveira Monteiro; Sandra Maria Peixoto Almeida; Hélio Barroso Júnior; Marcos Antônio Simão; Rejane Fernandes Araújo; Alex Fabiano Nicolau de Araújo; Neide Delamar Rocha de Lima; Antônio Noca Freire; Francisco Pantaleão Ferreira; Ana Maria Lucena; Jamaci Araújo de Oliveira; Maria das Graças Lendengues; Ariadne Costa Araújo (BOLETIM INFORMATIVO N.º 01/82; PROGRAMA DA CHAPA, 1982)	-	-	-
1983-4	Liberdade e Ação	Jamaci Araújo de Oliveira; Erotides; Ana; Nadja; Wellington; Inês; Luiza; Tânia; Torcápio Eugênio; Renato Pinheiro de Abreu (PROGRAMA DA CHAPA, 1983)	Sociedade justa e de verdadeiras liberdades democráticas	Ensino público e gratuito; autonomia e democratização da universidade; eleições paritárias para reitor; mais verbas para a universidade; contra o aumento das semestralidades na UECE; reabertura do RU à noite na UECE	Criação de um sistema de monitoria para o curso de pedagogia
1984-5	Avançar	Renato Pinheiro de Abreu (Presidente); Severina Sônia Beserra Machado (EDITAL, 11/06/1985)	-	-	-
1985-6	Lutar prá Transformar	Solange Maria Silva Loyola; João Alberto; Tânia Maria Linhares; Ana Eulita; Maria; Rômulo; Frederico; Inalda; Morvan; César Augusto; Luíza Alice Lopes Menezes; (PROGRAMA DA CHAPA, 1985)	-	Uma universidade popular – crítica, criadora, democrática, autônoma, pública e gratuita; eleições diretas e paritárias para coordenador de curso e reitor	-

⁶⁹ Os nomes dos componentes das chapas foram transcritos tais quais constam nos documentos consultados. Portanto, alguns encontram-se incompletos, não nos sendo possível identificar em outras fontes os seus signatários.

PERÍODO	NOME DA CHAPA	COMPONENTES ⁶⁹	PROPOSTAS: EIXOS DE LUTAS		
1986-7	Educação e Luta	Severina Sônia Machado; Luis Siqueira; Liana Medeiros de Andrade; Elda Maria Freire Maciel; Maria Tereza Dias Braga; Maria Irtes da Frota; Jamila Coelho Teixeira; Maria Risalva Farias Lobo; Alberto Filho Maciel Maia; Graça; Liduína Correira; Sidnei Souto; Maria de Jesus V. Belém; Paulo Régis Sousa; Wellington; Isaac (PROGRAMA DA CHAPA, 1986; FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA, 1986)	-	Ensino público e gratuito; revogação das taxas na UECE; eleições diretas e paritárias em todos os níveis; concurso para professores	Mudança do currículo; instalação de uma biblioteca específica do curso de pedagogia
1987-8	Que Fazer	Edmara Maria C. Bezerra; Luíza Alice L. Menezes; Elda Maria Freire Maciel; Antônia Norma C. C. Santana; Valéria Maria C. do Nascimento; Germana P. F. Bessa; Lia Mont'alverne B. Lima; Bernadete de Souza Porto; Patrícia Holanda; Franciana C. de Castro; Daniel Gonçalves Siqueira (FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA, 1987)	-	Educação voltada para os interesses da classe trabalhadora; autonomia e democracia universitária; eleições diretas e paritárias para reitor; contra as taxas na UECE	-
1988-9	Metamorfose	Luciôla Andrade Maia; Maria Aparecida Fraga Pereira; Valéria Maria Campos Nascimento; Francisca Liduína Bastos Martins; Aimara Lemos de Abreu; Elda Maria Freire Maciel; Tácito José Alves Falcão; Dário Roland de Castro; Jacqueline Lima dos Santos; Luizene da Cunha; Cláudia Maria de Almeida Nunes; ; Lourdinha (PROGRAMA DA CHAPA, 1988; FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA, 1988)	-	-	Apoio à implementação da monitoria para o curso de pedagogia; criação de uma biblioteca específica do curso de pedagogia

PERÍODO	NOME DA CHAPA	COMPONENTES ⁶⁹	PROPOSTAS: EIXOS DE LUTAS		
1989-90	Estamos na Luta	Raquel Dias Araújo; Liliane de Carvalho Silva; Marta Verônica; Maria Aurilene de Deus Moreira; Lourenço; Dorinha; Rogério; Ana Lúcia; Mirtes; Cristina; Maria Geovânia Bezerra Sales; Soraia; Ana Maria (PROGRAMA DA CHAPA, 1989)	Reforma agrária com o confisco do latifúndio; não pagamento da dívida externa; socialização dos meios de produção	Concurso público para contratação de professores	Implantação de monitoria para o curso de pedagogia; criação de uma biblioteca específica do curso de pedagogia
1991-2	Quem vem com tudo não cansa	Raquel Dias Araujo; Maria Geovânia Bezerra Sales; Clarice Gomes Costa; José Carlos da Silveira Freire; Raimundo Ailton Chaves Cruz; Maria Ednéia Gonçalves Quinto; Gleide Maria Costa Rodrigues; Tereza Rejane de O. Moura; Marlúcia Delfino Amaral; Mardônio José da Silva Almeida; Geranilde Costa e Silva; Roberto Mariano Santos Filho; Maria Gláucia Morais de Oliveira; Maria Verônica de Oliveira Campos; Ana Paula Martins Barboza; Francisca Karla Cavalcante Leite (FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA, 1991)	Nova sociedade, justa e igualitária, democrática e socialista; Reforma agrária com o confisco do latifúndio; não pagamento da dívida externa; socialização dos meios de produção	Ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis; universidade para os trabalhadores; contra as taxas na UECE; verbas públicas só para universidades públicas; diretas e universais para reitor; concurso para professores	-
1992-3	Um mais um é sempre mais que dois	Maria Geovânia Bezerra Sales; Maria José Carneiro Azevedo; Maria Ednéia Gonçalves Quinto; Maria Conceição Bivar; Gleide Maria Costa Rodrigues; Francisco José de Oliveira Abreu; Maria Verônica de Oliveira Campos; Francisco Roberto de Oliveira; Adairto Moreira do Nascimento; José Barroso Cavalcante; Climênia Matos da Costa (PROGRAMA DA CHAPA, 1992)	Reforma agrária com o confisco do latifúndio sob o controle dos trabalhadores	Universidade pública, gratuita, autônoma e de boa qualidade, a serviço dos trabalhadores; atualização e aumento do acervo da biblioteca da UECE; RU aberto à noite e sem taxas na UECE; concurso para professores sob o controle da comunidade universitária; eleições diretas e universais para reitor e diretor de centro; paridade nos órgãos colegiados; total autonomia universitária	Criação de uma biblioteca específica do curso de pedagogia; conquista de monitoria no curso de pedagogia

PERÍODO	NOME DA CHAPA	COMPONENTES ⁶⁹	PROPOSTAS: EIXOS DE LUTAS		
1993-4	Avançar na Luta	Raquel Dias Araujo; José Carlos da Silveira Freire; Ana Isabel Cordeiro Albuquerque; João Inácio Campelo; José Roberto Felipe do Carmo Silva; Juarez Serpa Filho; Alritércia Henrique Teixeira; Maria Nerciêlda Alves Victor; Ana Paula Martins Barbosa; Alexandre Costa e Silva; Cláudia Giovana Azevedo Lopes; Maria Conceição Silva; Marcos Antônio Santos; Fábio Ferreira Santos; Gercineide Pereira do Nascimento (FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA, 1993)	Não pagamento da dívida externa	Garantia do ensino público; concurso público para contratação de professores controlado pela comunidade universitária; gestão tripartite nos órgãos administrativos da universidade; eleições diretas e universais para coordenação e departamentos ; mais verbas para a educação; fim de todas as taxas na UECE; contra o Projeto Nova UECE	Reformulação do currículo do curso de pedagogia; incentivar o programa de monitoria para o curso de pedagogia; criação de uma biblioteca específica para o curso de pedagogia;
1994-5	Avançar na Luta (2)	-	-	-	-
1995-6	Educação e Transformação/ Para reconstruir o CA/ Reviravolta	-	-	-	-
1996-7	Educação e Transformação Social	Sidney de Oliveira Araújo; Leoneide Monteiro de Freitas; Elizângela de Oliveira de Nascimento; Ladi; Ienatla; Ana Shirley; Rubens; Francisco Elís pereira de Souza; Maryane dos Santos Façanha (PROGRAMA DA CHAPA, 1996; ATA DE POSSE, 1996)	Fim do capitalismo e pela construção do socialismo; pela revolução agrária já	Ensino público, gratuito, sem taxas e laico; concurso público para contratação de professores efetivos; taxa zero no RU da UECE	Reimplantação de monitoria no curso de pedagogia

PERÍODO	NOME DA CHAPA	COMPONENTES ⁶⁹	PROPOSTAS: EIXOS DE LUTAS		
1998-9	Novos Caminhos	Adelaide de Sousa Oliveira Neta; Hilmaria Rejany Maia Lopes; Maria Valdizia Diniz Pereira; Sheina Mirela Natalense Melo; Rebeka Rodrigues Alves da Costa; Manuela Vasconcelos Rocha; Eunice Moreira Cavalcante; Valesca Pinheiro de Souza; Carlos Aurélio Marques dos Santos; Ana Maria Barbosa de Menezes; Alex Araújo Rocha; Júlio Leadebal de Araújo; Paulo Roberto Monteiro de Sousa; José Cláudio Alves de Castro Jr.; Ana Cláudia Oliveira Rocha; Inês de Jesus G. Queiroz (FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA, 1998)	-	Universidade pública, gratuita e de qualidade	-
1999-00	Um novo tempo	-	-	-	-
2001-2	Por um ser humano	Andréa Paula Araújo Sabino; Thiago Chagas Oliveira; Laura Karine Maia dos Santos; José Airton Bezerra Lima; Aline Pereira Castelo Branco (ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO, 2001)	Contra o capital e em defesa do socialismo;	Educação pública, gratuita e de qualidade; concurso para professores efetivos	-
2002-3	Emancipação humana como horizonte	-	-	-	-
2003-4	Pela descoisificação do ser humano	Aline; Caroline; Eliacy; Emanuela; Fabiano; Fabíola; Graciela; Joana Moura Ponte; Luana; Rebeca Baia Sindeaux; Thiago	Pela superação da lógica do capital;	Mais verbas públicas para a universidade; fim das taxas na UECE; concurso para contratação de professores efetivos	-

Eixos e formas de luta em movimento

Em relação à 1ª gestão do CA de Pedagogia - **Conscientização** (1982-3), localizamos o 1º Boletim Informativo do CA de Pedagogia (1982). No editorial do Boletim (1982), a diretoria conclama todos os estudantes do curso à participação, no sentido de garantir um “CA forte, democrático e participativo”. No item “Informes sobre o 34º Congresso da UNE”, o documento (1982) chama a atenção dos estudantes para os desafios que se colocam ao movimento estudantil no que se refere às investidas do MEC contra a universidade pública. Segundo informa o documento (1982), o projeto principal do MEC seria a “extinção da universidade pública”. Portanto, o 34º CONUNE, conforme explicita o documento (1982), teria um importância fundamental para a organização das lutas estudantis em todo o país. No item “Organização dos trabalhos do CA”, a diretoria convida os estudantes para participarem das reuniões do CORETUR, do grupo de pesquisa (em fase de estruturação) e do grupo de apoio ao CA (constituído na época da estruturação da entidade).

Nesse documento (1982), o CA de Pedagogia defende a abertura do Restaurante Universitário, à noite, solicitando que os estudantes apresentem sugestões para o encaminhamento da luta, uma vez que essa reivindicação interessa a todos os estudantes e não apenas os da pedagogia.

Não há registro do envolvimento do CA de Pedagogia, ao longo da gestão 1982-3, com as atividades do movimento estudantil em geral. Todas as atividades e eventos realizados estão relacionados ao próprio curso, não se estendendo ao âmbito da universidade ou dos movimentos sociais. Não há referência explícita à defesa da educação e da universidade pública como eixo articulador das lutas empreendidas pelo CA. No entanto, a denúncia da tentativa do MEC em extinguir a universidade pública, pressupõe a sua defesa, ainda que de forma implícita.

Durante essa primeira gestão, verificou-se uma preocupação mais direcionada para a organização do movimento estudantil de pedagogia da UECE, incentivando a participação dos estudantes em eventos locais, estaduais e nacionais, tais como, na I Semana da Educação, no II EEEPe e no III ENEPe. Além disso, o CA empenhou-se para conseguir uma sede, o que facilitaria, sem dúvida alguma, a organização e a mobilização estudantil.

Sobre o I EEEPe, o *Folder* do evento (1982) informa que o Encontro, com o tema central “Educar para libertar”, discutido pelos professores Lauro de Oliveira Lima e Luiza Theodoro, teria ocorrido nos dias 05 e 06 de junho de 1982, na cidade de Fortaleza.

É importante observar que em 15 de novembro de 1982, após 18 anos de escolhas indiretas, foram realizadas eleições diretas para governadores, simultaneamente às de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores, e, no entanto, não há registro da participação ou envolvimento do CA de Pedagogia nesse processo. Verifica-se, na Ata das reuniões do CORETUR e da diretoria do CA de Pedagogia, realizadas, uma, anteriormente, e outra, posteriormente às eleições, respectivamente, nos dias 06 e 27 de novembro de 1982, que a pauta das referidas reuniões não fazem qualquer referência a essa questão.

Localizamos, no arquivo de documentos do CA, um documento denominado “Balanço da gestão” (1984), relativo à 2ª gestão – ***Liberdade e Ação*** (1983-4).

O referido documento (1984) faz um breve comentário sobre a atuação da entidade desde a sua fundação (1982) até aquele momento (1984), afirmando que

O Centro Acadêmico de Pedagogia foi sempre uma voz ativa contra a opressão, contra os acordos com o FMI, contra o regime militar, pelas liberdades democráticas, pela autonomia e democratização da UECE e na luta por um curso de pedagogia voltado para a formação de um verdadeiro educador comprometido com as aspirações da maioria do povo brasileiro.

Em seguida, lista as lutas travadas e as atividades realizadas durante a gestão. Em se tratando das atividades, a diretoria empenhou-se na defesa da entrega das carteiras estudantis e dos carnês de pagamento das mensalidades aos alunos de pedagogia no prédio do CESA/UECE, localizado à Rua 25 de março, durante o turno da manhã, ao invés de ser no Campus do Itaperi (BALANÇO DA GESTÃO, 1984). Causa certa estranheza a posição do CA em relação à entrega dos carnês relativos a mensalidades porque não há qualquer referência contrária a tal cobrança.

Na categoria “atividades”, destacam-se, ainda, a discussão do documento sobre a reformulação dos cursos de pedagogia e licenciaturas; a participação no II EEEPe, em 1983 (Sobral) e no III ENEPe, em 1983; a realização de dois cursos: “Alfabetização no Método Paulo Freire” e “Teórico-prático de recreação no pré-escolar” (BALANÇO DA GESTÃO, 1984).

Na categoria “lutas”, localizamos registro da participação do CA na greve dos professores da UECE e na greve dos professores da rede oficial; na mobilização pela meia-entrada no cinema e no boicote ao processo eleitoral (BALANÇO DA GESTÃO, 1984).⁷⁰

É importante abrimos um parêntese, aqui, para observar que não localizamos no arquivo da entidade nenhuma referência à participação do CA no grande ato pelas *Diretas Já*, realizado em Fortaleza, no dia 28 de janeiro de 1984, o qual reuniu em torno de 30 mil pessoas, tendo, portanto, enorme repercussão a nível nacional, conforme lembrado pelo Jornal O Povo, do dia 25 de janeiro de 2004.

Em relação à 3ª gestão – **Avançar** (1984-5), localizamos dois documentos, sendo um edital de convocação de assembléia para a escolha dos delegados ao 36º CONUNE (1984) e um panfleto intitulado “Aos estudantes de Pedagogia da UECE” (1985), o qual faz um balanço da referida gestão.

⁷⁰ O documento não explicita a que processo eleitoral se refere.

Este último documento (1985) inicia denunciando os “aumentos abusivos” no valor da taxa de matrícula por disciplina da UECE, a qual teria sido substituída por uma taxa de matrícula acadêmica, tendo seu valor aumentado numa proporção de mais de 30 vezes em relação ao valor inicial.

Em seguida, traz um avaliação da gestão, resgatando as atividades realizadas, no período de 1984-5. Foram realizados, segundo informa o documento (1985), debates, seminários, “estágios alternativos” (sic), além da participação do CA no III e IV EEEPe, no período de 02 e 03 de junho de 1984 (Crato) e 1985 (Iguatu), respectivamente, e no IV e V ENEPes, 1984 e 1985, respectivamente.

Segundo informa o Relatório do III EEEPe (1984), o evento que teve como tema central *Educação hoje: projeto vencido*, contou com a participação de 256 inscritos das seguintes universidades: UECE (Fortaleza; Iguatu; Crateús), UFC, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA, Faculdade de Filosofia do Crato. Não há registro sobre o IV EEEPe.

Quanto à problemática geral da universidade, o panfleto “Aos estudantes de Pedagogia da UECE” (1985) afirma que as questões relativas a esse âmbito sempre forma tratadas “com coragem e determinação, resguardando os interesses maiores dos estudantes e não de grupos” (sic). Não fica claro a que se refere o documento quando opõe os interesses dos estudantes e “grupos” (leia-se partidos políticos).

O referido panfleto (1985), também, registra duas bandeiras de luta, historicamente defendidas pelo movimento estudantil: a defesa do “ensino público e gratuito” e da autonomia e democracia universitária, especificamente, como consta no documento, na UECE.

Ao final, o documento (1985) anuncia uma polêmica entre o CA de Pedagogia e uma parte da diretoria do DCE da UECE. Segundo informa o panfleto (1985), alguns membros da diretoria do DCE estariam promovendo uma

campanha de difamação e calúnia contra a diretoria do CA e, mais especificamente, dirigida a seu presidente, com o objetivo de “desgastar o CA perante os estudantes de pedagogia, visando interesses eleitoreiros”. Essa postura de parte da diretoria do DCE é considerada pelo CA como “aética e sectária”. O documento (1985) chama a atenção para a gravidade da questão e conclama os estudantes de pedagogia a repudiarem tais posturas.

Quanto à 4ª gestão – **Lutar para transformar** (1985-6), é importante registrar algumas análises expressas no Jornal Independente da Pedagogia – JIP, número 01, de setembro, outubro e novembro de 1985. Neste documento (1985), o CA, no editorial, caracteriza a chamada Nova República como um golpe contra as classes populares e como consagração da burguesia nacional. Nesse sentido, considera que a construção de uma “sociedade aberta, mais humana e mais justa” só seria possível por meio da “organização da base popular, seja o estudante, o operário, os índios, os negros, homens e mulheres”.

Em relação à universidade, a secretária geral do CA – Tânia Linhares – mediante um artigo que discute a temática, denuncia a situação da universidade no contexto de uma sociedade capitalista e refere-se, especificamente, à UECE, tomando-a como exemplo. De acordo com o texto (1985), a sociedade capitalista dependente, na qual vivemos, exige “uma universidade formadora de mão-de-obra farta, barata e acrítica, condição fundamental para a perpetuação do sistema”. A situação da UECE, por outro lado, não difere das demais universidades, conforme ressalta a secretária geral do CA (1985): “Os problemas vão desde as péssimas condições de ensino (salas de aula, professores não habilitados, biblioteca etc.) à autonomia financeira, política e científica”. Sendo assim, a UECE, a qual, o movimento estudantil se propõe a construir, deveria ser, na sua opinião:

1 – Autônoma na produção de conhecimentos novos, através do incentivo à pesquisa científica e às atividades de extensão; 2 – Democrática, pela participação da comunidade nas decisões sobre os rumos a tomar.

Em outras palavras, afirma que o movimento estudantil deveria construir “uma poderosa contra-ideologia, capaz de fazer a UECE optar pela produção e

transmissão de um conhecimento que dê respostas `as necessidades da maioria da população” (JIP, 1985).

Vale registrar, ainda, as informações contidas no JIP, número 02, de março, abril e maio de 1986, relativas à 4ª gestão. Segundo informa o editorial, o período que correspondeu à gestão – 1985 a 1986,

Foi um ano de trabalho intenso, árduo. Muito se fez e muito ficou para ser feito, pois um ano é pouco tempo e as dificuldades e obstáculos são muitos. No entanto, outra gestão virá, com o compromisso de continuar na luta pela transformação de nosso Curso.

No item *Gestão Lutar para transformar*, a diretoria faz um balanço de sua atuação, reafirmando o compromisso da diretoria com a luta pela transformação, afirmada na época da eleição, listando, em seguida, uma série de atividades e eventos realizados: um concurso de poesias; a participação no IV Seminário “O especialista em educação e o desafio da mudança”; a promoção de um show cultural para o lançamento do primeiro número do JIP; a reorganização do CORETUR; a organização de duas calouradas; o acompanhamento às discussões sobre a reformulação curricular; a participação nas reuniões do Conselho de Entidades; a participação nos debates do dia “D” da educação; a participação nas reuniões dos professores do curso de pedagogia para discutir sobre a eleição para a escolha dos chefes de departamento e da coordenação do curso; a reforma da sede do CA, dentre outros (JIP, 1986).

Destacam-se, ainda, como realizações dessa gestão, a II Semana de Educação, de 18 a 22 de setembro de 1985, promovida em conjunto com o CA de Pedagogia da UFC (INFORMATIVO DO CA DE PEDAGOGIA/UECE, 1985); o lançamento do Jornal Independente de Pedagogia – JIP, em setembro de 1985 (JIP, 1985); o II Congresso de Estudantes de Pedagogia da UECE, em maio de 1986, com o tema “O pedagogo e o mercado de trabalho” (PROJETO DO EVENTO, 1986); a eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 37º CONUNE, no dia 16 de abril de 1986, da qual participaram duas chapas: *Participação*, a qual obteve 192 votos, tendo direito a 04 delegados, *Força Acerta*, a qual recebeu 135 votos, elegendo 02 delegados (ATA DE ELEIÇÃO, 1986).

Além disso, o CA fez-se representar no V EEEPe, no período de 23 a 25 de maio de 1986 (Quixadá) (OFÍCIO 03/86, 1986), e no VI ENEPe, no período de 20 a 25 de julho de 1986 (Cuiabá) (OFÍCO 07/86, 1986).

Chamou-nos a atenção a informação acerca do apoio do CA de Pedagogia, dentre outras entidades⁷¹, à greve dos professores e funcionários da UECE, em agosto de 1985, expresso na nota intitulada “A Unidade da Comunidade Universitária” (1985), o que revela uma compreensão da importância da união da luta dos estudantes com as outras categorias que compõem a comunidade universitária.

Sobre a atuação da diretoria que esteve à frente da 5ª gestão – **Educação e luta** (1986-7), é importante explicar que, apesar de a chapa fazer referência explícita às lutas gerais em defesa da universidade pública e gratuita, o que é positivo, não encontramos registro de atividades realizadas pela entidade que envolvesse o CA nessa empreitada. Todas as atividades realizadas são consoantes com os interesses específicos dos estudantes de pedagogia.

Durante essa gestão, localizamos o registro da participação do CA no VI EEEPe, no período de 05 a 07 de junho de 1987, no Município de Cratéis/CE (OFÍCIO 29/87, 1987); no VII ENEPe, no período de 18 a 26 de julho de 1987, em Florianópolis/SC (FICHA DE INSCRIÇÃO, 1987); além da realização das eleições para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao II Congresso dos Estudante da UECE (EDITAL DE ELEIÇÃO, 1987) e ao 38º CONUNE (EDITAL DE ELEIÇÃO, 1987).

Segundo informa o Relatório do VI EEEPe (1987), o evento teve como tema central “Educação e Ideologia”, sub-dividido em duas temáticas, a ideologia no livro didático, discutido pelo professor Chico Barros, e a ideologia no discurso oficial, discutido pelo professor Luis Osvaldo, ambos da UECE. Além desses, discutiu o tema “Sociedade e Ideologia”, sub-dividido em duas temáticas, modos

⁷¹ CA de Administração Hospitalar, CA de Estudos Sociais e CA de Filosofia.

de produção, com a contribuição do professor Zuelton, e aparelhos ideológicos do Estado, com a contribuição do professor Aécio de Oliveira, ambos da UFC.

Vale destacar a realização da III Semana de Educação, promovida em conjunto com o CA de Pedagogia da UFC, de 21 a 24 de outubro de 1987, segundo informa o *Folder* do evento (1987). O evento adotou como tema central a discussão sobre “Educação e Luta de Classes”, contando com a colaboração dos professores Ozir Tesser e Adelaide Gonçalves, ambos da UFC. Foram debatidos, também, “O papel ideológico da escola”, com a participação do professor Jamil Cury, da UFMG; a relação entre “educação e trabalho e a atuação do educador numa sociedade de classes”.

A nosso ver, o tema escolhido revela um entendimento do complexo educacional a partir de sua inserção na sociedade de classes.

Sobre a 6ª gestão – **Que fazer** (1987-8), é importante destacar, em relação às posições assumidas pela gestão, a **defesa explícita do socialismo**, expressa no Editorial do JIP, número 04, ano III (1988), nos termos que se seguem:

Nessa perspectiva de luta e engajamento político é fundamental que a nova diretoria que assume o CALOL se comprometa no trabalho junto ao DCE e a UNE, fazendo uma grande e única luta que é o socialismo.

O ano de 1988 é bastante intenso para o movimento estudantil de pedagogia, registrando-se diversas atividades e eventos dos quais o CA encaminhou e/ou participou, conforme informou o Relatório das atividades da gestão “Que fazer” (1988). No dia 04 de março, por exemplo, o CA de Pedagogia participou de uma manifestação contra o Governo Sarney, na Praça José de Alencar; no dia 25 do mesmo mês, fez-se presente na palestra do Professor Paulo Freire, no Auditório José Albano; no dia 07 de abril, participou das atividades do Dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito em Todos os Níveis, incluindo passeata e concentração na Praça José de Alencar, promovido pela União Nacional dos Estudantes; no período de 03 a 05 de junho, participou do VII EEEPe, no Município de Itapipoca/CE e, no período de 17 a 22 de julho, do VIII

ENEPE, em Goiânia/GO; e, na data de 19 a 22 de outubro, promoveu a IV Semana de Educação, a qual adotou como tema central a discussão sobre a “Perspectiva de uma nova LDB para a educação”. Além dessas atividades, registra-se, também, a realização de duas calouradas (1988.1 e 1988.2), do Curso de Brinquedos Cantados e a assistência aos estudantes de pedagogia durante a matrícula, nos dias 02 e 03 de agosto de 1988.

Vale destacar em relação à IV Semana de Educação que o tema escolhido reflete uma das principais discussões que envolviam os educadores, naquele período, a saber, a elaboração da nova lei de diretrizes e bases da educação.

O JIP, n.º 04, ano III (1988) lista, ainda, algumas realizações da gestão, tais como, a participação nas reuniões das Executivas Nacional e Estadual dos Estudantes de Pedagogia, do Conselho de Entidades, dos órgãos colegiados e do CORETUR; a participação no ato de comemoração do Dia da Mulher, 08 de março de 1988, no Dia Nacional de Luta contra o Ensino pago, no Movimento SOS UECE e SOS UFC; a participação no III Encontro da Comunidade Universitária da UECE, no 39º CONUNE, em São José dos Campos/SP, no V Ciclo de Estudos do Curso de Pedagogia; a promoção do 1º Concurso de Livros Infantis do Curso de Pedagogia, do Curso de Biodança, do Curso de Alfabetização “Casinha Feliz”, do 1º e do 2º Círculos de Estudos do Método Paulo Freire, do 1º Seminário sobre a Atuação Docente e Discente do Curso de Pedagogia da UECE e de palestras com os professores Lauro de Oliveira Lima e Luiza Teodoro.

Não localizamos documentos, no arquivo do CA, que comprovassem a realização de atividades e lutas pela 7ª gestão – **Metamorfose** (1988-9), apesar do amplo leque de propostas apresentadas no programa da chapa. No entanto, é importante registrar que o Programa da chapa “Estamos na Luta” (1989) – que pleiteava a direção na gestão seguinte, faz um balanço da 7ª gestão, afirmando a realização de “importantes trabalhos”, os quais teriam a finalidade de

... discutir com o conjunto dos estudantes no sentido de despertar cada vez mais uma consciência crítica rumo à luta por uma educação libertadora, consciente, comprometida com a classe trabalhadora, investigadora e por uma sociedade sem exploração.

Ainda segundo o Programa da chapa “Estamos na luta” (1989), que sucedeu à gestão Metamorfose, esta teria desenvolvido importantes trabalhos, tais como, debates; seminários de reformulação curricular; palestras; oficinas pedagógicas e a V Semana de Educação, de 25 a 28 de outubro de 1989, promovida em colaboração com o CA de Pedagogia da UFC. Segundo consta no *Folder* do evento (1989), o tema central da referida Semana, “A relação trabalho/educação e as classes trabalhadoras”, foi debatido pelos professores Ozir Tesser e Maria Nobre Damasceno, ambos da UFC. Além dessa temática, foram discutidas, durante a semana, as questões relativas à LDB, ao currículo do curso de pedagogia, à formação do educador e ao mercado de trabalho para o profissional da educação.

Durante essa gestão, ocorreu o VIII EEEPe, no período de 02 a 04 de junho de 1989, no Município de Quixadá/CE. De acordo com o *Folder* (1989), o evento teve como tema central “Que educação e para qual sociedade?”. O Encontro abordou, também, a temática da reformulação curricular e a organização de classe do trabalhador em educação. O CA de Pedagogia marcou presença no evento.

Não constam, no arquivo do CA, informações mais detalhadas a respeito das atividades desenvolvidas nesse período.

A 8ª gestão – ***Estamos na luta*** (1989-1990), ao final do mandato, publicou um número do Boletim Informativo do CA de Pedagogia (1990), que traz uma breve avaliação da gestão, destacando-se a realização de algumas atividades, as quais teriam contribuído para “engajar e elevar o nível de participação e discussão dos estudantes ...”. Dentre essas atividades, podemos citar, a criação do Núcleo de Estudos Políticos e Pedagógicos – NEPP; o Pré-EEEPe e o Pré-ENEPe (discussão sobre o tema central dos dois eventos: “O analfabetismo e o compromisso sócio-político do educador”); a participação do CA nas

manifestações contra o aumento das taxas e em defesa da melhoria do ensino, encaminhadas pelo DCE da UECE.

É importante fazermos referência, ainda, ao panfleto intitulado “Companheiro(a)” (1991), no qual, a diretoria faz um chamado aos estudantes de pedagogia à luta em defesa da “universidade pública, gratuita e de qualidade para os trabalhadores”. Diz o documento (1991) que

é preciso construir um CA cada vez mais forte e combativo, tendo em vista o momento conjuntural que vivemos, de ataques às instituições públicas, das quais as universidades não estão isentas. É necessário nos mobilizarmos e fortalecermos nossas entidades de base (CA's) para lutarmos contra esse governo opressor e anti-democrático, para garantirmos uma universidade pública, gratuita e de qualidade para os trabalhadores.

A gestão ***Estamos na Luta***, sob seu mandato, realizou, ainda, várias reuniões, inclusive, com a participação do CORETUR, visando à organização e à discussão política. Na reunião da diretoria, no dia 21 de abril de 1990, por exemplo, discutiu-se sobre a organização do CORETUR; a realização de um seminário de economia política; a representação dos estudantes da UECE na Executiva Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia; o IX EEEPe; o X ENEPe e o calendário de reuniões ordinárias do CA (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, abril de 1990). Na reunião com o CORETUR, no dia 12 de maio de 1990, discutiu-se a respeito da problemática da universidade e do movimento estudantil, a partir da leitura de um texto; sobre o IX EEEPe e o X ENEPe. (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, maio de 1990). Na reunião da diretoria, no dia 16 de junho, avaliou-se a participação dos estudantes da UECE no IX EEEPe e discutiu a organização dos estudantes para o X ENEPe (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, 1990). No dia 18 de agosto de 1990, na reunião ampliada da diretoria, fez-se a avaliação do X ENEPe, realizado em julho, em Belém, e discutiu-se a organização do IV Congresso dos Estudantes da UECE (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, agosto de 1990). No dia 01 de setembro, o CA reuniu a diretoria, o CORETUR e os delegados eleitos para representar o curso de pedagogia no IV Congresso dos Estudantes da UECE, com o intuito de discutir o referido evento (LISTA DE FREQUÊNCIA DA REUNIÃO, setembro de 1990). No dia 22 de

setembro de 1990, registra-se a participação do CA de Pedagogia na reunião da comissão organizadora do XI ENEPe, a realizar-se em Fortaleza, em 1991 (RELATÓRIO DA REUNIÃO, setembro de 1990). No dia 28 de outubro de 1990, o CA de Pedagogia participou da reunião dos representantes de Fortaleza na Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia, a qual teve como ponto central de discussão a organização do XI ENEPe (RELATÓRIO DA REUNIÃO, outubro de 1990). No dia 03 de novembro, há registro da participação do CA de Pedagogia na reunião da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, novembro de 1990) e, no dia 10 de novembro, na reunião da Comissão Organizadora do XI ENEPe (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, novembro de 1990). Ainda no mês de novembro, há notícia da realização de duas reuniões da diretoria. Uma, no dia 22, e outra, no dia 24. A primeira teve como pauta a avaliação da eleição para renovação da diretoria do DCE e a formação de uma chapa para concorrer à eleição para renovação da diretoria do CA de Pedagogia (RELATÓRIO DA REUNIÃO, novembro de 1990). A segunda propunha-se a fazer uma avaliação da gestão e discutir três pontos: conjuntura nacional; universidade; ME. Além disso, discutir sobre a eleição para renovação da diretoria (CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO, novembro de 1990).

Com base nessas informações, observamos que, entre os meses de abril e novembro de 1990, o CA realizou e/ou participou de 10 reuniões, o que equivale a uma média de 1,2 reuniões por mês.

Dessas reuniões, resultaram importantes atividades. Segundo informa o Boletim do CA de Pedagogia (1990), no dia 19 de maio de 1990, o CA realizou o I Seminário de Economia Política. Entre os dias 01 e 03 de junho de 1990, o CA participou do IX EEEPe, no Município do Crato/CE, conforme presenciamos. De acordo com o *Folder* do evento (1990), o tema central debatido pelos professores Ângela Therrien e José Ferreira Alencar, ambos da UFC, foi “O analfabetismo e o compromisso político-social do educador”. Ainda conforme o Boletim do CA de Pedagogia (1990), no dia 04 de setembro de 1990, realizou a eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao IV Congresso dos Estudantes

da UECE. O documento (1990) explica que a escolha dos delegados deu-se nas assembleias setoriais, as quais somaram 318 participantes/votantes. Consta, também, no Boletim (1990) que, no período de 13 a 15 de setembro, o CA fez-se presente no IV Congresso dos Estudantes da UECE. Entre os dias 24 e 27 de outubro, realizou em conjunto com o CA de Pedagogia da UFC, a VI Semana de Educação, discutindo como tema central a relação entre “Educação e cidadania: a luta pela (re)construção da escola do trabalhador”, com a contribuição das professoras Terezinha Machado e Sônia Pereira, ambas da UFC. Discutiu-se, ainda, sobre os projetos de educação para a escola pública, as práticas pedagógicas e a organização dos trabalhadores em educação e a respeito da LDB (FOLDER DO EVENTO, 1990).

Durante os primeiros meses de 1991, o CA realizou, ainda, a calourada 1991.1, no dia 14 de março, abrindo o semestre, com a exibição do filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, seguida de debate acerca do filme; som e caipirinha (RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CA, março de 1991); e a eleição para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 41º CONUNE, nos dias 23 e 24 de abril (ATA DE ELEIÇÃO, 1991).

Outro documento importante há de ser destacado – o panfleto destinado “Aos calouros – Pedagogia/UECE”, de agosto de 1990. Neste, a diretoria faz referência ao papel historicamente cumprido pelo movimento estudantil em defesa da universidade pública, afirmando que o “movimento estudantil tem sido um dos segmentos questionadores da estrutura universitária, na perspectiva de garantir uma universidade pública, gratuita e democrática”.

A 9ª gestão do CA de Pedagogia – ***Quem vem com tudo não cansa*** (1991-2) – tem a intenção de dar continuidade à anterior, mantendo em sua diretoria vários diretores da gestão passada e a sistemática de trabalho desenvolvida pela que a precedeu.

A diretoria mantém a prática de realização de reuniões periódicas para discutir e organizar o movimento estudantil de pedagogia, como veremos nos

exemplos a seguir. No dia 31 de agosto de 1991, a diretoria reuniu-se com o CORETUR para tratar das normas acadêmicas e das lutas e campanhas da entidade (RELATÓRIO DA REUNIÃO, agosto de 1991). No dia 07 de setembro, a diretoria reuniu-se para fazer uma avaliação parcial da gestão e para definir os horários de funcionamento da entidade e o calendário de reuniões (RELATÓRIO DA REUNIÃO, setembro de 1990a). No dia 14 de setembro de 1991, por sua vez, o CA realizou uma reunião para tratar das normas acadêmicas e da eleição para reitor (RELATÓRIO DA REUNIÃO, setembro de 1991b). Já no dia 18 do mesmo mês, discutiu-se, na reunião, o processo de elaboração e aprovação da LDB e as propostas do Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINTECE – para essa questão, bem como as propostas do MEC para o ensino superior (RELATÓRIO DA REUNIÃO, setembro de 1991c). Na reunião coletiva dos CAs de Pedagogia da UECE e da UFC, no dia 15 de outubro, as discussões pautaram-se sobre a organização da Semana de Educação e dos informes da reunião da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (RELATÓRIO DA REUNIÃO, outubro de 1991).

É importante registrar a participação do CA no X EEEPe, no período de 31 de maio a 02 de junho de 1991, no Município de Iguatú/CE. O evento adotou como tema central a discussão sobre a “Organização e luta dos educadores e as práticas pedagógicas”, a qual contou com a colaboração dos representantes do SINTECE, da Associação dos Professores dos Municípios do Interior do Ceará – APROMICE, da CUT e da Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Segundo informa o Relatório da reunião da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia (1991), o X EEEPe discutiu a conjuntura nacional e internacional, com a participação dos partidos políticos e das centrais sindicais - CUT e CGT; a construção social da escola do trabalhador; a educação como ato político partidário; a educação e os movimentos sociais; a educação rural dos professores leigos; a educação e o movimento sindical; a LDB; a função social da alfabetização; a educação de adultos.

Nessa gestão, destaca-se a participação ativa do CA no **Dia de Luta da UECE**, em 26 de setembro de 1991, segundo informou o Relatório da reunião do CA de Pedagogia, dia 18 de setembro de 1991.

Dentre as atividades realizadas pela entidade, podemos citar a eleição para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao V Congresso dos Estudantes da UECE, nos dias 07 e 08 de abril de 1992 (ATA DE ELEIÇÃO, 1992); e a eleição para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 42º CONUNE, em maio de 1992 (FICHAS DE INSCRIÇÃO DAS CHAPAS, 1992).

É importante informar que, à exceção da 1ª gestão, esta teria sido a única que cultivou a prática de elaboração de relatórios de reuniões e atividades do CA. Esse instrumento nos auxilia na identificação das posições assumidas pela entidade, bem como, das polêmicas em torno das quais a diretoria se embatia.

A título de ilustração, destacaremos o conteúdo presente em um desses relatórios. Na reunião do dia 31 de agosto de 1991, por exemplo, a pauta contemplou a discussão sobre “normas acadêmicas”. Sobre esse assunto, Geovânia Bezerra Sales, então diretora do CA, informa que em 1990.2, a Pró-Reitoria de Graduação encaminhou ao reitor um projeto de reformulação das normas acadêmicas, que incluía, dentre outras medidas, o aumento da média de 5,0 para 8,0; a instituição do jubramento; a restrição do trancamento de disciplinas etc. Diante disso, o movimento estudantil desencadeou uma série de assembléias com o objetivo de discutir o projeto e propor um projeto alternativo dos estudantes. Sobre essa questão, a diretoria, unanimemente, posicionou-se contrária ao referido projeto, argumentando que significaria, nas palavras da autora da tese, então diretora do Centro Acadêmico, “mais um passo para a privatização do ensino superior”, constituindo, portanto, “parte da política da burguesia para o ensino superior”. Na avaliação de Geovânia Bezerra Sales, o projeto tem características “elitizantes” (RELATÓRIO DA REUNIÃO, agosto de 1991).

Quanto à 10ª gestão – ***Um mais um é sempre mais que dois*** (1992-3), localizamos um documento intitulado “Balanço da gestão” (1993), no qual a

diretoria do CA apresenta uma avaliação da sua atuação, citando as lutas das quais participou e as atividades realizadas.

O referido documento (1993) registra a participação do CA no Movimento Fora Collor; na greve geral dos estudantes, no dia 04 de maio de 1993; no Dia de Luta contra as Taxas, na UECE; na mobilização em defesa da meia-passagem e no Movimento Fora Maia – mobilização encampada pelos estudantes do curso de pedagogia, exigindo a substituição do Professor Maia, responsável pela disciplina Estatística Aplicada à Educação. O CA realizou, ainda, conforme informa o documento (1993), o Seminário Educação em Debate.

O documento (1993) aponta, também, uma polêmica entre a diretoria e a chapa que se apresentava como oposição nas eleições seguintes (Avançar na luta), em torno do adiamento das eleições para a renovação da diretoria da entidade. Conforme esclarece o documento (1993), a chapa opositora “Avançar na luta” teria denunciado o adiamento da eleição, caracterizando-o como “golpe da diretoria”. Esta, por sua vez, faz autocrítica, no documento (1993), quanto à forma do adiamento, o qual fora decidido pela diretoria sem discussão com o conjunto dos estudantes; por outro lado, considera acertada a decisão de adiá-la, devido a sobrecarga de trabalho do CA por conta da realização do XII EEEPe, realizado em Fortaleza.

Finalizando o documento (1993), a diretoria propõe a modificação do estatuto quanto à: 1) composição da diretoria – de majoritária para proporcional; 2) formação da diretoria – de presidencialista para colegiada.

Há registro da participação do CA no XI EEEPe, de 18 a 21 de junho de 1992, no Município de Sobral/CE, o qual teve como tema central: “Educação popular: perspectivas e compromisso de transformação social”, discutido pela professora Maria Luiza A. Amorim, segundo as informações contidas no *Folder* do evento (1992).

É importante destacar, ainda, a participação do CA de Pedagogia na reunião do **Fórum contra as Taxas**⁷², no dia 13 de abril de 1993, segundo informa o Relatório da reunião (1993). O objetivo da reunião era discutir a respeito da decisão do DCE de se cobrar uma taxa obrigatória para a carteira de estudante, que contrariava a deliberação do Conselho de Entidades, que havia votado pela contribuição voluntária. A referida reunião contou com a presença de 30 pessoas, dentre representantes de entidades estudantis e estudantes de base.

Localizamos a realização de outras atividades, no decorrer dessa gestão, bem como, a participação do CA em alguns eventos: nos dias 27 e 28 de maio de 1993, o CA encaminhou a eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 43º CONUNE, que seria realizado em Goiânia/GO (EDITAL DE ELEIÇÃO, 1993). O CA organizou, ainda, o XII EEEPe, que ocorreu no período de 25 a 27 de junho de 1993, em Fortaleza, no Campus do Itaperi, o qual debateu centralmente a temática da “Relação trabalho/educação e a luta por uma educação revolucionária”, segundo consta no *Folder* do evento (1993), bem como, participou do XIII ENEPe, no período de 18 a 24 de julho, em Brasília/GO, de acordo com a informação contida na Convocatória da reunião da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (1993).

A diretoria eleita para a 11ª gestão – **Avançar na luta** (1993-4), tomou posse no dia 14 de outubro de 1993, em meio a uma greve estudantil, na Universidade Estadual do Ceará, **contra as taxas**. Por ocasião da greve, o CA realizou, nesse dia, um ato-show de apoio ao movimento.

Em relação à greve, vale salientar que esse movimento, com duração de quatro dias, foi motivado pela imposição de um decreto (183/93) pelo Reitor Paulo Jorge de Melo Filho – Professor Petrola, que, além de atualizar a cobrança das taxas em Unidade Fiscal de Referência (UFIR), criava outras. De acordo com o

⁷² Este fórum constituiu-se porque o DCE desacatou a deliberação do Conselho de Entidades (13/03/1993) que havia votado contra a cobrança de uma taxa obrigatória para as carteiras de estudante.

Boletim do CA de Pedagogia, n.º 01, de novembro de 1993, a participação da entidade no movimento foi decisiva:

denunciou em cada sala de aula desde o primeiro instante a imposição das taxas, chamando os estudantes a se mobilizarem. Esteve presente 24 horas intervindo e organizando a mobilização.

Ainda sobre esse assunto, o mesmo documento (1993) põe em questão a posição assumida por um setor da direção do movimento estudantil (PT e PCdoB), que, segundo informa, “queria cozinhar a greve em banho-maria, colocando-se contra a continuação da greve, querendo subordiná-la ao DECON” – Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. Por outro lado, a posição assumida pela diretoria, majoritariamente composta por militantes da AJR/CO, foi a defesa da ocupação da reitoria e continuidade da greve, proposta a qual foi vencedora, demonstrando, na análise desse grupo, a “disposição de luta do estudantado”. O boletim (1993), traz, ainda, como proposta, a realização do I Congresso da Comunidade Universitária para se discutir e elaborar um novo projeto de universidade em oposição ao Projeto Nova UECE, ou seja, uma “Universidade pública, gratuita e soberana, controlada pela comunidade universitária (estudantes, professores e funcionários)”.

O Boletim (1993) revela que, de início, a gestão convocou uma assembléia dos estudantes de pedagogia, no dia 17 de novembro, com o intuito de discutir as normas acadêmicas. Na semana seguinte, nos dias 22 e 23, realizou a escolha dos representantes de turma que comporiam o CORETUR.

O Boletim do CA de Pedagogia, n.º 05, de abril de 1994, destaca que, no ano seguinte, abrindo o semestre 1994.1, o CA promoveu a calourada de recepção aos novos alunos do curso de pedagogia, no dia 14 de abril. No mesmo mês, nos dias 19 e 20, realizou o II Seminário Educação em Debate. O evento discutiu os seguintes temas: a conjuntura política e educacional, com a participação da então vereadora Rosa Fonseca; a crise da universidade, com a contribuição do professor José Ferreira Alencar – diretor do IMO; o projeto “Nova UECE” e as perspectivas do curso de pedagogia, abordado pela professora Helena Silva, da UECE; a formação do educador e o mercado de trabalho,

discutido pelas professoras Estrela Fernandes, da UFC, e Consuelo Takaoka, da UECE.

No mês de junho de 1994, o CA convoca uma segunda assembléia, no dia 16, com o objetivo de escolher os representantes da UECE para a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia; planejar uma campanha pela reaglutinação das salas do curso de pedagogia num único bloco; avaliar o XIII EEEPe, ocorrido no dias 02, 03, 04 e 05 daquele mês, no Município de Quixadá/CE (EDITAL, 1994).

O *folder* do XIII EEEPe (1994) registra que o Encontro teve como tema central "Educação e luta de classes: a construção de uma pedagogia a serviço da classe trabalhadora", debatido pelos professores Luis Oswaldo Santiago e Francisco José Soares Teixeira, ambos da UECE.

Nos dias 20 e 21, o CA realizou a eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao VI Congresso dos Estudantes da UECE, que aconteceria três dias depois, de 24 a 26 de junho (EDITAL, 1994).

O Boletim do CA de Pedagogia, n.º 08, de setembro de 1994, registra a participação do CA e dos estudantes do curso de pedagogia da UECE no XIV ENEPe, no mês de julho, no período de 24 a 30, em Natal/RN, o qual abordou o tema "Luta de classes e Educação: a construção de uma pedagogia a serviço dos trabalhadores".

Abrindo o semestre 1994.2, o CA de Pedagogia promoveu juntamente com os CAs de Filosofia e Letras e com o Jornal Causa Operária, um debate internacional, com o tema "A crise da América Latina e a eleição presidencial no Brasil", com Jorge Altamira (dirigente do Partido Obrero da Argentina), no dia 22 de agosto. De acordo com o Boletim do CA de Pedagogia, n.º 06, de setembro de 1994, o evento contou com a presença de mais de 200 pessoas.

No dia 27 de setembro do mesmo ano, realizou a calourada do curso de pedagogia, a qual adotou como eixo central das intervenções a defesa do ensino

público, na abertura da VII Semana de Educação, que se estendeu até o dia 30. As informações contidas no *Folder* do evento registra que a Semana teve como tema central “A crise da educação no Brasil e a luta em defesa do ensino público”, discutido pelo professor José Ferreira Alencar – diretor do IMO. Contou, ainda, com a participação do Mestre em História Contemporânea, Rui Costa Pimenta, e do Professor Romildo Raposo, na discussão sobre a Conjuntura e a Política Educacional. Além dessas temáticas, a Semana debateu questões relativas ao curso de pedagogia, tais como, o construtivismo, com a colaboração das professoras Regina Elizabeth de Matos Dourado, da UECE, Solange Garache, da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, e Fátima Vasconcelos, da UFC); a formação do educador, com a participação das professoras Zezé Moraes, do SINDIUTE/CUT, e Selma Maia, da UECE; o curso de pedagogia e a Faculdade de Educação, com a contribuição das professoras Solange Rosa e Cilene Barrocas, ambas da UECE, e do representante do CA, José Carlos Silveira; ofereceu oficinas e minicursos e, ainda, exibiu filmes. Ainda como parte da programação do evento, realizou-se a I Semana de Arte e Cultura. É importante esclarecer que a VII Semana de Educação realizou-se três anos após a anterior.

Como podemos observar, durante essa gestão, a diretoria fez circular junto aos estudantes um número consideravelmente significativo de boletins informativos do CA, totalizando oito números, o que equivale a uma média de um boletim a cada quarenta e cinco dias, trazendo notícias acerca da situação da universidade, do curso e de eventos promovidos pela entidade e pelo movimento estudantil em geral.

Na avaliação da diretoria, os compromissos firmados pela chapa foram cumpridos pela gestão, “numa luta conseqüente em defesa do curso, do ensino público e da luta dos trabalhadores”. Mas, ressalta que “essa tarefa apenas teve início” e que as bases para a continuidade de trabalho estariam fincadas para que o “CA, agora reconstruído, seja um pólo aglutinador dos estudantes combativos e um instrumento de luta na construção de uma nova direção para o movimento

estudantil estudantil da UECE”. (Boletim Informativo do CA de Pedagogia, n.º 08, Ano II, setembro de 1994).

Objetivando dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no período 1993-4, o grupo Avançar na Luta manteve-se à frente da entidade por mais uma gestão – **Avançar na luta (2)** - 12ª gestão (1994-5).

Sobre essa gestão, localizamos apenas o Boletim do CA de Pedagogia, n.º 02, de abril de 1995, no qual, a diretoria reivindica a convocação, pela UNE, de uma grande jornada de lutas, juntamente com a CUT, a ANDES e a Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, direcionando-se à construção de uma greve geral “contra o governo FHC e Tasso, seu plano real e a tentativa de jogar o ônus da crise do ensino superior sobre as costas dos estudantes”.

O referido Boletim (1995) registra a realização do III Seminário Educação em Debate, no período de 20 a 23 de março de 1995, e da calourada 1995.1, no dia 04 de maio. Sobre a programação do primeiro evento, vale dizer que discutiu, dentre outros temas, a situação da universidade diante dos Governos Tasso/FHC; a conjuntura nacional; o Plano Decenal de Educação; o ataque ao ensino público no Brasil etc., contando com a participação do professor Luiz Carlos de Freitas – da Unicamp. O segundo evento adotou como eixo político a palavra de ordem “abaixo FHC e a reforma constitucional”.

Em relação à 13ª gestão – **Educação e transformação/Para reconstruir o CA/Reviravolta** (1995-6), não localizamos nenhum registro documental, assim como, não temos notícia das atividades realizadas durante o mandato.

Durante a 14ª gestão – **Educação e Transformação social** (1996-7), temos a notícia da realização da IX Semana de Educação⁷³, no período de 17 a 21 de novembro de 1997 (FOLDER, 1997) e da participação do CA no XVI EEEPe,

⁷³ É importante esclarecer que não localizamos nenhum registro a respeito da realização da VIII Semana de Educação.

em junho de 1997, em Limoeiro do Norte, tendo como tema central “Educação, quantidade total e qualidade social”, segundo informou Araújo (1997, p.1).

Segundo informa o *Folder* da IX Semana de Educação, o tema central discutido foi “Universidade, movimentos sociais e educação das massas: desafios e alternativas”. Além dessa temática, debateu-se a respeito do movimento sindical e da educação operária-camponesa; da competência técnica e do compromisso político do educador; do projeto político-pedagógico na escola de massas; e da educação popular na nova LDB.

No que diz respeito à 15ª gestão – **Novos caminhos** (1998-9), identificamos apenas um documento, o Boletim Informativo da Coruja (s.d.), órgão informativo do CA de Pedagogia. Nele, a diretoria esclarece aos estudantes de pedagogia o que seria o CA e o CORETUR. Na concepção da diretoria, o CA seria “uma entidade estudantil que tem por finalidade trabalhar juntamente com os alunos do curso, os aspectos internos” (relação universidade e curso) e externos (relação universidade e sociedade), enquanto o CORETUR seria “o intermediário entre o CA e a comunidade estudantil”.

Em 1998, nos dias 11 a 13 de junho, ocorreu o XVII EEPE, no Município de Sobral/CE, abordando o tema “A pedagogia na perspectiva de ciência da educação: sonho ou realidade?”, de acordo com as informações contidas no *Folder* do evento (1998). No entanto, não há qualquer registro de participação do CA de Pedagogia da UECE no referido Encontro.

De acordo com Santos (2002, p. 73-4), no ano de 1999, realizou-se a XI Semana de Educação, que teve como tema central “A Pedagogia em questão”, discutido pelas professoras Josete Sales e Marina Dias, ambas do curso de pedagogia da UECE. O evento discutiu, também, a questão da formação de professores, contando com a colaboração da professora Adriana Oliveira Lima.

Como não localizamos a data exata do referido evento, supomos que tenha sido uma realização da gestão **Novos caminhos**, uma vez que aconteceu no ano de 1999, período o qual se refere ao mandato dessa gestão.

Registra-se, também, sob essa gestão, a realização de uma calourada em conjunto com o CA de Matemática, denominada de calourada MAPED, no dia 06 de maio de 1999, segundo o Cartaz do evento (1999); e do XVIII EEEPe, no período de 03 a 05 de junho de 1999, em Fortaleza, tendo como tema central “Conselhos Regionais de Pedagogia: uma categoria em pauta” (O pedagogo na luta pela identidade), segundo consta no Cartaz do evento (1999). O Encontro contou com a participação decisiva do CA na sua organização.

Não foram localizados quaisquer registros documentais a respeito da 16ª gestão – **Um novo tempo** (1999-2000). No entanto, podemos afirmar, com base nas informações contidas na monografia de Santos (2002, p. 74-5), que a referida gestão realizou, sob seu mandato, a XII Semana de Educação, 06 a 10 de novembro de 2000. O evento teve como tema central “Um novo modelo para a formação do educador: mais um passo no desmonte da educação”, mas os destaques foram para as palestras proferidas pelos professores Ivo Tonet, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, e Nereide Saviani, da Unicamp, respectivamente, sobre “Educação, cidadania e emancipação” e “As políticas nacionais e internacionais para a formação do educador”.

Segundo informa a programação cultural do XIX EEEPe, este teria ocorrido no período de 22 a 24 de junho de 2000, no Município do Crato/CE, tendo como tema central “Educação: 500 anos de exclusão”, mas não há registro da participação do CA no referido evento.

Durante a 17ª gestão – **Por um ser humano** (2001-2), há registro da realização do I Fórum de Discussão dos Estudantes de Pedagogia da UECE, no dia 26 de abril de 2001, com a palestra “O compromisso social e político dos estudantes de pedagogia”, proferida pela autora dessa tese. De acordo com o *Folder* do evento (2001), seriam os objetivos do Fórum,

- promover a união dos estudantes de todos os semestres da UECE para defender interesses e ideais; - abrir espaço para discussões e trocas de idéias; - questionar a qualidade do curso bem como o compromisso político e social dos estudantes; - romper com a apatia, com o comodismo e a passividade dos estudantes ; - desmascarar essa ilusória valorização da educação em nosso estado defendida pelo governo.

Registra-se, também, a realização da XIII Semana de Educação, no período de 23 a 26 de outubro de 2001. De acordo com o *Folder* (2001), o tema central da Semana, “Formação e trabalho docente face à mercantilização do ensino: desafios e perspectivas”, foi discutido pelo professor Edmundo Fernandes Dias, da UNICAMP. O evento contou, ainda, com a colaboração do professor Ozir Tesser, da UFC, para tratar do tema “Universidade, ciência e educação no contexto do capital”; dos professores José Arimatéia e Josete Sales, ambos da UECE, na discussão sobre a reformulação curricular; das professoras Susana Jimenez e Rozimar Machado, pesquisadoras do IMO, na discussão sobre neoliberalismo e educação e a questão da mercantilização do ensino; da professora Maria Luiza Fontenele, da UFC, tratando do tema gênero e educação; e do professor Luis Távora, da UFC, o qual discutiu acerca dos desafios para a formação do educador na sociedade atual.

Santos (2002) destaca em sua monografia as atividades realizadas por essa gestão. A autora (2002, p. 77) registra a realização de uma palestra, proferida pelas professoras Susana Jimenez e Josete Sales, sobre o Exame Nacional de Cursos – “provão” – objetivando esclarecer suas “premissas e suas implicações para a educação, para o curso de pedagogia e, sobretudo, para a universidade”. Consta, também, na monografia (2002, p. 78), a participação do CA no protesto contra o “provão”, no dia 10 de junho de 2001, em frente ao Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. Além da participação da diretoria no XX EEEPe, no Município de Itapipoca/CE, no XXI ENEPe, em Belém/PA e no I Encontro Nordeste dos Estudantes de Pedagogia – ENOEPe, de 23 a 27 de janeiro de 2002. Destaca-se como uma das principais realizações da gestão, na avaliação da autora (2002, p. 78), a formação do grupo de estudos Práxis Pedagógica.

Vale esclarecer que a XIV Semana de Educação, ocorrida no período de 07 a 11 de outubro de 2002, foi uma realização da gestão **Por um ser humano**, que se encontrava na diretoria na informalidade e da chapa “Emancipação humana como horizonte”, que viria a ser a próxima gestão, ou seja, o evento aconteceu na transição entre as duas gestões. Sobre o evento, é importante informar, com as base nas informações contidas no *Folder* (2002), que o tema central foi a discussão sobre “A função política do(a) educador(a): reprodução ou conscientização?”, com a contribuição do professor Frederico Jorge Ferreira Costa. Além desse tema, a Semana ofereceu um leque diversificado de temáticas, dentre elas, a cultura e a educação, o papel da mulher na educação, o papel do movimento estudantil, a importância da pesquisa e da extensão no currículo e a mercantilização do ensino.

Em se tratando da 18ª gestão – **Emancipação humana como horizonte** (2002-3), é importante registrar as reflexões contidas no primeiro número do Fanzine “Papel de budegal!” – órgão informativo do CA de Pedagogia (s.d.). A presente edição traz uma análise sobre o processo de mercantilização da educação, alguns informes e frases proferidas por grandes pensadores/militantes.

No artigo “Educação e mercado”, Rebeca Baia Sindeaux (s.d.), então diretora do CA, denuncia o sucateamento do ensino público e o surgimento das empresas-escolas, afirmando que a

educação vem sendo cada vez mais utilizada como uma ferramenta capaz de auxiliar a permanência da lógica brutal do capital, tornando-se assim uma arma fatal, utilizada para anestesiar a consciência e propagar a lógica do sistema capitalista.

O Fanzine (s.d.) informa a respeito da realização da XV Semana de Educação, a qual ocorrera, segundo o *Folder* do evento (2003), no período de 20 a 25 de outubro de 2003, após a publicação do fanzine; da Semana Universitária; do EEEPe, dos jogos universitários e da calourada. Além dos eventos, informa acerca do horário de funcionamento do CA.

Como não localizamos nenhum outro documento relativo à gestão, as informações que se seguem são oriundas da monografia de Santos (2002), complementadas pelas notícias veiculadas sobre as manifestações que envolveram o CA de Pedagogia da UECE, nas edições de 09 de junho e 07 de outubro de 2003, do Jornal O Povo.

Vale ressaltar a participação da diretoria do CA em duas manifestações estudantis, a saber, contra o Exame Nacional de Cursos – “provão”, no dia 08 de junho de 2003, e contra a falta de segurança no Campus do Itaperi – UECE, no dia 06 de outubro de 2003 (SANTOS, 2002, p. 80).

Na primeira manifestação, os estudantes se concentraram em frente ao Colégio Santo Inácio, antes da prova, entregando aos candidatos dos cursos de pedagogia e comunicação social a prova em branco e adesivos com as frases: “Conceito Ah!” e “Colei no Provão! Avaliação pra valer”.

Sobre essa questão, informa Rebeca Baia Sindeaux, então diretora do CA de Pedagogia, que “o boicote não é uma irresponsabilidade”, pois, na avaliação das entidades estudantis, a avaliação é ineficaz (*Apud* DIÁRIO DO NORDESTE, 2003, p. 13).

A segunda foi motivada pela notícia de um estupro cometido contra uma aluna do curso de pedagogia da UECE, conforme informam os estudantes. Em protesto, paralisaram as aulas, fecharam os dois sentidos da Avenida Dedé Brasil e ocuparam a reitoria, exigindo providências contra a falta de segurança no Campus (O POVO, 2003b).

Em relação às atividades realizadas pela 19ª gestão – ***Pela descoisificação do ser humano*** (2003-4), há o registro de ocorrência da XVI Semana de Educação, entre os dias 04 e 08 de outubro de 2004, segundo informa o *Folder* do evento (2004).

Em se tratando das formas de luta desenvolvidas pelo CA na defesa dos eixos acima descritos, estas podem ser divididas em duas categorias: as lutas

propriamente ditas (mobilizações, greves, passeatas etc.) e os fóruns de discussão e organização da luta (assembléias, reuniões, encontros, congressos etc.).

As lutas propriamente ditas encaminhadas e/ou apoiadas pelo CA, ao longo das 19 gestões, podem ser resumidas em: mobilização/manifestação, greve, atos comemorativos e protestos.

Os fóruns de discussão e organização da luta podem ser resumidos em: encontros de base (EEEPe, ENEPe, ENOEPe), congressos (dos estudantes da UECE e da UNE), eventos pedagógicos (em especial, a Semana de Educação), palestras/debates, reuniões (da diretoria, da Executiva Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia, do Conselho de Entidades, do CORETUR, dentre outros), seminários, assembléias, grupos de estudos.

Quadro 4 – CA DE PEDAGOGIA/UECE: suas gestões e principais realizações

PERÍODO	GESTÃO	FÓRUMS DE DISCUSSÃO E ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS	LUTAS ENCAMPADAS
1982-3	Conscientização	Realização da I Semana da Educação	Luta pela conquista de uma sede para o CA
1983-4	Liberdade e Ação	Participação no II EEEPe e no III ENEPe	Participação do CA na greve dos professores da UECE e na greve dos professores da rede oficial de ensino; participação na mobilização em defesa da meia-entrada no cinema
1984-5	Avançar	Participação nos III e IV EEEPs; participação nos IV e V ENEPs	-
1985-6	Lutar prá Transformar	Participação no IV Seminário "O especialista em educação e os desafios da mudança"; participação nas reuniões do Conselho de Entidades; realização da II Semana da Educação; participação no II Congresso dos Estudantes de Pedagogia; participação no V EEEPe e no VI ENEPe	Apoio à greve dos professores e funcionários da UECE – 1985
1986-7	Educação e Luta	Participação no VI EEEPe e no VII ENEPe; realização da III Semana da Educação	-
1987-8	Que Fazer	Participação no VII EEEPe e no VIII ENEPe; realização da IV Semana da Educação; participação nas reuniões das Executivas Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia; participação nas reuniões do Conselho de Entidades, dos órgãos colegiados e do CORETUR; participação no III Encontro da Comunidade Universitária da UECE; participação no 39º CONUNE	Participação na manifestação contra o Governo Sarney – 1988; participação no Dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público em Todos os Níveis – 1988; participação no Dia Nacional de Luta contra o Ensino Pago; participação no Movimento SOS UECE e SOS UFC
1988-9	Metamorfose	Participação no VIII EEEPe; realização da V Semana da Educação	-
1989-90	Estamos na Luta	Criação do Núcleo de Estudos Políticos e Pedagógicos; realização do Pré-EEEPe e do Pré-ENEPe; reuniões do CORETUR; participação nas reuniões da Executiva Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia; participação nas reuniões da Comissão Organizadora do XI ENEPe; participação no IX EEEPe; realização da VI Semana da Educação; participação no IV Congresso dos Estudantes da UECE; participação no 41º CONUNE	Participação do CA nas manifestações contra as taxas na UECE encampadas pelo DCE
1991-2	Quem vem com tudo não cansa	Participação no X EEEPe; reuniões do CORETUR; participação no V Congresso dos Estudantes da UECE e no 42º CONUNE	Participação ativa no Dia de Luta da UECE – 1991
1992-3	Um mais um é sempre mais que dois	Participação no XI EEEPe; Realização do XII EEEPe, em Fortaleza; participação no Fórum contra as Taxas na UECE;	Participação do CA no Movimento Fora Collor – 1992; participação na greve geral dos estudantes – 1993; participação no Dia de Luta contra as Taxas na UECE;

PERÍODO	GESTÃO	FÓRUMS DE DISCUSSÃO E ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS	LUTAS ENCAMPADAS
		participação no XIII ENEPe; participação no 43º CONUNE	
1993-4	Avançar na Luta	Participação no XIII EEEPe; participação no XIV ENEPe; participação no VI Congresso dos Estudantes da UECE; realização da VII Semana da Educação; realização do II Seminário Educação em Debate	Participação na 2ª greve estudantil da UECE – 1993
1994-5	Avançar na Luta (2)	Realização do III Seminário Educação em Debate	-
1995-6	Educação e Transformação/ Para Reconstruir o CA/ Reviravolta	-	-
1996-7	Educação e Transformação Social	Realização da IX Semana da Educação; participação no XIV EEEPe	-
1998-9	Novos Caminhos	Realização da XI Semana da Educação ⁷⁴ ; participação no XVIII EEEPe	-
1999-00	Um Novo Tempo	Realização da XII Semana da Educação; participação no XIX EEEPe	-
2001-2	Por um ser humano	Realização do I Fórum de Discussão dos Estudantes de Pedagogia da UECE; realização da XIII e XIV Semana da Educação; participação no XX EEEPe, no XXI ENEPe e no I Encontro Nordestino dos Estudantes de Pedagogia; criação do grupo de estudos “Práxis Pedagógica”	Participação do CA no protesto contra o “Provão” – 2001
2002-3	Emancipação Humana como Horizonte	Realização da XV Semana da Educação	Participação do CA nas manifestações contra o “Provão” – 2003; participação do CA nas manifestações contra a falta de segurança no Campus do Itaperi – 2003
2003-4	Pela Descoisificação do Ser Humano	Realização da XVI Semana da Educação	-

⁷⁴ A X Semana da Educação ocorreu entre os dias 19 e 22 de outubro de 1998, promovida pela Coordenação do Curso de Pedagogia-UECE, segundo consta no *Folder* do evento (1998).

Quadro 5 – CA DE PEDAGOGIA/UECE e a Semana da Educação

SEMANA	PERÍODO	TEMA CENTRAL	PALESTRANTES	ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
I Semana da Educação	-	-	-	-
II Semana da Educação	18 a 22/09/1985	-	-	CAs de Pedagogia – UECE/UFC
III Semana da Educação	21 a 24/10/1987	Educação e luta de classes	Professores Ozir Tesser e Adelaide Gonçalves – UFC; professor Jamil Cury – UFMG	CAs de Pedagogia – UECE/UFC
IV Semana da Educação	19 a 22/10/1988	Perspectiva de uma nova LDB para a Educação	-	-
V Semana da Educação	25 a 28/10/1989	A relação trabalho/educação e as classes trabalhadoras	Professores Ozir Tesser e Maria Nobre Damasceno – UFC	CAs de pedagogia – UECE/UFC
VI Semana da Educação	24 a 27/10/1990	Educação e cidadania: a luta pela (re)construção da escola do trabalhador	Professoras Terezinha Machado (Mestranda em Educação/UFC) e Sônia Pereira (Mestra em Sociologia/UFC); José Ferreira Alencar – UFC; professores André Haguette e Sofia Lerche – UFC	CAs de pedagogia – UECE/UFC
VII Semana da Educação	27 a 30/09/1994	A crise da educação no Brasil e a luta em defesa do ensino público	Professor José Ferreira Alencar – IMO; Mestre em História Rui Costa Pimenta; professor Romildo Raposo; professoras Regina Elizabeth, Selma Maia, Solange Rosa e Cilene Barrocas – UECE; professora Fátima Vasconcelos – UFC; professora Solange Guarache – UNIFOR; Zezé Moraes (SINDIUTE/CUT); José Carlos Silveira (CA de Pedagogia/UECE)	CA de Pedagogia – UECE
VIII Semana da Educação	-	-	-	-
IX Semana da Educação	17 a 21/11/1997	Universidade, movimentos sociais e educação das massas: desafios e alternativas	Professor Evaristo Colmo – Universidade de Londrina; professores Lena Espíndola, Emiliano Aquino, Maria Hercília Coelho e Elda Maciel – UECE; Terezinha Machado (Doutora em Educação); Professora Sandra Petit – UFC; João Bosco (Especialista em Projetos Sociais); Leda Vasconcelos (Graduanda em Pedagogia)	CA de Pedagogia – UECE

SEMANA	PERÍODO	TEMA CENTRAL	PALESTRANTES	ENTIDADE(S) PROMOTORA(S)
X Semana da Educação	-	-	-	Coordenação do Curso de Pedagogia – UECE
XI Semana da Educação	1999	A pedagogia em questão	Professoras Josete Sales e Marina Dias – UECE; professora Adriana Oliveira Lima	CA de Pedagogia – UECE
XII Semana da Educação	06 a 10/11/2000	Um novo modelo para a formação do educador: mais um passo no desmonte da educação	Professor Ivo Tonet – UFAL; professora Nereide Saviani – Unicamp	CA de Pedagogia – UECE
XIII Semana da Educação	23 a 26/10/2001	Formação e trabalho docente face à mercantilização do ensino: desafios e perspectivas	Professor Edmundo Fernandes Dias – Unicamp; professores Ozir Tesser, Maria Luiza Fontenele e Luis Távora – UFC; professores José Arimatéia, Josete Sales – UECE; professoras Susana Jimenez e Rozimar Machado – IMO/UECE	CA de Pedagogia – UECE
XIV Semana da Educação	07 a 11/10/2002	A função política do(a) educador(a): reprodução ou conscientização?	Professores Frederico Jorge Ferreira Costa, Susana Jimenez, Raquel Dias – IMO/UECE; professora Sandra Marinho – UECE; professores Sandra Felismino, Maria Luiza Fontenele e Luis Távora – UFC; Laura Karine Maia (CA de Pedagogia/UECE)	CA de Pedagogia – UECE
XV Semana da Educação	20 a 25/10/2003	Desafios e perspectivas atuais da educação: o mito dos novos paradigmas da formação docente	Professor Sérgio Lessa – UFAL; professores Susana Jimenez, Betânia Moraes, Rozimar Machado, Socorro Lucena, Josete Sales, Maria das Dores Mendes, Raquel Dias – IMO/UECE; Jackeline Rabelo – UFC; Solonildo Silva – IMO	CA de Pedagogia – UECE
XVI Semana da Educação	04 a 08/10/2004	-	-	CA de Pedagogia – UECE

Quadro 6 – CA DE PEDAGOGIA/UECE e o EEEPe

ENCONTRO	PERÍODO	TEMA CENTRAL	LOCAL
I EEEPe	05 e 06/06/1982	Educar para libertar	Fortaleza/CE
II EEEPe	1983	-	Sobral/CE
III EEEPe	02 e 03/06/1984	Educação hoje: projeto vencido?	Crato/CE
IV EEEPe	1985	-	Iguatú/CE
V EEEPe	23 a 25 /05/1986	-	Quixadá/CE
VI EEEPe	05 a 07/06/1987	Educação e ideologia	Crateús/CE
VII EEEPe	03 a 05/06/1988	-	Itapipoca/CE
VIII EEEPe	02 a 04/06/1989	Que educação e para qual sociedade?	Quixadá/CE
IX EEEPe	01 a 03/06/1990	O analfabetismo e o compromisso político-social do educador	Crato/CE
X EEEPe	31/05 a 02/06/1991	Organização e luta dos educadores e as práticas pedagógicas	Iguatú/CE
XI EEEPe	18 a 21/06/1992	Educação popular: perspectivas e compromisso de transformação social	Sobral/CE
XII EEEPe	25 a 27/06/1993	Relação trabalho/educação e a luta por uma educação revolucionária	Fortaleza/CE
XIII EEEPe	02 a 05/06/1994	Educação e luta de classes: a construção de pedagogia a serviço da classe trabalhadora	Quixadá/CE
XIV EEEPe	1995	-	-
XV EEEPe	1996	-	-
XVI EEEPe	Junho de 1997	Educação: quantidade total, qualidade social	Limoeiro do Norte/CE
XVII EEEPe	11 a 13/06/1998	A pedagogia na perspectiva de ciência da educação	Sobral/CE
XVIII EEEPe	03 a 05/06/1999	Conselhos Regionais de Pedagogia: uma categoria em pauta (O pedagogo na luta pela identidade)	Fortaleza/CE
XIX EEEPe	22 a 24/06/2000	Educação: 500 anos de exclusão	Crato/CE
XX EEEPe	2001	-	Itapipoca/CE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa assumiu como objetivo central investigar o papel histórico desempenhado pelo movimento estudantil quanto à defesa da universidade pública, explicitando os principais determinantes econômicos e político-ideológicos do processo de privatização/mercantilização da educação superior nas duas últimas décadas, bem como seus rebatimentos sobre a organização e a luta dos estudantes. Para tanto, elegeu como objeto específico de análise o movimento estudantil da UECE, destacando-se, em particular, o CA de Pedagogia.

Buscamos, em primeiro lugar, expor os elementos fundamentais do papel historicamente desempenhado pelo movimento estudantil no contexto da luta de classes na defesa da universidade pública. Para isso, empreendemos uma revisão da literatura no que se refere à história do movimento estudantil no Brasil e no Ceará. No primeiro caso, revisamos as obras de Poerner (1995), Sanfelice (1986) e Fávero (1995), as quais nos forneceram os suportes para a contextualização histórica das lutas dos estudantes brasileiros, no item 1.2.; no segundo caso, revisamos os trabalhos de Ramalho (2002) e Freitas (2001), nos quais nos apoiamos para traçar algumas notas sobre a história do movimento estudantil no Ceará, no item 1.3. Em se tratando da literatura concernente ao movimento estudantil da UECE, localizamos apenas uma monografia de conclusão de curso de graduação, produzida no curso de pedagogia da UECE. A monografia de autoria de Santos (2002) toma como objeto específico de estudo o CA de Pedagogia, não se referindo, portanto, ao ME da UECE em geral. A referida pesquisa constitui-se no ponto de partida do levantamento empírico da nossa investigação, cabendo-nos aprofundar o estudo no sentido de resgatar a história do ME da UECE, buscando evidenciar a luta dos estudantes em defesa da universidade pública, bem como, o papel do CA de Pedagogia, nesse contexto.

Há que se destacar alguns pontos nevrálgicos quanto ao alcance e aos limites das obras revisadas. Em primeiro lugar, as obras que versam sobre o ME brasileiro carecem de uma análise crítica, apresentando um caráter meramente descritivo e linear. Os autores revisados contam a história do ME brasileiro a partir

da historiografia oficial, não considerando os aspectos peculiares ao evoluir histórico do próprio ME. Em segundo lugar, tomam a criação da UNE, em 1937, como o ponto de partida para se estabelecer um marco histórico na trajetória do ME brasileiro, sem explicitar os motivos – econômicos, políticos, sociais – os quais explicariam a sua criação naquele momento. Poerner (1995), por exemplo, divide a história do ME no Brasil em dois momentos (antes e depois da UNE), sem esboçar qualquer tipo de análise acerca dessa categorização. Em terceiro lugar, as obras não dão conta da história do ME posterior à ditadura militar, deixando de ser este um objeto de estudo dos pesquisadores. Por último, vale, ainda, salientar que os autores não tratam com o devido cuidado os documentos produzidos pelo próprio ME, tais como, teses de congressos, programas de chapas, notas, panfletos diversos, os quais contêm informações preciosas acerca da história do ME, como, por exemplo, os seus personagens, as lutas e atividades gerais do ME, as posições político-ideológicas etc.

Assim, o recorte histórico das obras revisadas não se refere ao período posterior à década de 1980. Poerner (1995), na edição atualizada, faz uma breve referência às mobilizações em torno da Campanha pelo *impeachment* do governo Fernando Collor de Melo, em 1992, deixando uma lacuna entre 1979, data da reconstrução da UNE, e essas últimas mobilizações; Sanfelice (1986) e Fávero (1995) tratam, especificamente, do ME no período ditatorial; Ramalho (2002) e Freitas (2001), no caso do Ceará, por sua vez, não vão além da década de 1960. Nesse sentido, a ausência de bibliografia que tratasse do objeto de estudo posterior aos anos 1970, levou-nos a uma pesquisa documental minuciosa nos arquivos do próprio ME, principalmente, no que diz respeito à história do ME da UECE, a qual está sendo contada pela primeira vez, conforme já salientamos na introdução do trabalho.

Num segundo momento, em relação aos principais determinantes econômicos e político-ideológicos do processo de privatização/mercantilização da educação superior e seus rebatimentos sobre a organização estudantil, referenciamos-nos em autores que assumem uma perspectiva crítica quanto ao

processo de reestruturação capitalista, no contexto da atual crise, e de seus desdobramentos sobre a educação superior, em particular. Dessa forma, contando com as contribuições de Mézáros (2003), Antunes (1995a, 1995b e 1999), Coggiola (1996; 2001; 2004a; 2004b; 2004c), Katz (1995), Teixeira (1995 e 1996), Neves e Fernandes (2002), Neves (2002), Lima (2002), Davies (2002), Sguissardi (2001), Leher (2001 e 2003), Frigotto (1996), Trindade (2001); Jimenez (2003), dentre outros, tomamos como ponto de partida o reconhecimento de que o capital enfrenta uma crise de caráter estrutural e mundial, a qual atinge todas as dimensões da vida social. No processo de reordenação do capital, a educação superior passa a ser considerada “moeda de peso”, contribuindo, sobremaneira, para a recomposição da taxa de lucros perdida com a crise. Nesse contexto, a privatização da universidade pública e a mercantilização da educação superior privada constituem-se estratégias dos organismos internacionais de poder na busca de novos campos de atuação face à crise que afeta, principalmente, os setores tradicionais da economia.

No capítulo dois, no item 2.1., empreendemos uma análise crítica acerca do processo de reestruturação política e econômica do sistema do capital diante de sua crise, buscando situar a gênese histórica do movimento de transformação da educação superior em mercadoria, iniciado por volta da década de 1970, sob a orientação da USAID, com a qual o MEC firmou diversos acordos, dentre eles, dois relativos à educação superior, que previam a transformação da universidade estatal numa fundação privada; a eliminação da interferência estudantil na administração; a colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas e anuidades aos alunos. Buscou-se, ainda, revelar as características que esse processo vem assumindo na atualidade, o qual vem sendo guiado, por sua vez, pelas mãos do Banco Mundial. Nesse caso, o Banco propõe a diversificação das instituições de ensino superior; a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas; a redefinição das funções do Estado; a implantação de uma política de qualificação do ensino superior, concebida a partir do eficiente atendimento aos setores privados.

Evidenciamos, também, as intencionalidades da reforma da educação superior brasileira implementada pelo Governo Luis Inácio Lula da Silva, a qual, em consonância com as orientações do Banco Mundial, visa, em última instância, à eliminação do caráter público da universidade, introduzindo-se, nesse nível de ensino, o conceito de público não-estatal, bem como, conferindo privilégios à iniciativa privada, mediante a compra de vagas ociosas, para destiná-las a alunos carentes, a exemplo do FIES e do PROUNI.

Essa política privatista da educação superior vem sendo reforçada, do ponto de vista da legislação, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), pelo Decreto n.º 2.306 (antes Decreto n.º 2.207), de agosto de 1997, e pelo Decreto n.º 3.860, de 9 de julho de 2001. Em sintonia com as exigências do Banco Mundial, corroboram para a fragmentação da organização acadêmica, ao normatizar, por exemplo, a existência de diferentes tipos de IES, das quais somente as universidades continuariam a manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo.

Nesse capítulo, mereceu ainda nossa atenção uma reflexão acerca da “ideologia da escolarização como panacéia”. Essa ideologia tem difundido a idéia de que a ampliação da formação escolar/profissional seria uma condição necessária e imprescindível para empregabilidade. Imbuídos dessa idéia, os trabalhadores (desempregados, principalmente) buscam – supostamente – uma melhor qualificação nas centenas de faculdades privadas existentes, as quais oferecem produtos e serviços ao gosto e condições do cliente-aluno. É dessa maneira que as IES privadas têm garantido seu lugar ao sol no mercado educacional.

Vale lembrar, concordando com nossos autores, que o êxito ou fracasso dessa investida do capital contra a educação superior pública, transformando-a numa peça de mercado, relaciona-se, em última instância, com a inércia ou luta dos movimentos organizados da comunidade universitária – sindical e estudantil.

No item 2.2. do capítulo dois, discorreremos sobre o papel histórico desempenhado pelo movimento estudantil na defesa da universidade pública. De início, discutimos a respeito dos limites e do alcance das lutas estudantis no contexto da luta de classes, no sentido de se lançar uma luz sobre as particularidades e a importância do ME enquanto movimento que não se estrutura diretamente em torno da luta entre as classes sociais, mas, conforme lembra Sanfelice (1986), se situa em função do antagonismo principal da sociedade de classes – capital *versus* trabalho.

Ao destacar algumas ilustrações exemplares quanto à luta desempenhada pelo ME em defesa da universidade pública, no contexto internacional, nacional e local, podemos observar que, nas últimas décadas (1990/2000), a luta dos estudantes, nos casos analisados – UNAM, UFMG, FFPP, UECE – tem se direcionado à defesa da manutenção do caráter público da universidade, que enfrenta um dos maiores ataques da sua história, revelado no processo de “privatização por dentro”, mediante a cobrança de taxas de toda espécie sobre produtos e serviços oferecidos no seu interior.

Porém, há que se ressaltar, o papel que as direções majoritárias do ME (PCdoB e Articulação/PT) têm cumprido diante dessa ofensiva destrutiva do capital contra a universidade pública. Tomamos como exemplo particular a posição da UNE face à reforma universitária do Governo Luis Inácio Lula da Silva. A entidade máxima representativa dos estudantes universitários, sem ampliar a discussão junto à base, assumiu uma postura de completo atrelamento ao Governo, apresentando-se, inclusive, como co-autora do Projeto de Lei da referida Reforma.

Esse apoio da UNE à reforma universitária tem gerado sucessivas contestações por parte dos estudantes e das correntes de esquerda que atuam no ME, culminando, em 2004, na ruptura desses setores com a entidade e na criação de uma outra que se pretende representativa dos estudantes universitários – a CONLUTE.

No capítulo três, destinado, particularmente, ao tratamento do objeto específico de estudo de nossa investigação, buscamos historicizar o movimento estudantil da UECE, destacando as principais lutas empreendidas em defesa da universidade pública, bem como os eixos político-ideológicos orientadores da ação. Focalizamos, ainda, o CA de Pedagogia, avaliando o lugar que este ocupa e qualificando as posições assumidas e as lutas encampadas em defesa da universidade pública.

De início, no tópico 3.1., tratamos de situar a gênese do processo de “privatização por dentro” da UECE, aprofundado a partir da década de 1990, com a implementação do Projeto Nova UECE. Através da gestão do reitor Paulo Jorge de Melo Filho, escolhido pelo então Governo do Estado, Tasso Jereissati, o referido Projeto visava, como bem explicou Moraes (2000), à inserção dessa Instituição no Sistema de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Estado, o que significava a sua transformação numa “Universidade de resultados”, mais afinada com os interesses mercadológicos.

Esse ajuste da UECE aos imperativos do mercado, nos anos que se seguiram à implantação do Projeto Nova UECE, pode ser observado, por exemplo, na ampla contratação de professores substitutos, no aumento da cobrança de taxas nos cursos de graduação e, principalmente, nos de pós-graduação, na criação de um Instituto – IEPRO – de caráter privado para gerenciar cursos pagos – pós-graduação *lato sensu*, seqüenciais, mestrado profissional etc. – descomprometimento com as atividades de pesquisa e extensão, dentre outros.

No item 3.2., tomamos a greve geral de 2005, na UECE, como ilustração exemplar de que o *movimento estudantil não é coisa do passado*. Esse movimento de tal envergadura, com duração de dois meses, paralisando estudantes e professores da Capital e do Interior, revela, por um lado, a crescente destruição da universidade, caracterizada pela precariedade das condições de trabalho e ensino, pela falta de professores, principalmente, nas unidades interioranas, pela defasagem salarial dos docentes, pela deterioração física e estrutural. Por outro

lado, demonstra, a disposição de luta dos estudantes e docentes, até então latente, haja vista a ausência de greves e/ou de mobilizações de grande porte, num período de aproximadamente dez anos (como visto no item 3.3.).

No ponto 3.3, resgatamos a história do ME da UECE, relatando os eixos e as formas de luta das quinze gestões, intercaladas por três comissões gestoras, no período de 1983 a 2005. Deparamo-nos com a grande dificuldade diante da ausência de material bibliográfico referente ao nosso objeto específico. Utilizamos, assim, material documentário adquirido nos arquivos do CA de Pedagogia e do CA de Serviço Social, produzido pelo próprio ME – teses de congressos, programas de chapas, atas de eleição, jornais, boletins informativos, ofícios, convocatórias de reunião, relatórios de reunião, *folders* e cartazes de eventos, panfletos diversos. Além disso, nos baseamos em depoimentos de ex-líderes estudantis, através de entrevistas abertas, bem como em registros jornalísticos (notícias, reportagens) relativos às manifestações estudantis da UECE.

Nesse item, identificamos as quinze gestões, descrevendo, na medida do possível, suas diretorias, suas filiações políticas e suas principais realizações. Dentre essas realizações, destacam-se doze congressos de estudantes da UECE (1983 a 2005), três greves estudantis (1991, 1993 e 1996), uma greve geral (2005) e mobilizações diversas (dia de luta em defesa da UECE, protesto contra falta de segurança no Campus do Itaperi, ato contra a atual Reforma Universitária etc.). Em se tratando dos eixos de ação, **a defesa da universidade pública e gratuita** comparece como um dos eixos principais nos documentos analisados, ao longo das quinze gestões, constituindo-se no eixo unificador das lutas do ME da UECE.

Essas realizações indicam uma ascensão da organização e atuação do ME da UECE na primeira metade da década de 1990, na contramão do ME nacional, caracterizado por um refluxo após as grandes manifestações pelo “Fora Collor”. Especificamente em relação às greves estudantis, ressalte-se o caráter de luta contra o processo de privatização da Universidade ditado pelo projeto neoliberal, particularmente intensificado com o “Governo das Mudanças” e Fernando Henrique Cardoso.

Após esse período, observamos uma fase de declínio das grandes mobilizações estudantis na UECE em defesa da Universidade Pública, retomadas somente quase dez anos depois, com a ocorrência de uma greve geral de estudantes e professores da Capital e do Interior, em 2005, tendo como eixo principal de luta a defesa de concurso público para professores efetivos.

No item 3.4, a respeito da atuação do CA de Pedagogia, durante as dezenove gestões, no período de 1982 a 2005, nossa análise considerou dois aspectos: primeiramente, os programas das chapas eleitas e, em seguida, as ações efetivadas por essas chapas.

No primeiro âmbito, constatamos que as reivindicações não se restringiam a assuntos específicos do curso e da universidade, apresentando uma certa unidade de temas, como: a construção de uma nova sociedade pautada na superação da ordem do capital, com algumas referências explícitas ao socialismo; a reforma agrária com o confisco do latifúndio; o não-pagamento da dívida externa; a defesa da educação e universidade pública e gratuita; mais verbas para a universidade pública; fim das taxas, eleições diretas para reitor e concurso público para professores efetivos na UECE; a implantação de monitoria, a criação de uma biblioteca específica e a reforma curricular no curso de Pedagogia.

No segundo âmbito, verificamos que o CA de Pedagogia exerceu durante essas gestões papel ativo e relevante, tanto em relação às atuações políticas do ME em geral, quanto a assuntos específicos do curso (por exemplo, realizando dezesseis Semanas da Educação, em alguns casos, em conjunto com o CA de Pedagogia da UFC, e participando constantemente do principal evento estadual dos estudantes de pedagogia – o EEEPe). Entretanto, especificamente a respeito de assuntos do curso (monitoria, biblioteca e reforma curricular), não encontramos nenhum registro de atuação referente às propostas apresentadas durante as campanhas.

Assim, finalizamos com a esperança de poder contribuir com a reflexão crítica sobre a problemática da Universidade Pública no contexto da mais profunda

crise do sistema metabólico do capital, pintado por um quadro de destruição: corte de verbas, cessação de assistência estudantil, precarização do trabalho docente, cobrança elevada de taxas e outros.

Indicamos, ainda, como desdobramentos dos nossos estudos de doutoramento, a criação de um arquivo documental do movimento estudantil da UECE, junto ao IMO, e a constituição de um grupo de estudo e pesquisa sobre a temática do ME.

Acreditamos, portanto, que o desafio maior que se coloca para os movimentos organizados da comunidade universitária, em especial, para o movimento estudantil é a ruptura com a orientação política dominante, imobilista e conciliatória, representada pela UNE, bem como a construção de uma nova direção que assuma o papel de unificação e radicalização das lutas em andamento, particularmente, a luta contra a reforma universitária privatista do governo Luis Inácio Lula da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos latino-americanos, v. 9).

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995(a).

_____. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1995(b).

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho).

ARAÚJO, Maria Estrela. **Educação, quantidade total e qualidade social**. In: Roteiro da palestra. Limoeiro do Norte, 1997. (Mimeo.).

ARAÚJO, Raquel Dias. **O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado do Ceará**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2000.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – ANDES/SN. A contra-reforma da educação superior: uma análise do Andes – SN das principais iniciativas do governo Lula da Silva (Caderno do GTPE). 2004. Disponível em: http://www.andes.org.br/publicações/caderno_andes_gtpe.pdf. Acesso em: 24/06/2005.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington. D. C., 1995.

BARTHES, Roland. **A câmara secreta**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BOITO JR. Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira. Brasília, 20 de outubro de 2003.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. Política Nacional de Formação: História, princípios, concepção e organização nacional. São Paulo, 1999.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governo Lula**: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004(a).

_____. **Entrevista como Professor Osvaldo Coggiola**. Por Rodolfo Vianna. São Paulo, 2004(b). (Mimeo.).

_____. **Contra essa reforma universitária**. São Paulo, 2004(c). (Mimeo.).

_____. **Universidade e ciência na crise global**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. Neoliberalismo ou futuro do capitalismo?. IN: KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Crise, novas tecnologias e classe operária. IN: KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

DAVIES, Nicholas. Mecanismos de financiamento: privatização dos recursos públicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**: o movimento de 68 contado por seus líderes. 2 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. São Paulo: **Revista USP**, n.º 17, março/abril/maio, 1993.

EBERHARDT, Júlia. UNE e UBES apoiam reforma do governo Lula. São Paulo: **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 182, 15 a 21/07/2004a. Seção Juventude. (P. 08).

_____. Encontro reúne 1.500 contra a reforma universitária. São Paulo: **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 176, 03 a 09/05/2004b. Seção Juventude. (P. 12).

_____. Plenária organiza luta, mas poupa o governo e a UNE. São Paulo: **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 191, 16 a 22/09/2004c. Seção Reforma Universitária. Disponível em: <http://www.pstu.org.br>. Acesso em: 05/07/2005.

ESTUDANTES DO POVO. UFMG expulsa estudantes que se recusam a pagar taxa de matrícula. Belo Horizonte: Boletim Especial do Movimento Estudantil Popular Revolucionário. 2 ed. Out., 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995.

FRANÇA, Charles Antunes da; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Bom da História: reflexões sobre a escola em movimento estudantil. In: **Revista Fluminense de Geografia**, Ano 1, n. 1. Niterói, AGB, 2002. (11-20).

FREITAS, Mariano. **Nós, os estudantes:** breve história dos universitários cearenses na década de 60. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GALVÃO, José. Universidades paulistas ultrapassam dois meses de paralisação. **Opinião Socialista.** Ano IX, edição 184, 29 a 04/08/2004. Seção Juventude. Disponível em: <http://www.pstu.org.br>. Acesso em: 05/07/2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 48, Série Filosofia).

HOUAIS, Antônio. Apresentação. IN: POERNER, Artur José. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. 4 ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO – IMO (UECE/CUT). **Trabalho, Educação e Luta de Classes** - Projeto de Pesquisa/ CNPq, Fortaleza, 2000.

INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS – IEPRO/UECE. IEPRO: o desenvolvimento passa por aqui. Fortaleza, 2005 (Panfleto de apresentação).

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Sociedade sem universidades. São Paulo: **Opinião Socialista.** Ano VIII, edição 152,12 a 25/06/2003.

KATZ, Cláudio. Evolução e crise do processo de trabalho. IN: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. **Novas tecnologias:** crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. IN: GENTILI, Pablo (Org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Reforma universitária**: retorno do protagonismo do Banco Mundial. Rio de Janeiro, 2003. (Mimeo.).

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. A tática da luta de classe do proletariado. IN: **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

_____. Sobre as greves. IN: **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Reforma Universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política. Livro 1. V.I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna 15. d. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 6 ed. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil**: o Fundef no centro do debate. (Tese de Doutorado). Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

MÉSZÁROS, István. A alienação e a crise da educação. IN: **Marx**: a teoria da alienação. Tradução de Waltensir Dutra. Supervisão da edição brasileira de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. (Coleção Mundo do Trabalho).

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MORAIS, Elvira Sá de. **A Uece e a política estadual do ensino superior**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Legislação e Planejamento no processo de privatização da educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). IN: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova História do Ceará**. 3ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PARRAS, Angels Luis. Quatro aspectos polêmicos de uma luta histórica. **Marxismo Vivo**. São Paulo: PSTU, n.º 01, pp. 85 – 90. Jun. – set., 2000.

PETTA, Gustavo. **Entrevista**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 30/07/2005.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 14 ed. Edição reformulada e atualizada. São Paulo: Ática, 1996.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4 edição ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de memória da juventude, 1995.

PONTE, Joana Moura. **Movimento estudantil e a luta pela universidade pública**: conformismo e resistência na prática política dos estudantes. (Monografia de Graduação). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

RABELO, José; VICTOR, Paulo. Estudantes impedem audiência do MEC em Manaus. **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 180, 01 a 07/07/2004. Seção Juventude. Disponível em: <http://www.pstu.org.br>. Acesso em: 05/07/2005.

RAMALHO, Braúlio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RETAMA, Francisco Cruz. A luta da UNAM. **Marxismo Vivo**. São Paulo: PSTU, n.º 01, pp. 66 – 77. Jun. – set. , 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROMERO, Lício. Estudantes paralisam as atividades na Federal da Paraíba. São Paulo: **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 184, 29/07 a 04/08/2004. Seção Juventude. Disponível em: <http://www.pstu.org.br>.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SANTOS, Laura Karine Maia dos. **O Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE na luta em defesa da educação pública**. (Monografia de Graduação). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. Do jeito que o Banco Mundial gosta. São Paulo: **Caros Amigos**. A universidade no espelho: para onde caminha o ensino superior no Brasil. (Edição Especial). N.º 08, novembro, 2001.

SILVA, Solonildo Almeida da. **O caminho *lato sensu* da precarização do trabalho docente universitário na Uece**. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. IN: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. **Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho**. Fortaleza: mimeo, 1994.

_____. O neoliberalismo em debate. IN: TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TONET, Ivo. Socialismo e democracia. **Práxis**, n.º 08, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira Editora, mar./jun.1997.

TRINDADE, Hégio. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. IN: GENTILI, Pablo (Org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**: o que é e para onde vai a URSS. Tradução do original em russo e comparada com as versões em português, inglês por: Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. Tradução da Introdução por Maria Cecília Toledo. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Resolução N.º 2806-CEPE, de 11 de abril de 2005. Disciplina a mudança de curso – MC e a admissão na Universidade Estadual do Ceará, mediante transferência facultativa interna – TFI, transferência facultativa externa – TFE e ingresso de graduado – IG de nível superior. Fortaleza, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Resolução N.º 199/99-CD, de 02 de setembro de 1999. Determina valores de taxas de serviços que indica. Fortaleza, 1999.

VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio. (Orgs.). **Rebeldes e contestadores**: 1968 – Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

UNE

UNE. **Circular da UNE**. São Paulo, 1982.

UNE. **Boletim informativo**. São Paulo, 1992.

UNE. **Nexo** (Órgão informativo da UNE). São Paulo, 1995.

UNE. **Convocatória da UNE**. São Paulo, 1998.

COMISSÃO PRÓ-DCE/UECE

COMISSÃO PRÓ-DCE/UECE. **Assalto na UECE** (Nota). Fortaleza, fevereiro de 1980.

COMISSÃO PRÓ-DCE/UECE. **Os estudantes entram em greve contra o ensino pago** (Nota). Fortaleza, 1982.

COMISSÃO PRÓ-DCE/UECE. **Aos estudantes da UECE** (Nota). Fortaleza, sd.

COMISSÃO PRÓ-DCE/UECE. **Vitória dos estudantes: RU reabre dia 15, sem aumento** (Nota). Fortaleza, sd.

DCE/UECE

DCE/UECE. **Programa da chapa “Construção” ao DCE**. Fortaleza, 1983.

DCE/UECE. **Jornal do DCE /UECE**. Ano I. N.º 0. Fortaleza, março de 1984.

DCE/UECE. **Teses do DCE ao I Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, 1985.

DCE/UECE. **Ofício Circular n.º 04/85.** Fortaleza, 07 de julho de 1985.

DCE/UECE. **Convocatória para reunião do Conselho de Entidades.** Fortaleza, 16 de setembro de 1985.

DCE/UECE. **Teses do DCE ao II Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, junho de 1987.

DCE/UECE. **Edital de eleição para escolha dos delegados ao II Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, 1987.

DCE/UECE. **Ofício Circular n.º 001/87.** Fortaleza, 19 de fevereiro de 1987.

DCE/UECE. **Ofício Circular n.º 002/87.** Fortaleza, 12 de março de 1987.

DCE/UECE. **Ofício Circular n.º 14/87.** Fortaleza, 06 de julho de 1987.

DCE/UECE. **Sr. Ministro** (Nota). Fortaleza, 02 de fevereiro de 1987.

DCE/UECE. **Ofício Circular n.º 16/87.** Fortaleza, 28 de outubro de 1987.

DCE/UECE. **Cartaz do IV Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, setembro de 1990.

DCE/UECE. **Folder do IV Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, setembro de 1990.

DCE/UECE. **DCE Informa.** Fortaleza, março de 1991.

DCE/UECE. **Abaixo a ditadura da reitoria! Greve geral contra as punições!** (Nota). Fortaleza, abril de 1991.

DCE/UECE. **DCE Informa.** Fortaleza, maio de 1991.

DCE/UECE. **Carta Aberta aos Estudantes** (Nota). Fortaleza, 1993.

DCE/UECE. **1º Informativo do DCE/UECE**. Fortaleza, 1993.

DCE/UECE. **Pagar ou não pagar: eis a privatização (Nota)**. Fortaleza, 1993.

DCE/UECE. **DCE Informa III**. Fortaleza, 1993.

DCE/UECE. **Ata do Conselho de Entidades**. Fortaleza, 25 de abril de 1994.

DCE/UECE. **Convocatória para reunião do Conselho de Entidades**. Fortaleza, 20 de novembro de 1995.

DCE/UECE. **Cartaz do VIII Congresso dos Estudantes da UECE**. Fortaleza, outubro de 1997.

DCE/UECE. **Programa da chapa “Quem sabe faz agora – oposição” para o DCE/UECE**. Fortaleza, 2003.

DCE/UECE. **Programa da chapa “Lutar quando a regra é ceder – oposição de esquerda e de luta” para o DCE/UECE**. Fortaleza, 2003.

DCE/UECE. **Ficha de Inscrição do XII Congresso dos Estudantes da UECE**. Fortaleza, 2005.

DCE/UECE. **Programa da chapa “A Força” – Força de Resistência Contra a Alienação para o DCE/UECE**. Fortaleza, 2005.

DCE/UECE. **Programa da chapa “A Correnteza” para o DCE/UECE**. Fortaleza, 2005.

DCE/UECE. **Programa da chapa “Consciência para ter Coragem” para DCE/UECE**. Fortaleza, 2005.

DCE/UFC

DCE/UFC. **Jornal do DCE/UFC (Gestão 1981-2)**. Fortaleza, 1982.

DCE/UFC. **Jornal do DCE/UFC**. Fortaleza, setembro de 1984.

DCE/UFC. **Boletim do DCE/UFC**. Fortaleza, julho de 1989.

DCE/UFC. **Boletim do DCE/UFC**. N.º 03. Fortaleza, 1989.

COMISSÃO PRÓ-CA DE PEDAGOGIA/UECE

COMISSÃO PRÓ-CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata da reunião da Comissão Pró-CA de Pedagogia**. Fortaleza, 24 de outubro de 1981.

COMISSÃO PRÓ-CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata da reunião da Comissão Pró-CA de Pedagogia**. Fortaleza, 08 de novembro de 1981.

COMISSÃO PRÓ-CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de apuração da eleição para a escolha da diretoria do CA de Pedagogia**. Fortaleza, 15 de abril de 1982.

CA DE PEDAGOGIA/UECE

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim Informativo**. N.º 01/82. Fortaleza, 1982.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Conscientização” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1982.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Liberdade e Ação” ao CA de Pedagogia /UECE**. Fortaleza, 1983.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de convocação de eleição para a escolha dos representantes de turma**. Fortaleza, 1984.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de convocação de assembléia para a escolha dos delegados ao 36º CONUNE**. Fortaleza, 1984.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Balanco da gestão**. Fortaleza, 1984.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de convocação de assembléia para a escolha dos delegados ao 36º CONUNE.** Fortaleza, 1984.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de eleição para escolha da diretoria do CA de Pedagogia.** Fortaleza, 11 de junho de 1985.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Jornal Independente da Pedagogia – JIP.** N.º 01, de setembro, outubro e novembro de 1985. Fortaleza, 1985.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Lutar prá transformar” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1985.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Aos estudantes de Pedagogia da UECE** (Nota). Fortaleza, 1985.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Informativo do CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1985.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **A Unidade da comunidade universitária** (Nota). Fortaleza, 1985.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Educação e Luta” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Educação e Luta” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Projeto do II Congresso de Estudantes de Pedagogia da UECE** . Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 37º CONUNE.** Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ofício n.º 03/86.** Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ofício n.º 07/86.** Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Jornal Independente de Pedagogia**. N.º 02, de março, abril e maio de 1986. Fortaleza, 1986.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ofício n.º 29/87**. Fortaleza, 1987.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Que fazer” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1987.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Que fazer” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1987.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de eleição para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao II Congresso dos Estudante da UECE**. Fortaleza, 1987.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de eleição para escolha dos delegados ao 38º CONUNE**. Fortaleza, 1987.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da III Semana de Educação**. Fortaleza, 1987.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Metamorfose” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1988.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Metamorfose” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1988.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório das atividades realizadas pela gestão “Que fazer”**. Fortaleza, 1988.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Jornal Independente de Pedagogia**. N.º 04. Ano III. Fortaleza, 1988.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Estamos na Luta” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1989.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da V Semana de Educação**. Fortaleza, 1989.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Convocatória da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, abril de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Convocatória da reunião do CORETUR/Pedagogia.** Fortaleza, maio de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Convocatória da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, agosto de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Aos calouros – Pedagogia/UECE (Nota).** Fortaleza,
agosto de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Lista de freqüência da reunião do CA de Pedagogia e CORETUR/Pedagogia.** Fortaleza, setembro de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia/UECE.**
Fortaleza, 22 de novembro de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, novembro de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Convocatória da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, novembro de 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim Informativo do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder do IX EEEPe.** Crato, 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da VI Semana de Educação.** Fortaleza,
1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim do CA de Pedagogia.** Fortaleza, 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Convocatória da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, 1990.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, março de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de eleição para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 41º CONUNE.** Fortaleza, 24 de abril de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, 31 de agosto de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, 07 de setembro de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, 14 de setembro de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.**
Fortaleza, 18 de setembro de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião coletiva dos CAs de Pedagogia da UECE e da UFC.** Fortaleza, 15 de outubro de 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Companheiro(a)** (Nota). Fortaleza, 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Quem vem com tudo não cansa” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Quem vem com tudo não cansa” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1991.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de eleição para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao V Congresso dos Estudantes da UECE.** Fortaleza, 08 de abril de 1992.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Liberdade e Luta” para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 42º CONUNE.**
Fortaleza, maio de 1992.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Teimando em Transcender” para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 42º CONUNE.** Fortaleza, maio de 1992.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Liberdade e Luta” para escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 42º CONUNE.** Fortaleza, maio de 1992.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Relatório da reunião do CA de Pedagogia.** Fortaleza, 13 de abril de 1993.

CA DE PEDAGOGIA. **Edital de eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao 43º CONUNE.** Fortaleza, maio de 1993.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim do CA de Pedagogia.** N.º 01, de novembro de 1993. Fortaleza, 1993.

CA DE PEDAGOGIA. **Folder do XII EEEPe.** Fortaleza, 1993.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Avançar na Luta” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1993.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Avançar na Luta” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1993.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Balço da gestão.** Fortaleza, 1993.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim do CA de Pedagogia.** N.º 05. Fortaleza, abril de 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia.** Fortaleza, 06 de junho de 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Edital de convocação de assembléia dos estudantes de pedagogia.** Fortaleza, junho de 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim do CA de Pedagogia**. N.º 06, de setembro de 1994. Fortaleza, 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da VII Semana de Educação**. Fortaleza, setembro de 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim do CA de Pedagogia**. N.º 08, de setembro de 1994. Fortaleza, 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Editais de eleição para a escolha dos delegados do curso de pedagogia ao VI Congresso dos Estudantes da UECE**. Fortaleza, 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder do XIII EEEPe**. Fortaleza, 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Cartaz da festa de posse da chapa “Avançar na Luta” (2) ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1994.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de apuração da eleição ao CA de Pedagogia**. Fortaleza, 1995.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim do CA de Pedagogia**. N.º 02, de abril de 1995. Fortaleza, 1995.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Educação e Transformação Social” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1996.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de posse da diretoria CA de Pedagogia/UECE: Gestão “Educação e Transformação Social”**. Fortaleza, 1996.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da IX Semana de Educação**. Fortaleza, 1997.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Novos caminhos” ao CA de Pedagogia/UECE**. Fortaleza, 1998.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ficha de inscrição da chapa “Novos caminhos” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 1998.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Cartaz da calourada do curso de pedagogia e de matemática.** Fortaleza, maio de 1999.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder do I Fórum de discussão dos estudantes de pedagogia da UECE.** Fortaleza, abril de 2001.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da XIII Semana de Educação da UECE.** Fortaleza, outubro de 2001.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Ata de apuração da eleição ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 2001.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da XIV Semana de Educação.** Fortaleza, outubro de 2002.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da XV Semana de Educação.** Fortaleza, outubro de 2003.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Programa da chapa “Pela descoisificação do ser humano” ao CA de Pedagogia/UECE.** Fortaleza, 2003.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da XVI Semana de Educação.** Fortaleza, outubro de 2004.

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Fanzine “Papel de Bodega”** (Órgão informativo do CA de Pedagogia). N.º 01. Fortaleza, (s.d.).

CA DE PEDAGOGIA/UECE. **Boletim Informativo da Coruja.** Fortaleza, (s.d.).

CENTROS ACADÊMICOS/UECE

CA DE FILOSOFIA/UECE. **Informativo do CA de Filosofia.** Fortaleza, 1992.

CA DE SERVIÇO SOCIAL et al. **Mobilização do dia 13**: apenas o começo ... (Nota). Fortaleza, maio de 1998.

CA DE SERVIÇO SOCIAL/UECE. **Moção de repúdio**. Fortaleza, 27 de junho de 2005.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Folder do II EEEPe**. Sobral, 1983.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Relatório do III EEEPe**. Crato, 1984.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Relatório do VI EEEPe**. Crateús, 1987.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Folder do VIII EEEPe**. Quixadá, 1989.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Relatório da reunião da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia**. Fortaleza, outubro de 1990.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Convocatória da reunião da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia**. Fortaleza, novembro de 1990.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Relatório da reunião da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia**. Iguatú, maio e junho de 1991.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Folder do XI EEEPe**. Sobral, junho de 1992.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Folder do XVII EEEPe**. Sobral, 1998.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Cartaz do XVIII EEEPe**. Fortaleza, 1999.

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/CE. **Cartaz do XIX EEEPe**. Crato, 2000.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA. **Ficha de inscrição do VII ENEPe**. Florianópolis, 1987.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA. **Relatório da reunião da Comissão Organizadora do XI ENEPe**. Fortaleza, setembro de 1990.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA. **Convocatória da reunião da Comissão Organizadora do XI ENEPe**. Fortaleza, novembro de 1990.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA. **Convocatória da reunião da Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia**. Fortaleza, 1993.

COMANDO DE GREVE/UECE

COMANDO DE GREVE/UECE. **Boletim da greve**. Fortaleza, 26 de agosto de 1985.

COMANDO DE GREVE/UECE. **Nota do comando de greve à Assembléia Legislativa** (Nota). Fortaleza, 19 de maio de 2005.

COMANDO DE GREVE/UECE. **Nota aos vestibulandos** (Nota). Fortaleza, 03 de junho de 2005.

COMANDO DE GREVE/UECE. **Nota oficial do Comando de Greve: greve em defesa da UECE** (Nota). Fortaleza, 10 de junho de 2005.

COMANDO DE GREVE/UECE. **Para além do campus** (Nota). Fortaleza, junho de 2005.

COMANDO DE GREVE/UECE. **Folder da programação da greve**. Fortaleza, 2005.

COMANDO DE GREVE/UECE. **Pauta de Reivindicações**. Fortaleza, 2005.

SINDUECE/CE

SINDUECE. **Moção de repúdio**. Fortaleza, 22 de junho de 2005.

SINDUECE. **Em defesa da UECE: toda solidariedade à paralisação das unidades do interior** (Nota). Fortaleza, 2005.

CUT/CE

CUT/CE. **A agonia da universidade** (Nota). Fortaleza, 2005.

PARTIDOS POLÍTICOS/CORRENTES POLÍTICAS

AVANÇAR NA LUTA. **Informativo da chapa Avançar na Luta para o DCE/UECE**. Fortaleza, 1994.

REVIRAVOLTA. **Em defesa da universidade pública e gratuita** (Nota). Fortaleza, maio de 1995.

REVIRAVOLTA. **Pacote corta mais verbas da educação** (Nota). Fortaleza, 1998.

PSTU/CE. **Quem são eles, quem eles pensam que são?** (Nota). Fortaleza, 2005.

CONLUTE/SP

CONLUTE. **Boletim da CONLUTE**. São Paulo, outubro/novembro de 2004.

CONLUTE. **Mapa Nacional de Votação da CONLUTE**. São Paulo, 2004.

CONLUTE. **Carta aberta aos estudantes em greve da UECE** (Nota). Fortaleza, maio de 2005.

JORNAIS

DIÁRIO DO NORDESTE. **PROTESTOS**: alunos boicotam o provão entregando as provas em branco. 2003. Fortaleza, 09 de junho de 2003. Caderno Cidade. P. 13.

OPINIÃO SOCIALISTA. **Mobilização na Bahia**. 2004. São Paulo, 29/07 a 04/08/2004. Ano IX, edição 184. Seção Juventude. Disponível em: <http://www.pstu.org.br>. Acesso em: 05/07/2005.

O POVO. **Sem infra-estrutura**: alunos denunciam situação de campi. 2003a. Fortaleza, 23 de outubro de 2003. Caderno Ceará. P. 09.

O POVO. **INSEGURANÇA**: alunos fazem protesto na Uece. 2003b. Fortaleza, 07 de outubro de 2003. Caderno Fortaleza. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>. Acesso em: 20/07/2006.

O POVO. **DIRETAS JÁ**: ato em Fortaleza reuniu 30 mil pessoas. 2004. Fortaleza, 25 de janeiro de 2004. Caderno Política. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>. Acesso em: 20/07/2006.

O POVO. **SEM AULAS**: estudantes e professores iniciam greve. 2005a. Fortaleza, 12 de maio de 2005. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>. Acesso em: 24/06/2005.

O POVO. **GREVE**: Uece: professores pedem reajuste de 9,4%. 2005b. Fortaleza, 17 de maio de 2005. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>. Acesso em: 24/06/2005.

O POVO. **Irreverência durante protesto na Praça do Ferreira**. 2005c. Fortaleza, 26 de maio de 2005. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>. Acesso em: 24/06/2005.

O POVO. **GREVE NA UECE**: grevistas da Uece pedem contratação de 255 professores. 2005d. Fortaleza, 02 de junho. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>. Acesso em: 24/06/2005.

OUTROS DOCUMENTOS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA/UECE. **Folder da X Semana da Educação**. Fortaleza, outubro de 1998.

MOVIMENTO ESTUDANTIL LIBERTÁRIO. **Panfleto**. Fortaleza, 1999.

TESE REMANDO CONTRA A MARÉ AO VII CONGRESSO DOS ESTUDANTES DA UECE. Fortaleza, 1996.

SITES CONSULTADOS

<http://www.iepro.org.br>.

<http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza>.

<http://www.portal.mec.gov.br>.

<http://www.senado.gov.br>.

<http://www.uece.gov.br>.

<http://www.une.org.br>.

ANEXO 1: MEMORIAL

Ingressei na Universidade Estadual do Ceará – UECE no segundo semestre de 1988, no curso de pedagogia noturno. O primeiro semestre foi realizado no Centro de Humanidades, na Avenida Luciano Carneiro. No semestre seguinte, 1989.1, fomos transferidos para o Campus do Itaperi. Foi quando passei a observar e a procurar entender melhor a organização estudantil. No mês de junho, ocorreu o VIII Encontro Estadual dos Estudantes de Pedagogia - EEEPe - em Quixadá. Este foi o primeiro evento organizado pelo ME de pedagogia, do qual participei. No segundo semestre de 1989, Lucíola Andrade Maia, então diretora do CA, hoje, professora da UECE, convidou-me para participar da composição de uma chapa para o CA e, também, para delegada ao 40º Congresso da União Nacional dos Estudantes - CONUNE, o qual aconteceria, proximamente, em Brasília - Universidade de Brasília – UnB.

Inicia-se a primeira gestão no CA, 1989/90 - gestão *Estamos na Luta!* - da qual participei como diretora. Aprendi muito sobre o ME e a organização do CA, na prática e, também, na convivência com outras pessoas/militantes que contribuíram, decisivamente, para minha formação, nesse período. Vale destacar a contribuição da companheira Cibele Gadelha Bernardino, ex-presidente do DCE da UECE, atual professora dessa Instituição, que me recrutou para o Partido da Libertação Proletária - PLP, no qual militei durante um pouco mais de um ano.

Em 1989, durante o período eleitoral, participei ativamente da campanha pró-Lula. Pela primeira vez, engajava-me, espontaneamente, numa campanha eleitoral.

Ingressei, então, no PLP, em 1990. Nessa época, o Partido ainda era muito forte na universidade, apesar da cisão que sofrera em 1989, por ocasião da eleição presidencial. Participei do IX EEEPe, no Crato, e do X Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia – ENEPe, em Belém. Fui escolhida, respectivamente, nesses dois eventos, para representar a UECE na Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia; e o Ceará, juntamente com Raimundo

Nonato Nogueira, da UFC, na Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia. Nesse ano, ainda, ocorreu o IV Congresso dos Estudantes da UECE, do qual participei. Nesse período, já estava efetivamente engajada no movimento.

De agosto de 1990 a julho de 1991, estive completamente envolvida com a organização do XI ENEPe. Participei de todas as reuniões da Executiva Nacional, realizadas no Rio de Janeiro; em Minas Gerais; em Goiânia; em Fortaleza etc. Nessas reuniões, é importante frisar, discutíamos não apenas a organização do referido evento, mas, também, temas relacionados à conjuntura político-econômica nacional e internacional, aos problemas da universidade e ao papel do movimento estudantil, constituindo-se, assim, em importantes espaços de formação política.

Vale destacar, ainda nesse período, a influência do companheiro Manoel Fernandes de Sousa Neto, ex-diretor da União Nacional dos Estudantes - UNE e militante do PLP, atual professor da UFC, tanto sobre a minha militância prática, indicando caminhos e ações, como no que se refere à formação teórico-filosófica, iniciando-me nas leituras de base marxista, tais como “Uma leitura popular de O Capital”, de Carlos Cafiero; “Revolução Russa”, de Rosa Luxemburgo; “Salário, Preço e Lucro”, do próprio Marx, dentre outros textos importantes, com os quais, naquele momento, deparei-me, pela primeira vez.

Em 1991, realizaram-se o 41º CONUNE, em Campinas, o X EEEPe, em Iguatu, e o XI ENEPe, em Fortaleza. Ocorreu, também, nesse ano, a eleição para renovação da diretoria do CA, a qual findara em novembro de 1990, mas que, em consequência do grande volume de atividades relacionadas com à organização do XI ENEPe, só pode ser concretizada em abril de 1991, para a gestão 1991/2. Na referida eleição, concorri com a chapa única *Quem vem com tudo não cansa*, o que deu início a minha segunda gestão à frente do CA de Pedagogia.

Destaca-se, neste ano, a primeira greve de estudantes que se tem notícia na história do movimento estudantil da UECE, a qual teve duração de cinco dias, de 01 a 05 de abril do corrente ano, motivada por um processo administrativo de

punição a estudantes que haviam participado de um ato de repúdio à “falsa” inauguração da primeira etapa do Campus do Itaperi. O ato fora convocado pelo DCE, no dia 14 de março do mesmo ano. Por ocasião desse movimento, participaram cerca de 200 estudantes, portando faixas, cartazes, gritando palavras de ordem: “Ô, ô, ô , diretas para reitor!”; “Não, não à privatização!”; “A universidade é para os trabalhadores!”. A reitoria reagiu, convocando uma reunião do Conselho Universitário para discutir a participação dos estudantes nesse episódio, com o intuito de punir aqueles identificados como “cabeças” do movimento. No dia 25 de março, ocorreu a reunião do Conselho Universitário – Consu para ouvir o depoimento dos alunos envolvidos; no dia 27 do referido mês, houve o julgamento dos estudantes, os quais foram punidos com uma suspensão de cinco dias. O movimento estudantil se organizou e se mobilizou, respondendo, conforme já frisei, com uma greve.

No final de 1991, rompi com o PLP e ingressei na Causa Operária - CO (ex-corrente interna do PT, expulsa desse Partido, em 1989), na qual militei por mais de três anos.

A partir de 1992, minha militância ganhou um grande impulso, sob a orientação e direção da Causa Operária. Tornei-me uma das principais lideranças da UECE e inimiga pública número um do reitor à época – Paulo Petrola. Nesse ano, realizaram-se o 42º Conune, em Niterói; o V Congresso dos Estudantes da UECE, em Fortaleza; o XII ENEPe, em Vitória; o XI EEEPe, em Sobral. Encerrei, por ocasião desses dois últimos eventos, a minha gestão na Executiva Estadual e na Nacional de Estudantes de Pedagogia.

Acontecimento digno de nota, em 1992, foi a eleição para renovação da diretoria do DCE, o qual encontrava-se sob a coordenação de uma comissão gestora há mais ou menos um ano. A eleição, disputadíssima, envolveu e confrontou três chapas: a do PT (com apoio da Convergência Socialista - CS), liderada por Andréa Saraiva Martins – estudante de Serviço Social; a da Causa Operária/Aliança da Juventude Revolucionária – AJR, liderada por mim; e a chapa do PCdoB, liderada por Sérgio Fonteles – estudante de Nutrição. Após a eleição,

compôs-se uma diretoria proporcional, com a participação das três chapas que concorreram ao pleito, na seguinte ordem: PCdoB, em primeiro lugar; PT, em segundo lugar; AJR, em terceiro lugar.

Tivemos muitas dificuldades no direcionamento das discussões e das atividades da entidade, uma vez que as disputas que envolviam as três forças políticas se davam não apenas no campo tático, ou seja, dos encaminhamentos propriamente ditos, mas, e principalmente, no que diz respeito às concepções e estratégias do ME. Ainda assim, o ME da UECE, nesse período, experimentou uma relativa ascensão, marcado por grandes e importantes mobilizações: ocupação da reitoria, ocupação do Restaurante Universitário – RU, enterros simbólicos do reitor, passeatas ao Cambeba e outras, inserindo-nos, ainda, em manifestações de caráter nacional, como o Movimento Fora Collor.

Vale destacar, outrossim, que, no início de 1992, participei, durante 10 dias, aproximadamente, da campanha contra a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, promovida pelo braço sindical da Causa Operária, em Volta Redonda-RJ. Essa atividade tinha um caráter político-formativo, objetivando, por um lado, propagandear a posição da referida corrente em relação ao processo privatista posto em andamento pelo Governo Collor; e, por outro, formar os militantes da juventude a partir do estudo teórico que se realizava durante uma parte do dia e da aproximação destes com a luta operário-sindical.

Em 1993, continuei na diretoria do DCE, na secretaria geral. Essa gestão se estendeu até 1994, sendo prorrogada várias vezes. Nesse ano (1993), houve eleição para renovação da diretoria do CA de Pedagogia. Concorri à eleição e retornei ao CA de Pedagogia com a chapa *Avançar na Luta*, denominação atribuída às chapas lideradas pela AJR em todos os cursos em que concorria à eleição. Esse foi um período de grandes lutas. Em meio ao processo eleitoral, em outubro de 1993, aconteceu mais uma greve estudantil, a segunda na década de 1990, dessa vez contra a cobrança de taxas na universidade, considerada pelo ME, uma forma de privatização branca. Por mais de uma semana, estudantes conseguiram mobilizar toda a universidade, realizando barricadas, manifestações,

debates, atividades culturais, assembléias, até conseguir êxito: o fim de todas as taxas, com exceção da taxa do restaurante universitário que, mediante acordo firmado entre as entidades estudantis e a administração superior da universidade, não ultrapassaria nunca o valor da meia-passagem de ônibus. As duas greves demonstraram, naquele momento, para o ME da UECE, que a luta organizada dos estudantes se impunha como um caminho a ser seguido no período subsequente.

Merece destaque, nesse ano, ainda, minha participação no 43º CONUNE, em Goiânia-GO, evento que reuniu em torno de três mil estudantes. Na plenária final, momento decisivo do Congresso, quando são aprovadas as propostas do plano de lutas, intervi, juntamente com o companheiro Euclides de Agrela Braga Neto, à época estudante de filosofia da UECE e militante da CS, defendendo a proposta de “eleições diretas e universais para reitor”, em contraposição à de “eleições diretas e paritárias”, defendida pelas correntes hegemônicas no ME, sendo, portanto, esta última a vencedora. É importante esclarecer que, na plenária final, apenas intervêm as principais lideranças de cada força política, constituindo-se no espaço mais disputado do Congresso em relação aos diversos grupos de discussão que transcorrem normalmente, inclusive, muitos deles esvaziados, ao longo do evento.

Em 1994, a regional da CO do Ceará inicia um processo de pseudo disputa com a direção nacional, ocasionando um mal-estar generalizado junto à militância, uma vez que as supostas diferenças e contradições não se explicitavam, refletindo-se para o conjunto da militância muito mais como uma “briga de comadres” do que uma demarcação de posições. Abriu-se uma crise na organização, ocasionando o meu afastamento, juntamente com diversos militantes, valendo apontar que já há algum tempo questionava a prática deliberada de aparelhamento das entidades nas quais a organização atuava, bem como, a concepção utilitarista de militância, que desconsiderava, absolutamente, o processo de amadurecimento político individual dos integrantes do grupo, levando até as últimas conseqüências as exigências formais e burocráticas para o enquadramento do militante, levadas a efeito em nome do “centralismo

democrático”. Posso citar como exemplo dessa visão utilitarista, a exigência que a direção impunha aos militantes, em época de eleição, para se ausentarem de seus empregos e se dedicarem exclusivamente às atividades eleitorais.

Ainda no ano de 1994, participei timidamente, nesse clima de desentendimentos e ruptura, do XIII EEEPe, em Quixadá, e do XIV ENEPe, em Natal. Este último foi um dos encontros mais sofridos dos quais participei: desorganizado, despolitizado, fragmentado.

Em janeiro de 1995, conclui o curso de pedagogia, encerrando, dessa maneira, minha trajetória de militância estudantil.

Depois de quatro anos, em 1999, retornei à UECE como professora, primeiro, como bolsista da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa - Funcap e, depois, como substituta. Em 2002, disputei uma vaga para professora efetiva, mediante concurso público, sendo aprovada. Depois de três anos, em setembro de 2005, ingressei na UECE, na qualidade de professora assistente.

Na condição de professora, contribui, em diversas ocasiões, com as atividades do ME, em geral, e, em particular, do ME de pedagogia, para as quais fui convidada, tais como: cursos, palestras, organização de eventos etc. A minha contribuição ao ME, hoje, portanto, se reveste de outra natureza, embora mantendo o caráter denunciatório do processo de destruição/privatização da universidade pública tão mais agudo nos dias atuais e tão menos combatido.

ANEXO 2:
ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DO COMANDO DE GREVE DO
MOVIMENTO GREVISTA DE 2005

1. O que motivou sua participação na greve?
2. Quais as lições que você aprendeu nesse movimento grevista?
3. Como você avalia o desfecho do movimento?
4. Na sua opinião, quais foram as principais conquistas dessa greve?
5. Qual a sua opinião sobre a atual reforma universitária?

ANEXO 3:
TABELA DE PRESIDENTES DA UNE – 1938 a 2005

Valdir Borges – 1938/9

Trajano Pupo Neto – 1939/40
Luis Pinheiro Paes Leme – 1940/2
Hélio de Almeida – 1942/3
Hélio Mota – 1943/4
Ernesto da Silveira Bagdocimo – 1945/6
José Bonifácio Coutinho Nogueira – 1946/7
Roberto Gusmão – 1947/8
Genival Barbosa Guimarães – 1948/9
José Frejat – abril a julho de 1950
Olavo Jardim Campos – 1950/1; 1951/2
Luís Carlos Goelver – 1952/3
João Pessoa de Albuquerque – 1953/4
Augusto Cunha Neto – 1954/5
Carlos Veloso de Oliveira – 1955/6
João Batista de Oliveira Jr. – 1956/7
Marcos Heusi – 1957/8
Raimundo Eirado – 1958/9
João Manuel Conrado – 1959/60
Oliveiros Guanais – 1960/1
Aldo Arantes – 1961/2
Vinícius Caldeira Brant – 1962/3
José Serra – 1963/4
Antônio Xavier / Altino Dantas – 1965/6
Luís Travassos – 1968/9
Jean Marc van der Weid – 1969/71
Honestino Guimarães – 1971/3
Rui César Costa Silva – 1979/80

Aldo Rabelo – 1980/1
Javier Alfaya – 1981/2
Clara Araújo – 1982/3
Acildon Paes Leme – 1983/4
Renildo Calheiros – 1984/6
Gisela Mendonça – 1986/7
Valmir Santos – 1987/8
Juliano Corbellini – 1988/9
Cláudio Langone – 1989/91
Patrícia De Angelis – 1991/2
Lindberg Farias – 1992/3
Fernando Gusmão – 1993/5
Orlando Silva Jr. – 1995/7
Ricardo Capelli – 1997/9
Wadson Ribeiro – 1999/01
Felipe Maia – 2001/03
Gustavo Petta – 2003/05; 2005/...